



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

KARY EMANUELLE REIS COIMBRA

DINÂMICA TERRITORIAL URBANA:
ANÁLISE DO MOVIMENTO QUARTEIRÃO DO *SOUL* EM BELO HORIZONTE

Belo Horizonte,
2013

Kary Emanuelle Reis Coimbra

Dinâmica Territorial Urbana:
Análise do Movimento Quarteirão do *Soul* em Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador – Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva.

Área de concentração – Estudos Organizacionais e Sociedade.

Belo Horizonte,
2013

C679d
2013

Coimbra, Kary Emanuelle Reis.
Dinâmica territorial urbana : análise do movimento quarteirão do
Soul em Belo Horizonte / Kary Emanuelle Reis Coimbra. - 2013.
202 f., enc. : il.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva

T Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

1.Planejamento urbano - Belo Horizonte (MG) - Teses. 2.Espaço
urbano - Teses. 3.Soul (Música) - Belo Horizonte (MG) - Teses.
4.Administração - Teses. I.Saraiva, Luiz Alex Silva. II.Universidade
Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração. III.Título

CDD: 333.771598151



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Administração da Senhora **KARY EMANUELLE REIS COIMBRA**, REGISTRO N° 510/2013. No dia 22 de abril de 2013, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 08 de março de 2013, para julgar o trabalho final intitulado "**Dinâmica Territorial Urbana: Análise do Movimento Quarteirão do Soul em Belo Horizonte**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, área de concentração: **Administração**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:


APROVAÇÃO;

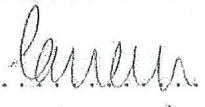
() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);


() REPROVAÇÃO.


O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 22 de abril de 2013.

NOMES

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva..... .....
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri .....
(CEPEAD/UFMG)

Prof^a. Dr^a. Juliana Gonzaga Jayme..... .....
(PPGCS/PUC MINAS)

Prof^a. Dr^a. Solange Maria Pimenta..... .....
(Aposentada - FACE/UFMG)

ASSINATURAS

À minha família, pelos incentivos, apoio e confiança incondicionais.

AGRADECIMENTOS

A realização do mestrado, ainda na época de graduação, sempre foi um sonho. Este sonho, porém, não aconteceu de maneira tão simples: a saída da casa de meus pais, o morar em outra cidade, com outras pessoas, com outra cultura... tudo apareceu como um grande desafio. Agora concluo mais esta etapa de minha vida, com importantes aprendizados e ótimas lembranças sobre esse estudo de caso *Cursando um Mestrado, Morando em Belo Horizonte*. Então, agradeço, antes de tudo, a oportunidade de ter chegado até aqui e as experiências únicas vividas ao longo desses dois anos.

Como ninguém constrói nada sozinho, agradeço, fundamentalmente, a algumas pessoas que participaram dessa trajetória e nela tiveram extrema importância do início ao fim. Inicialmente, agradeço à minha família: a meus pais, Coimbra e Doris, pelo apoio incondicional e pela confiança; a minha irmã Kalinne, vovó Nega, tia Daise e aos demais familiares que estiveram sempre presentes, agradeço pela preocupação e incentivo em toda a jornada. Ao Caio, meu companheiro inseparável, um agradecimento especial por nossas longas conversas e debates e, principalmente, pela paciência, tolerância, companheirismo e cumplicidade nesses anos todos.

Um obrigado especial também à Mariazinha e Duarte, pela sincera acolhida em Belo Horizonte e pela disponibilidade para ajudar em todos os momentos. Agradeço ainda à Cleusa, Rodrigo, Isabela, Isaac, Carol, Natasha, Daniele, Teresa, Roberta, Ingrid e Dona Zilda pela receptividade e ótima convivência em Belo Horizonte; à Régia, Khalil, Guita, Pelanca e Costelinha, pelas acolhidas em Campinas; à família Silva do Carmo, minha segunda família, pelo carinho e torcida, mesmo a distância; e à Thaisa e Aritana, pela convivência, aos trancos e barrancos, na Pereira Pinto nº 140.

Reservo um espaço ainda para agradecer aos queridos amigos, teresinenses e belo-horizontinos, que estiveram presentes nesses dois anos de mestrado. Priscila, obrigada por tudo, você sabe, desde o início. Márcia, Pedro, Aritana, João Diego, Éverton Diego, Érika e Jinara, o meu grande obrigada pela compreensão, atenção e palavras amigas durante esse período tão repleto das mais distintas emoções. Agradeço também aos queridos florestalenses Rogério, Léo, Leonard, Antônio e Thais, pela atenção e diversão durante minha estadia na UFV-Florestal; a companhia e as indicações culturais em Belo Horizonte do Fabrício; as ajudinhas do Eduardo com os livros na biblioteca; as conversas hilárias com a Sanmya; e a preocupação da Irina em me arrumar um emprego público!

Não posso deixar de agradecer àqueles que influenciaram e ajudaram na construção dessa trajetória acadêmica. Ainda durante o processo seletivo do Mestrado, agradeço: o apoio de Júlia Flávia e José Cerqueira; e as dicas, posições, opiniões e torcida de Helano, Douglas Moraes, Luis e Alex. Aos meus alunos durante o estágio docente na UFMG e meus queridos alunos do Pronatec da UFV de Florestal, obrigada por me mostrarem a enorme satisfação de estar à frente de uma sala de aula.

Ao meu orientador Luiz Alex: por nossas, sempre tão descontraídas, discussões, pela disponibilidade e, principalmente, pela direta participação em minha evolução acadêmica, o meu muitíssimo obrigada. Agradeço também aos professores Alexandre Carrieri e Solange Pimenta pelas importantes considerações na defesa de projeto, e por aceitarem, junto com a Professora Juliana Jayme, a participação na defesa de dissertação.

Aos *blacks* – agora amigos – do Quarteirão do *Soul* e aos demais entrevistados, agradeço pela atenção e colaboração durante a realização desse trabalho. Dedico um obrigado especial às contribuições de Geraldo Santos e José Martins.

Agradeço também aos colegas de mestrado/doutorado, pelas experiências compartilhadas. Um obrigada especial para Kelen, Getúlio, Felipe, Clara e Wellington, pelas histórias e conversas de boteco; e à Lilian, Aline Campos, Glauciene, Ana Diniz e Mariana Mayumi pela cordialidade de estarem sempre dispostas a ajudar.

Por fim, agradeço à equipe do CEPEAD, em especial à Mara, pelas informações e contribuições durante todo o mestrado; e às instituições CNPq e FAPEMIG, pelo suporte financeiro, tão importante, para a realização do mestrado.

Há sonhos que devem permanecer
nas gavetas, nos cofres, trancados até o nosso
fim. E por isso passíveis de serem
sonhados a vida inteira

Hilda Hilst

RESUMO

Neste trabalho tivemos como objetivo principal analisar de que forma se caracteriza, em termos físicos e simbólicos, a dinâmica territorial do Movimento Quarteirão do *Soul* na cidade de Belo Horizonte. Nos anos 1970, os bailes de *soul music* eram populares no centro da cidade, mas, com o passar do tempo, foram sendo expurgados para a periferia ou sendo substituídos por outros estilos musicais/culturais emergentes com a chegada dos anos 1980. No intuito de resgatar os bailes daquela época, um grupo de amigos teve a iniciativa de criar um espaço onde os amantes da *soul music* pudessem continuar se encontrando e dançando, revivendo sua juventude, a moda e as amizades criadas. Nesse contexto, no ano de 2004, surgiu o Quarteirão do *Soul*, na Rua Goitacazes. Devido a conflitos com moradores e comerciantes do local, no ano de 2009, o Quarteirão do *Soul* sofreu um remanejamento da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina, onde ocorre até os dias de hoje. Para a realização da pesquisa, escolhemos o estudo de caso como técnica de pesquisa, em uma abordagem qualitativa, o que nos possibilitou um estudo denso sobre o Quarteirão do *Soul* e as características do ambiente em que ocorre, tendo como foco os sujeitos envolvidos com o Movimento. Para a operacionalização da pesquisa utilizamos entrevistas, observação direta, registros fotográficos e a consulta a materiais de ordem documental como técnicas de coleta de dados. A análise das entrevistas foi realizada com o emprego das técnicas da análise do discurso, na perspectiva francesa. Em relação às características físicas, isto é, à disposição estrutural da realização do Quarteirão do *Soul*, observamos a clara incongruência da multiterritorialidade de grupos sociais na Rua Santa Catarina, em função de possuírem interesses bastante distintos. Nesse confronto, a esfera pública, que deveria atuar como mediadora, atua de maneira paradoxal e parcelar na realização do Quarteirão do *Soul* pois, embora legitime o movimento, concedendo o alvará para funcionamento, nega o subsídio estrutural necessário para que o Movimento ocorra, além de desconsiderar a incongruência da convivência de dois espaços distintos em um mesmo espaço (o espaço comercial e o espaço cultural). Em relação à dimensão simbólica, percebemos que o Quarteirão do *Soul* surgiu e existe até hoje pelo resgate da juventude do grupo que o compõe. O Quarteirão do *Soul* destaca-se, assim, pela ressignificação de tempo e de espaço, onde o viver a cidade a partir de uma memória coletiva (HALBAWCHS, 2006) altera a dinâmica de um local para que seus participantes expressem sua identidade com o *soul*. A elaboração de articulações temáticas para a reflexão crítica da relação entre manifestações culturais e espaço urbano não se dá, entretanto, de modo simples, pois “[...] trata-se, portanto, de refletir/experimentar as derivas urbanas do corpo contemporâneo em torno das novas formas de urbanidade, inclusive aquelas capazes de negar a própria cidade” (BRITTO; JACQUES, 2009, p. 346). Nesse sentido, as práticas e formas artísticas e culturais podem ser encaradas [também] enquanto ferramentas de microresistência urbana.

Palavras-chave: Dinâmicas Territoriais. Espaço Urbano. Manifestações Culturais. Belo Horizonte. Quarteirão do *Soul*.

ABSTRACT

The main objective of this work was analyze how is characterized, physical and symbolically, the territorial dynamics of Movimento Quarteirão do Soul, in Belo Horizonte. In 70s', soul music proms were popular downtown, but over time, were being purged to suburbs or being replaced by other musical and cultural styles emerged in the 80s'. In order to retrieve the proms of that time, a group of friends decided to create a place where lovers of soul music could get together and dance again, to revive their youth, the trendy and the friendship of 70s' proms. In this context the Quarteirão do Soul was created in 2004, at Goitacazes Street. Due to conflicts with local residents and traders in 2009, the Quarteirão do Soul was relocated from Goitacazes Street to Santa Catarina Street, where it occurs until today. To implementation of this research, we chose the case study research technique with a qualitative approach, which enabled us to study densely the Quarteirão do Soul and his characteristics, focusing on the individuals involved with the Movement. In operationalization of the research we used interviews, direct observation, photographic records and documental analyses as data collection. The interviews analyses were made with the discourse analysis techniques, at a French perspective. Relative to the physical characteristics, i.e. the structural layout of the completion of the Quarteirão do Soul, we observed a clear incongruity of social groups multiterritoriality in Santa Catarina Street, due to the different interests of each group. In this confrontation, the public sphere, which should act as a mediator in the situation, operates in Quarteirão do Soul as a paradoxal and partial way, although it legitimizes the Movement, granting the license for operation, denies the subsidy required for the structural movement, besides it ignores the incongruity of the coexistence of two different spaces in the same space (the business space and cultural one). Regarding the symbolic dimension, we saw that the Quarteirão do Soul was born and exists until today in exchange for the youth recovery group that composes it. The Quarteirão do Soul stands out by the redefinition of time and space, where the living in a city from a collective memory (HALBAWCHS, 2006) changes the dynamics of a place for participants to express their identity with the Soul. The thematic articulations to critical thinking of the relationship between cultural and urban space does not happen, however, in a simple way, because "[...] it is therefore reflect / experience the urban drift of contemporary body around new forms of urbanity, including those capable of denying his own city" (BRITTO; JACQUES, 2009, p. 346). In this sense, cultural practices and forms can be seen [also] as tools of urban resistance.

Key –words: Territorial Dynamics. Urban Space. Cultural Manifestations. Belo Horizonte. Quarteirão do Soul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Lista de Figuras

Figura 1 - Paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan	24
Figura 2 – Posicionamento multiparadigmático adotado	29
Figura 3 – O caminho percorrido pelo fenômeno urbano	32
Figura 4 – O Quarteirão do <i>Soul</i>	76
Figura 5 – A dança no Quarteirão do <i>Soul</i>	76
Figura 6 – Dançarino com a camisa de James Brown, ídolo do Quarteirão do <i>Soul</i>	78
Figura 7 – Traje masculino usado no Quarteirão do <i>Soul</i>	80
Figura 8 – Traje feminino usado no Quarteirão do <i>Soul</i>	81
Figura 9 – Morador de rua dançando no Quarteirão do <i>Soul</i>	84
Figura 10 – Turistas belgas no Quarteirão do <i>Soul</i>	84
Figura 11 – Criança caracterizada dançando no Quarteirão do <i>Soul</i>	85
Figura 12 – Jovens no Quarteirão do <i>Soul</i>	86
Figura 13 – Idosa dançando no Quarteirão do <i>Soul</i>	86
Figura 14 – Cabelo <i>black power</i> característico do <i>soul</i>	90
Figura 15 – Espaço interno da Danceteria <i>Flash Dance</i>	92
Figura 16 – Venda de bebidas no Quarteirão do <i>Soul</i>	98
Figura 17 – Modelo de camisas vendidas no Quarteirão do <i>Soul</i>	98
Figura 18 – Mapa da Rua Goitacazes e Redondezas.....	105
Figura 19 – Quarteirão da Rua Goitacazes entre as Ruas São Paulo e Curitiba.....	106
Figura 20 – Quarteirão da Ruas Santa Catarina ente Av. Amazonas e Rua dos Tupis	117
Figura 21 – Localização do Quarteirão do <i>Soul</i> nas Ruas Goitacazes e Santa Catarina	118
Figura 22 – Cones de trânsito utilizados durante a realização do Quarteirão do <i>Soul</i>	140
Figura 23 – Proteção utilizada em dias de chuva	141

Figura 24 – Estrutura da mesa de som do Quarteirão do <i>Soul</i>	148
Figura 25 – Caixas de som do Quarteirão do <i>Soul</i>	149
Figura 26 – Sapatos bicolores e a dança no asfalto	151
Figura 27 – Regiões de Belo Horizonte.....	172

2 Lista de Quadros

Quadro 1 – Delimitações dos territórios funcional e simbólico	51
Quadro 2 – Nomes fictícios dos sujeitos entrevistados	71
Quadro 3 – Elementos de análise no discurso	72

SUMÁRIO

1	DINÂMICA TERRITORIAL URBANA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS	12
2	POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO	23
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO URBANO	30
	3.1 Cidades: da origem à gestão	30
	3.2 A cidade simbólica	39
4	TOMANDO AS CIDADES: PRÁTICAS DE TERRITORIALIDADE	44
	4.1 A produção de espaços e lugares na cidade.....	44
	4.2 A construção de territorialidades.....	50
	<i>4.2.1 Manifestações culturais (populares).....</i>	<i>58</i>
5	TRAJETÓRIA DE PESQUISA.....	68
6	O QUARTEIRÃO DO <i>SOUL</i>: HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	75
	6.1 Surgimento	75
	<i>6.1.1 Objetivos de criação.....</i>	<i>87</i>
	6.2 Enfraquecimento e fragmentação	94
	6.3 O remanejamento para a Rua Santa Catarina	100
7	A DINÂMICA TERRITORIAL DO QUARTEIRÃO DO <i>SOUL</i>.....	104
	7.1 A (re)produção do espaço urbano e as multiterritorialidades.....	104
	<i>7.1.1 Vivendo lugares.....</i>	<i>104</i>
	a) Rua Goitacazes	104
	b) O processo de mudança	114
	c) Rua Santa Catarina	116
	<i>7.1.2 A divisão do espaço e a convivência dos territórios.....</i>	<i>122</i>
	7.2 A problemática urbana: o campo cego	135
	<i>7.2.1 A ordem funcional</i>	<i>136</i>
	a) Estrutura	136
	b) Licenciamento e fiscalizações.....	152
	<i>7.2.2 A ordem simbólica.....</i>	<i>160</i>

a) Movimentos de rua e o debate sobre a cultura.....	160
b) Quarteirão do <i>Soul</i> : a relação com a rua e as representações do Movimento	169
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS	186
APÊNDICES	195

1 DINÂMICA TERRITORIAL URBANA: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

O estudo das cidades no *mainstream* dos Estudos Organizacionais tem como foco a análise da gestão e distribuição de recursos dentro da configuração territorial urbana, visto que as cidades são “[...] cenários de gestão” (CANCLINI, 2002, p. 41). Sendo um termo oriundo da administração, o conceito de gestão aplicado às cidades se expandiu para outras áreas no Brasil a partir dos anos 1980, quando surgiram expressões como “gestão urbana, gestão territorial” (SOUZA, 2006, p. 45). De modo sintético, a aplicação do termo gestão diz respeito ao controle centralizado de um indivíduo ou grupo social em relação a determinada organização social.

Devemos considerar, entretanto, que as práticas de planejamento e gestão urbana, antes de qualquer outra coisa, seguem o modo de produção capitalista instalado na sociedade hodierna. E se esse sistema é marcado por uma clara hierarquização em diversos campos, “[...] nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias” (VILAÇA, 2011, p. 37). Isto posto, planejamento e gestão operacionalizados pelo Estado pela sociedade civil, “[...] precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente” (SOUZA, 2006, p. 83).

Nesse sentido, a análise do espaço [urbano] não se reduz a uma dimensão estrutural; nele há, ainda, uma dimensão social e política (SEGOVIA; OVIEDO, 2002). Centros urbanos são “[...] espaços de referência, pois são palco de importantes processos políticos, econômicos, culturais, sociais e de acontecimentos e decisões que influenciam a sociedade como um todo” (SODRÉ, 2008, p. 46). Carlos (2008) destaca a cidade como um campo de manifestações políticas, já que o espaço citadino, por natureza, implica uma sociedade hierarquizada, dividida em classes. Dessa forma, é comum que haja disputas para a ocupação de um mesmo espaço por diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos. A distribuição da sociedade em uma hierarquia obriga à diferenciação dos sujeitos, que, por sua vez, reflete os diferentes interesses quanto ao uso do espaço público que, por ser um espaço aberto, é também “[...] o lugar da diferença, da heterogeneidade, do encontro com estranhos”, não se dá sem a existência de conflitos (JAYME; NEVES, 2010, p. 609).

O espaço urbano é, ainda, construído pelos atores sociais a partir de suas emoções e representações. Nessa perspectiva, “[...] o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade” (NOGUEIRA, 2009, p. 73). A cidade “[...] é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Pesquisadores da área de estudos organizacionais que estudam o tema de cidades na perspectiva simbólica têm defendido a necessidade de que, além dos aspectos estruturais e formais, temos que reconhecer sua face simbólica, isto é, que existem variáveis que não são gerenciáveis. É o caso, por exemplo, de Saraiva (2009), que desenvolveu um estudo acerca da dinâmica simbólica na cidade de Itabira, evidenciando os aspectos identitários do povo e da cidade em um espaço-tempo; e de Carrieri et al., (2008), com um estudo sobre como mudanças espaciais (físicas e simbólicas) transformaram as estratégias de gestores da economia informal após sua desapropriação profissional das ruas de uma cidade.

A cidade já foi alvo de densos estudos no campo dos Estudos Organizacionais, entre os quais podemos citar: o estudo realizado por Fantinel e Cavedon (2009) sobre a compreensão da dimensão simbólica da cultura organizacional de um restaurante que é ponto turístico da cidade de Porto Alegre; o estudo de bares e restaurantes como espaços intermediários da cultura de uma cidade, realizado por Ipiranga (2010); o estudo sobre as contribuições ao desenvolvimento do conceito de cidade, realizado por Saraiva e Carrieri (2010), entre outros. Sobre a análise de fenômenos relacionados à territorialidade na cidade, dois estudos podem ser citados: Carrieri et al., (2008), que desenvolveram um estudo sobre a desapropriação de gestores da economia informal que trabalhavam nas ruas de Belo Horizonte e como essas mudanças espaciais (físicas e simbólicas) transformaram suas estratégias; e Misoczky et al. (2011), que empreenderam em um estudo sobre o conflito por territórios de consumo a de luta pela livre orientação sexual em um centro comercial de Porto Alegre.

Neste trabalho concentramos nosso estudo na cidade de Belo Horizonte por apresentar hodiernamente um cenário bastante intenso de apropriações do espaço urbano por grupos sociais populares no intuito de promover o lazer. Lemos (1994) afirma que a expressão cultural contemporânea de Belo Horizonte se dá em função da inovação de seu capital

cultural, mas a distribuição desigual de seus bens culturais põe em desvantagem parcela significativa da população por a eles não ter acesso. As disparidades sócioeconômicas são importantes condicionantes sobre que grupos são mais favorecidos que outros sobre a apropriação de bens culturais. Nesse sentido, “[...] os hábitos geradores das práticas e dos esquemas de percepção e apreciação definem, em última instância, os diversos estilos de vida existentes na experiência cotidiana” (LEMOS, 1994, p. 43).

Grande parte dos espaços de sociabilidade são inicialmente espaços de consumo. Portanto, a acessibilidade aos bens culturais e ao lazer está condicionada pelo capital cultural e econômico da população. Essa condição fragmenta as manifestações sócio-culturais, criando ressonâncias nos espaços. À medida que o poder público abandona um papel efetivo na destinação da cidade, a apropriação e reapropriação dos lugares públicos evidenciaram a busca de uma nova cidadania. Nesse sentido, os espaços com reduzida funcionalidade são transformados em pontos de encontro de sociabilidade (LEMOS, 1994, p. 44).

Assim, Lemos (1994) destaca que ruas, praças, pátios de igreja, quadras esportivas, esquinas da periferia belo-horizontina e mesmo avenidas se tornam pontos de ocupação para manifestações culturais e de cidadania. Então, espaços, a princípio, não planejados para tais fins se transformam em festas, teatros, festivais, feiras, dentre outros eventos culturais que fazem com que cidade se transforme em espaço de representação. A implantação de centros comunitários, bibliotecas, cinemas ou qualquer outro espaço coletivo que incentive o aprendizado cultural e a sociabilidade torna-se, desse modo, uma grande demanda nas periferias. O centro tradicional também pode ser um lugar desse tipo de práticas pela população, pensado como “[...] um conjunto tradicional de territórios de sociabilidade [ou um] lugar onde as práticas simbólicas alcançam uma dimensão universalizante” (LEMOS, 1994, p. 46).

A temática da apropriação do espaço público está presente na agenda acadêmica de pesquisas no contexto brasileiro desde os anos 1980. A mudança na forma de apropriação do espaço público possibilitou a criação de novas centralidades, desde a década de 1960, o que, em parte, se explica pela mudança nos padrões de consumo, característicos da pós-modernidade (JAYME; NEVES, 2010; FEATHERSTONE, 1995). Isto se torna perceptível principalmente quanto aos distintos usos que os grupos sociais fazem da cidade, deixando explícito o caráter de segregação da sociedade, inclusive no âmbito cultural (LECHNER, 2004). A divisão da cultura em uma cultura de elites (ou erudita) e uma cultura popular (CANCLINI, 1983; BAKHTIN, 1987; CHARTIER, 1995) é um exemplo explícito dessa dicotomização.

Enquanto a cultura de elites ou erudita se destina a um público bem específico, geralmente associado ao poder aquisitivo de consumo desse tipo de produto,

[...] as formas de cultura popular, por seu turno, não se portam como espetáculos postos à venda, nem ao menos almejam sobrepor-se como formas dominantes de cultura. Não contam com nenhum espaço institucional para reiterar os seus valores. Os seus praticantes estão inseridos na condição de dominados da prática mercantil de que a dominação cultural alardeia (BOLOGNESI, 1996, p. 85).

As questões de segregação urbana são bastante perceptíveis em Belo Horizonte, onde, em uma mesma cidade, duas realidades convivem entre si de modo paralelo: a cidade das classes média e alta, e a cidade da periferia, “[...] com suas distâncias mútuas e índices urbanos e sociais perversamente diferenciados” (MARQUES; MONTE-MOR, 1994, p. 92). Nessa cidade de contrastes, a falta de equipamentos sociais, culturais e de lazer – resultado da omissão do Estado e ausência de políticas públicas mais efetivas nesse sentido – impõe o desafio de determinar a natureza da relação entre variáveis econômicas e espaciais na cidade (COSTA, 1994).

A solução parte, assim, da população, que por si só encontra modos de extrapolar as finalidades atribuídas aos espaços urbanos e os recria continuamente, transformando-os em seus territórios. Desse modo, nas palavras de Lemos (1994, p. 42), “[...] Belo Horizonte hoje são muitas e em seus diversos espaços estão circunscritas a expressão de sua dinâmica cultural e sua memória”. Segundo Ribeiro (2008), as alterações espaciais surgem com a produção de novos espaços em Belo Horizonte, ou mesmo, com a reconfiguração de antigos locais a partir da apropriação seus espaços por determinados grupos sociais.

De maneira bastante peculiar, Belo Horizonte apresenta alguns¹ fenômenos sociais e culturais de apropriação do espaço público por grupos de indivíduos, seja no intuito de promover o lazer, seja, ainda, como campo de lutas e resistência. A Praça da Estação, tradicionalmente, um ponto de encontro da população belo-horizontina, transformou-se em um campo de luta popular. A partir do Decreto nº 13.798², de 09 de dezembro de 2009, promulgado no exercício

¹ A título de contextualização, citaremos apenas alguns exemplos, um dos quais foi o exemplo escolhido para a realização deste estudo. Sabemos, entretanto, que a dinâmica territorial na cidade de Belo Horizonte excede os exemplos citados, principalmente pelo fato de muitas dessas manifestações ocorrerem de maneira anônima e informal nas ruas da cidade.

² Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>>. Acesso em? 18 jan. 2012.

do prefeito Márcio Lacerda, estava proibida a realização de eventos de qualquer natureza nessa praça. Desde o Decreto, determinada parcela da população sentiu a necessidade de manifestar sua repulsa à ação municipal, que passou a ocupar a praça para manifestar sobre o Decreto, de onde surgiu a ideia de transformá-la no que ficou conhecido como Praia da Estação.

A ideia ganhou rápida divulgação pelas redes sociais e, desde então, aos sábados, a praça estava cheia de *veranistas* protestantes. Em 4 de maio de 2010, os Decretos n.º 13.960³ e 13.961⁴, ambos publicados em 04 de maio de 2010, vinculavam a ocorrência de eventos na praça ao pagamento de uma taxa mínima de R\$ 9.000, custo esse que não caberia no orçamento popular. Em 27 de setembro de 2011, foi sancionada a Lei Nº 10.277⁵, que autorizava a realização de atividades artísticas e culturais em praça pública. No entanto, o assunto perdurou enquanto se distribuía críticas à Prefeitura. O fato é que essa série de acontecimentos – que é abordada em vários vídeos⁶ veiculados na internet – foi relatada continuamente em um *blog*⁷ e virou até bloco de carnaval no ano de 2012.

Na área musical, um movimento territorial atuante na cidade de Belo Horizonte é o *RoodBoss Soundsystem*, um sistema de áudio itinerante que já esteve presente em diversas praças da cidade, desde 2008. Trata-se de um evento híbrido, que ora utiliza espaços privados, ora se apropria da rua, gratuito e destinado a todos os públicos, cujo objetivo é levar e divulgar a cultura musical jamaicana dos anos 1960 e 1970. Sendo um projeto independente e sem fins lucrativos, para dar continuidade a suas atividades são vendidos *buttons*⁸ e adesivos a uma quantia simbólica de um real ou o valor que se queira pagar.

³ Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031517>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

⁴ Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031518>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

⁵ Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1066636>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

⁶ Disponível em: <http://www.youtube.com/results?search_query=praia+da+esta%C3%A7%C3%A3o&oq=praia+da+esta%C3%A7%C3%A3o&aq=f&aqi=g1&aql=&gs_l=youtube-reduced.3..0.4121630141241881014124647116110101212101516151615-11110>. Acesso em 18 jan 2012.

⁷ Disponível em: <<http://pracalivrebh.wordpress.com>>. Acesso em 18 jan 2012.

⁸ Botões.

Para o público que aprecia a cultura *hip-hop*⁹, o movimento territorial que se destaca é o Duelo de MC's¹⁰. Atuante desde 2007, o Movimento¹¹ ocorre todas as sextas-feiras, quando várias pessoas ocupam o viaduto de Santa Tereza, no centro da cidade, para apreciar as batalhas das rimas dos MC's e o som dos DJs¹². Esse tipo de manifestação, entretanto, não se restringe às rimas, reunindo um público relacionado à dança, como *break*¹³ dos B-boys e das B-girls, e à arte urbana, como os grafiteiros¹⁴. O movimento *hip-hop* acontece em várias cidades do Brasil e promove, inclusive, encontros para batalhas nacionais.

Ainda na área musical, outra prática territorial recorrente na cidade de Belo Horizonte é o Movimento Quarteirão do *Soul*, que foi o movimento escolhido como objeto para o desenvolvimento desta pesquisa. Nos anos 1970, os bailes *de soul music* eram populares no centro da cidade, mas, com o passar do tempo, foram sendo expurgados para a periferia da cidade, ao passo que também foram sendo substituídos, aos poucos, por outros estilos musicais/culturais emergentes com a chegada dos anos 1980, como a *disco music*. No intuito de resgatar os bailes *soul* daquela época, um grupo de amigos teve a iniciativa de criar um espaço onde os amantes da *soul music* pudessem continuar se encontrando e dançando, revivendo sua juventude, a moda e as amizades criadas. Nesse contexto, no ano de 2004, surgiu o Quarteirão do *Soul*, na Rua Goitacazes. Devido a conflitos com moradores e comerciantes do local, no ano de 2009, o Quarteirão do *Soul* sofreu um remanejamento da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina, onde ocorre até os dias de hoje.

O conhecimento da existência do Movimento veio a partir da visualização do *website* de indicações turísticas de Belo Horizonte¹⁵, organizado pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur) e pela Prefeitura de Belo Horizonte. Na página eletrônica, a matéria

⁹ Estilo artístico musical oriundo da década de 1970, nos subúrbios de Nova York.

¹⁰ Mestres de Cerimônias (pronúncia: *emcees*). São os anfitriões de um determinado evento.

¹¹ Disponível em: <<http://duelodemcs.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 07 dez. 2011.

¹² *Disc-jokeys* ou *dee jays*. São profissionais que atuam na organização sonora de um evento por meio da seleção de composições musicais.

¹³ *Breakdancers* ou dançarinos de *breakdance*, um estilo de dança de rua típico da cultura *hip-hop*. *B.boys* são os dançarinos do sexo masculino e *b.girls* as dançarinas. Também se refere às pessoas que fazem *beatbox*, uma imitação com a boca de sons de percussão.

¹⁴ Pessoas que fazem grafite: inscrições em paredes, geralmente desenhos que expressam a arte urbana.

¹⁵ <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br>

*Um quarteirão dedicado à música soul no coração de BH*¹⁶ chamou a atenção pela proposta: pessoas que se reuniram para dançar *soul music* vestidas a caráter. A exposição de um vídeo¹⁷ produzido institucionalmente aumentou a curiosidade para assistir ao Movimento. O interesse por estudar o Quarteirão do *Soul* surgiu quando, ao chegar ao local indicado pelo site, a surpresa ao visualizar a realização de um movimento cultural a céu aberto pelas pessoas que ali dançavam dividia espaço com a inquietação quanto ao cenário da precária estrutura em que o evento acontecia.

À época, novembro de 2011, em pleno período chuvoso, as caixas de som que ficavam no meio da rua eram cobertas com uma lona, enquanto a mesa de som ficava embaixo de outra lona, na calçada, em frente a uma das lojas da rua. Os participantes do movimento se destacavam pelas roupas que usavam e pela dança no meio da rua asfaltada, mesmo chovendo. Também no meio da rua, em lados opostos, duas pessoas comercializavam bebidas alcóolicas em grandes caixas de isopor. Os espectadores ficavam aos arredores, observando e dançando. No cruzamento da Rua Santa Catarina com a Avenida Amazonas, três cones faziam a limitação da passagem de veículos no local, embora vez ou outra se observava a passagem de alguns deles, onde, nessas horas, os dançarinos e espectadores que estavam no meio da rua tinham que se afastar para a passagem dos carros. Entretanto, parece que a existência desses elementos não afetava os participantes, nem mesmo a chuva. Ao som de James Brown, dançarinos, DJs, vendedores e espectadores tinham em seus rostos e nos movimentos característicos da dança *soul* expressões de alegria e satisfação.

Nesse contexto de observação do Movimento, alguns questionamentos surgiram, como:

- o remanejamento do Quarteirão do *Soul* da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina ocorreu, de fato, em função de conflitos com a população local?
- Qual o contexto político-social da mudança?
- Essa mudança extinguiu ou amenizou os conflitos de multiterritorialidade?
- Como está a relação dos membros do Movimento com os grupos sociais que também habitam/territorializam a Rua Santa Catarina, como os comerciantes e a população local?

¹⁶ <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/bh-primeira-vista/estilo-de-vida/arte-e-cultura/um-quarteirao-dedicado-musica-soul-no-coracao-de-bh>

¹⁷ <http://www.youtube.com/watch?v=aTszV7gfs0U&feature=youtu.be>

- O Quarteirão do *Soul*, que já atrai turistas, inclusive, alterou positiva ou negativamente a dinâmica da Rua Santa Catarina, um espaço primariamente comercial?
- O fato de também comercializarem produtos interfere na movimentação dos estabelecimentos comerciais ali fixados?
- A esfera pública oferece a estrutura e o acompanhamento necessários à realização do evento? E de que forma é possível planejar e desenvolver políticas de incentivo a manifestações urbanas de caráter popular?

Todos esses questionamentos evidenciaram a necessidade de se ampliarem os estudos sobre a questão da territorialidade na cidade, principalmente pelo caráter simbólico, que estimula tais ações. Dessa forma, ao se perceber e aceitar as intervenções sociais no espaço urbano movidas pelo caráter simbólico, a cidade é vista para além de seus limites geográficos, prédios, avenidas, bairros, leis, códigos; a cidade é o que seus habitantes acreditam, vivenciam e (re)criam. À vista do exposto, neste trabalho nos propomos a analisar o seguinte problema: *de que forma se caracteriza, em termos físicos e simbólicos, a dinâmica territorial do Movimento Quarteirão do Soul na cidade de Belo Horizonte?*

Por dinâmica territorial entendemos o “[...] conjunto de eventos interconectados e estabelecidos, onde as suas interações refletem a estrutura da realidade” (ANJOS, 2012, p. 5). No caso específico do estudo do Quarteirão do *Soul*, a análise de sua dinâmica territorial consistiu em identificar o conjunto de elementos que permeiam a existência do Movimento no espaço urbano, tanto na esfera estrutural (distribuição espacial, estrutura de funcionamento, apoio da esfera pública), quanto simbólica (representação do Movimento para os participantes, a relação com o lugar). Isto porque a análise do território esta inserida em uma “realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local” (GEHLEN, I.; RIELLA, A., 2004, p. 20).

Para auxiliar nas respostas a tal questionamento nos orientamos a partir dos seguintes objetivos específicos:

- por se tratar de um objeto presente na cidade de Belo Horizonte há nove anos e ainda assim pouco estudado cientificamente¹⁸, sentimos a necessidade de apreender, primeiramente, a história do movimento Quarteirão do *Soul* e, assim, tomar conhecimento de sua trajetória;
- o levantamento da trajetória do Quarteirão do *Soul* possibilitou identificar também as características funcionais e os elementos simbólicos intrínsecos do movimento, que dizem respeito, respectivamente, à estrutura de funcionamento do movimento e à representatividade sóciosimbólica atribuída ao movimento por seus fundadores e participantes;
- a territorialização dos membros do Quarteirão do *Soul* não é feita em lugares isolados ou destinados a tal fim, mas no meio de uma rua que também é territorializada por outros atores – os comerciantes. Nesse sentido, buscamos identificar a percepção de comerciantes que convivem (ou conviveram) com o Quarteirão do *Soul* acerca de sua dinâmica territorial, fazendo um apanhado, tanto na Rua Goitacazes, quanto na Rua Santa Catarina;
- e, por fim, em função da autorização de funcionamento do Movimento pela esfera pública, buscamos identificar a percepção de gestores públicos acerca da dinâmica territorial do Quarteirão do *Soul*.

Para a realização da pesquisa, partimos de um estudo de caso em uma abordagem qualitativa, o que nos possibilitou um estudo denso acerca dos elementos de pesquisa, tendo como foco os sujeitos envolvidos com o Quarteirão do *Soul* e as características do ambiente em que ocorre. Durante a coleta de dados, em um primeiro momento, foram realizadas entrevistas com os sujeitos e a observação direta dos elementos que constituem o Movimento, ambas amparadas por um roteiro semiestruturado. Em um segundo momento, registros fotográficos e a consulta a materiais de ordem documental foram utilizados para dar suporte às entrevistas e às

¹⁸ O Quarteirão do *Soul* foi objeto de pesquisa na Tese de Doutorado de Rita Aparecida da Conceição Ribeiro junto ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de concentração de Organização do Espaço, sob orientação da Professora Dra. Heloísa Soares de Moura Costa. No Curso de Administração, em especial na linha de concentração de Estudos Organizacionais e Sociedade, a ocorrência desse Movimento como objeto de pesquisa em estudos anteriores não foi identificada.

observações. A análise das entrevistas foi realizada com o emprego das técnicas da análise do discurso, na perspectiva francesa.

Este trabalho está organizado em sete capítulos, incluindo esta introdução, em que apresentamos, de modo conciso, a escolha da temática da pesquisa e sua justificativa e problematização no campo dos Estudos Organizacionais, além de apontar os caminhos da pesquisa, a partir do delineamento dos objetivos específicos e a abordagem teórico-metodológica.

No capítulo 2, apontamos o posicionamento epistemológico que fundamentou a construção dos argumentos teóricos utilizados no trabalho.

No capítulo 3, mostramos o debate teórico acerca das cidades em duas seções. Na primeira, apresentamos, em uma linha histórica, a perspectiva da gestão das cidades, bem como o contexto social e político que envolve as políticas de gestão urbana. Na segunda seção, temos as cidades como produto da subjetividade dos atores sociais, que delas fazem uso como palco de suas manifestações e representações.

No capítulo 4, também dividido em duas seções, apresentamos os diferentes usos que esses atores sociais fazem do espaço urbano, dada a concepção de espaço como uma produção social e histórica. Seguindo a linha de raciocínio do capítulo anterior, evidenciamos a produção desses territórios em uma conjuntura social segregativa, em que a distribuição espacial e a construção de territórios ocorrem de modo diferenciado. Abrimos um tópico, ainda, para a discussão das manifestações culturais de caráter popular que se apropriam dos espaços públicos da cidade, bem como a forma como elas têm sido negligenciadas pela gestão urbana em comparação a eventos culturais que ofereçam retorno econômico.

No capítulo 5, apresentamos descrição metodológica da trajetória de pesquisa.

No capítulo 6, apresentamos a caracterização do Movimento Quarteirão do *Soul*, objeto desta pesquisa. A partir da memória dos sujeitos, reconstituímos a história do Movimento, organizando sua periodização de três momentos principais: o surgimento do Quarteirão do *Soul*; o processo de remanejamento da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina e o momento atual.

No capítulo 7, apresentamos as análises das entrevistas acerca da dinâmica territorial do Quarteirão do *Soul*. Em um primeiro momento, analisamos a relação dos sujeitos com os lugares que territorializavam (Ruas Goitacazes e Santa Catarina) e a convivência com os atores sociais que dividiram/dividem o mesmo espaço urbano. Posteriormente mostramos as análises sobre as questões estruturais do Quarteirão do *Soul* e a representação simbólica do Movimento para seus integrantes.

Por fim, no capítulo 8, tecemos as considerações finais da pesquisa. Após a retomada das questões iniciais que nortearam e possibilitaram a realização da pesquisa, elencando os principais tópicos das análises e as implicações teóricas.

2 POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO

Nesta pesquisa trouxemos a cabo a proposta de integração e legitimação da Administração – em específico, os Estudos Organizacionais – como campo científico na análise dos estudos sobre cidades e suas construções territoriais. Constituindo teorias tradicionalmente estudadas em ciências como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e a Arquitetura (especificamente o Urbanismo), o desenvolvimento desta pesquisa só foi possível por meio da adoção da interdisciplinaridade, principalmente porque “[...] a ausência de uma epistemologia [exclusivamente] urbana é flagrante” (LEFEBVRE, 2008b, p. 17).

É importante salientar que com essa prática, “[...] a ciência não pretende perder de vista a disciplinaridade, mas vislumbra a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, que aproxime os saberes específicos, oriundos dos diversos campos do conhecimento, em uma fala compreensível, audível aos diversos interlocutores” (ALVES; BRASILEIRO; BRITO, 2004, p. 140). Nossa intenção foi, assim, apresentar elementos teórico-metodológicos que justificassem a inserção da Administração e dos Estudos Organizacionais nesse rol de análise interdisciplinar acerca dos estudos sobre cidades e territorialidades.

Uma ciência analítica da cidade, necessária, está, hoje ainda em esboço. Conceitos e teorias, no começo de sua elaboração, só podem avançar com a realidade urbana em formação, com a práxis (prática social) da sociedade urbana. [...] A ciência da cidade tem a cidade por objeto. Esta ciência toma emprestado seus métodos, démarches e conceitos às ciências parcelares (LEFEBVRE, 1969, p. 97).

Em diversos trabalhos no campo dos Estudos Organizacionais, a construção do conhecimento teve como base o quadro de dimensões e paradigmas sociológicos propostos por Burrell e Morgan (1979), no livro *Sociological paradigms and organization analysis*. Conforme ilustra a Figura 1, os autores enquadraram em uma dimensão objetivista os paradigmas funcionalismo e estruturalismo radical e, em uma dimensão subjetivista, os paradigmas humanismo radical e interpretacionismo.

Hegemonicamente, as pesquisas organizacionais foram desenvolvidas enquadradas no funcionalismo, um paradigma caracterizado por um alto objetivismo e com uma sociologia voltada para a regulação e normatização de processos e comportamentos. A contestação a essas pesquisas surgiu com a adoção de métodos de pesquisa alternativa (VERGARA; CALDAS, 2005), com uma ampliação de estudos na vertente interpretacionista a partir do fim

dos anos 1970; com os estudos críticos e pós-modernos nos anos 1980; e com os estudos referentes ao interacionismo simbólico por Hebert Blumer nos anos 1980 e, mais à frente, por Berger e Luckmann, nos anos 1990.

Figura 1 – Paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan



Fonte: adaptado de Burrell e Morgan (1979).

No entanto, a lógica de produção de conhecimento no campo dos Estudos Organizacionais, a partir das dimensões e paradigmas supracitados, impõe ao pesquisador a necessidade de enquadramento epistemológico de modo individualizado, isto é, o posicionamento do pesquisador em um dos quatro paradigmas sociológicos. Adotando essa lógica, entretanto, a produção do conhecimento fica limitada a um campo específico quando, de fato, o diálogo entre os paradigmas seria mais interessante, em nível de complementação teórica, pois “[...] as abordagens sociológicas não seriam instâncias estritamente rivais, mas formas diversas de captar a realidade e explicá-la, sendo que, para abranger mais interesses cognitivos, deveriam dialogar” (PAULA, 2012, p. 6).

Dessa forma, adotaremos como base epistemológica nesta pesquisa o multiparadigmatismo, isto é, a utilização de mais de um paradigma sociológico para a construção do debate teórico acerca das cidades e do fenômeno da territorialidade. Não queremos aqui entrar no debate da incomensurabilidade, característica dos paradigmas sociológicos, tampouco contestá-lo a

partir da adoção do multiparadigmatismo¹⁹, mas entendemos que a produção de conhecimento por meio da análise de um determinado objeto a partir da complementaridade dos paradigmas sociológicos ajudaria a reforçar a profundidade na análise.

Ao falarmos de cidades nos remetemos, sem maiores análises, à sua compreensão como o espaço que é distinto do campo, um espaço composto por “[...] um amontoado de prédios, avenidas e veículos, jardins e detritos, pontes, escadarias e pessoas em movimento” (FISCHER, 1996, p. 13). Nas décadas de 1960 e 1970, estudos apontaram para a noção de que a cidade moderna constitui parte econômica ou administrativa da sociedade capitalista e não pode ser estudada isoladamente desses fatores, pois representa um local de consumo coletivo e um lugar para a mobilização de movimentos sociais (GREGORY et al., 2009; CASTELLS, 1983). O surgimento desses estudos revelou, assim, a necessidade de que se discutisse a possibilidade de inserção da cidade como objeto de estudo na Administração.

Fischer (1996, p. 14) admite que “[...] o uso da cidade como objeto de análise [na Administração] abre possibilidades interessantes de se contribuir para o estudo de organizações complexas, temática de alta relevância nos estudos contemporâneos mais densos sobre organizações”. Para a autora, a cidade estratégica ultrapassa a retórica, visto que exige, simultaneamente, orquestração e consenso, negociação e gestão de conflitos, visibilidade e construção de identidades, além de sustentabilidade e busca de autonomia. Cidades e organizações têm em comum elementos como complexidade, diversidade, singularidade, contradição e ambiguidade (FISCHER, 1996).

Por necessitarem de constantes estratégias que viabilizem sua gestão, as cidades, assim como outras configurações territoriais (estados, países, blocos econômicos), são, elas próprias, organizações. Nesse sentido, na construção desta pesquisa adotamos a perspectiva conceitual que concebe a *cidade como organização*, o que implica considerar tanto seus *aspectos instrumentais de gestão*²⁰ (MAC-ALLISTER, 2001) quanto sua *dinâmica simbólica*, isto é, “[...] como os distintos grupos organizacionais percebem, interpretam e se apropriam dos

¹⁹ Hassard (1991) apresentou críticas à incomensurabilidade dos paradigmas sociológicos e ofereceu multiparadigmatismo como alternativa teórica para esse cenário, embora também tenha sido alvo de críticas (PARKER; MCHUGH, 1991).

²⁰ Grifos nossos.

signos existentes, em uma contínua corrente de significados que ocorre simultaneamente aos processos formalizados de gestão”²¹ (SARAIVA; CARRIERI, 2008, p. 7).

A análise de elementos simbólicos na cidade permite considerar elementos ainda subestimados pela corrente hegemônica: objetos, processos e indivíduos são significados e ressignificados simbolicamente de maneira contínua por indivíduos ou grupo de indivíduos organizacionais. Saraiva e Carrieri (2010, p. 210) complementam esta ótica afirmando que

[...] o cotidiano da organização é permeado por inúmeros acontecimentos de ordem não formal que se entrecruzam, fazendo com que no meio organizacional existam, necessariamente, dimensões além da mera prescrição funcionalista [Assim, por maiores e mais sofisticados que sejam os processos, práticas e ferramentas que procurem ‘mobilizar’ as subjetividades dos indivíduos, é preciso ter em mente que] existe uma dinâmica simbólica associada à forma como os distintos grupos organizacionais percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes.

Isto significa que o estabelecimento de instrumentos gerenciais para a cidade não é suficiente para compreender a complexidade em que se apresenta o urbano e, ainda que se reconheça o lado simbólico da cidade, esse não é mais um recurso organizacional gerenciável. Gabriel (1991) salienta que considerar a ideia de gerenciamento de significados seria o mesmo que admitir a existência de ferramentas ou instrumentos de gestão capazes de padronizar as interpretações dos indivíduos que encerram identidades sociais diferentes.

Acreditamos no argumento de que a construção das organizações se dá por meio da interação social das ações individuais com o objetivo de buscar interpretações e significados para o mundo. Aqui, o que não pode ser gerenciado pelas organizações (*unmanaged organization*) possibilita que se reconheçam fenômenos que, além de presentes no cotidiano organizacional, são de controle unicamente do sujeito, como fantasias, histórias e mitos; esse fato revela que a ordem hegemônica nas organizações é contrariada quando as emoções prevalecem sobre a racionalidade, assim como o prazer se sobrepõe à realidade (GABRIEL, 1991).

Os espaços organizacionais não são, portanto, abstratos e neutros, mas carregados simbolicamente por valores e tópicos sociais, não necessariamente congruentes com os repassados pela organização. Em outras palavras, é possível visualizar uma dissonância entre os valores propagados pelas organizações e a apreensão decodificada dos públicos

²¹ Grifo nosso.

destinatários, isto é, estabelece-se uma tensão entre a concepção de espaço definido e disseminado pelos gestores e a apropriação dos sujeitos que interpretam esse mesmo espaço. A partir da noção de simbolismo nas organizações em geral, podemos inferir que o mesmo ocorre nas organizações-cidade (MAC-ALLISTER, 2001): para além de seus atributos estruturais de gestão, existem elementos simbólicos.

Fischer (2010) pontua que toda organização pode ser analisada de acordo com o espaço que a estrutura. A organização é, assim, o lugar onde distintos agentes sociais, em conjunto com seus recursos, produzem objetos e serviços; sendo também um lugar que os indivíduos exploram, adaptam e habitam em função de seus próprios objetivos. Nesse sentido, em um mesmo lugar coexistem ou coabitam vários lugares, vários espaços criados e recriados pelos sujeitos organizacionais. A racionalidade tipicamente atribuída às organizações, entretanto, restringe e neutraliza seus diversos lugares e as demais qualidades do espaço. Isto se aplica porque toda organização funciona como mecanismo de fixação, estabelecendo o campo de inserção de cada indivíduo sem que este tenha propriamente escolhido – ao designar os lugares que lhes são acessíveis, os relativamente obrigatórios e os estritamente proibidos (formal ou psicologicamente).

A realidade social, porém, não tem existência fora da consciência de qualquer indivíduo em particular, mas em sua subjetividade. Essas ideias são reforçadas por Berger e Luckman (2004) ao interpretarem que a inter-relação dos indivíduos ordena a realidade da vida cotidiana, pois vivemos em um mundo intersubjetivo no qual não existiríamos sem estar em constante interação e comunicação uns com os outros.

A vida quotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e, de modo subjetivo, dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente [...] O mundo da vida quotidiana não é tido apenas como uma realidade garantida pelos membros vulgares da sociedade na conduta significativa de modo subjetivo, das suas vidas. É também um mundo com origem nos seus pensamentos e acções, que lhe mantêm realidade (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 31).

Segundo Popper, (1974, p. 23), a sociologia do conhecimento “[...] tenta explicar a objetividade da ciência pela atitude de desapego impessoal de cientistas individuais e a falta de objetividade em termos de **habitat**²² social do cientista”. No entanto, ter como premissa a objetividade científica depender da objetividade do cientista é uma ilusão; da mesma forma

²² Grifo do autor

não se pode encarar as ações do cientista natural como mais objetivas do que a de um cientista social. Segundo o autor “[...] pode-se definir objetividade científica como a intersubjetividade do método científico” (POPPER, 1978, p. 225). Isso porque “[...] aquilo que chamamos objetividade científica não é um produto do caráter social ou público do método científico; e a imparcialidade do cientista individual, até onde existe, não é a fonte, mas antes o resultado desta objetividade da ciência socialmente ou institucionalmente organizada” (POPPER, 1978, p. 227).

Schaff (1983) reforça essa linha de raciocínio ao apontar que a objetividade pura é uma ficção, visto que se a objetividade implicasse a exclusão de propriedades individuais referentes à personalidade humana e à renúncia aos sistemas de valores inerentes ao nível sensorial e perceptivo do homem, isto o reduziria a algo sobre-humano ou a-humano. Dessa forma, “[...] não há como nos separarmos do pesquisador que há em nós: o objeto empírico que escolhemos é parte de nós e também nos escolhe a partir de nossas perguntas, de indignações, motivo que nos instiga a procurar respostas a um desassossego” (SCHWERTNER, 2007, p. 47).

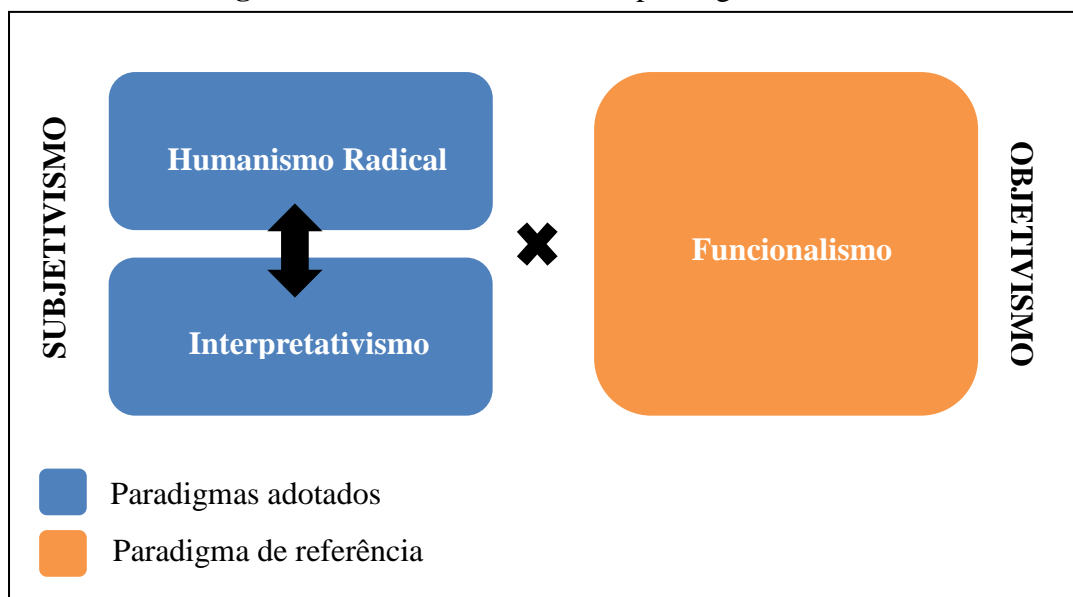
Paula e Palassi (2007) apontam que a análise da subjetividade nas organizações teve maior respaldo sob as perspectivas interpretacionistas e críticas. A construção das organizações se dá por meio da interação social das ações individuais na busca por interpretações e significados para o mundo. Para compreender a dinâmica dos sujeitos nas organizações, faz-se necessário entender, de antemão, a relevância dos moldes interpretativos de seu contexto organizacional, isto é, entender as práticas ritualizadas, imbuídas em um tecido simbólico, que norteiam as ações organizacionais (CARRIERI, 2002; VERGARA; CALDAS, 2005). Dessa forma, “[...] a realidade pode até apresentar uma existência concreta, mas que só faz sentido quando os homens a percebem, a nomeiam, a interpretam e a explicam” (SARAIVA, 2009, p. 80).

Nas análises críticas sobre a temática das cidades, Carlos (2008) destaca a cidade como um campo de manifestações políticas, já que o espaço citadino, por natureza, implica uma sociedade hierarquizada, dividida em classes. Nesse sentido, é comum que haja disputas para a ocupação de um mesmo espaço por diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos. A distribuição da sociedade em uma hierarquia implica a diferenciação dos sujeitos, que, por sua vez, reflete os diferentes interesses quanto ao uso do espaço público. Dessa forma, como

apontam Jayme e Neves (2010, p. 609), o espaço público, por ser um espaço aberto e também “[...] o lugar da diferença, da heterogeneidade, do encontro com estranhos”, não se dá sem a existência de conflitos. Com isso, o estudo das cidades e sua dinâmica territorial perpassam desde elementos meramente funcionais até questões de ordem simbólica, como a relação do homem com os lugares; e de ordem crítica, como aspectos de segregação urbana e processos de dominação.

Em relação aos paradigmas de construção do pensamento sociológico de Burrell e Morgan (1979), entendemos que essas abordagens “podem e devem dialogar, [pois, com este posicionamento,] se constroem pontes entre elas para gerar novos conhecimentos” (PAULA, 2012, p. 120). Nesse sentido, a construção deste estudo esteve posicionada epistemologicamente na comunhão dos paradigmas interpretativista e humanista por privilegiarem o subjetivismo e, assim, atenderem de modo mais completo e denso os objetivos desta pesquisa, além de oferecerem uma complementaridade aos pressupostos do paradigma funcionalista. A partir desse multiparadigmatismo conseguimos 1) realizar a análise crítica ao modelo funcionalista de gestão urbana na cidade de Belo Horizonte, apontando as falhas estruturais referentes ao Movimento Quarteirão do *Soul*; e 2) incorporar os aspectos simbólicos e identitários dos integrantes e participantes do Quarteirão do *Soul* à análise da dinâmica territorial urbana, elementos ainda tomados como secundários na gestão urbana. A Figura 2 ilustra a esquematização do posicionamento adotado.

Figura 2 – Posicionamento multiparadigmático adotado



Fonte: adaptado de Burrell e Morgan (1979).

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO URBANO

O que é a cidade? Essa pergunta pode ficar no ar. Qualquer habitante da cidade sabe o que ela é, posto que vive na cidade e constrói no seu cotidiano o cotidiano da cidade. Mas qual seria a dimensão desse termo, tão empregado pela geografia urbana? Uma localidade definida a partir de um determinado número de habitantes? A sede de um município?

Ana Fani Carlos

3.1 Cidades: da origem à gestão

As raízes etimológicas do termo cidade têm origem no latim – *civitas* – vocábulo que está relacionado com a *polis* grega, a *urbes* latina, *la cité* e *la ville* francesa, *la città* italiana e *die stadt* alemã. Hoje, um uso mais genérico do termo refere-se a uma unidade urbana demográfica, econômica e, sobretudo, política e jurisdicional. Não existe, porém, um consenso acerca da origem das cidades. Estima-se que elas possam ter surgido – de modo mais próximo aos que conhecemos hoje – na Mesopotâmia (atual Iraque), 3.500 a.C; no Vale do Nilo (Egito) 3.000 a.C; no Vale do Indo (atual Índia / Paquistão), 2.300 a.C; no Vale do Rio Amarelo (China), 1.500 a.C; e na Meso-América, 600 a.C (GREGORY et al., 2009). Carlos (2008), por sua vez, aponta Jericó (localizada no antigo Canaã, atual Jordânia) como a cidade mais antiga, cuja origem data de 5.000 a.C.

Em tempos contemporâneos, desde a década de 1960, é comum associar a história das cidades a uma ou mais funções urbanas (CARLOS, 2008). Nesse sentido, a origem da cidade pode ser associada com (I) a causa industrial, como o conjunto formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, mais conhecido como ABCD paulista; (II) a causa cultural, seja ela de forma a) religiosa, como as cidades de Jerusalém, Meca, Aparecida do Norte; b) cidades universitárias, como Oxford e Cambridge; ou ainda as c) cidades-museus, como Versalhes e Veneza; e (III), por fim, cidades que surgiram em função da atividade comercial, administrativa ou política, como as capitais de estados e países.

A discussão sobre cidades assumiu um patamar interdisciplinar, reunindo estudiosos de vários campos científicos – historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas e antropólogos – que tornou a cidade “[...] um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO,

2007, p. 13). A cidade é, assim, o produto da ação do homem sobre a natureza; o urbano é uma obra construída e reconstruída pelo homem, tanto pelo pensamento quanto pela ação. Carlos (2008, p. 57) complementa, afirmando que a cidade é uma “[...] realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas”.

Ao falar das cidades em uma perspectiva histórica, Carlos (2008) aponta que o nascimento da cidade se dá em função da necessidade de se organizar determinado espaço, construído para ganhar maior autonomia e desempenhar determinado fim. A autora reforça que, quando o homem deixou o nomadismo a partir de sua fixação em um determinado lugar, desenvolvendo a agricultura²³, e, num segundo momento, aprimorando técnicas que lhe permitiram extrair algum excedente agrícola, estavam dados os primeiros passos para o surgimento das cidades. O isolamento dos indivíduos foi paulatinamente sendo substituído por sua sobrevivência em grupos que, fixando-se em um mesmo lugar, agora exerciam influência sobre ele. Nesse contexto surge a divisão do trabalho, a sociedade de classes e a separação espacial para o exercício de atividades específicas dos homens, isto é, houve a separação entre cidade e campo. Santos (1994) ressalta que essa diferenciação entre cidade e campo se deu, dentre outros motivos, pela possibilidade de trabalho livre, principalmente na transição do feudalismo para o capitalismo.

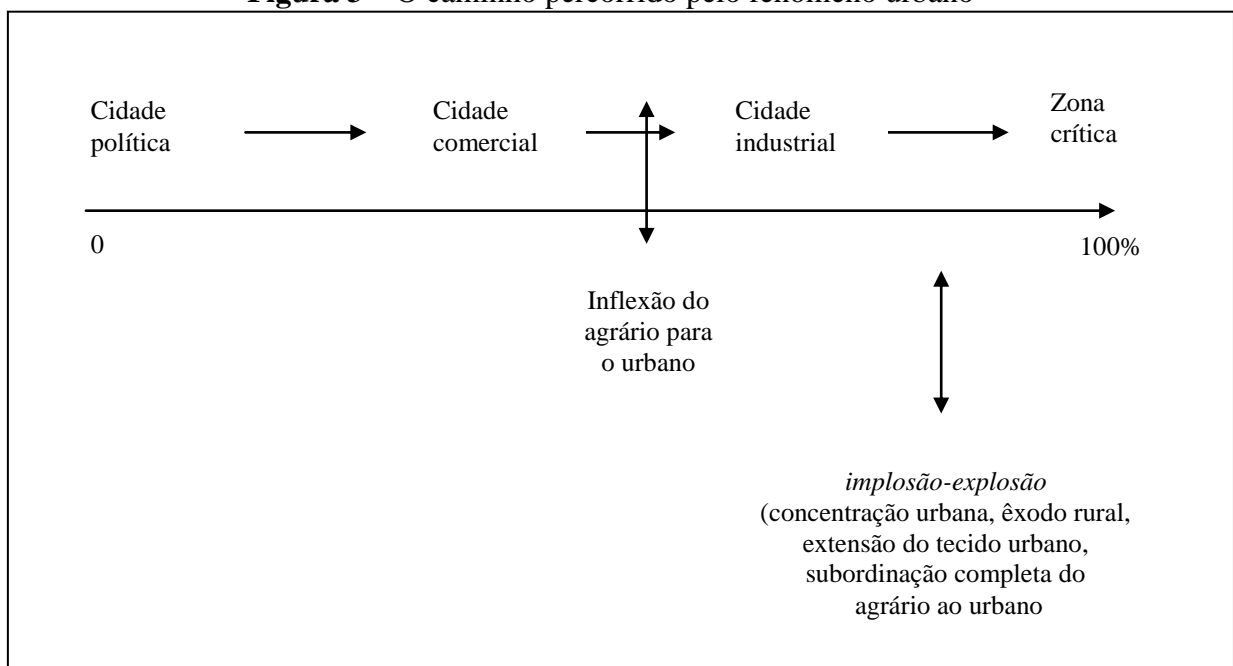
Lefebvre (2008b) apresenta a evolução do fenômeno urbano e sua relação de nascimento (e submissão) ao processo de revolução industrial (Figura 1). O autor aponta que o percurso inicial de uma sociedade organizada surgiu nos moldes da cidade política, estabelecida nas práticas da vida agrícola camponesa e em profundas relações de poder. No ocidente europeu, fim da Idade Média, o poder da mercadoria se instaura com o comércio em torno de uma praça central, onde, logo em seguida, se estruturam a Igreja e a Prefeitura. Assim, a concepção de cidade e de urbano toma corpo como espaço de centralidades, “[...] o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (LEFEBVRE, 2008b, p.20). O comércio torna-se função urbana, o que exige uma forma concreta que estruture o espaço urbano. Desse modo a

²³ Carlos (2008) afirma que as primeiras cidades surgiram na Ásia, em locais cuja agricultura já apresentava determinado nível de desenvolvimento. Em um tempo muito posterior é que a Europa apresentou os primeiros sinais de concentração de grupos de indivíduos que caracterizassem o surgimento de cidades. Ela destaca seis elementos principais que marcaram o surgimento das cidades (CARLOS, 2008, p. 60): a) a divisão do trabalho; b) a divisão da sociedade em classes; c) a acumulação tecnológica; d) a produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; e) um sistema de comunicação; f) uma certa concentração espacial das atividades não-agrícolas.

cidade comercial vai sendo implantada dentro da cidade política até chegar ao modelo da cidade industrial.

Lefebvre (2008b) ressalta que a cidade industrial precede e anuncia uma zona crítica. O urbano está em um ponto cego e a sociedade urbana ainda é um porvir (Figura 3). A realidade urbana atual encontra-se camuflada; em seu lugar atuam representações ideológico-institucionais comumente conhecidas como urbanismo. A zona crítica é, assim, uma espécie de caixa preta onde “[...] sabe-se o que nela entra; às vezes percebe-se o que dela sai. Não se sabe bem o que nela se passa” (LEFEBVRE, 2008b, p. 26). Esta fase crítica representa um campo cego, cegueira esta que se dá em função da redução do urbano à teoria e prática da industrialização, visto que “[...] esse olhar redutor não permite vê-lo enquanto campo de tensões e conflitos, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (MARTINS, 2008, p. 10).

Figura 3 – O caminho percorrido pelo fenômeno urbano



Fonte: adaptado de Lefebvre (2008b)

As análises sobre a urbanização tendem a conceber a urbanização das cidades como produto das transformações advindas com a Revolução Industrial. Com o fortalecimento da troca e do valor de troca, das mercadorias e do mundo do consumo eclodiu o que ficou conhecido como o processo de Revolução Industrial, e foi a partir dele que o campo perdeu espaço para as cidades, em seu desenvolvimento. Contrariando essa versão, entretanto, Lefebvre (1969;

2008a; 2008b) supõe exatamente o inverso: a urbanização não é produto da sociedade industrial revelada, visto que a industrialização só se tornou possível pelo aprimoramento de uma sociedade urbana já em iminência.

Nessa ótica, a análise do urbanismo se torna insuficiente quando explicada como sendo, apenas, subproduto direto do processo de industrialização, o que constituiria um reducionismo à vastidão que podemos denominar fenômeno urbano, deixando à margem questões como tensões e conflitos. Segundo o autor, a explicação para essa relação inversa está no fato de as cidades preexistirem à industrialização, como a cidade oriental (modo de produção asiático), a cidade arcaica (sociedades grega e romana) e a cidade medieval (inserida no contexto do feudalismo). O modo de organização dessas cidades já era embasado em critérios políticos, comerciais, artesanais e bancários. Dessa forma, a industrialização se desenvolve na realidade crescente da própria cidade, onde a força do capitalismo urbano vai fazendo extinguir a sociedade feudal.

Pesavento (2007) destaca que a cidade, enquanto processo econômico, consiste no território onde o processo produtivo de trabalho do homem acontece, transformando o espaço natural continuamente para atender suas necessidades. Em relação às crescentes alterações no fenômeno urbano no século XIX, um novo olhar foi necessário para compreender as cidades de maneira mais abrangente. A cidade como estrutura que necessita de administração de suas distribuições espaciais pode ser tomada como uma organização ou uma megaorganização – real e virtual, concreta e simbólica que contém espaços e ciberespaços que são ocupados por diversas outras organizações – também reais e virtuais, concretas e simbólicas – das mais simples às mais complexas. A cidade é constituída, assim, por diversas unidades organizativas (organizações e microorganizações) que, juntas, representam um todo maior que a soma das partes (FISCHER, 1996; 1997).

No intuito de reforçar a abordagem da cidade como objeto de estudo na Administração, em especial no campo dos Estudos Organizacionais, Mac-Allister (2001, p. 175) propôs o conceito de organização-cidade como uma

[...] organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, e ainda que incorporando processos individuais e, continuamente, uma cultura, possui, como resultado desse

processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade.

Nas palavras de Canclini (2002, p. 41), as cidades são “[...] cenários de gestão”. Embora a prática da gestão das cidades tenha uma longa data, a exemplo das cidades da Grécia Antiga, o estudo deste tema como campo científico da Administração é, ainda, recente. O estudo das cidades na ótica do *mainstream* dos Estudos Organizacionais tem como foco a análise da gestão e distribuição de recursos dentro da configuração territorial urbana. De acordo com Souza (2006, p. 45), sendo um termo oriundo da Administração, o conceito de gestão aplicado às cidades se expandiu para outras áreas no Brasil a partir dos anos 1980, quando surgiram expressões como gestão urbana, gestão territorial. De modo geral, o termo gestão diz respeito ao controle centralizado em relação a determinada organização social.

Ao elencar a urbanização como uma das causas do surgimento da medicina social, Foucault (1979) revela como se deu o processo de centralização de poder em cidades francesas no século XVIII. O autor destaca que a estrutura urbana francesa nesta época constituía-se de um emaranhado de microterritórios heterogêneos, o que dificultava o controle de sua dinâmica territorial. Desse modo, ainda na segunda metade do mesmo século, surgiu a necessidade de constituir a cidade como uma só unidade, organizada de modo coerente e homogêneo, sob a supervisão de um poder único, principalmente em função de razões econômicas e políticas. Isso porque com a indústria nascente, a cidade tornou-se sinônimo de produção e de mercado e, nesse sentido, uma gestão centralizada facilitaria transações de ordem econômica.

Ademais, com o surgimento do operariado – que se tornaria mais à frente, no século XIX, o proletariado – tensões políticas seriam iminentes, principalmente com a evidente segmentação de grupos sociais (ricos e pobres; plebe e burguesia). Se, até século XVII, a preocupação era com a eclosão de revoltas camponesas, no final do século XVIII, ao contrário, as revoltas urbanas tornam-se cada vez mais frequentes, o que possibilitou o desenvolvimento de um poder político forte e centralizado para seu controle.

Foucault (1979) ressalta que, nesse momento, também surge o medo urbano, o medo da cidade, angústias desencadeadas pelas dúvidas quanto aos processos de transformação urbanos no período industrial. O aumento da população oriunda do campo, concentrada para servir de força de trabalho nas fábricas emergentes, trazia consigo doenças que acabaram por desencadear epidemias urbanas. Médicos e políticos, fortemente pressionados pela classe

burguesa, intervieram com planos de urgência para conter as doenças, criaram normas para conter a população em suas casas. Organizaram-se, assim, os bairros, pequenas unidades organizativas que facilitariam o controle do sistema central.

A medicina social dessa época era de exclusão, onde os doentes deveriam ir embora para purificar os outros, ficando o poder político responsável por triar, separar, individualizar e vigiar os indivíduos. Seguindo esse raciocínio, a medicina urbana tinha como objetivos: 1) “a análise das regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço urbano” (FOUCAULT, 1979, p. 90); 2) “o controle e o estabelecimento de uma boa circulação da água e do ar” (FOUCAULT, 1979, p. 91); e por fim 3) a organização das distribuições e sequências, isto é, a delimitação dos espaços comuns, os lugares de circulação. Nesse sentido, a centralização de poder surge como mecanismo político-econômico e como instrumento de controle das ações da população de um determinado território (SOUZA, 2006).

A execução de uma rede de circulação e desamontoamento das atividades na cidade são, portanto, um momento fundamental de constituição do urbano. O higienismo é a forma através da qual devem fluir os enunciados da nova realidade urbana, já que ele materializa, ao longo do século XIX, o desejo de transformação de um corpo doente num organismo sadio: o higienismo é a expressão da primeira forma de uma política de enquadramento e controle da cidade (PECHMAN, 2002, p. 389).

No Brasil do início do século XX houve um momento semelhante. Ainda no início do século, em 1904, a cidade do Rio de Janeiro passava por um surto epidemiológico de febre amarela, varíola, malária, peste bubônica, dentre outras doenças que chamaram a atenção do então presidente da república, Rodrigues Alves. Junto com o médico Oswaldo Cruz, o prefeito da capital brasileira Pereira Passos arquitetou uma campanha obrigatória de vacinação contra a varíola como uma política integrante de um projeto sanitaria e higienista da cidade. A atuação, porém, assumiu um caráter autoritário e truculento, quando as casas da população eram invadidas para a adoção das medidas. O alvo principal dessa política, entretanto, eram as famílias pobres e seu objetivo era a contenção e disciplina da população para que as doenças não ultrapassassem as zonas marginais e chegassem ao centro. Tal medida sanitaria desencadeou uma onda de protestos que ficaram conhecidos como Revolta da Vacina, tendo em vista que a vacinação se tornou prerequisite para as condições de sociabilidade à época, como matrículas em escolas e mesmo a realização de casamentos (LEITE, 2007).

Junto a isso, as reformas urbanas²⁴ do prefeito Pereira Passos tinham o intento de renovar a imagem da capital brasileira e adequá-la ao novo ideário modernista da época, importando, principalmente, o modelo europeu. A instauração do regime republicano no Brasil implicou a alteração do quadro político-econômico da época quando a elite cafeicultora do País tinha interesse no crescimento da industrialização. Nesse sentido, houve uma reestruturação da área central do Rio de Janeiro por meio da expulsão de famílias que abrigavam cortiços nesse espaço para as zonas marginais. A demolição em massa de casas naquela área para o alargamento das ruas ficou conhecido como Bota-Abaixo (LEITE, 2007).

O que percebemos é que, tanto o discurso sanitário, quanto o progressista, proposto pela reforma urbana, produziu um fenômeno no qual se debruçam os mais diversos estudiosos para a compreensão da distribuição populacional urbana: a favelização. A política de embelezamento estratégico da área central do Rio de Janeiro com o Bota-Abaixo, entretanto, não atingiu plenamente o objetivo de afastar a pobreza das vistas da elite, pois, com as demolições, as famílias desalojadas ocuparam os morros que circundavam o centro. Isso porque vários dos operários que trabalhavam no alargamento das ruas eram os próprios moradores dos cortiços demolidos. As famílias expurgadas encontraram nos morros, então, uma alternativa para não se distanciarem tanto do centro da cidade, espaço onde se localizavam seus postos de trabalho. Os próprios operários das obras de alargamento das avenidas eram moradores de cortiços demolidos (RIBEIRO, 2007). O caráter de controle social de uma população menos abastada em função dos interesses específicos da elite local e a politização dos usos dos espaços urbanos é bastante nítido, nesse cenário.

Além do aspecto propriamente sanitário das reformas, havia o discurso urbanístico que associava, metafórica e politicamente, a necessidade de higienização com a remoção socialmente desejada pelas elites da população mais pobre do centro das cidades. A política sanitária do início da República foi também um reflexo da

²⁴ A grande influência para tais transformações no Brasil também é oriunda da cidade de Paris, no século XIX, com a chamada Reforma Urbana de Paris, arquitetada pelo prefeito da capital francesa Georges-Eugène Haussmann. (LEITE, 2007; BENJAMIN, 1997). Haussmann ficou conhecido como o artista demolidor ao expulsar famílias que habitavam o espaço central da cidade com a finalidade de alargar as ruas. Além do ideário de enobrecimento e higienismo, o objetivo de Haussmann era possibilitar a passagem de tanques de guerra caso eclodisse uma guerra civil, pois a sociedade francesa da época estava sob o governo do sobrinho de Napoleão Bonaparte, Luís Bonaparte (Napoleão III). A reforma urbana no Brasil teve suas origens, de fato, somente na década de 1960, a partir de um projeto elaborado no governo do então presidente João Goulart (1961 – 1964). O processo de urbanização e o aumento de problemas de ordem social na sociedade brasileira davam indícios da necessidade de implementação de uma política dessa ordem. A mudança do cenário político-administrativo do País com a instauração do regime militar, entretanto, abafou tais questões e deixou o projeto apenas no papel. Já no fim do regime militar, mobilizações sociais foram se articulando até chegar ao Movimento Nacional para Reforma Urbana (MNRU), em 1987.

tendência francesa de tornar análogos corpo e cidade, a partir da qual se buscava implantar formas eficazes de controle social (LEITE, 2007, p. 117).

Lefebvre (2008b) destaca que a centralidade produz hierarquia e, conseqüentemente, desigualdades. Aos poucos, a cidade sofre um processo de implosão-explosão: atrai e centraliza pessoas, atividades, processos, mas, impossibilitada de sustentar toda essa concentração, a cidade explode e os estilhaços são arremessados para longe, constituindo o que conhecemos por subúrbios, periferias, favelas e aglomerados satélites.

Nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos atingidos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esse centros são abandonados para os “pobres” e tornam-se guetos para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (em redor de Central Park em New York, no Marais em Paris) (LEFEBVRE, 1969, p. 16).

Marques e Bichir (2001) pontuam que na literatura sociológica e urbana dos anos 1970 e 1980 as periferias metropolitanas brasileiras tiveram em seu bojo a autotutela, devido à ausência de atenção do Estado, que camuflava a situação a com empreendimentos habitacionais massificados implantados no final da década de 1960. Dada a não neutralidade do planejamento e gestão urbanos (SOUZA, 2006; SILVEIRA, 2009), em uma perspectiva amplamente hegemônica sobre os estudos urbanos, “[...] o Estado seria o responsável pela reprodução geral da dinâmica capitalista, tarefa que ele cumpriria através de investimentos produtivos para auxiliar a acumulação” (MARQUES; BICHIR, 2001, p. 10).

Tal afirmação ganha reforço ao se considerar que as práticas de planejamento e gestão urbana, antes de qualquer outra coisa, seguem ao modo de produção capitalista instalado na sociedade hodierna. E se esse sistema é marcado por uma clara hierarquização em diversos campos, “[...] nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias” (VILAÇA, 2011, p. 37). Isto posto, planejamento e gestão operacionalizados pelo Estado e pela sociedade civil, “[...] precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente” (SOUZA, 2006, p. 83).

O planejamento urbano, seja de que tipo for, não alcança os grandes contingentes populacionais da periferia e de bairros deteriorados, dando margem ao surgimento de socializações autônomas e segregadas, onde a ausência da administração pública cria a justiça pelas próprias mãos, a segurança privada, as invasões, a sobrevivência baseada na economia da droga e em atividades ilegais, a troca de favores, a corrupção, a ignorância, o misticismo e manifestações culturais que saltam diretamente da cultura de raiz para a cultura televisiva e importada (MIRANDA, 2000, p. 105).

Tratar politicamente o planejamento urbano é atribuir-lhe a responsabilidade pela administração de situações de conflito social, dado que a dinâmica social é a disputa entre os vários segmentos sociais em torno de interesses e necessidades. Assim, o planejamento, ao administrar situações de conflito, proceder a escolhas para que determinados interesses e necessidades – e não outros – sejam atendidos e satisfeitos (CARVALHO, 2001, p. 133).

O ambiente urbano está permeado por um sentido mercadológico, turístico e consumista (BRITTO; JACQUES, 2009) e, dessa forma, “[...] a cidade aparece como um bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital”. O espaço urbano é um meio de reprodução da mais-valia e possui um valor de troca; como produto, aparece na forma de mercadoria. (CARLOS, 1994, p. 85; CARVALHO, 2000). O grande dilema da contemporaneidade está, assim, no fato de existir não uma exclusão, mas uma inclusão precária e instável, marginal (MARTINS, 1997). Na ótica de Souza (2006), há que se perceber que o planejamento não consegue englobar todos os tipos de circunstâncias futuras, e nesse sentido compreender a possibilidade das contingências, bem como a ocorrência de fatores adversos, não-planejáveis. O desafio do planejamento está, pois, na capacidade de planejar de modo não-racionalista e flexível e, assim, o processo de produção do espaço social se vê diante de um dualismo que envolve ambos, planejamento e espontaneidade.

A organização funcionalista, privilegiando o progresso (o tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade. [...] A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir (CERTEAU, 1998, p. 174).

O Estado pode agir facilitando e dando espaço às várias respostas que nascem da criatividade e liberdade da pessoa no seu agir individual e comunitário, tornando-se assim, no seu dinamismo, leigo e democrático, ou pode ignorar as tentativas de resposta efetivas já dadas, mesmo que em estado embrionário, e basear a convivência somente nas exigências que correspondam a um critério que ele, como detentor do poder, define (SAWAYA, 2006, p.131).

Miranda (2000) aponta a necessidade de criação de políticas de lazer e cultura que ofereçam outras possibilidades de atribuição de significados sobre o espaço urbano que não as relacionadas com a vida de trabalho e subsistência, mas destaca que essas políticas devem integrar os interesses da população aos da gestão pública da cidade, das instituições públicas e da iniciativa privada.

O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas. Na sua definição, esse espaço comporta um vetor nulo (virtualmente); a anulação da distância obceca os ocupantes do espaço urbano. É seu sonho, seu imaginário simbolizado, representado de múltiplas maneiras: nos planos, no frenesi dos encontros e aproximações, na atração pela velocidade “até a cidade”. É a u-topia (real, concreta) (LEFEBVRE, 2008b, p. 44).

O espaço urbano é, ainda, construído pelos atores sociais a partir de suas emoções e representações. Nesta perspectiva, “[...] o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade” (NOGUEIRA, 2009, p. 73). Sodré (2008, p. 62) destaca a cidade como um “[...] meio em interação com a sensibilidade e as emoções dos seus habitantes” não é uma abordagem recente e veio se propagando desde o início do século XX, a partir da expansão de grandes centros urbanos modernos. Para Duarte (2006, p. 106), a análise da percepção da cidade por aqueles que a vivenciam significa que “[...] consideramos que a cidade é tanto a sobreposição irregular das cidades que estiveram antes dela, nela, que foram o antes do que ela é, como também a justaposição das vivências urbanas de seus habitantes e de seus usuários.” É a partir destas considerações que inserimos a perspectiva simbólica no campo de análises da cidade.

3.2 A cidade simbólica

Segundo Carlos (1994, p. 81) a cidade é “[...] o *locus* da concentração dos meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho”. É, também, a concentração de população, instrumentos de produção, necessidades, atividades, serviços, infraestrutura, reserva de mão-de-obra e, ainda, mercadorias. No entanto, “[...] a cidade já não é mais vista como um mero cenário para a habitação e o trabalho, ou seja, como simples organização espacial, lugar de assentamento da indústria e dos serviços” (CANCLINI, 2002, p. 41), podendo servir também como espaço de resistência e de processos subjetivos, onde os centros urbanos aparecem como “[...] espaços de referência, pois são palco de importantes

processos políticos, econômicos, culturais, sociais e de acontecimentos e decisões que influenciam a sociedade como um todo” (SODRÉ, 2008, p. 46).

Para além dos processos econômicos e sociais decorrentes, também há as representações que se constroem na e sobre a cidade por seus habitantes. Os estudos sobre história cultural urbana buscam o resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. “O imaginário urbano, como todo o imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade – no caso, a cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 15). “A cidade, enquanto realização humana, é um fazer-se ininterrupto” (CARLOS, 2008, p. 67). Sodré (2008, p. 49) reforça o fato de que a cidade pode ser visualizada para além de seus aspectos produtivo, comercial e funcional, e vista como “[...] um lugar de experimentação da alteridade no interior do qual subjetividades, criadoras ou não, podem ser geradas, um espaço, portanto, onde importantes processos comunicativos e subjetivos acontecem”.

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causada cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como metrópole, realidade urbana que, desde o seu surgimento, causou uma revolução na vida, no tempo e no espaço; que criamos as categorias de cidadão e de excluído para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de progresso ou de atraso, que distinguimos o velho do antigo; que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação, ou, em nome do moderno, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar. São ainda os processos mentais de representação da realidade que nos permitem inventar o passado e construir o futuro, estabelecer as distinções entre rural e urbano, classificar ideias e práticas como modernas ou arcaicas, e considerar certas cidades como turísticas, rentáveis, sustentáveis (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Seguindo essa ótica, Pesavento (2007, p. 14) afirma que a cidade não flui de maneira isolada; ela se transforma ao longo do tempo por meio das relações de sociabilidade nela desenvolvidas por “[...] atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo”. As cidades são, por excelência, um fenômeno cultural porque pressupõem a construção de significados, de *ethos* e de identidades, fenômenos que implicam a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano. Objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam, a cidade também é um

fenômeno que brota de emoções e sentimentos pelo viver urbano, pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos que esse habitar proporciona. As cidades são, assim, visíveis, sensíveis e imaginárias.

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como metrópole, realidade urbana que, desde o seu surgimento, causou uma revolução na vida, no tempo e no espaço; que criamos as categorias de cidadão e de excluído para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de progresso ou de atraso, que distinguimos o velho do antigo; que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação, ou, em nome do moderno, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar. São ainda os processos mentais de representação da realidade que nos permitem inventar o passado e construir o futuro, estabelecer as distinções entre rural e urbano, classificar ideias e práticas como modernas ou arcaicas, e considerar certas cidades como turísticas, rentáveis, sustentáveis (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Nesse sentido, como ressalta Sodré (2008, p. 47), a cidade torna-se importante “[...] lugar de experimentação da alteridade no interior do qual subjetividades, criadoras ou não, podem ser geradas, um espaço, portanto, onde importantes processos comunicativos e subjetivos acontecem”. O espaço urbano, em sua pluralidade de usos, abriga imensa gama de manifestações artísticas, funcionando como uma verdadeira cidade-galeria.

Como afirmou Bakhtin (1988), tempo e espaço são categorias indissociáveis que formam uma dimensão cronotópica. “Deve-se aqui lembrar que a cidade tem a dimensão do humano refletindo e reproduzindo-se através do movimento da vida, de um modo de vida, de um tempo específico, que tem na base o processo de constituição do humano” (CARLOS, 2008, p. 67). Assim, as construções imaginárias de sentido estabelecidas em relação à cidade são registradas em um tempo e espaço específicos, deixando rastros e criando uma história. Dessa forma, as cidades existem sempre em função de um tempo e de um espaço de reconhecimento aos quais se atribuem significados. As experiências vivenciadas na cidade em um tempo remetem a um espaço, que, por sua vez, também é representado (PESAVENTO, 2007).

Segundo Ipiranga (2010, p. 70), a cidade, uma realidade plural e polifônica é, antes de qualquer outra classificação, o sentido se que atribui a ela. A memória de uma cidade é observada, percebida e interpretada “[...] por meio dos seus lugares, das suas falas e dos seus silêncios, das suas lembranças e dos seus esquecimentos, da conservação e da invenção”.

Pesavento (2007) reforça esse argumento quando afirma que muitas cidades convivem em uma mesma cidade, pois consiste uma recriação de tempo e espaço repleta de sentido. As cidades do presente abrigam em suas entranhas resquícios do passado de outras cidades, que foram se transformando e reunindo as histórias de várias épocas e lugares que se cruzam e entrelaçam. A cidade do passado é sempre pensada no presente, renovada continuamente quando lembrada ou evocada por seus indivíduos e quando sua história é narrada pelas novas gerações num processo de reconstrução do passado. O testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe revive as histórias dos mortos que um dia foram importantes, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de dialetos antes referenciados, de valores pregados.

É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares. Ao inventar o passado, contando a história de suas origens e de seu percurso no tempo para explicar seu presente, a cidade constrói seu futuro, através de projetos e visões de mundo que apontam para um depois, seja como ficção científica, seja como planejamento urbano. [...] Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente. Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade (IPIRANGA, 2010, p. 16).

Baudrillard (1969) percebeu o valor simbólico de um objeto para além de seu valor de uso e de troca. Segundo o autor, a sociedade progrediu de um sistema industrial (sociedade metalúrgica) para um sistema de símbolos (sociedade semiúrgica), onde, nesse sistema de símbolos, o objeto perde seu valor de uso e seu valor de troca para ressurgir como função, como valor de signo. O interesse não está nos objetos, mas no sistema de signos que os espelha e, portanto, compreender a atualidade é compreender a mensagem contida no sistema de signos que a constitui. Considerar não o uso nem a troca (a mercadoria), mas o significado implica buscar, em vez da utilidade, o signo que ela comunica, a distinção, a hierarquia, a posição em uma sociedade regida pelo consumo. Baudrillard (1969) acreditava que, na sociedade de consumo, o valor está nas ideias, nos signos dos objetos e, dessa forma, as

identidades deixaram de ser aquelas do trabalho (o que se faz para viver) e passaram a ser as do consumo (como se vive).

4 TOMANDO AS CIDADES: PRÁTICAS DE TERRITORIALIDADE

4.1 A produção de espaços e lugares na cidade

O termo espaço é bastante abrangente e pode ser utilizado em diversas conotações, não é para menos que é um dos termos que mais apresenta significações em dicionários e enciclopédias. Há o espaço da sala, do verde, de um país, de um refrigerador, o espaço ocupado pelo corpo. No sentido geográfico, nos apoiamos nos argumentos de Milton Santos, que o define como o produto da ação dos homens sobre si mesmo (o próprio espaço), por meio da intermediação de objetos, sejam eles naturais e/ou artificiais. Nesse sentido, o espaço constitui um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações onde, de um lado, os sistemas de objetos determinam a forma como se estabelecem as ações e, do outro, o sistema de ações resulta na criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes; e é a partir dessa dinâmica contínua que o espaço se transforma. Espaço significa movimento (SANTOS, 1994; 2006).

Pimentel (2008) faz um pequeno resgate sobre a evolução na concepção do espaço que, na Geografia, não ocorreu de maneira homogênea. Hegemonicamente, a Geografia Física ou Tradicional concebe os espaços a partir de seus elementos naturalmente dados e se preocupa com a compreensão das alterações espaciais de modo objetivo; é o estudo do espaço em suas características naturais (relevo, clima, vegetação). Apenas a partir da década de 1950 o conceito de espaço extrapolou as condições naturais por volta de questionamentos sobre o elemento humano como um importante fator de alteração das configurações espaciais. Como era de se esperar, as primeiras pesquisas que associaram espaço e relações sociais despontaram nas ciências sociais e na economia.

A Geografia Humana, como ficou conhecida esta corrente geográfica, é ainda recente e surgiu a partir da visualização do espaço para além das estruturas físicas, entendendo que nesse ambiente a organização espacial acontece com a constante intervenção do elemento humano no espaço. “Se o espaço em si pode ser primordialmente dado, a organização e o sentido do espaço são o produto da transformação e da experiência sociais (PIMENTEL, 2008, p. 68). Aqui o natural e as condições espaciais físicas não são desprezadas, mas toma-se por objeto o fluxo de pessoas e as relações sociais que reconfiguram continuamente o espaço em uma determinada circunstância. Pimentel (2008, p. 68) complementa ao revelar que os indivíduos

são fatores indispensáveis na disposição da configuração espacial e que, portanto, “[...] a organização e o sentido do espaço são o produto da transformação e da experiência sociais. [Nesse sentido, a organização (do espaço) deve considerar tanto as estruturas quanto] as formas pelas quais o espaço é utilizado e percebido pelos diferentes atores e grupos sociais”.

Fischer (2010) afirma que o espaço social também despontou como assunto de interesse pela psicologia ambiental, que reconheceu a importância dos fatores espaciais da realidade social, concebendo tal espaço (e em especial os espaços de trabalho) em seus aspectos físico e simbólico. Esse campo de conhecimento, que tem o espaço como objeto, preocupa-se com as relações indivíduo-ambiente e busca compreender o papel desse ambiente e suas múltiplas influências sobre o comportamento humano e vice-versa.

Em uma perspectiva analítica crítica, Lefebvre (1992) defende que a concepção de espaço se dá por meio das relações sociais e não pode ser resumida meramente ao espaço físico e suas condições naturais; espaço implica vida social, sendo, portanto, um produto social. A criação dos elementos naturais se modifica a partir da interferência do homem no espaço, transformando-o, dentre outras formas, com seu trabalho. Seguindo essa linha de raciocínio, Santos (2006) compreende o espaço como um conjunto interativo de fixos e fluxos – enquanto os fixos são elementos estabelecidos em determinado lugar, os fluxos são o produto (direto ou indireto) de intervenções nos fixos, modificando, tanto sua significação, quanto seu valor em si mesmos, concomitantemente. Os fixos permitem ações que alterem a dinâmica do lugar, ao passo que os fluxos recriam condições ambientais e sociais na redefinição de um lugar. Os “[...] fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2006, p. 38).

Santos (1994) ressalta que, apesar de muitas vezes tomado como sinônimo de espaço, o lugar significa um conjunto de objetos que tem autonomia de existência pelos elementos que o formam, porém sem autonomia de significação, pois, ao longo do tempo, ininterruptamente, os atores sociais vão atribuindo novas funções aos lugares em substituição às antigas. Exemplos disso são as ruas que, *à priori*, servem a uma determinada função, mas que, em momentos distintos, podem vir a ter funções também distintas. Assim, embora os lugares possam continuar sendo os mesmos, as situações e o contexto histórico relacionados a eles mudam, atribuindo funções diferentes a um mesmo lugar.

Para Spink (2001), o conceito de lugar remete a um espaço ocupado de uso para um determinado fim ou, de maneira mais simples, um local povoado. O lugar está em constante construção e representa aquilo que os homens possuem, onde os horizontes e limites dos lugares são produzidos e disputados pelos próprios homens. Por essa razão, a concepção de lugar e espaço na perspectiva de representação estática do mundo natural pode ser extrapolada, desde que se reconheçam tais termos dentro de uma dinâmica de construção social (SOJA, 1989), pois espaços e lugares são meios onde se estabelecem experiências, significados e simbolismos humanos (MESQUITA, 1998; IPIRANGA, 2010). O lugar consiste, portanto, em uma demarcação física e/ou simbólica no espaço, sujeito a diferentes significações, isto é, o lugar é um espaço de representações (LEITE, 2007).

Lugares são espaços de convergências simbólicas, que resultam de experiências compartilhadas mediante alguma possibilidade de entendimento sobre o que significa um certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais partilhados. Dizer que os lugares não resultam de consensos, mas de possibilidades de entendimento, significa dizer que eles não são produtos originados posteriormente de ações sociais que se tornaram consensuais, mas processos de interação e qualificação simbólica convergente que antecedem formas consensuais mais abrangentes (LEITE, 2007, p. 287).

Nessa constante construção de espaços, novas significações vão sendo atribuídas pelos atores sociais ao longo do tempo. Segundo Augé (2007), os lugares se caracterizam ainda como identitários, relacionais e históricos. Identitários porque remete ao nascimento, às regras criadas e perpetuadas que representam para as pessoas que o ocupam um sentido, um sentimento de pertença; relacionais porque referências compartilhadas que designam fronteiras marcam a relação com seus próximos e os outros, tornando o lugar um elemento existencial e, portanto, experiencial; e, nesse sentido, também são históricos, pois é onde os homens vivem, não construindo a história, mas nela vivem.

Para Santos (2006), a compreensão dos fenômenos espaciais não se dá sem levar em consideração o tempo, visto o caráter de inseparabilidade dessas duas categorias (espaço-tempo). Fischer (1996; 1997) complementa tal argumento ao citar que diferentes dimensões de espaço e tempo convivem, nem sempre em harmonia. Passado e presente estão articulados com vistas à produção e difusão de uma cultura local, que simboliza o patrimônio da cidade. Os universos locais são multifacetados, policromáticos, singulares e diversos, formando teias organizacionais mais ou menos densas. No mesmo espaço podem conviver, por exemplo, um *shopping center* e um estádio de futebol, um bloco de carnaval e um mosteiro, uma empresa

de ônibus e uma baiana microempresária de acarajé. Lefebvre (1991) ressalta que, na natureza, o tempo é apreendido dentro do espaço e que nós vivemos o tempo; tudo o que vemos e vivenciamos são momentos. Vergara e Vieira (2005) compartilham da mesma visão.

Noções como espaço social, espaço cultural, espaço econômico, em suma, o espaço construído, foram erguendo-se com a evolução do conhecimento e da informação. A noção de espaço físico, concreto, real, sempre foi mais fácil à percepção do que noções de espaço subjetivo ou do recente espaço virtual ou ciberespaço. Assim, igualmente, para a noção de tempo. Os símbolos temporais se foram caracterizando pela contagem de posicionamentos dos astros e seus movimentos em relação à Terra. As fases da Lua e as estações do ano pelo posicionamento do Sol serviram de apoio aos signos dos dias e noites, do inverno e verão; assim foram sendo contados os dias, e a soma deles os anos, e desses os séculos e além os milênios. O espaço construído, particularmente, o das subjetividades, e o tempo semiológico constituíram no decorrer das coexistências e das sucessões os padrões referenciais no processo evolutivo da sociedade humana. Hoje, encontramos-nos no espaço de nova ordem global (VERGARA; VIEIRA, 2005, p. 110).

A respeito dessas questões Ipiranga (2010, p. 67) destaca que as discussões sobre tempo e espaço estão diretamente relacionados com a análise da memória como “[...] um jogo em permanente construção, dirigindo a atenção para o espaço em que vivemos e a que sempre temos acesso como lugar de experiências, significados e simbolismos”. Nesse sentido, se falar de lugar é falar de tempo, logo, os lugares também remetem a uma história, a percepções e valores relacionados à memória a que conferem múltiplos significados que refletem a identidade cultural dos povos que se relacionam com eles (STEPHENSON, 2010).

Segundo Fischer (2010), o espaço é palco para o desencadeamento, não apenas de funções físicas, mas, sobretudo, de valores sociais, e é nesse sentido que os indivíduos estão continuamente lhe atribuindo algum significado. A concepção de espaço como categoria indissociável do tempo – e que, portanto, remete a uma memória – também conversa com a perspectiva de espaço-tempo como uma construção social. Seguindo tal ótica, tempos e espaços são produtos das subjetividades dos sujeitos, resultando em ações que têm como pano de fundo aspectos não apenas simbólicos, como também políticos.

A construção social dos lugares politiza o espaço urbano (qualificando-o como espaço público), na medida em que cada lugar, para se legitimar perante o outro – e a partir do qual se diferencia – precisa igualmente ser reconhecido publicamente em sua própria singularidade (LEITE, 2002, p. 130).

Os espaços não são neutros (GREGORY et al., 2009) e implicam discursos, políticas e estratégias. Sendo assim, o espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da

política (LEFEBVRE, 2008a; 2008b). Espaço implica, portanto, relações de poder. Isto porque, se consideramos o espaço como objeto da produção de significados de diversos indivíduos ou grupos de indivíduos, devemos considerar a possibilidade de disputas e conflitos por um mesmo espaço, principalmente se para fins distintos.

Raffestin (1993, p. 53) ressalta que o poder é parte intrínseca de toda relação e que somente se manifesta por ocasião dessas relações, constituindo “[...] um processo de troca ou de comunicação quando, na relação em que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam”. Lefebvre (2008a, p. 44) atenta para uma das hipóteses de concepção de espaço que o tem como um elemento intermediário, um modo e um instrumento e que nessa perspectiva “[...] o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”.

Segundo Carlos (1994), a configuração espacial é determinada em relação às diretrizes capitalistas de produção, o que envolve, tanto a forma física, quanto a forma política. Nesse sentido, a distribuição espacial no urbano se expressa de uma forma segregativa e diferenciada, pois é o processo de reprodução do capital que determina as ocupações do espaço por seus segmentos sociais, tendo como base a propriedade privada. Isso significa que as classes mais abastadas ocupam as áreas mais estruturadas, enquanto a outra parcela da população sofre limitações acerca dessa estruturação. Inicialmente, essa parcela da população ocupava o centro da cidade, onde produtos e serviços eram de fácil acesso, restando à população de menor classe econômica a ocupação de áreas marginais e periféricas. As consequências da urbanização, entretanto, levaram esses sujeitos a buscarem espaços mais isolados (com maior possibilidade de tranquilidade e opções de lazer). À classe menos abastada resta ocupar, assim, as deterioradas áreas centrais abandonadas pela outra parcela da população, ou as áreas mais dispersas do centro e sem a infraestrutura necessária, como a periferia.

Não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida. É, todavia, na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital (CARLOS, 1994, p. 82).

O poder político do Estado tende a homogeneizar as práticas no espaço urbano por meio de seu controle (CARLOS, 2006). O Estado atua, assim, no processo de revalorização/desvalorização do espaço urbano que define as áreas de concentração e dispersão de habitantes. Isso significa que “[...] o espaço revela-se enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, num espaço globalizado” (CARLOS, 2009, p. 297).

A transformação de certos espaços da cidade em centros enobrecidos a partir de investimentos públicos e privados recebe o nome de *gentrification*. Esse processo diz respeito, tanto ao empreendimento econômico em determinado local no intuito de incrementar o potencial de investimentos, quanto “[...] à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representem visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade” (LEITE, 2007, p. 63). Nesse sentido, a lógica de produção do espaço segue, portanto, a racionalidade técnica imposta pelo capital industrial/financeiro, o que acaba por transformar o espaço em mercadoria, visto que “[...] é o espaço que viabiliza a realização do ciclo do capital, tanto do processo produtivo, quanto da produção da cidade em sua dimensão material” (CARLOS, 2009, p. 295).

A mobilização do solo urbano acompanha, portanto, as transformações no processo de reprodução atual comandado pela lógica do capital financeiro, que atua por meio das políticas urbanas, através das quais o Estado assegura a reprodução. As renovações urbanas apontam, por exemplo, uma forma de se cooptar a cultura, subsumindo-a ao mundo da mercadoria para alavancar o processo de transformação espacial como momento de acumulação (CARLOS, 2009, p. 296).

A construção da problemática urbana revela o papel do espaço e a produção do espaço urbano em suas contradições. O sentido da produção do espaço encontra-se definido pelo contexto que objetiva a valorização do capital, incorporando sempre novos elementos capazes de estender o modo de produção ao mesmo tempo em que permite controlar as forças sociais que poderiam se opor ao poder político. Esse movimento sinaliza a importância do espaço no processo de reprodução geral da sociedade (CARLOS, 2009, p. 291).

Leite (2007) ressalta que a concepção da produção social do espaço urbano como uma construção simbólica implica diferentes formas de apropriação e sentidos de pertencimento, o que leva, conseqüentemente, a diferentes representações. Isso significa que a cidade flui para além do espaço planejado, produzido e construído (representação do espaço), chegando até a forma como os diferentes grupos sociais representam a essa produção, isto é, o espaço

percebido, vivido (espaço da representação) (LEFEBVRE, 1991; 2008a). Distintas representações do espaço implicam diferentes usos, ou contra-usos. Dessa maneira, a presença desses contra-usos reforça a configuração de um lugar “na medida em que torna mais visíveis as fronteiras que constantemente precisam ser reafirmadas na delimitação prática e simbólica dos lugares sociais” (LEITE, 2007, p. 298).

Os lugares, quando erguidos pelos contra-usos no interior dos processos de *gentrification*, podem representar formas táticas – especializadas e simbólicas – de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um legítimo espaço político da diferença (LEITE, 2002, p.130).

A produção de espaços, portanto, “[...] vai além da ilusão da gentrificação traçada pelo plano arquitetônico, ou seja, vai além dos usos planejados (mercantis, estratégicos, de apropriação do passado, saneadores), pois estes se rompem na produção real da heterogeneidade social e cultural de seus espaços” (PAOLI, 2007, p.15).

4.2 A construção de territorialidades

Compreender a noção de espaços e lugares nos leva à compreensão de um fenômeno consequente de seus usos: as práticas de territorialidade. Santos (2006, p. 38) chama de configuração territorial ou geográfica o conjunto formado pelos sistemas naturais de uma determinada área somado aos “[...] acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais”. No entanto, apesar de os conceitos de configuração territorial e espaço se diferenciarem em sua natureza, um pode ser incorporado pelo outro, respectivamente. Enquanto a configuração territorial significa tão somente uma realidade material de existência própria, o espaço integra a ela aspectos vitais que a animam. Em outras palavras, a configuração territorial existe por si só, mas a partir da inserção de relações sociais é que passa a existir socialmente; isto é, reunindo materialidade e vitalidade a configuração territorial se torna um espaço (SANTOS, 2006).

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2006, p. 39).

De acordo com Raffestin (1993), o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. O espaço é algo anterior ao território pelo simples fato de que o território se forma a partir do espaço por meio de uma apropriação concreta ou abstrata de seus elementos. Território é, assim, uma unidade de espaço contíguo que é usado, organizado e gerido por indivíduos, grupos sociais ou instituições, criado com o objetivo de restringir e controlar o acesso de pessoas (GREGORY et al., 2009). O território compreende “[...] um lugar ou uma área geográfica ocupada por uma pessoa ou um grupo: o território é, nessas condições, a propriedade de uma pessoa ou de um grupo que se torna, de certa maneira, proprietária dele” (FISCHER, 2010, p. 84). Santos (2006, p. 16) destaca que “[...] o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Um território de maneira bastante geral, ele pode ser uma área, ele pode ser uma mancha, uma ocupação, ele pode ser um uso. Quando se cartografa, muitas vezes se está dando dimensões, falando de extensões, falando de arranjos, falando de estrutura e a produção dessa realidade se dá justamente por essa relação, que é sociedade e espaço. É claro que já aprendemos que somos espaço, mas isso não quer dizer que a relação acabou, ela permanece, como dialética que vai engendrando sempre a transformação do anterior e gerando uma ocupação, uma marca, um apoderamento, uma posse, que tem a ver com o uso. Se alguma matéria do espaço tem utilidade, aquilo tem valor, então tem uso e valorização. A concepção disso, de pertencer, o sentimento de estar pertencendo a um espaço (em alguns casos isso se consubstancia em identidade, em outros talvez seja consciência da própria realidade) completa essa relação (HEIDRICH, 2007, p. 5).

Segundo Haesbaert (2005), a concepção de território segue duas linhas: a material ou física, e a simbólica, ainda que, em ambas, a questão do poder seja um elemento intrínseco fundamental. Dessa forma, território tem a ver com o poder em seu sentido mais concreto (de dominação), mas também em relação a um sentido simbólico (de apropriação). Todo território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico, “[...] pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’ (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Quadro 1 – Delimitações dos territórios funcional e simbólico

Território Funcional	Território Simbólico
Processos de dominação	Processos de apropriação (Lefebvre)
Territórios da desigualdade	Territórios da diferença
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex.: a Terra Prometida dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (abrigo, lar, segurança afetiva)

Fonte: adaptado de Haesbaert (2005).

A territorialidade seria a organização de pessoas e coisas em áreas discretas por meio do uso de limites. A territorialização constitui um processo dinâmico por meio do qual os seres humanos, movidos por seus interesses, estabelecem fixações no espaço territorial. O processo inverso, a desterritorialização, diz respeito ao desenraizamento das pessoas e coisas de tais territórios. A reterritorialização, por sua vez, constitui a repetição das práticas de territorialização pelos mesmos indivíduos (GREGORY, et al., 2009). Haesbaert (2005;) problematiza que a desterritorialização do espaço seja um mito, pois, em seu lugar, existe um processo de multiterritorialidade: “[...] o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2005, p. 6790).

O espaço social, mais especificamente o espaço urbano, é socialmente produzido, isto é, um produto do trabalho humano – o território não existe sem a sociedade e o espaço; é a materialização das relações entre esses fatores que pode vir a gerar práticas territoriais nas mais diferentes escalas. Os territórios podem ser considerados, assim, construções sociais, visto que alteram a lógica formal de determinado espaço em detrimento das aspirações subjetivas dos sujeitos (VILAÇA, 2011; BERGER; HEIDRICH, 2007; BERGER; LUCKMANN, 2004). “Os territórios se desmancham, que são produzidos múltiplos outros territórios, que a função da técnica permite a invenção de novas espacialidades²⁵, nas quais se produzem outras relações com essas espacialidades, portanto, possivelmente outros territórios” (HEIDRICH, 2007, p. 5).

Seguindo com essa questão, um ponto importante surge e merece ser detalhado. Ao adotarmos a leitura de espaço, lugar e território como construções e processos sociais, é preciso compreender a pluralidade de tais termos quando sua criação e uso se dão em função das subjetividades de seus diversos atores sociais, dos significados e funções atribuídos por cada indivíduo. Falamos, portanto de *espaços, lugares, e territórios e territorialidades*. A utilização de tais termos no plural destaca sua leitura como uma prática coletiva, paralela e heterogênea.

²⁵ De acordo com Santos (1994, p. 73) “[...] o espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade [A espacialidade é] um momento, é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial”.

Quando um indivíduo ocupa um determinado lugar, ele tende a desenvolver comportamentos²⁶ que despontam para a dominação territorial (BROWN, 2005), isto é, exercem maior influência nesse local do que em outros. Importante ressaltar que os territórios podem ser delimitados de várias formas, mas, tendo sempre em seu pano de fundo, aspectos conjunturais intrínsecos, pois “[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais” (HAESBAERT, 2005, p. 6776). Nesse sentido, a noção de dominação territorial diz respeito a como os sujeitos exercem influência sobre determinado lugar e criam instrumentos de controle particular sobre as propriedades de determinado espaço. Isso significa que as práticas territoriais comportam, simultaneamente, elementos identitários (FISCHER, 2010), além de elementos políticos. Em outros termos, ao desenvolver uma prática territorial sobre determinado espaço, indivíduos ou grupos sociais desenvolvem relações de poder em relação ao espaço ocupado, criando vínculos identitários e simbólicos.

²⁶ Em uma perspectiva *behaviorista*, Brown (2005) apresenta a territorialidade a partir do modo como indivíduos e grupos sociais se apropriam do solo urbano. O autor define territorialidade como a expressão comportamental de um indivíduo a partir do surgimento de sentimentos de posse em relação a um objeto físico ou social. O autor pontua que a territorialidade pode envolver: I) aspectos tangíveis; II) aspectos intangíveis, como ideias, papéis e responsabilidades; e III) entidades sociais, tais como pessoas e grupos. Os espaços estão sujeitos a práticas e intervenções que, na ótica de Fischer (2010), são denominadas de apropriação – formas de interação que expressam aspectos subjetivos dos atores sociais por meio da ocupação ou utilização específica do espaço. Em poucas palavras, apropriar-se significa “[...] tornar seu, se atribuir, se dar a propriedade de alguma coisa, mesmo que ela não nos pertença legalmente” (FISCHER, 2010, p. 89). Esse processo de apropriação revela que o comportamento humano não é passivo, ficando o espaço sujeito à intervenção física e/ou psicológica desses sujeitos. Brown (2005) ainda ressalta que esses sentimentos de posse e apego em direção a um determinado objeto significam um domínio psicológico. A territorialidade remeterá a ações ou comportamentos que, muitas vezes, emanam da propriedade psicológica dos sujeitos para fins de construção, comunicação, manutenção e restauração de uma ligação com um objeto. Entretanto, a territorialidade não acontece simplesmente para expressar alguma forma de apego em relação a um objeto, mas, sobretudo, está preocupada em estabelecer, comunicar e manter as relações com esse objeto de modo que não se apliquem a outros indivíduos no meio social. Tal circunstância denota o caráter idiossincrático do fenômeno. A compreensão do lado simbólico da territorialidade (e, portanto, dos elementos que constituem a propriedade psicológica e as subjetividades envolvidas nos sentimentos de posse em relação a objetos ou lugares) é fato ainda recente, visto que, hegemonicamente, sua análise se deu de maneira singular e objetiva, priorizando os aspectos econômicos envolvidos. Fischer (2010) complementa que uma forma de demarcação são as fronteiras: limites, zonas reais ou simbólicas que expressam que algo está sendo guardado, protegido e que não será penetrado sem que desencadeie reações de defesa. Nessa perspectiva, as fronteiras assumem um papel preventivo, anunciando a oitrem que determinado espaço está sendo ocupado. Os territórios são marcados, assim, por meio de objetos, sinais ou símbolos e a territorialidade surge para manifestar ou defender elementos simbólicos e identitários.

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Segundo Gomes (2005, p. 252), o espaço público urbano está marcado por divergências de interesses, atividades e anseios, pois o espaço público consiste no “[...] lugar da vivência da liberdade, o lugar da sua discussão e o lugar onde se forja uma linguagem que a exprime”. A distribuição da sociedade em uma hierarquia implica a diferenciação dos sujeitos, o que, por sua vez, reflete os diferentes interesses quanto ao uso do espaço público. Dessa forma, o espaço público, por ser um espaço aberto e também “[...] o lugar da diferença, da heterogeneidade, do encontro com estranhos”, não se dá sem a existência de conflitos (JAYME; NEVES, 2010, p. 609).

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente (LEITE, 2002, p. 116).

É na vida pública que os indivíduos reafirmam suas diferenças e legitimam suas visões de mundo, isso porque um lugar se constitui fundamentalmente como um espaço para a construção da diferença, por meio de elementos que identifiquem os distintos modos de apropriação e sentidos de pertencimento de uma coletividade (LEITE, 2002; 2007). De acordo com Carlos (1994), é por meio da ocupação ou utilização do espaço, em um dado momento, que se concretiza a produção espacial. Essa utilização, entretanto, não acontece de maneira homogênea, mas diferenciada. A disputa pelo uso do espaço urbano é permeada pela desigualdade e heterogeneidade na medida em que envolve vários segmentos da sociedade, o que implica conflitos. São as leis do mercado, portanto, que estabelecem os usos e as formas de apropriação do espaço urbano. Isso porque o acesso à propriedade tem um preço e o espaço apropriado corresponderá como propriedade de um sujeito.

O uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver. O ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no

espaço. Só que o ato em si não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço; ele envolve o ato de produzir o lugar (CARLOS, 1994, p. 83).

Enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. (HAESBAERT, 2004, p. 360)

De acordo com Ribeiro e Cardoso (1989 *apud* CARVALHO, 2001) “[...] a apropriação do espaço urbano é diferenciada: para os segmentos consumidores da cidade, representa o quadro material da vida individual e coletiva; e para os segmentos produtores, o espaço urbano representa um bem sobre o qual se auferem lucros e rendas”. Souza (1994, p. 25) complementa, afirmando que

[...] a questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos Planos e Políticas Públicas. Os discursos produzidos sobre estas questões insistem em ignorar que as características essenciais da economia brasileira, ou, melhor dizendo, a formação sócio-espacial brasileira, a formação do território brasileiro, é produto das relações sociais no Brasil. A sociedade e o espaço brasileiros precisam ser considerados concomitantemente. O viés economicista, que há duzentos anos domina a elaboração das políticas econômicas e sociais, no entanto, impede esse tipo de análise e consideração.

A hierarquização da sociedade confere a determinados grupos um tipo particular de territorialização do espaço público urbano – para a massa de recursos humanos que não está inserida no mercado formal de trabalho, a rua se transforma em espaço de trabalho. Segundo Carrieri et al. (2008) e Jayme e Neves (2010), nas décadas de 1980 e 1990, na cidade de Belo Horizonte, assistiu-se à popularização do comércio informal no centro da cidade. A concorrência com os lojistas era direta, visto que a ocupação dos camelôs acontecia nas calçadas, na frente dos estabelecimentos comerciais. No ano de 1984 foi sancionada a Lei Municipal nº 3.841, que licenciava a atividade, com o objetivo de controlar e disciplinar a rua como local de trabalho, no aumento desenfreado da atividade perdurou até o ano de 2003, quando a Prefeitura de Belo Horizonte resolveu definir um local para concentrar os camelôs e desafogar o centro da cidade. Nesse contexto surgiram os *shoppings* populares.

A apropriação dos espaços públicos é, assim, apenas uma fatia da discussão cidadina, quando também necessário é desenvolver um debate que inclui a sua produção coletiva. Isso porque a reflexão [e principalmente os fins] da criação de espaços públicos não deve estar circunscrita aos especialistas que a projetaram, mas direcionada às intervenções, à produção coletiva. O

planejamento urbano, no entanto, ao priorizar a circulação de carros, mercadorias e pessoas em detrimento das possibilidades de ocupação e transformação dos espaços urbanos, limita essas intervenções por parte da população. “Juntas, a lógica do lote privado e a lógica da gestão centralizada interdita o engajamento das pessoas no espaço público cotidiano” (MILAGRES; KAPP; BALTAZAR 2010, p. 2).

Em lugar de abordar os espaços públicos genericamente, recorrendo ao sentido institucional e formal do grande equipamento público, importa investigar o uso de tudo aquilo que resta quando se subtraem do espaço cotidiano o lote privado e o condomínio fechado: são as calçadas, as ruas, os canteiros centrais das avenidas, as pequenas praças de bairro, os resquícios de empreendimentos passados e quaisquer outros espaços livres. Eles podem ser ocupados de muitas formas, mais ou menos espontâneas, mais ou menos organizadas: para encontros, festas, esportes, comércio ou ócio; esporádica ou rotineiramente; em empreendimentos de algumas horas ou de meses; com usos que dispensam a transformação física ou que, pelo contrário, a exigem (MILAGRES; KAPP; BALTAZAR, 2010, p. 2).

Carlos (2008) destaca a cidade como um campo de manifestações políticas, já que o espaço citadino, por natureza, implica uma sociedade hierarquizada, dividida em classes. Nesse sentido, é comum que haja disputas para a ocupação de um mesmo espaço por diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos. Misoczky et al. (2011) apresentam conflitos que se estendem há mais de cinco anos em torno do Centro Comercial Nova Olaria, na cidade de Porto Alegre. Inicialmente frequentado pela classe média porto-alegrense, em sua maioria homossexuais, após certo tempo, esse grupo migrou para outro ponto da cidade e o Olaria passou a receber outro tipo de público, com poder aquisitivo inferior e que, por tal motivo, não foi bem recebido. A partir dessa rejeição, o lugar se transformou em um território de resistência e luta.

A objetividade das ações do Estado divide espaço com a alteridade dos demais atores que vivenciam o urbano. Os indivíduos e grupos encontram na cidade formas diversas de expressarem suas identidades e intersubjetividades, interferindo diretamente em sua dinâmica. A apropriação do espaço público é uma prática comum e, desse modo, a cidade se fragmenta, abrigando em si várias outras cidades, espaços e territórios. A cidade é o que se cria e vivencia.

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a cidade mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da

cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008a, p. 47).

A cidade, produto dos processos sócio-espaciais que refletem a interação entre várias escalas geográficas, deve aparecer não como uma massa passivamente modelável ou como uma máquina perfeitamente controlável pelo Estado (tecnicamente instruído por planejadores racionalistas e tecnocráticos), mas como um fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável, de uma miríade de agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o Estado apenas um dos condicionantes em jogo (ainda que seja um condicionante crucial nas modernas sociedades capitalistas) (SOUZA, 2006, p. 52).

Fischer (1997, p. 257) destaca que “[...] ao inovar em suas formas de apropriação e gestão do espaço, a cidade pode estar garantindo continuidade cultural quando elementos tradicionais são reinventados e reintegrados em novas configurações dinâmicas de ação”. Inovações e continuidades, produtos e processos das dinâmicas urbanas e suas manifestações podem estar integradas em um mesmo movimento como, por exemplo, os centros históricos.

Fischer (2010) ressalta que, ao falar de espaço, falamos de cultura – o berço no qual indivíduos e grupos absorvem códigos de aprendizagem e interações com o ambiente. A cultura, entendida em um sentido abrangente, agrupa três sistemas: o cultural, o simbólico e o imaginário; e se as organizações podem ser consideradas culturas – conforme a perspectiva de Morgan (1996) – a cidade, organização local por excelência, passa a ser um espaço de ressonância cultural, produtora de continuidades, rupturas e inovações culturais. Dessa forma, a cultura da cidade emerge como espaço de enraizamento, memórias, interação, fronteiras e hibridismo, constrói no tempo identidades, produz e reflete identificações, símbolos, signos e significados (IPIRANGA, 2010).

Mac-Allister (2001) ressalta a cultura cidadina como um conjunto que abraça diversas outras culturas que interagem entre si criando, entre outros elementos, sentimentos. Assim, vale ressaltar as ideias de Roncayolo (1986 *apud* MAC-ALLISTER, 2001) sobre a importância do simbólico para explicar ambos, estrutura e tecido urbano – como esses símbolos são criados, para quem e por quem. “Nesse contexto, a cidade, suas ruas, seus bairros e equipamentos são espaços e suportes concretos de sociabilidade e experiências, formando uma base material com a qual é possível pensar, avaliar e realizar uma possível gama de sensações e práticas sociais compartilhadas” (IPIRANGA, 2010, p. 68).

As cidades, portanto, são construídas continuamente principalmente em função da atuação de seu povo, da relação de identidade que criam com ela e os elementos simbólicos embutidos nesse processo. As manifestações populares em busca de lazer e cultura, como as apropriações do espaço público urbano, põem em evidência a necessidade de se pensar a cidade como uma organização que deve orquestrar políticas públicas voltadas para seus diversos públicos.

A temática da apropriação do espaço público está presente na agenda acadêmica de pesquisas no contexto brasileiro desde os anos 1980. A mudança na forma de apropriação do espaço público possibilitou a criação de novas centralidades, desde a década de 1960, o que, em parte, se explica pela mudança nos padrões de consumo, característicos da pós-modernidade (JAYME; NEVES, 2010; FEATHERSTONE, 1995). Isto se torna perceptível principalmente quanto aos distintos usos que os grupos sociais fazem da cidade, deixando explícito o caráter de segregação da sociedade, também presente no âmbito cultural (LECHNER, 2004), o que nos leva a problematizar sobre a negligência ou mesmo ausência de espaços voltados para as camadas populares e suas manifestações culturais.

4.2.1 Manifestações culturais (populares)

Em uma perspectiva antropológica, a cultura pode ser entendida como um conjunto de práticas, costumes, valores, hábitos ou modos de vida de uma população. Ademais, cultura “[...] é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si” (CUCHE, 1999, p. 143). Para os frankfurtianos, entretanto, a noção de cultura se situa em um sentido mais específico, ligado à produção de artes, filosofia, literatura e música. Em seus estudos sobre a indústria cultural, foram os primeiros a criticar a cultura e as comunicações de massa (ORTIZ, 1986; KELLNER, 2001), o que nos leva diretamente à análise da dicotomização da cultura em uma cultura de elites, erudita ou alta cultura; e uma cultura popular, cultura de massas ou baixa cultura. Conseqüentemente, essa segmentação abre margem para a análise do processo de hierarquização cultural marcado pela ideia de cultura dominante e cultura dominada (MACDONALD, 1964; MORIN, 1980; CANCLINI, 1983; BAKHTIN, 1987; CHARTIER, 1995; BOLOGNESI, 1996; CUCHE, 1999).

Fazendo uma crítica à teoria da indústria cultural da Escola de Frankfurt, Kellner (2001, p. 47) afirma que os representantes desta escola “[...] evitaram a política concreta e em geral situaram a resistência nos indivíduos, como eles mesmos, e não em grupos, movimentos ou práticas sociais oposicionistas [e que, em função disso] a Escola de Frankfurt, em última análise, é fraca na formulação de práticas de oposição e nas estratégias culturais contra-hegemônicas”. Nos anos 1960 os estudos culturais articulados pelos integrantes do *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies*, também conhecidos como estudos culturais britânicos, foram desenvolvidos no sentido de conferir uma abordagem desafiadora sobre a cultura.

Os estudos culturais britânicos situam a cultura no âmbito de uma teoria social, especificando os modos como as formas culturais serviam para aumentar a dominação social ou para possibilitar a resistência e a luta contra a dominação [...] Baseando-se no modelo gramsciano de hegemonia e contra-hegemonia, os estudos culturais analisam as formas sociais e culturais “hegemônicas” de dominação, e procura forças “contra-hegemônicas” de resistência e luta (KELLNER, 2001, p. 47).

Nesse sentido, os estudos culturais britânicos²⁷ tinham como foco um projeto político de transformação social por meio da subversão da distinção entre cultura superior e cultura inferior a partir da valorização de formas culturais ignoradas por outras abordagens como o cinema, a televisão e a música popular. A inovação desses estudos esteve em analisar as influências das comunicações de massa em processos de dominação, subordinação e oferecendo uma crítica às formas de cultura que propiciam esse cenário, como o estudo das resistências (KELLNER, 2001).

Falar de cultura “dominante” ou de cultura “dominada” é então recorrer a metáforas; na realidade o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros. Nesta perspectiva, uma cultura dominada não é necessariamente uma cultura alienada, totalmente dependente. É uma cultura que, em sua evolução, não pode desconsiderar a cultura dominante (a recíproca também é verdadeira, ainda que em um grau menor), mas que pode resistir em maior ou menor escala à imposição cultural dominante (CUCHE, 1999, p. 145).

²⁷ *The uses of literacy* (1958), de Richard Hoggart, foi um dos primeiros trabalhos publicados pelo grupo dos estudos culturais britânicos ou Escola de Birmingham, como também são conhecidos. Hoggart desenvolveu um estudo sobre as comunidades de trabalhadores na Grã-Bretanha e a criação de culturas em oposição à cultura dominante apresentando, assim o modo como os indivíduos “[...] criaram identidades e construíram sua vida por meio desses recursos culturais” (KELLNER, 2001, p. 54). Williams (1958), Thompson (1963) e Hall e Whannel (1964) também foram alguns autores precursores sobre estudos culturais.

A existência de níveis culturais (cultura de elites e culturas populares) abre margem para a problematização de outras questões, dentre elas, a questão do consumo cultural, isto é, de que forma os espaços de produção cultural são distribuídos e como ocorrem os processos de consumo dessas culturas? Canclini (1995, p. 53) define o consumo²⁸ como o “[...] conjunto de processos sócio-culturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos”.

A questão do consumo cultural também foi problematizada pela indústria cultural, na qual a cultura é transformada em mercadoria e, como qualquer outro produto ou serviço, é fruto de um longo processo produtivo que, ao final, é distribuído e posto à venda. Nesse processo, cuja intenção é a completa naturalização da reificação do produto cultural, seu valor de troca acaba se sobrepondo ao seu valor de uso (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; BOLOGNESI, 1996; LEFEBVRE, 2008a). Na concepção de indústria cultural, portanto, há a

[...] transferência do conceito do fetichismo da mercadoria para a problemática da arte e da cultura. O problema artístico e cultural, nesse contexto, desloca-se das matrizes intrínsecas do seu fazer e estende-se até o circuito total de sua produção, reprodução e consumo. Isto é, já não se fala explicitamente de obra de arte, mas sim de uma mercadoria de natureza cultural, gerada de acordo com a lógica e os atributos industriais (BOLOGNESI, 1996, p. 77).

A arte e a cultura estão, neste século, inseridas no universo econômico, como atividade de exploração e expansão do capital, e participam também do universo simbólico como um dos mecanismos privilegiados de sedimentação do imaginário dominante. Os meios preferenciais de exercício da hegemonia são os veículos de difusão da informação e da cultura de massas²⁹ (BOLOGNESI, 1996, p. 83).

O consumo cultural segue um caráter de segmentação também em relação aos espaços sociais. Se “[...] a sociedade é concebida como um conjunto hierárquico e antagonista de relações sociais caracterizadas pela opressão das classes, sexos, raças, etnias e estratos nacionais

²⁸ Canclini (1999) propõe seis modelos de consumo cultural, a saber: 1) o consumo como o lugar da reprodução do capital e da força de trabalho; 2) o consumo como o lugar onde as classes e os grupos sociais competem pela apropriação do produto social; 3) o consumo como o lugar da diferenciação social e distinção simbólica entre grupos; 4) o consumo como sistema de integração e comunicação; 5) o consumo como cenário de objetivação de desejos; e 6) o consumo como processo ritual.

²⁹ O conceito de cultura de massa é associado ao conceito de cultura popular, sendo necessário estabelecer algumas considerações. Em Kellner (2001, p. 51), o termo cultura de massa é substituído pelo termo cultura de mídia para designar mais claramente a propagação de elementos culturais por meios de comunicação de massa, “[...] portanto, chamar de “cultura popular” os produtos comerciais da indústria cultural feitos para as massas oblitera uma distinção entre dois tipos bem diferentes de cultura”. Para os representantes dos estudos culturais britânicos, o termo “cultura de massa” cria uma polarização entre alta e baixa cultura, o que leva a certo desprezo das “massas” e sua cultura (KELLNER, 2001, p. 50). Para fins deste trabalho, adotamos o termo cultura popular entendido como a cultura que é produzida *pela* população, uma cultura de caráter autônomo, isto é, uma arte produzida pelo povo e para o povo, como cunhado pelos componentes da Escola de Birmingham.

subalternos”, na questão cultural não ocorre de modo diferente. Para Cucho (1999. 143), um determinado espaço social está sempre permeado por uma hierarquia cultural, o que implica relações sociais também desiguais, pois “[...] as culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais”.

Por toda parte, na sociedade da segunda metade do século XIX, a cultura americana estava passando por um processo de fragmentação [...]. Ele se manifestava no declínio relativo de uma cultura pública compartilhada que, na segunda metade do século XIX, se estilhaçou numa série de culturas específicas que cada vez tinham menos a ver umas com as outras. Os teatros, os museus, os auditórios, que antes abrigavam um público misturado que consumia uma mistura eclética de cultura expressiva, estavam cada vez mais filtrando sua clientela e seus programas, de maneira que cada vez menos se podia encontrar públicos que atravessassem o espectro social e econômico consumindo uma cultura expressiva que unisse elementos híbridos do que hoje chamaríamos de cultura erudita e cultura popular (LEVINE, 1988, *apud* CHARTIER, 1995, p. 4).

Não se pode negar, no entanto, que a circulação e a sociabilidade que ocorrem nesses lugares [praças] hoje são diferentes daquelas que aconteciam no século XX, tanto pelo medo do crime, como pela intolerância à diferença, que faz, por exemplo, com que, em uma mesma praça, frequentadores de classe média e moradores da favela do entorno até se cruzem, mas não se relacionem, a não ser numa interação violenta ou de prestação de serviços (JAYME; NEVES, 2010 p. 610).

Ao estudar a cidade de Itabira, interior de Minas Gerais, Saraiva (2009, p. 290) analisou as relações entre a mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local. Entre suas várias constatações, uma que se destaca é o fato de que cultura literária figurada do poeta itabirano Carlos Drummond de Andrade nesta cidade está gradualmente se transformando em mercadoria. O caráter econômico das cidades, seja pela divulgação de imagens turísticas dos lugares-espetáculo característicos da própria cidade, seja das festas e comemorações criadas com esse fim – as chamadas *festas-mercadoria*³⁰ (SERPA, 2007) – ressalta o lado do Estado no desenvolvimento e manutenção de uma gestão da cultura e do lazer urbanos como meios de atrair visitantes e, conseqüentemente, desenvolver a economia local.

Entretanto, não há como deixar de questionar esse cenário. Sendo o Brasil um país marcado profundamente por contrastes e desigualdades, como discutir tempo livre e lazer quando contingentes expressivos da população vivem em estado de miséria absoluta por não terem acesso a trabalho? Ou mesmo quando parcela da população, apesar de inserida no mercado de trabalho e tendo legalmente assegurados seus direitos trabalhistas, vive em condições restritas

³⁰ Grifo nosso.

de usufruto do lazer? (MAGNANI, 1998). O que se percebe é que existe uma segmentação com relação, tanto à produção, quanto ao consumo (no sentido material e simbólico) da cultura em função de camadas sociais e, dessa forma, a utilização de espaços para a cultura não segue de maneira homogênea.

No Brasil, o acesso aos bens materiais e simbólicos restringe-se a camadas sociais específicas, restando às classes populares limites acentuados, em constante conflito com os desejos que o próprio mercado alimenta, mas que as condições econômicas e sociais impedem de serem satisfeitos. Para o caso dos bens culturais, na lógica de mercado, a distribuição de renda é um dos fatores determinantes do tipo de produto que pode ser mais facilmente adquirido. O mercado dos bens simbólicos obedece à mesma dinâmica do material, sendo determinado pela desigualdade da distribuição da riqueza, com o agravante da fragilidade do sistema educacional que, além de não ser extensivo a todas as classes, alimenta um ideário simbólico próprio da cultura erudita e da cultura massificada, desprezando, quase que completamente, os modos de constituição e exercício das culturas populares, que se fazem presentes até mesmo nos grandes centros urbanos (BOLOGNESI, 1996, p. 84).

Para Canclini (1983), a cultura se relaciona com a política da vida cotidiana, isto é, com os modos de organização da vida da população. A cultura dominante é reinterpretada pelo povo, daí a necessidade de se discutirem políticas culturais voltadas para o popular. Sob a forma de movimentos sociais, a cultura pode ser praticada e analisada de modo a contestar, em uma concepção contra-hegemônica, os moldes da distribuição (elitista) do consumo cultural na sociedade, pois

[...] falamos de cultura como o conjunto de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social [...] uma política popular na América Latina implica em interrogar-se sobre as maneiras como os partidos e os estados concebem a identidade do povo e como essas concepções se identificam, divergem ou complementam as formas de viver e pensar dos setores populares (CANCLINI, 1983, p. 40).

A cultura popular diz respeito à “[...] soma dos valores tradicionais de um povo, expressos em forma artística, como danças e objetos, ou nas credences e costumes gerais” (TEIXEIRA, 2007, p. 20). Nas ciências sociais, o conceito de cultura popular é descrito e interpretado sob duas perspectivas diametralmente opostas. Na primeira, a cultura popular se destaca pela distância em relação à cultura dominante por suas dependências e carências, estando em uma posição marginal. Aqui a cultura popular é vista como ilegítima, uma simples derivação da cultura das elites sociais, sem nenhuma dinâmica ou criatividade própria. Já na segunda perspectiva, a cultura popular é autônoma e autêntica, constituindo uma realidade à parte do funcionamento da cultura dominante (CHARTIER, 1995; CUCHE, 1999).

Cuche (1999, p. 150), entretanto, afirma que, na complexidade do estudo cultural, as culturas populares não são nem totalmente dependentes, nem totalmente autônomas, embora não se deva perder de vista o caráter de dominação às quais são construídas. Nesse sentido seria mais plausível considerar a cultura popular “[...] um conjunto de ‘maneiras de viver com’ esta dominação, ou, mais ainda como um modo de resistência sistemática à dominação”.

As formas culturais populares, por seu turno, não se portam como espetáculos postos à venda, nem ao menos almejam sobrepor-se como formas dominantes de cultura. Não contam com nenhum espaço institucional para reiterar os seus valores. Os seus praticantes estão inseridos na condição de dominados da prática mercantil de que a dominação cultural alardeia (BOLOGNESI, 1996, p. 85).

A questão da distribuição espacial de espaços e políticas culturais populares pode ser analisada sob a perspectiva das estratégias e táticas de Certeau (1998). Enquanto a estratégia “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças [a tática diz respeito à] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [que] não tem por lugar senão o outro” (CERTEAU (1998, p. 99). Desse modo,

[...] as estratégias supõem a existência de lugares e instituições, produzem objetos, normas e modelos, acumulam e capitalizam. As táticas, desprovidas de lugar próprio e de domínio do tempo, são “modos de fazer” ou, melhor dito, de “fazer com”. As formas “populares” da cultura, desde as práticas do quotidiano até às formas de consumo cultural, podem ser pensadas como táticas produtoras de sentido, embora de um sentido possivelmente estranho àquele visado pelos produtores (CHARTIER, 1995, p. 7).

Magnani (1998) aponta os circos, bailes, torneios de futebol de várzea, quermesses, rituais e comemorações religiosas, passeios como alguns tipos de manifestações populares que acontecem cotidianamente na cidade. Fazendo um percurso histórico, o autor nos leva de volta à época da Revolução Industrial para compreender o contexto de surgimento do lazer para os operários das indústrias. A disciplina e o ritmo exaustivo de trabalho da época não permitiam ao trabalhador pensar em outra forma de lazer que não fosse as poucas horas de descanso em suas casas antes de mais um dia de rotinas nas fábricas. Com o passar dos anos e a melhoria nas condições de trabalho, principalmente em relação à diminuição da jornada e à criação do descanso semanal remunerada e das férias, o trabalhador ganha, então, tempo para desenvolver atividades paralelas ao trabalho. E aqui um dos paradoxos do capital se instala, quando, com tempo livre para o lazer, o trabalhador passa a consumir o produto de seu próprio trabalho. Trata-se do lazer, da diversão e do turismo como produtos, mercadorias.

É tentando burlar esse quadro de acesso privado ao lazer que manifestações populares de todos os tipos acontecem paralelamente a essa comercialização cultural privada ou, até mesmo, promovida pela gestão pública, transformando a dinâmica dos espaços públicos aos usos de grupos específicos. No Brasil, espaços públicos como a rua e a praça são exemplos clássicos de lugares onde as festas acontecem (BEZERRA, 2008). Dessa forma, o lugar onde os grupos sociais fazem a sua festa transforma-se em território ou, nas palavras de Magnani (1998), o lugar transforma-se no pedaço:

[...] aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1998, p. 116).

Segundo Bezerra (2008), as festas historicamente desempenharam um importante papel na convivência do homem com seu meio, visto que esse tipo de manifestação é reflexo da forma como os diferentes grupos sociais pensam, percebem e concebem o ambiente em que vivem. Antes mesmo que a cidade fosse um lugar para morar, era um lugar de encontro e, hodiernamente, a festa surge como modo de se pensar a cidade na contemporaneidade. Sodré (2008, p. 6) destaca que as cidades são importantes espaços de vivência e de comunicação onde se desenvolvem processos subjetivos significativos. As construções humanas na cidade transformam as ruas dos centros urbanos em lugares onde se manifestam subjetivamente, conferindo “uma gama diversificada de signos visuais, imagens de origens diversas, com aspectos, finalidades e tamanhos igualmente variados”, como os grafites. Dessa forma, o lazer na cidade surge como instrumento de manifestação de identidades e subjetividades.

Lefebvre (2008b) aponta a importância da rua, caracterizando-a não apenas como um lugar transitório, de passagem ou circulação de pessoas, visto que abriga desde funções meramente informativas até aspectos mais lúdicos e simbólicos. Mais que isso: a rua constitui uma importante centralidade, isto é, um ponto de encontro que desencadeia n’outros pontos/lugares de encontro, como restaurantes e teatros. A rua é a desordem.

Na rua, teatro espontâneo, me torno espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. [...] Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente acontece na rua (LEFEBVRE, 2008b, p. 27).

A construção da sociedade move-se, assim, em direção à construção de uma morfologia que exclui e segrega, a uma estética que degenera a rua, onde o lúdico como modo de apropriação esvai-se num universo em que o lazer, cada vez mais submetido ao universo da mercadoria, exacerba a segregação e impõe uma nova sociabilidade (CARLOS, 2009, p. 298).

Indivíduos e grupos sociais apropriam-se diariamente das ruas, transformando-as em espaços de produção cultural, isto é, de “[...] formas de ser e estar no mundo, de novas estéticas e linguagens” (RODRIGUES, 2009, p. 95). O movimento *hip hop* e o grafite são exemplos de movimentos sociais que ocupam espaços urbanos para produção e representação cultural. A ausência de espaços institucionais e o próprio caráter popular desses movimentos possibilitou sua relação direta com a territorialização do espaço público. Dessa forma, “[...] do meio urbano podem emergir práticas sociais e culturais que se oferecem como contrapartida ao esforço de uniformização da cultura levado a cabo pelos meios de comunicação de massa e cujo objetivo maior é a formação de um mercado consumidor global” (SODRE, 2008, p. 45).

O estudo de manifestações sociais e culturais exige, sobretudo, uma análise conjuntural do ambiente onde se desenvolve (SODRE, 2008; RIBEIRO, 2008). Isto porque a produção de arte não se limita ao campo cultural, pois criar é, também, resistir (DELEUZE, 1992). Nesse sentido, é importante frisar que, ao falar dessas formas de produção artística, a análise do elemento político é fundamental para uma compreensão mais densa desses fenômenos (RODRIGUES, 2009; NETO, 2009). Segundo Carlos (2009), a existência de movimentos sociais confronta diretamente o planejamento urbano ao questionar o viés das políticas urbano-espaciais em direção à valorização/manutenção do capital, ao passo que o viver o urbano fica em um segundo plano. É importante, pois, que não percamos de vista o caráter político dos espaços públicos, pois, como destaca Lefebvre (2008b), *a rua é lugar de repressão*³¹.

As práticas dos diferentes grupos humanos não surgem isoladas, mas no bojo de uma sociedade, marcada por traços culturais e interações sociais particulares e na qual vigoram condições específicas de produção e circulação de bens – tanto materiais como imateriais – aspectos que contribuem para a compreensão do contexto que possibilita sua aparição (SODRE, 2008, p. 31).

Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. [...] Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira

³¹ Grifo nosso.

apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o enquadramento (LEFEBVRE, 2008b, p. 28)

Os dois exemplos supracitados, o grafite e o *hip hop*, são movimentos que carregam um conteúdo político muito intenso. O grafite é uma expressão estética de uma subjetividade coletiva que faz uso do espaço urbano como uma forma de oferecer visibilidade para “[...] grupos sociais historicamente silenciados e marginalizados” (RODRIGUES, 2009, p. 96), em que a apropriação acontece por meio de desenhos e mensagens políticas em muros, monumentos, viadutos, edifícios, tapumes, entre outros. Dessa forma, a realização do grafite nesses espaços democratiza a arte ao levá-la de espaços fechados, como galerias e museus, para as ruas (SODRÉ, 2008).

O *hip hop* também é uma produção cultural envolvida diretamente em um contexto político ou, nas palavras de Rodrigues (2009, p. 95), “[...] para produzir cultura, ele alimenta-se de política”. Surgido nos guetos negros da cidade de Nova York no final da década de 1960, época marcada pela eclosão de vários movimentos voltados para a igualdade dos direitos da população negra³², o *hip hop* transcendeu as políticas alto de controle do espaço urbano, produzindo “[...] um território de resistência e de afirmação cultural, a partir do qual puderam renegociar a cidade” (NETO, 2009, p. 130). Nesse sentido, o *hip hop* surge em espaços, tanto públicos (praças, ruas e quadras), quanto privados (clubes e boates) como formas de desenvolver a sociabilidade, mas também para a mobilização política por meio da arte e da cultura (RODRIGUES, 2009).

³² Nos Estados Unidos, a onda de manifestações em favor da igualdade de direitos civis ocorria de forma massiva nos guetos daquele país. Após muitos conflitos, foram elaboradas leis que garantissem a igualdade de brancos e negros para concorrer a uma vaga de emprego ou a matrícula em uma escola. No âmbito musical, não foi apenas a cultura *hip hop* que surgiu nesse contexto. Paralelamente ao desencadeamento desse cenário, a *soul music* também surgiu como uma forma de valorização dos negros, constituindo um estilo que ganhou características próprias. “A pobreza, associada à discriminação racial, somada ao fervor religioso desencadeado pelo gospel foram os elementos que nutriram a cultura que no final dos anos 60 seria sinônimo de reação aos maus-tratos, da busca da igualdade entre os homens e do orgulho racial – a *soul music*” (RIBEIRO, 2008. p. 97). James Brown, Ray Charles e Aretha Franklin são considerados alguns dos artistas precursores do estilo *soul* no estado americano. No Brasil, a expansão dos meios de comunicação propiciou a chegada do *soul*, ainda no final da década de 1960. A rádio foi um instrumento de propagação importante da *soul music*. Em pouco tempo surgiram os primeiros bailes, nas periferias, reunindo centenas de pessoas para dançar o *soul*, assim como a as equipes de som que tocavam o estilo. Wilson Simonal e Jorge Bem foram figuras que iniciaram músicas em direção ao *soul*. O estilo veio a se consolidar nas vozes de Sebastião Rodrigues Maia, o Tim Maia, e de Gerson King Combo, o James Brown brasileiro. Em Belo Horizonte, o *soul* teve início nas periferias da cidade, mas foi no centro que se desenvolveu com mais fervor. O baile mais conhecido e frequentado à época foi o Máscara Negra. A grande presença de público atraía a presença constante da polícia. A discriminação também foi um elemento marcante, sentida pelos participantes principalmente pelas constantes invasões da polícia para a verificação do local. A forte repressão por parte da polícia e o advento de novos estilos musicais, como a *disco music*, foram os principais motivos que levaram ao declínio dos bailes em Belo Horizonte.

O espaço urbano vem consolidando, progressivamente, sua ligação direta com a cultura, transformando-se no “[...] lugar onde florescem, desabrocham e fermentam as ideias contemporâneas, os valores de modernidade, a inovação e a criação, porque a cidade congrega, une e reúne, influencia, multiplica, combina e potencializa as várias sensibilidades e talentos” (MIRANDA, 2000, p. 108). A elaboração de articulações temáticas para a reflexão crítica do binômio arte/espaço urbano não se dá, entretanto, de modo simples, pois, nas palavras de Britto e Jacques (2009, p. 346), “[...] trata-se, portanto de refletir/experimentar as derivas urbanas do corpo contemporâneo em torno das novas formas de urbanidade, inclusive aquelas capazes de negar a própria cidade”. Nesse sentido, as práticas e formas artísticas e culturais podem ser encaradas enquanto ferramentas de microrresistência urbana.

5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O ponto de partida para a realização desta pesquisa foi o seu objeto: um movimento de apropriação física e simbólica do espaço central de Belo Horizonte chamado Quarteirão do *Soul*. Nosso objetivo foi identificar *de que forma se caracteriza, em termos físicos e simbólicos, a dinâmica territorial do Movimento Quarteirão do Soul na cidade de Belo Horizonte*. Com essa problemática buscamos compreender de que forma os sujeitos estabelecem vínculo com o espaço urbano por meio de territorializações e como estas intervenções dialogam com os atores envolvidos, seja com os que dividem o espaço territorializado, seja com os que atuam na esfera institucional, legitimando a realização do Movimento.

Por se tratar de um estudo que priorizou os sujeitos, bem como as representações e significados das suas práticas territoriais, optamos por desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que esse tipo de pesquisa permite certa liberdade para escolher, combinar e, até mesmo, criar práticas e métodos de pesquisa que se ajustem de modo mais pertinente ao objeto e ao contexto que se deseja estudar (DENZIN; LINCOLN, 1994). Ao manterem seu interesse na compreensão de casos específicos, as ciências sociais deixam de lado a padronização de leis e verificacionismos típicos das ciências naturais. Os cientistas sociais buscam, pois, os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, sempre atrelados a um contexto de significados para os sujeitos envolvidos. Na pesquisa qualitativa, por outro lado, vale o *verstehen* de Dilthey, “[...] método que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas” (GOLDENBERG, 2004, p. 19).

A pesquisa qualitativa compreende, Segundo Neves (1996, p. 1), “[...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Prioriza a aquisição de dados descritivos, sempre em contato direto e interativo com os indivíduos envolvidos no objeto estudado, compreendendo os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes. Nesse sentido, uma pesquisa de ordem qualitativa em geral tem como características: 1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; 2) o caráter descritivo; 3) o foco no significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; e 4)

um enfoque indutivo. Por abarcar esse conjunto de características, a pesquisa qualitativa responde às propostas desta pesquisa e, portanto, foi a abordagem adotada.

A técnica de pesquisa utilizada foi um estudo de caso, de caráter descritivo, sobre o movimento territorial Quarteirão do *Soul*³³, na cidade de Belo Horizonte. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que tem como foco compreender a dinâmica de um determinado cenário. Isto é, trata-se de uma investigação empírica que atenta a um determinado fenômeno dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Os estudos de caso visam ainda testar, desenvolver e até mesmo criar uma teoria a partir dos resultados encontrados (EISENHARDT, 1989). Usado por muitos pesquisadores da área de administração, o estudo de caso

[...] tem se tornado a modalidade preferida daqueles que procuram saber como e porque certos fenômenos acontecem ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida ou quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico (NEVES, 1996, p. 3).

Com base nisso, partimos da premissa de que explorar a dinâmica territorial de um movimento social sob a forma de um estudo de caso nos possibilitaria uma análise densa das questões que margeiam a existência de uma organização social desse caráter. A escolha dessa técnica possibilitou, assim, a análise, desde os elementos estruturais de constituição do Movimento, até as questões políticas envolvidas. O objeto de estudo escolhido está incluso em outro objeto, analisado de maneira equivalente: o objeto cidade. Com bibliografia incipiente na área de Estudos Organizacionais, o estudo de caso reforçou ainda o lado empírico, auxiliando na construção das bases teóricas desse tema a partir do estudo de campo.

A operacionalização da pesquisa aconteceu por meio da coleta de entrevistas, observação direta, registros fotográficos³⁴ e pesquisa documental. A coleta de dados aconteceu no período de novembro de 2011 a novembro de 2012 quando, ao longo desse período foram realizadas

³³ O Movimento Quarteirão do *Soul* sofreu uma fragmentação interna quando alguns membros fundadores resolveram deixar de participar do evento e um deles montou seu próprio movimento, o *Black Soul*. Os dois movimentos acontecem alternadamente no centro de Belo Horizonte desde a época em que existiam na Rua Goitacazes. Mesmo com esta fragmentação, optamos por focar nossa análise apenas no movimento inicial, isto é, no Movimento Quarteirão do *Soul*. Em função disso, as entrevistas e a observação de campo foram direcionadas apenas aos envolvidos com este Movimento. A história do Quarteirão do *Soul* e de sua posterior fragmentação será exposta no capítulo 5.

³⁴ A utilização dos registros fotográficos ocorreu de modo a oferecer um suporte ilustrativo para os elementos apontados, tanto nas descrições da observação direta, quanto nos depoimentos das entrevistas, dispensando uma técnica de análise específica.

entre vinte e cinco e trinta visitas à Rua Santa Catarina e cerca de cinco a dez visitas à Rua Goitacazes. Importante destacar que o Quarteirão do *Soul* acontece apenas nos dois últimos sábados de cada mês, portanto, nesse período, foram realizadas vinte e quatro edições do Movimento. As visitas ocorreram tanto em dias nos dias que o Movimento se realiza, aos sábados, como durante os outros dias, para a observação da dinâmica Rua Santa Catarina nas duas ocasiões.

Partindo de um roteiro semiestruturado (Apêndices A a F), importante instrumento de arguição por permitir uma conversa mais flexível, sem elementos pré-determinados ou fixos (FLICK, 2008), foram entrevistados quinze atores ao todo: a) três membros fundadores do Quarteirão do *Soul*; b) dois vendedores integrantes; c) dois dançarinos; d) quatro comerciantes da Rua Santa Catarina; e) um comerciante da Rua Goitacazes; f) uma moradora que reside próximo à Rua Santa Catarina; e g) dois representantes da Prefeitura de Belo Horizonte.

Os sujeitos de pesquisa foram selecionados de acordo com um critério de intencionalidade, sendo necessário que tivessem, em seus distintos perfis, condições e interesse de colaborar para a realização do estudo. As entrevistas ocorreram de acordo com a disponibilidade de agendamento de cada entrevistado. A definição quanto à quantidade de entrevistas, por sua vez, seguiu o critério de exaustão, isto é, a realização de entrevistas cessou quando os depoimentos, além de satisfatórios, passaram a ser repetitivos.

Durante as entrevistas com os membros do Quarteirão do *Soul*, a citação dos nomes dos sujeitos envolvidos no seu processo de criação foi constante. Mas, apesar de termos priorizado a apreensão da história do Quarteirão do *Soul* em um dos objetivos e, com isso, dar voz e vez a seus criadores, entendemos que os conflitos inerentes à convivência de multiterritorialidades existentes dentro do próprio movimento ou com os demais envolvidos poderia expor os sujeitos. Dessa forma criamos um quadro com nomes fictícios para os a) integrantes do Movimento, pois, embora nem todos tenham deposto, seus nomes foram citados; e também para os demais entrevistados, como b) comerciantes; c) moradores; e d) representantes da Prefeitura.

Quadro 2 – Nomes fictícios dos sujeitos entrevistados

Sujeitos Entrevistados		Nomes de Referência
Comerciantes	C1	Antônio
	C2	Raimundo
	C3	Benedito
	C4	João
	C5	Jorge
Moradores	M1	Aparecida
Dançarinos do Quarteirão do Soul	DQS1	Roberto
	DQS2	Maria
Vendedores do Quarteirão do Soul	VQS1	Miguel
	VQS2	Lúcia
Representantes da Prefeitura	P1	Walter
	P2	Leticia
Fundadores do Quarteirão do Soul	FQS1	Germano
	FQS2	Zeca
	FQS3	Gustavo
	FQS4	Arnaldo
	FQS5	Ricardo
	FQS6	Flávio
	FQS7	Gomes

Fonte: elaborado pela autora.

A disposição das entrevistas, nos capítulos 5 e 6, está numerada de acordo com a apresentação dos depoimentos ao longo do texto. Sua identificação está ao final de cada depoimento, representada pelo nome fictício do entrevistado e sua função. Nos depoimentos, utilizamos o recurso negrito para destacar os fragmentos lexicais a serem analisados e, na análise dos depoimentos, utilizamos o recurso itálico para destacar os fragmentos lexicais anteriormente selecionados.

Para a análise das entrevistas utilizamos a técnica da análise do discurso, na vertente francesa, seguindo o modelo proposto no Quadro 3:

Quadro 3 – Elementos de análise no discurso

Elementos Analisados	Aplicação Conceitual
Análise lexical	Compreende a análise do vocabulário enunciado em um discursivo
Temas e figuras (explícitos ou implícitos) dos discursos, inclusive os personagens	Os temas dizem respeito aos elementos abstratos da estrutura sintática do discurso. As figuras, por sua vez, se referem aos elementos concretos. Elas podem ser explícitas, quando apresentadas de maneira literal no discurso; ou implícitas, quando partem de uma conexão entre as estrutura sintática e semântica do discurso
Percurso semânticos estruturados a partir dos temas e figuras	Diz respeito à repetição contínua de elementos semânticos
Aspectos interdiscursivos	A relação entre um conjunto de (micro)discursos componentes um mesmo discurso
Aspectos da sintaxe discursiva	A estrutura pela qual um discurso é construído, isto é, a disposição lógica pela qual um enunciado discursivo é estruturado. Ex.: figuras de linguagem (metáforas, metonímias, prosopopeias, e hipérboles)
Condições sociais de produção dos discursos	Considera-se a conjuntura social de produção discurso é produzido, partindo do pressuposto de que ele visa a modificar determinados aspectos pelas (re)significações de seus enunciadores
Discursos presentes no texto	Análise dos processos cognitivos de sua produção, entendidos como produções sociais
Aspectos ideológicos defendidos e combatidos nos discursos	Análise das intencionalidades do texto socialmente produzido, isto é, a expressão da posição de um dado enunciado discursivo. O discurso não é neutro, logo nele o enunciador apresenta a posição que defende ou combate em termos ideológicos
A posição do texto em relação ao discurso hegemônico na sociedade em que se situa	Contraposição entre o discurso do enunciador e o discurso hegemônico da sociedade. Análise de aspectos dominantes e marginais em termos sociais

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do roteiro criado e utilizado, para fins didáticos, pelo Professor Doutor Antonio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, para a análise do discurso na vertente francesa. Sustentação teórica: Van Dijk (1997b); Faria (1998); Maingueneau (1999); Fiorin (1999).

Segundo Van Dijk (1997a, p. 1) “[...] o termo discurso geralmente se refere a uma forma de uso da língua, discursos públicos ou, em geral, à linguagem falada ou maneiras de falar”. A corrente tradicional entende que discurso diz respeito a um recurso instrumental de comunicação e troca de informações (CORNELSEN, 2009) ou uma ferramenta utilizada para descrever e reportar a realidade (BOJE; OSWICK; FORD, 2004), onde a linguagem se encaixa em “[...] um sistema de signos, ou seja, um sistema virtual e abstrato de regras formais, excluindo a historicidade” (PEREIRA; BRITO, 2009, p. 62).

Entendemos, entretanto, que o discurso ultrapassa a linguagem – ideias, filosofias e ideologias também se constituem como discursos. O discurso abrange mais que o enunciado em si, e, portanto, sua análise deve levar em consideração os agentes ou participantes do discurso, buscando também saber por que, como e quando o discurso foi proferido. Nesse sentido, um discurso adquire um caráter circunstancial e deve ser analisado em função de seu contexto (local ou global) (VAN DIJK, 1997a; 1997b). Boje, Oswick e Ford (2004) compartilham dessa visão e entendem que a linguagem não é só conteúdo, é também contexto, e um modo

de recontextualizar o conteúdo. Dessa forma, ela pode ser criada, e o que nós criamos em linguagem nos fornece um ponto de vista (um contexto) dentro do qual nós chegamos mais próximos de conhecer a realidade e, a partir disso, orientar nossas ações.

Van Dijk (1997b) ressalta que discursos devem ser analisados em relação a processos cognitivos de sua produção e compreensão pelos usuários da linguagem, estudados como formas, significados, processos mentais e também como uma estrutura e hierarquia complexa de interação e prática social e suas funções no contexto, na sociedade e na cultura. Dessa forma as ações e interações, sejam elas intencionais ou espontâneas, também constituem discursos.

Segundo Maingueneau (2004, p. 53), o discurso é uma organização situada para além da frase que se constrói, com efeito, “[...] em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar”. Se discursos constituem processos, devemos encará-los, assim, como “[...] práticas socialmente embasadas, que apresentam, explícita ou implicitamente, as marcas da ideologia que os constitui, não sendo, portanto, neutros” (SARAIVA et al., 2009, p. 12). Nesse sentido, até a ordem das palavras ou frases pronunciadas em um argumento não ocorre de maneira arbitrária e, portanto, poder, conhecimento e ideologia também fazem parte do campo de análises dos discursos (VAN DIJK, 1997b; PEREIRA; BRITO, 2009). Para lidar com a complexidade discursiva, adotamos esta perspectiva, que lida com a análise do discurso como uma:

[...] ferramenta que vai além da simples interpretação do texto. Esta procede a uma articulação entre a enunciação do discurso e seu lugar social, buscando, assim, extrair a formação ideológica que o permeia. Isso é possível por meio da identificação de elementos explícitos, implícitos e silenciados no texto, além das estratégias de persuasão empregadas pelo enunciador (SOUZA; FARIA, 2009, p. 2).

A segunda técnica de coleta que utilizamos foi a observação direta, técnica escolhida por possibilitar um estudo descritivo sobre o objeto, além de envolver elementos subjetivos e sensitivos do pesquisador, como visão, audição, percepção e olfato nas anotações de campo (FLICK, 2008). As anotações de campo também foram guiadas por um roteiro semiestruturado (Apêndice F), a partir da observação sistemática da Rua Goitacazes, da Rua Santa Catarina e das características do Quarteirão do *Soul*.

Foram realizados ainda registros fotográficos do Quarteirão do *Soul* e dos espaços que territorializou, apresentando desde a disposição espacial das ruas até os elementos que caracterizam o Movimento (estrutura, vestuário, membros participantes, público). A utilização das observações de campo e dos registros fotográficos ocorreu de modo complementar às entrevistas e às observações com o intuito de reforçar os discursos dos atores sociais. Ambas aparecem dispostas junto aos capítulos de análise dos depoimentos. A pesquisa documental foi realizada por meio do mapeamento de arquivos e literatura complementar que pudesse ser utilizada para ressaltar o estudo.

Entre as limitações da pesquisa, algumas merecem ser destacadas. A primeira delas refere-se ao volume do material coletado que, devido à complexidade de utilização do método, demandou um esforço considerável para sua análise completa. Junto a isso, destacamos a dificuldade de acesso e disponibilidade para o agendamento das entrevistas, fato este que contribuiu para que a pesquisa de campo ocorresse em um tempo superior ao programado. A escassa literatura sobre cidades produzida especificamente na Administração e nos Estudos Organizacionais ressaltou a necessidade de estabelecer um diálogo mais intenso com outras áreas como a Geografia, a Sociologia, Antropologia Urbana e a Arquitetura até que se construam trabalhos que tenham a Administração como área fundamental.

6 QUARTEIRÃO DO SOUL: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Toda rua tem seu curso
Tem seu leito de água clara
Por onde passa a memória
Lembrando histórias de um tempo
Que não acaba

Torquato Neto

Antes de apresentarmos as análises sobre as relações dos participantes do Quarteirão do *Soul* com os atores sociais com os quais estabelecem conexões, bem como as interferências e consequências de seus usos do espaço urbano público, apresentamos e caracterizamos o Quarteirão do *Soul* como organização social. Dessa forma, neste capítulo relatamos a trajetória histórica do Movimento não apenas a partir de sua fundação, em 2004, mas também enfocando pontos seletivos da memória dos sujeitos – como conheceram a *soul music*, as primeiras participações nos bailes *soul*, o processo gradativo de identificação com o estilo musical e o contexto que desencadeou a criação do Quarteirão do *Soul*.

Este capítulo está organizado em três seções fundamentadas em três momentos específicos da história do Quarteirão do *Soul*. Na primeira seção, apresentaremos o surgimento do movimento na Rua Goitacazes, assim como o processo de identificação dos participantes do Quarteirão do *Soul* com a *soul music*. Na segunda seção, apresentaremos a fragmentação interna Quarteirão do *Soul*, a saída de membros fundadores do Movimento e a divisão do Movimento. Por fim, na terceira seção apresentaremos o remanejamento do Quarteirão do *Soul* da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina, onde acontece atualmente.

6.1 Surgimento

O Quarteirão do *Soul* é um movimento social de rua cujos membros se apropriam, física e simbolicamente, do centro de Belo Horizonte para dançar *soul music*, inspirados nos bailes *soul* que ocorriam na década de 1970. Fundado em 2004, o movimento ocorreu na Rua Goitacazes até o ano de 2009, quando uma série de conflitos com os coabitantes do espaço desencadeou seu remanejamento para a Rua Santa Catarina, onde ocorre até os dias de hoje, nos dois últimos sábados de cada mês, entre 14 e 22 horas. As Figuras 4 e 5 ilustram o momento da realização do Quarteirão do *Soul*.

Figura 4 – O Quarteirão do Soul



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia de Bruno Mendes.

Figura 5 – A dança no Quarteirão do Soul



Fonte: dados da pesquisa, 2011. Fotografia da autora.

(001) O Quarteirão do Soul surgiu em 26 de abril de 2004. **Eu sempre lavando carro** aí, eu escutando música igual você viu aqui, **escutando música no carro**, de repente chegou uns amigos meus, uns colegas, amigos, começamos a conversar, bater papo tomando uma cervejinha, um churrasquinho. Aí eu colocando música, aí tivemos uma ideia, começamos a **dançar no meio da rua** em cima de uma tampa de

ferro da Cemig. Aí o pessoal, que é o Mercado Central, passava e perguntava assim “Ou o que é isso, cara? Continua com essa ideia. É boa, bonito o que vocês tão fazendo”. Aí eu pensei comigo “pô, vamo fazer um... achei legal o, vamo arrumar um espaço, uma ideia”. Aí eu lavando carro no quarteirão aí eu falei assim “Engraçado, se eu to trabalhando no quarteirão escutando música do **James Brown**, por que que eu não posso chamar Quarteirão do *Soul*?”. Aí onde começou a surgir o Quarteirão do *Soul*. No início o Arnaldo veio comprar um CD na minha mão. Aí nós começamos a dançar, aí na próxima semana, na semana seguinte, aí foi no primeiro de abril, não, primeiro de maio, primeiro de maio aí nós começamos o primeiro Quarteirão do *Soul* na caravan do Arnaldo, numa caravan que tinha um sonzão, né, nós num tinha como improvisar mais rápido, então surgiu, aí colocamos a caravan e ligamos o som dentro dela. (Germano – Fundador QS)³⁵

(002) Olha tudo começou através de uma... pra nós, pra mim foi uma **brincadeira** e um **encontro** assim **casual**. Todo sábado nós tinha **mania** de vir pra cá. Eu, Gustavo, Germano, o Germano até ele é lavador de carro aqui na rua. Aí toda mão, eles ouviam a música lá, trazia CD, botava no carro lá e nós ficava sempre aqui. Antes de começar, a origem do Quarteirão do *Soul*, **todo sábado era sagrado**. Nós vinha pra cá, no Bar Caeiras ali, nós vinha pegar cerveja aqui e ia pra lá, o Germano lavando carro lá, nós ouvindo a música, batendo um papo e a carninha queimando. Aí, por coincidência, nesse dia, o Arnaldo veio pegar um CD que ele mandou pro Germano. Aí o Ronaldo *Black* pegou e chegou e começou a dançar em cima da tampa da Cemig que tem ali. Aí papo vai, papo vem, o **Germano** teve uma **ideia** “que tal a gente fazer um Quarteirão do *Soul* aqui?”. Aí eu falei assim “uai, uma boa, quem tá dentro?” Aí foi **eu**, aí o Arnaldo também, também tava junto, foi eu, **Germano, Gomes, Arnaldo, Ricardo**, o **Gustavo**, são **sete**, o **Flávio**, que era um parceiro do Germano que também lava carro aqui e o primo do Arnaldo, um tal de Sapão, na época. (Zeca – Fundador QS)

Nos fragmentos discursivos (001) e (002), os enunciadores relembram o encontro que marcou o início do Quarteirão do *Soul*, no dia 26 de abril de 2004, na Rua Goitacazes, entre as Ruas São Paulo e Curitiba. Era uma segunda-feira quando Germano escutava *soul music* para embalar sua rotina como lavador de carros no local. Junto com alguns amigos, começou a *dançar no meio da rua* ao som de *James Brown* (Figura 6). Empolgados com o a diversão do momento e com a reação dos transeuntes pelo estilo da dança, eles decidiram se reencontrar para dançar no sábado seguinte, dia primeiro de maio. O que começou como uma *brincadeira*, um *encontro casual* de amigos, se tornou um evento frequente, sempre aos sábados à tarde, no local que foi batizado como Quarteirão do *Soul*. Ao todo, no fragmento discursivo (002), *sete* pessoas são consideradas membros fundadores do movimento: *Germano, Zeca, Gomes, Arnaldo, Ricardo, o Gustavo e Flávio*.

³⁵ Nesta e nas demais transcrições das entrevistas, não levamos em consideração os eventuais erros linguísticos e gramaticais, visto que nossa intenção foi preservar a espontaneidade das expressões dos entrevistados.

Figura 6 – Dançarino com a camisa de James Brown, ídolo do Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia de Caio Bruno.

Os primeiros sábados do Quarteirão do *Soul* aconteceram apenas com a presença dos membros fundadores, cerceados pelo olhar de curiosidade e admiração dos transeuntes que passavam e assistiam à dança. De cerca de *meia dúzia* de pessoas, o Quarteirão foi se popularizando e *foi enchendo a rua* até chegar ao público de *quinhentas mil pessoas* (textos 003, 004, 005 e 006).

(003) É, eu lembro dos primeiros dias, digamos assim. É, eu lembro, eu lembro dos primeiros dias. Ele foi crescendo, ele começou com **meia dúzia de pessoas**, não é, não é figurativo, realmente, eram meia dúzia, eu lembro disso... Eles começaram de frente a um estacionamento que tem aqui, pequeno, trazendo discos de vinil pra trocar entre eles e os adeptos, né, da música, né, do James Brown e congêneres, eles traziam os discos e trocavam entre si e aí, esse rapaz da van, da, da caravan, né, que é um carro, ele colocou um, um toca discos, né, no fundo dela, atrás, e começaram. E daí, teve o churrasquinho, daí, juntou mais vinte pessoas, quinze, vinte, e aí foi, chegaram até, segundo eles, a **quinhentas mil pessoas** [sic] aqui nesse quarteirão. (João – Comerciante)

(004) O Quarteirão do *Soul*, ó, foi uma coisa estranha porque... a **Rádio Favela** de vez em quando tocava música *soul*. Porque **o soul parou**, ficou um tempo parado, então a gente ficava igual doida **catando**, sabe. Então, de repente, a Rádio Favela surgiu, só que era aquela rádio assim que na mesma hora que tava no ar, na mesma hora ela tava fora do ar, então a gente ficava la com o radinho, tentando. E de vez em quando eles davam uma palhinha do *soul* e aí a gente escutava. Aí quando foi um dia, a gente escutando os meninos falando, que foi o Ricardo, né, tava o Arnaldo, que **tava com o carro parado no estacionamento onde o Germano trabalha**. Aí os menino animaram e falaram “Não, agora a gente vai ficar aqui na Goitacazes, quem tiver a fim de escutar o som vem pra cá”. E fora disso tinha o som do Toninho,

que é no Baile da Saudade, só que lá era o que, uma vez no mês. Aí a gente começou a ir no Quarteirão, que foi na Goitacazes, mas era no carro. Aí de repente os meninos começaram a reunir, aí surgiu O Coisa né, O Dj A Coisa, que é muito famoso, muito falado, aí o Arnaldo, aí eles colocaram o som na rua, e a gente começou a dançar e tá até hoje. Foi ao vivo, aí a gente já veio. Que foi num sábado, quando foi no outro a gente já, já tava participando, já. E **ta aí até hoje**, agarrado. (Maria – Dançarina QS)

(005) Só que aí a **caravan**, a **bateria descarregava**, nós empurrava, ela descarregava, nós empurrava, ela descarregava, nós empurrava, aí eu falei assim “Não, peraí, vamos acabar com esse negócio”. Aí eu chamei o DJ A Coisa. “Ô Coisa, você que tem um som na sua loja, vende vinil, não há possibilidade de você pegar o som e colocar no Quarteirão pra gente fazer um movimento lá pra galera dançar?”. Ele disse assim “Olha vamo sim, vamo lá”. E nisso aí nós começamos a fazer lá. Aí num tinha quase ninguém, **vinha pouca gente**, o pessoal ficava assistindo, o pessoal ficava, que passava na rua, ficava olhando, achando aquilo, **admirando**. (...) Aí foi aparecendo gente diferente, aí o pessoal passava na rua, **aqueles antigos blacks que tinham parado de dançar** passava, olhava “Ó que legal”, aí começava a balançar o corpo, aí o pessoal começava a se soltar **devagarzinho**, vinha de mansinho. Aí foi aumentando a galera, **foi enchendo a rua...** (Germano – Fundador QS)

(006) (...) Aí passou uma turma aí, dum **pessoal de idade** “**Oh, essa música é do meu tempo**”, aí nós começamos dançar e num sábado, num horário desse aqui mais ou menos. (Gustavo – Fundador QS)

Nos primeiros sábados, a festa acontecia de maneira improvisada, com a música tocada no som da *caravan* de Arnaldo, um dos membros fundadores. Entretanto, depois de algumas horas, sua *bateria descarregava* e o som foi substituído pelo equipamento do DJ A Coisa. A dança característica da *soul music* causava admiração em quem passava pela rua e com o tempo a notícia foi se espalhando até que *aqueles antigos blacks que tinham parado de dançar* foram aparecendo e integrando o Movimento. Neste fragmento (005), Germano faz menção ao termo a que eles se referenciam constantemente – *blacks* – um termo identitário para destacar os dançarinos negros de *black music*, na década de 1970. O público mais interessado no Quarteirão do *Soul* era composto de pessoas que costumavam frequentar os bailes de *soul music* na década de 1970 que, ao saber da existência do movimento, ficou animado com a possibilidade de reviver aqueles momentos, conforme as seleções lexicais: *pessoal de idade* e *Oh, essa música é do meu tempo*.

Para os admiradores desse estilo musical, os bailes *soul* representavam uma opção de lazer, que, compassadamente, foi se esvaindo, se restringindo aos discos de vinil e sendo substituído pela inserção de novos ritmos musicais no Brasil na década de 1980. O Quarteirão do *Soul* surgiu, assim, como um resgate dos hábitos da cotidianidade vividos por este público nos anos 1970. Uma das formas de divulgação do Movimento foi por intermédio da *Rádio Favela*,

rádio originária no Aglomerado da Serra, a maior favela de Belo Horizonte, com a finalidade principal de divulgação da *black music*³⁶. Membros do Quarteirão do *Soul* convidaram ao vivo aos ouvintes da rádio para comparecerem à Rua Goitacazes, onde o evento estava acontecendo.

Além do resgate da música, os participantes do Movimento também resgatam o estilo visual da época dos bailes de *black music*, característica que também chama a atenção dos espectadores em relação ao Quarteirão do *Soul*. O traje é social, com *terno*, *gravata*, sapatos bicolores e chapéus. Mesmo durante o dia, dançando ao ar livre e com o sol presente, o traje social é fundamental e não limita a dança dos *blacks*. As Figura 7 e 8 ilustram os trajes masculino e feminino durante as apresentações no Quarteirão do *Soul*.

Figura 7 – Traje masculino usado no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2011. Fotografia da autora.

³⁶ Dados retirados da página eletrônica da Rádio Favela. Disponível em: <<http://radiofavelafm.com.br/radio>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

Figura 8 – Traje feminino usado no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia de Bruno Mendes.

(007) Os primeiros dias a gente reuniu era só os *black* mesmo. E como ali no quarteirão é, tem um *shopping* né, já é o **caminho do shopping**, então o pessoal praticamente pra ir pro *shopping*, a maioria do pessoal passava por ali, então aquilo **chamou a atenção** do pessoal, porque, com a gente... o sol rachando, os menino de **terno, gravata**, né, todo mundo assim **não na idade assim de jovenzinho**, mas todo **bem trajado**, sapato, então o pessoal encantava. E o pessoal dançando do mesmo jeito porque ninguém modificou, mesmo pela idade o pessoal continua a mesma forma. Num sei se é a música (risos). É porque... acho que **dia de semana** todo mundo fica perrengue. Todo mundo sente dor, todo mundo sente isso, sente aquilo... quando chega no **sábado** começa a dançar, pra você ver, asfalto, né, que é asfalto grosso, pessoal num sente dor em perna, num sente dor em coluna, **num sente nada na hora que ta dançando**. Agora dia de semana, chega na casa do pessoal, tá até de cama (risos). É, cé entendeu, então o pessoal encantava, então, que dava aquele movimento, e o pessoal incentivou mais ainda, aí que continuou e a gente taí nesse batalha aí, dançando até hoje. (Maria – Dançarina QS)

(008) E eu, como gosto muito de dançar, um dia eu passei ali e vi, eu vi aquelas pessoas ali dançando, com aquelas roupas tudo **caracterizada**, tudo e tal e falei “Pô, esse pessoal pirou a cabeça, eles **pararam no tempo**, os cara ficaram doido, vei”. Então aquela primeira impressão que eu tive foi essa “O pessoal ficou doido, eles pararam no tempo” e parei pra ver eles dançar. (Miguel – Vendedor QS)

A referência do Quarteirão do *Soul* como uma opção de lazer resgatada se confirma no interdiscurso do texto (007) em relação aos sábados em que ocorre o Quarteirão do *Soul* e os outros dias da semana. Isso porque, segundo a enunciadora, em *dia de semana*, entre segunda-

feira e sexta-feira, os participantes do Movimento vivem sua rotina diária e, pelo fato de já estarem em uma faixa etária mediana (*não na idade assim de juvenzinho*), o surgimento de algumas enfermidades é um fenômeno comum. No *sábado*, entretanto, dia em que há o Quarteirão do *Soul*, a possibilidade de estar no Movimento desperta motivação e energia nos participantes (*num sente nada na hora que tá dançando*). O fato de dançarem de maneira *caracterizada*, onde os homens se portavam de modo *bem trajado*, com *terno e gravata*, chamou a atenção dos transeuntes que estavam a *caminho do shopping*. A incorporação dos elementos do *soul* era, assim, desde a dança característica até a reprodução do figurino da época, causando a impressão de que eles *pararam no tempo* (texto 008).

Esse rearranjo da cidade para rememorar um tempo passado nos leva às considerações de Pesavento (2007), quando afirma que as cidades do presente abrigam em suas entranhas resquícios do passado de outras cidades, que foram se transformando e reunindo as histórias de várias épocas e lugares que se cruzam e se entrelaçam. Nesse sentido, a cidade do passado é sempre pensada no presente, renovada continuamente quando rememorada ou evocada por seus indivíduos e quando sua história é narrada pelas novas gerações num processo de reconstrução do passado. Autores como Ipiranga (2010), Santos (2006), Fischer (1996;1997), Lefebvre (1991) e Vergara e Vieira (2005) compartilham a visão da cidade como um campo de construção social e histórico repleto de significações e representados a partir da memória dos sujeitos.

No fragmento (007), o enunciador explicita que, durante o início do Movimento, a presença mais significativa de dançarinos na Rua Goitacazes era composta pelos *blacks*. O local onde acontecia o Quarteirão do *Soul* se localiza em uma região próxima a um *Shopping Center*, cuja uma das possibilidades de acesso a ele é atravessando a rua, o que possibilitou que o Movimento fosse visualizado e apreciado por vários transeuntes.

Nos textos (009), (010), (011), (012), (013) e (014) os enunciadores comentam sobre o público que frequenta o Quarteirão do *Soul*, que é bastante diversificado.

(009) [O Quarteirão do *Soul* é para] **gregos e troianos**. É pra quem gosta de música. (Zeca – Fundador QS)

(010) Pro **povo**, pro público. Geral, geral. **Criança, velho, novo**, tudo, não existe idade, o Quarteirão do *Soul* é pra todos. **Criança adora** Quarteirão do *Soul*. Tinha uma senhora que ela tem sessenta e oito anos, ela **tinha depressão**, ficava em casa

só amuada lá, em cima de cama. Viu na internet e pediu as filhas dela pra levar ela lá. E hoje ela **tá participando** com nós. **Curou** a depressão dela no Quarteirão do *Soul*. Então é isso que é o Quarteirão do *Soul*. (Germano - Fundador QS)

(011) Pro público todo que chegar, gente de qualquer tipo de idade, que chegou. É **pro povo, pro povão**. É a coisa mais bonita que nós fizemos. Tem gente chega lá com **quase oitenta anos, eu acho legal**. Oitenta anos dançando, igual tem uma senhora de idade que chegou lá um dia, ela falou “**Cê acha que tô velha? Vou dar é show nômês aí**”, igual aquelas menina que dança lá. Fiquei com medo dela passar foi mal. Ela dançou, dançou e disse “Agora eu vou me embora”. (Gustavo – Fundador QS)

(012) O público é **toda idade**. Ele, o Quarteirão do *Soul*, o movimento, ele é pra toda idade, pra **todo mundo**, qualquer pessoa pode frequentar, entendeu, jovem, rapaz, velhos, acho que não tem nada a ver não. Qualquer idade. **É aberto**, entendeu, o Movimento é aberto, é pra qualquer um (...) Não, **tem muita pessoa nova**, tem bastante pessoa nova. Tem público, ta crescendo cada dia mais, o movimento ta ficando, ta melhorando cada vez mais. (Roberto – Dançarino QS)

(013) É pra todos, igual já te falei, todos que querem, tá aberto pra todos que chega ali. Num tem assim, sabe, falar “**É só aqueles [do Quarteirão do *Soul*] que frequenta**”. Não. É rico, ali vem **rico**, vem **pobre**, vem **branco**, vem **preto**, é, igual eu te falei, esses **andarilho**... Vem todo mundo. Então é livre pra quem quiser. (Lúcia – Vendedora QS)

(014) Hoje em dia, no Quarteirão, tem muita gente da, da idade... faculdade, **pessoal mais novo**, vai chegando, o pessoal agora tá conhecendo o que uma dança de rua, dos anos setenta. (...) Achei legal que o pessoal tá costumando, o pessoal não sabia nem o que que era o som de *black music*, **eles não sabiam o que era um som de *black music*, hoje em dia tá todo mundo sabendo**, tem umas pessoas que já saem dos colégios todo sábado, já tá ali, não gosta de perder mais, então é isso. (Gustavo – Fundador QS)

O fato de que o Quarteirão do *Soul* se destina a *gregos e troianos*, revela que, apesar de ter sido um Movimento criado entre amigos, o Movimento é *aberto*, onde *todo mundo* pode participar (“*É só aqueles que frequenta*”. Não). A faixa etária e a classe social não são levadas em consideração pelos membros participantes, visto que *criança, velho, novo, rico, pobre, branco, preto* ou *andarilho* participam do evento, o que ilustram a diversidade do público que frequenta o Movimento (Figuras 9 e 10). Entretanto, mesmo que o Quarteirão do *Soul* receba qualquer tipo de público, o léxico *povão* (texto 011) deixa explícito o caráter popular do Movimento, onde o implícito subentendido é que o público que mais aprecia e frequenta o Quarteirão do *Soul* é constituído de pessoas de classes sociais mais baixas.

Figura 9 – Morador de rua dançando no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da Pesquisa. Fotografia de Caio Bruno.

Figura 10 – Turistas belgas no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2011. Fotografia da autora.

Nos textos (010), (011), (012) e (014) os enunciadores comentam sobre a participação de pessoas jovens e idosas no Quarteirão do *Soul*. Os discursos se estabelecem no sentido de destacar o Movimento como um tipo de lazer, tanto para o público mais velho, quanto para um *pessoal mais novo*. Os enunciadores se mostram gratificados pela presença de crianças e jovens no Movimento (*criança adora; tem muita pessoa nova*), pois significa o conhecimento e a valorização de uma cultura da qual não vivenciaram em sua época de existência (*sabiam o que era um som de black music, hoje em dia tá todo mundo sabendo*). As Figuras 11, 12 e 13 ilustram a presença de crianças, jovens e idosos no Quarteirão do *Soul*.

Já em relação aos idosos que participam do Quarteirão do *Soul*, o discurso dos textos (010) e (011) revela que o Movimento, além de uma opção de lazer, é, ainda, sinônimo de saúde física e mental para essa parcela da população (*tinha depressão; tá participando; curou; quase oitenta anos, eu acho legal*). Além disso, a participação de idosos no Quarteirão do *Soul* altera as significações de tempo quando o fato de terem uma idade avançada não impõe, necessariamente, o sentido da velhice. No léxico *Cê acha que tô velha? Vou dar é show nômês aí*, fica explícito que a atribuição do sentido da velhice não depende da idade, mas do estado de espírito e motivações pessoais dos indivíduos.

Figura 11 – Criança caracterizada dançando no Quarteirão do *Soul*



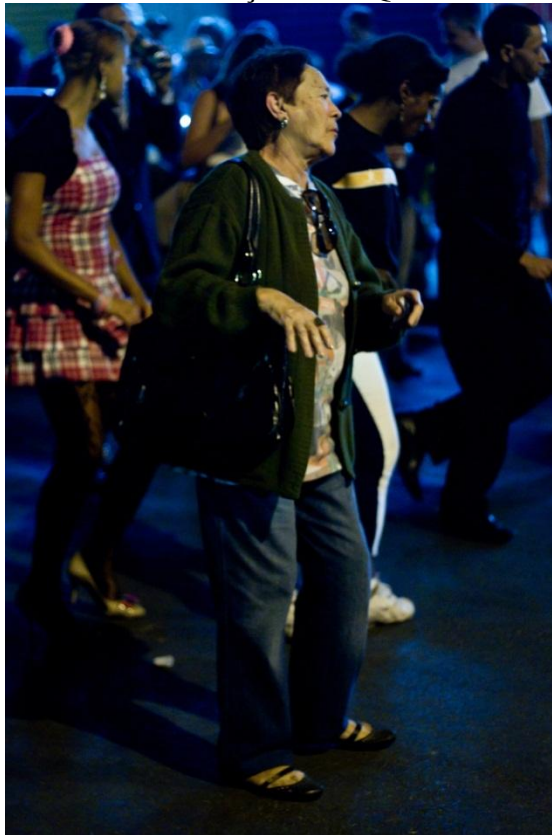
Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia de Bruno Mendes.

Figura 12 – Jovens no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2011. Fotografia da autora.

Figura 13 – Idosa dançando no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia de Caio Bruno.

6.1.1 *Objetivos de criação*

Como presente em vários argumentos dos entrevistados, a principal causa da criação do Movimento Quarteirão do *Soul* foi o desejo de relembrar os momentos de lazer com os *antigos amigos* nos salões dos bailes de *soul music*, comuns na cidade de Belo Horizonte na década de 1970. Aqui, os principais percursos semânticos destacados nos depoimentos são: o saudosismo, a nostalgia, a amizade, a formação da identidade com o *soul* e a ressignificação do presente (perpetuação dos anos 1970 pela continuação das práticas relacionadas ao *soul*).

(015) Era mais pra encontrar, simplesmente, os **antigos amigos** que muitos não viam. O Quarteirão era **só** pra encontrar os amigos. Tanto que tinha amigo nosso que a gente não via há mais de trinta anos. “ô, Zeca, naquela época você tinha cabelão”. Era reencontro dos amigos. (Zeca – Fundador QS)

(016) (...) Eram pessoas que estavam ali pela **juventude** que passaram, né, e queriam **reviver** e querem até hoje, é, aqueles momentos de músicas, de felicidade que eles tiveram lá atrás, né, nos anos setenta, sessenta e oito, sei lá. E a gente achava aquilo muito interessante. (João – Comerciante)

(017) Então, a finalidade da gente é continuar e procurar as **pessoas da antiga** igual, arrecadar eles todo, buscar eles tudo, que nós buscamos muita gente. “Ah, fulano morreu, fulano sumiu”. “Ah, morreu não, não”, encontrava. Conheço assim “Ó, tá rolando Quarteirão lá em baixo, então você tem que mudar e vida de novo” e “Ah num danço mais não, já tô **enferrujado**”, “Que enferrujado! Vai lá e dá uma **experimentada de novo**”. Tem hora que eles vêm aqui e num aguenta, aí **eles não aguentam**, aí nós põe uma música lenta, aí, eles, “Noh”, fica lembrando das namoradas antigas. Tem gente que até hoje, tem gente da turma até hoje tá casado com a pessoa da antiga ainda. Eu acho legal, tem uns quatro, cinco filhos, os meninos tá tudo com quase trinta anos de idade. Eu acho legal, então, vez em quando vêm os casal da antiga aí, [dos anos] setenta, tá tudo na **idade boa** igual a gente, aí eu achei legal. Vem, curte, vai embora, pensa que não, até chegar domingo que vem, até o próximo sábado, por aí vai. (Gustavo – Fundador QS)

Durante a existência dos bailes, alguns dos *blacks* estavam vivenciando sua juventude. A criação do Quarteirão do *Soul* possibilitou, assim, a oportunidade, não apenas de *reviver* as danças, as músicas e a moda da época, mas também de reestabelecer o contato com as *pessoas da antiga*, as amigadas criadas nos salões dos bailes e que foram se afastando em função da escassez dos encontros. A criação do Quarteirão do *Soul* representou a ressignificação do tempo, onde suas práticas são levadas constantemente às memórias do passado, ressignificando, conseqüentemente, os usos que o grupo faz da própria cidade (PESAVENTO, 2007; IPIRANGA, 2010).

O discurso do saudosismo, da nostalgia e da amizade se faz presente nos depoimentos dos entrevistados, que atribuem ao passado um período importante de construção de relacionamentos, sejam amistosos ou amorosos. Nos dias atuais, o *enferrujado* natural da média idade não impede que eles deem uma *experimentada de novo* na dança, o que implica a ressignificação do tempo (o estar velho não está atrelado à idade, mas a uma postura, um comportamento).

No texto (017), o enunciador explicita a satisfação de reencontrar os amigos de longa data e perceber que alguns casais que se formara na época dos bailes perduram até os dias atuais. O argumento apresenta uma interdiscursividade entre o passado e o presente; embora a década de 1970 tenha representado um período de intensas experiências e significados, o período atual não fica em segundo plano em relação aos mesmos aspectos. Desde a fundação do Quarteirão do *Soul*, os encontros aos sábados têm proporcionado aos integrantes a oportunidade de eles rememorarem o passado, e, vivendo uma *idade boa*, uma época de pleno amadurecimento, o lado emocional aflora, constituindo um processo contínuo de ressignificação do passado.

Entre os fundadores e participantes mais ativos do Quarteirão do *Soul*, a ligação com a *soul music* se deu ainda durante a infância/adolescência, período que influenciou diretamente seus estilos de vida a partir da construção de suas identidades com o *soul*.

(018) Ah, [eu convivo com o *soul*] **desde que eu me entendo como gente**, que na idade já, eu tinha **nove anos**, minha mãe sempre me levava, né. Tinha um som perto da minha casa, aí não podia entrar de menor, aí eu ia com a minha mãe. Mas só que era um sacrifício porque chegava, tipo assim, na hora que tava começando a ficar bom tinha que ir embora, por causa que tinha um horário por causa que tinha o **juizado de menor, então a gente tinha que ir embora, mesmo com a mãe**. E depois eu fui dando umas **escapulidas**, sozinha e ia. Chegava em casa **apanhava**, mas ia assim mesmo. Porque não era sempre que ela ia, né, então tinha vez que ela não queria ir, e aí eu pegava, ficava doida e acaba fugindo e indo sozinha. Ai chegava em casa, apanhava, mas não tinha jeito não. (Maria – Dançarina QS)

(019) Olha eu comecei a gostar dessas músicas eu tava com **quinze pra dezesseis anos**. Eu ia muito, que eu trabalhava na Fundação João Pinheiro, eu era guardinha da Fundação João Pinheiro em [mil novecentos e] **setenta e cinco**. Aí toda moda eu largava o serviço, quando não tinha aula, aí eu via ali o pessoal dançando na Rua Curitiba, que era o antigo Máscara Negra. Aí eu fiquei interessado naquele negócio todo. Aí passou, um ano e meio depois, eu já trabalhava num órgão já do Estado, aí a gente tirou uma carteirinha que a gente chegava, mostrava a carteirinha e eles liberavam a gente, né. E aí **tamo aí até hoje**, né. Foi assim, como diz, foi **paixão à primeira vista**. (Zeca – Fundador QS)

(020) Foi na década de oitenta, foi na **década de oitenta**. Eu ia pra igreja, meu pai, muito **durão** na época, aí de vez em quando eu dava uma **escapolidinha** e ia pro *soul*. Tinha um baile perto da minha casa, aí toda mão eu dava uma **fugida** e ia pra lá, aí eu chegava em casa **meu pai me batia**. Aí eu **escapolia** de novo. Aí um dia ele cansou e falou “ah, não, vocês querem sair, então sai, mas cheguem dez horas”, entendeu? Aí nós começamos a sair e eu comecei a curtir o baile **cada vez mais**. (Roberto – Dançarino QS)

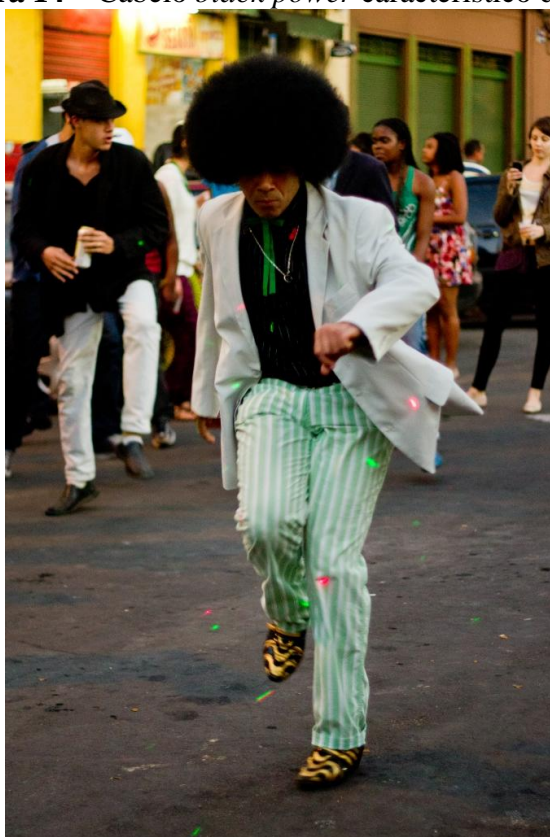
(021) Minha mãe não gostava que eu saísse. Então a gente tinha que **pular a janela** ou dar um tomé, arrumar um jeito. E eu, o primeiro baile que eu cheguei a ir foi no Amélio de Castro, uma escola que tem no Instituto Agrônômico, escola estadual. Tinha um baile lá em **1971**, cheguei lá e... com uma calça pega frango, sabia nada de *black*, cabelo baixinho, sei lá. Meus colegas “ah vamo lá, vamo, vamo dançar, vamo dançar”. Sabia nem dançar, nem nada. Então cheguei lá no baile, olhei assim “É bom e tal”. Comecei a dançar, quer dizer, a me movimentar, que não sabia nada. Aí eu fui olhando as **caixas**, olhando aquelas **iluminação**, aquele negócio e falei “Aqui é legal”. Aí eu peguei e falei assim “**Vou montar um trem desse pra mim**, vou chamar meus colega”, eles falaram “Vamo, vamo montar”. Aí comecei a pôr a calça, ver as calça que estavam usando, aquelas **calça boca de sino**, aquelas calça de boca larga e tinha assim, toureiro, em cima assim, um **suspensório**, **camisa baby look**, né, apertadinha assim. Então eu comecei a usar esse tipo de roupa, aí o cabelo meu *black power* (...). Então eu peguei e comecei a usar **cabelo black power**, comecei a frequentar os baile, aí eu aprendi a dançar, eu fui bom na época, **minha época de dezessete, dezoito** anos eu era bom demais, fui muito bom pra dançar. (Germano – Fundador QS)

Nos fragmentos discursivos (018), (019), (020) e (021), os sujeitos rememoram que os primeiros contatos com o *soul* ocorreram na infância (seleção lexical *desde que me entendo por gente*) ou na adolescência, de acordo com as seleções lexicais: *quinze pra dezesseis anos*; e *minha época de dezessete, dezoito anos*, no auge da *soul music* nos anos 1970 (seleções lexicais 1971, setenta e cinco) ou no seu declínio e incorporação a outros ritmos musicais (*década de oitenta*). O implícito subentendido dos discursos é que nessa época, nas décadas de 1970 e 1980, havia uma rigidez característica daquela sociedade, expressa por um controle social intenso e conservador.

Em função disso, para irem aos bailes, os sujeitos tinham que estabelecer estratégias alternativas como dar *escapulidas* ou *pular a janela*, mesmo que com isso fossem repreendidos posteriormente (seleções lexicais: *apanhava*; e *meu pai me batia*). Essa relação evidencia uma interdiscursividade entre a transgressão de normas e valores e a punição decorrente. A identificação com o estilo musical e suas características foi instantânea, o que despertou o interesse pela participação dos bailes *cada vez mais*. A ligação com a *soul music* aconteceu de maneira tão intensa que não esteve restrita à época em que o estilo musical atingiu seu auge, pois a despolarização do gênero não diminuiu a identificação simbólica dos sujeitos com a música (*tamo aí até hoje*), confirmando os argumentos do texto (004).

No texto (021) fica explícito que a *soul music* despertou a atenção e identificação dos sujeitos não somente quanto ao estilo da dança, mas também em relação à vestimenta. O enunciador elenca o figurino típico da moda dos anos 1970 e a maneira como se vestiam para frequentar os bailes, como *calças boca de sino*, *suspensório*, *camisa baby look*, e o característico *cabelo black power* (Figura 14) . No mesmo texto, o enunciador relembra o encantamento com a estrutura da primeira festa *soul* de que participou, em 1971, falando explicitamente sobre o desejo de criação de um movimento *soul* próprio (seleções lexicais: *caixa*; *iluminação*; e *vou montar um trem desse pra mim*).

Figura 14 – Cabelo *black power* característico do *soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia de Caio Bruno.

As festas de *soul* aconteciam aos finais de semana em clubes fechados no *centro* de Belo Horizonte e eram comumente intituladas *bailes*, conforme os textos (022), (023), (024), (025) e (026).

(022) Tinha muitos **bailes**. Aqui no **centro** tinha o Máscara Negra, na sexta-feira, ao sábado e ao domingo. Tinha a **Italiana**, no domingo à tarde, que era de duas [horas], tinha a matinê de duas [horas] até na frente, pra noite. Aí dez horas que acabava a Italiana todo mundo ia pro Máscara Negra. Não, ia pra **União Síria**. Acabava União Síria lá pras onze horas aí o pessoal, tchum, pro **Máscara Negra** e ia até uma, duas da manhã. **Tudo aqui no centro**. Era na Augusto de Lima, a União Síria; Máscara

Negra na Curitiba; e a Italiana também na Curitiba, do lado da Galeria do Ouvidor. E tinha outros, tinha o **Perninha**, lá do Nova Cintra, e tinha o **Comercial** do Barreiro. Essa época mesmo tinha, em Venda Nova, o **Baile do Toninho** lá que até hoje, é o segundo sábado do mês, tem o baile *soul* lá. Isso, ó, vai pra mais de trinta anos isso. **É o centro de referência depois do Quarteirão**. Assim, **aqui** no centro é o Quarteirão, pro lado de **lá** é o Baile do Toninho, a **Flash Dance**. (Zeca – Fundador QS)

(023) União Síria, Máscara Negra, **Orion**, fui no, até no Barreiro, a gente vinha do Barreiro a pé, nó... A gente dançava lá no Barreiro. Chegava três horas da manhã, **não tinha ônibus** pra poder vir embora, quatro horas, aí eu pensava “vou ter que **ir embora a pé**”. Saía do Barreiro” e ia lá pro bairro Federal, **atravessava a cidade...** porque a gente tinha o **prazer**, sabe (...).**aquela rotina boa que a gente tinha**, sabe, na época dos baile. Então foi onde eu aprendi a dançar e curtir música foi nessa época. (Germano – Fundador QS)

(024) Era baile fechado. Só **não entrava branco nem pintado**, a não ser os camaradas que fossem muito chegados mesmo, que era tipo um bar assim, **racista mesmo**, que era, naquela época, os pretos não podiam ir no lugar dos **brancos** e os brancos não iam nos lugares dos **negros**. (Zeca – Fundador QS)

(025) Era o **Clube dos Sargentos**, não entrava qualquer tipo de, de vestimenta, **mulher não podia entrar muito pintada, o homem tinha que entrar mais social**, sapato limpinho, que eles barravam, na época de [mil novecentos e] setenta e cinco, [mil novecentos e] setenta e oito, Clube dos Sargentos, lá no Santa Efigênia. Até hoje tem, lá, lá é um quartel, lá é **muito rígido**. Lá é: chegou, eles te olham de cima a baixo, pode entrar. Se tiver meio cheio de apagaado, não deixam. Dali nós vinha pro Italiana, Italiana, União Síria, que é na Augusto de Lima, a Italiana agora é na Curitiba, União Síria começava às seis horas. Ali, na União Síria acabava dez, onze horas, dez e meia. Das dez e meia nós vinha pro Máscara Negra, fechava o Máscara Negra. (...) Mas **era gostoso**. (Gustavo – Fundador QS)

(026) Sexta feira já preparava o cabelo, metia um óleo Johnson nele, ficava de toco o tempo todo, ele ficava assim, ó [sinalizando com os dedos rígidos], igual tá minha mão, em pé, aí que bonito, aí era, como diz, o charme dos negão [sic]. Se você ver os retrato das antiga, era bonito, eu era mais novo. Ali chamava a atenção, aí você chegava e via só aquele **monte de negão, só afro**, aquele cabelão, cada um maior que o outro, mas pro cabelo ficar bonito ele tinha que ficar assim, em pé, em pezão parecendo aqueles negócio, parecendo uma espiga de milho. Aí **era chique** demais. Cada um gostava de andar mais bonito que o outro, mais cheiroso, né porque as meninas gostavam, na época dava até brigaiada [sic] da cabriolada [sic]. E aí a vida nossa era essa. **Era a coisa mais bonita da vida** (...). (Gustavo – Fundador QS)

Os bailes *soul* mais frequentados pelos *blacks* nos anos 1970 eram dos clubes *Italiana*, *União Síria*, *Orion* e *Máscara Negra* na região central; *Perninha*, no bairro Nova Cintra; *Clube dos Sargentos*, no bairro Santa Efigênia; *Flash Dance (Baile do Toninho)*, na região de Venda Nova; e *Comercial*, na região do Barreiro. Atualmente, apenas o clube *Flash Dance* (Figura 15) ainda continua realizando os bailes, sempre no último sábado de cada mês. De modo explícito, Zeca (texto 022) afirma que, mesmo sendo um espaço tradicional no *soul* há três décadas, o Baile do Toninho ocupa a segunda posição como referência na realização do *soul*

na cidade. Este discurso elucida o implícito subentendido de que existe uma dicotomia em relação à preferência do público nos bailes no centro e em outros lugares; a *Flash Dance*, por ser um clube privado e situada em um bairro afastado do centro, fica em desvantagem em relação ao Quarteirão do *Soul*, que é realizado num espaço central e de acesso gratuito.

Figura 15 – Espaço interno da Danceteria *Flash Dance*



Fonte: Danceteria *Flash Dance*. Disponível em: < http://3.bp.blogspot.com/-DEdmZXcmzk/TkfP2H_yfpI/AAAAAAAAAJM/7O6_VJpkKhc/s1600/DSC02970.JPG>. Acesso em: 20 dez. 2012.

Os textos (023), (025) e (026) explicitam o percurso semântico da realização pessoal e do prazer dos *blacks* ao frequentar os bailes (seleções lexicais: *aquela rotina boa que a gente tinha; era gostoso; era chique; era a coisa mais bonita da vida*), ainda que exigisse um esforço de deslocamento (seleções lexicais: *não tinha ônibus; atravessava a cidade; e ir embora a pé*) ou regras criteriosas para a realização da festa (seleções lexicais: *mulher não podia entrar muito pintada e o homem tinha que entrar mais social e muito rígido*). Já o percurso semântico da segregação racial, existente nos fragmentos (024), (025) e (026), é revelado a partir das experiências dos enunciadores nesse contexto social, que assumem um dos lados da condição social de produção dos discursos: o lado das minorias. A participação nas festas da cidade estava sujeita a uma separação clara entre *brancos* e *negros*, na qual não havia a possibilidade de intercambialidade. A segregação não se restringe aos “espaços de brancos”, visto que a exclusão de brancos nos bailes *soul* também era executada (seleções lexicais: *monte de negão, só afro; não entrava branco nem pintado; e racista mesmo*).

Conforme Ribeiro (2008), o declínio dos bailes *black* em Belo Horizonte está ligado principalmente a dois fatores. O primeiro diz respeito à forte discriminação e repressão policial, pois, devido ao grande *boom* do *soul* e o volume de pessoas negras frequentando o centro da cidade, o controle social era constante. O segundo fator é em relação ao advento da *disco music* ou discoteca, nos anos 1980, que modificou a lógica de funcionamento dos clubes, não apenas em Belo Horizonte, mas também em outros lugares no Brasil. O declínio do *soul* nos clubes, entretanto, não significou o fim da identificação com o estilo musical, tampouco a realização de festas seguindo sua temática.

(027) **Antes** do Quarteirão nós tínhamos um encontro que durou... durou **doze anos**. Era o encontro dos *blacks*, **encontro dos manos black**. Era, a gente fazia sempre, tinha uma escola lá no bairro Caiçara. Então lá a gente encontrava aquele pessoal antigo. Os que não morreram, era sagrado. Aí no sábado, aí **uma vez por ano**, quase na época de natal, nós fazíamos um baile. Começava no sábado, só terminava no domingo, depois que acabava a cerveja. Aí o dinheiro que a gente **arrecadava** lá, dava pra comprar tantas grades de cerveja, tanto de refrigerante, aí tinha a janta. Tem uns quatro, tem uns cinco anos que a gente não faz essa festa mais. (Zeca – Fundador QS)

(028) A gente deu uma paradinha, né, a gente parou um pouquinho porque em oitenta [anos oitenta] **acabou, só tinha Venda Nova**, aí eu parei de ir, parei de ir. Aí duns anos pra cá, o Germano **sempre teve som na casa dele**, aí ia pra casa do Germano escutar som. Juntava a esposa dele, as filhas, uns vizinhos dele lá, ia pra lá dançar dia de semana, domingo, comprava uns refrigerante lá, ficava lá e dançava o tempo todo e aprendendo mais passos. Aí sempre ele fazia. **Antigamente** tinha as fita de K7, ele **trazia pra cá, pro quarteirão**, colocava **nos carros** e nós ficava escutando, música lenta, os balanços da vida. (Gustavo – Fundador QS)

Com a escassez dos bailes no centro, a continuação dos bailes se deu apenas no clube *Flash Dance*, em Venda Nova, a opção do lazer relacionado à *soul music* ficou limitada. Esse contexto solidificou o anual *encontro dos manos blacks*, como uma alternativa à escassez de bailes *soul* na cidade e um modo de não deixar o estilo se esvaír de vez. A festa ocorreu por um período de *doze anos*, com a participação financeira de todos os envolvidos, a partir de uma arrecadação geral para a compra dos comes e bebes e o transporte do som. Outra forma que os *blacks* encontraram de continuar em contato com o *soul* foi com reuniões informais na casa de amigos ou no quarteirão da Rua Goitacazes onde Germano trabalha como lavador de carros. Dos encontros no quarteirão embalados pelo *soul* nos carros, então, surgiu o Quarteirão do *Soul*.

6.2 Enfraquecimento e fragmentação

O Quarteirão do *Soul* é composto por três tipos de membros: os fundadores, que são os sete amigos que idealizaram e concretizaram o Movimento; os dançarinos, em sua maioria caracterizados com o figurino específico da década de 1970; e os vendedores, que atuam de modo informal durante a realização do evento. Essa divisão, entretanto, é arbitrária, visto que não existe uma convenção ou formalização quanto aos representantes do Movimento, com exceção dos fundadores.

Os membros fundadores, como foi apresentado no fragmento (002), são sete: Germano, Zeca, Gomes, Arnaldo, Ricardo, o Gustavo e Flávio. No entanto, após dois anos de realização do Quarteirão do *Soul*, alguns deles foram se desligando do movimento, que ficou concentrado na figura de Germano. Sua persistência na solidificação e reestruturação do Quarteirão do *Soul* nesse período de fragmentação é um fator diferencial para a continuação do Movimento.

(029) Quando foi em **2006**, aí o pessoal pegou, o **DJ A Coisa** falou “Eu vou sair do Quarteirão, vou sair não, eu vou me **desligar** de vocês porque eu tenho um trabalho na Prefeitura”, sei lá, aí ele levou o som dele. Aí o **Arnaldo** pegou e falou “Não, eu vou sair também que eu **vou criar meu próprio Movimento**”, aí o Arnaldo tirou os negócio, a caravan dele fora. E nisso, quando tirou tudo, eu fiquei na mão, **sozinho**. Falei “Uai, então acabou o Quarteirão do *Soul*!” [batendo as mãos]. Aí o Zeca também “Ah, vou-me embora, vou mexer nisso também mais não”. Nisso eu peguei, eu fiquei sozinho e tal lavando meus carros durante a semana, pensando o que eu ia fazer. O Quarteirão tinha acabado “Acabou o Quarteirão... Todo mundo saiu, né...” Eu disse “Não, **não vou deixar o Quarteirão acabar**”. Aí fui na minha casa, peguei **duas caixas de som velha** que eu tinha lá toda quebrada, uma **pickupzinha toda quebrada** e uns... sei lá, quarenta disco. Eu vim aqui, coloquei aqui na rua, fiquei tocando sozinho. **Ficou tocando eu, as árvores, passarinho**, pessoal passando, ninguém dançando, mas **continuei fazendo o meu horário, normal**. Então, eu peguei, fiquei aqui tocando sozinho, o pessoal passava na rua, **não tinha ninguém dançando, não chamava atenção de ninguém**. Aí apareceu um, ficou do meu lado dançando, se mexendo, apareceu outro, aí **foi aparecendo o pessoal de volta**, achando que tinha acabado. Aí a galera foi todo mundo voltando, **foi enchendo de novo**, eu correndo atrás dos negócios, que eu num tenho dinheiro pra comprar os negócio, fui comprando mais disco, comprando mais disco, comprando, comprando, disco, caixa de som, aí coloquei um sonzinho legal. Aí veio a primeira **entrevista** com a Rede SBT. Aí veio com aquela entrevista, fez uma filmagem no Quarteirão do *Soul*, tal. Aí o **Zeca** foi voltando também porque... porque, porque num aguentou. Aí a rua encheu de gente. O espaço ficou fechado de gente. (Germano – Fundador QS)

Em seu discurso, o fundador Germano lamenta a saída dos membros do Movimento, principalmente pela possibilidade de que o Quarteirão do *Soul* tivesse ali o seu fim: a saída do DJ A Coisa desestruturou a organização do evento, visto que era o seu equipamento de som o utilizado pelo grupo; e a saída do DJ Arnaldo, que decidiu criar um Movimento próprio,

também afetou o funcionamento do evento, excluindo a alternativa de voltarem a utilizar sua caravan para a reprodução do som. Inconformado com a situação (*não vou deixar o Quarteirão acabar*), Germano decidiu improvisar o som com equipamentos próprios, ainda que rústicos e sem o funcionamento perfeito. A prosopopeia e a ironia da seleção lexical *ficou tocando eu, as árvores, passarinho*, revela a resignação do enunciador ao continuar o Quarteirão do *Soul* sem os outros membros fundadores e sem a presença dos dançarinos. Assim, a existência do Movimento era atribuída não apenas à presença de um DJ, mas à presença dos dançarinos, pois era o estilo de dançar e de se vestir que atraía o público (*não tinha ninguém dançando, não chamava atenção de ninguém*).

Com a persistência em continuar tocando aos sábados (*continuei fazendo o meu horário, normal*), aos poucos o Movimento foi ganhando visibilidade novamente e os antigos participantes foram voltando. O retorno dos apreciadores de *soul* à Rua Goitacazes se reestabeleceu até que o Movimento ganhou repercussão na mídia. Tal fato contribuiu para divulgar de modo mais intenso a existência do Quarteirão do *Soul*, que se restringia aos próprios participantes e seus convidados. Em relação à divulgação, o Quarteirão do *Soul* já foi alvo de documentários disponibilizados no site *Youtube*³⁷ e matérias jornalísticas.

Por outro lado, a popularização do Movimento despertou o interesse de membros fundadores que haviam se desligado, como Zeca e Arnaldo. O fato de Arnaldo ter saído para fundar seu próprio Movimento – o Movimento *Black Soul*, entretanto, gerou desconforto nesse processo de retorno à Rua Goitacazes.

(030) Aí o Arnaldo veio e fez um abaixo assinado que ele tinha direito de tocar no espaço porque ele era fundador. Aí começou aquela **confusão**. Pra mim, e eu como sou um cara de paz, “**Então você toca os dois primeiros sábados, eu toco os dois últimos sábados**, aí fica bom pra você, fica bom pra mim”. O resto do pessoal que era fundador num interessou em continuar, que é o **Ricardo**, o **Gomes** também não interessou, nem o **Flavio**. Aí **eu** fiquei tocando **meus** dois últimos sábados e o **Arnaldo** ficou tocando **seus** dois primeiros sábados no Quarteirão do *Soul*, na Goitacazes. (Germano – Fundador QS)

Dos membros fundadores, Ricardo, Gomes e Flávio não manifestaram vontade de retornar ao Quarteirão do *Soul*. Arnaldo, entretanto, explicitou esse interesse, solicitando a utilização do

³⁷ Lista de busca vídeos sobre o Quarteirão do *Soul* no *Youtube*. Disponível em: <http://www.youtube.com/results?search_query=quarteir%C3%A3o+do+soul&aq=quarteir%C3%A3o+do&gs_l=youtube-reduced.3.0.014.81652.84250.0.85464.15.15.0.0.0.0.316.2023.7j5j1j2.15.0...0.0...1ac.1.yEyoh0aa26o>. Acesso em: 20 dez. 2012.

espaço para a realização do Movimento *Black Soul*. Dessa forma, os usos espaço da Rua Goitacazes para a realização do *soul* ficaram restritos: nos dois primeiros sábados de cada mês, o DJ Arnaldo tocava, comandando o Movimento *Black Soul*; nos dois últimos sábados, o DJ Germano tocava, comandando o Quarteirão do *Soul*. A partir dessa separação, a distinção entre o público que frequentava o *soul*, entretanto, não se fazia nítida, visto que aquele local já se consolidara como o Quarteirão do *Soul*.

Atualmente, dos sete membros fundadores, apenas três continuam no Quarteirão do *Soul*: Germano, Zeca e Gustavo. Dos membros remanescentes do Quarteirão do *Soul*, apenas Germano é DJ, responsável por comandar a trilha sonora dos encontros. Zeca e Gustavo ficam responsáveis pelo apoio técnico-estrutural, auxiliando no controle e transporte do equipamento, na montagem do equipamento e no controle do público e do tráfego na rua durante a festa³⁸. No discurso, fica explícita a apropriação dos Movimentos pelos DJs nos léxicos *meus* e *seus*, presentes também no fragmento (031). Ao ser indagado sobre os membros do Quarteirão do *Soul*, Germano responde:

(031) Aqueles que **me acompanham**, que dançam todos os dias, que é convidado pra **enfrentar zero oitocentos** [sic] em faculdade, escola, é, esses que vai lá por livre e espontânea vontade, que vai lá pra dançar, que vai lá pra mostrar arte, não vai lá por interesse, por **dinheiro**. Esses pra mim são a equipe do Quarteirão do *Soul*. Que aqueles que só vai por dinheiro, pra mim não faz parte da **minha equipe** não. Equipe pra mim é aquela que vai no dia que paga e vai o dia que é de graça. Essa é minha equipe. “Ó, vai rolar um cachê, você vai?” “Vô” “Ó, zero oitocentos, você vai?” “Vô”, essa é minha equipe (...). (Germano – Fundador QS)

Germano centraliza o funcionamento do Quarteirão do *Soul* na sua figura, destacando que os participantes do Movimento são aqueles que o acompanham. Ao expressar o léxico *minha equipe*, o enunciador reforça o estabelecimento do Movimento em função de sua figura, ainda que em um discurso paradoxo; a coletividade referente ao léxico “equipe” se altera com a inserção do pronome possessivo *minha*, implicando restrição.

No discurso, Germano deixa explícito o fato de o Quarteirão do *Soul* não ser um Movimento com fins lucrativos e ressalta a qualidade dos participantes que frequentam eventos com ou sem o pagamento de cachê (*enfrentar zero oitocentos*). No entanto, embora não haja a intencionalidade de lucrar com as apresentações, a existência do Quarteirão do *Soul* tem um custo, e parte dele é compensado pelos vendedores informais que participam do Movimento.

³⁸ Apresentaremos detalhes sobre a estrutura do Quarteirão do *Soul* na subseção 6.2.2.

Os vendedores começaram as vendas no início do Quarteirão do *Soul*, após participarem como dançarinos e observarem essa oportunidade.

(032) Começaram dançando e [depois] começaram a vender.

(033) **Desde que começou**, já vai pra que, pra oito anos que a gente tá sempre acompanhando, sempre vendendo ali, quando surgiu lá na Goitacazes. De lá nós descemos pra Santa Catarina e, agora que surgiu, na Praça Sete. (...) Tinha os bares lá na Goitacazes, aí, eu num sei porque eles fecharam o bar. Aí, um amigo nosso que também que frequenta, antigo, virou pro meu marido e falou assim “Olha, a gente fica indo buscar cerveja **lá embaixo**, quase que perto do mercado, então já que você tem essa Elba, você pega e põe umas caixa dentro e traz pra poder **vender** a sua cerveja”. (...). Só que **através dessa cerveja também que a gente vende a gente ajuda também o Soul, a pagar o carroto**, o Zeca, o Germano, todos que tocam aqui a gente tá sempre ajudando a levar e a trazer o som. Não só eu, como [o outro vendedor] também, que **faz a mesma coisa**, também ajudando o *Soul*. (Lúcia – Vendedora QS)

(034) **Trabalho**, eu tenho uma empresa de motocicleta e **aos fins de semana eu vendo bebida lá no Quarteirão**, né. Que eu que faço as **camisas** do pessoal do Quarteirão, na realidade eu visto as pessoas do Quarteirão, que começou sem querer. Eu fui com a camisa um dia do James Brown e as pessoas gostaram e dali eu comecei a vender. Eu já vendi mais de dez mil camisas. (...) Então, que que acontece, o Quarteirão, pra mim, foi **maravilhoso** que eu, **comercialmente**, além de eu vender as bebidas, eu visto as pessoas que vão ali. É, domingo, por exemplo, chegou uma menina lá do Recife. Passeando, viu aquele negócio lá – e eu até gosto de agradar bem as **pessoas** que eu vejo que é **de fora** pra eles ter uma boa impressão da gente, até dei uma camisa do Movimento e tudo, aquela coisa toda. (Miguel – Vendedor QS)

O comércio informal de bebidas e camisas no Quarteirão do *Soul* (Figuras 16 e 17) é realizado por dois vendedores, que começaram suas atividades ainda na Rua Goitacazes. Lúcia (texto 033) afirma que a ideia da venda partiu da sugestão de um amigo, como um modo de facilitar o consumo de bebidas dos participantes durante o evento. O implícito subentendido do discurso é que, ao mencionar *através dessa cerveja também que a gente vende a gente ajuda também o Soul, a pagar o carroto*, o enunciador tenta justificar o comércio como legítimo e positivo para a manutenção do Quarteirão do *Soul*. As vendas, entretanto, não ajudam apenas o Quarteirão do *Soul*, mas os próprios vendedores, que visualizam a atividade como um *trabalho*, um complemento na renda familiar.

Figura 16 – Venda de bebidas no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia da autora.

Figura 17 – Modelo de camisas vendidas no Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia da autora.

(035) O negócio meio que **embalou**, entendeu, embalou e aí eu saí do estresse da obra, eu **comprei meu carro ali, vendendo bebida**. Eu tenho um filho que passou em engenharia, que eu **paguei a escola dele toda**, estudando e fazendo cursinho, toda ali, entendeu? Então, assim, **foi muito bom pra mim**. (Miguel – Vendedor QS)

(036) Olha, vou te falar, **ajuda bastante**. Não posso falar que não porque tem ajudado, né, porque **meu marido é aposentado e eu agora não posso trabalhar** porque, igual eu te falei, cuido dos meus netos pra elas [suas filhas] trabalharem, e então, ajuda bem. (Lúcia – Vendedora QS)

Nos textos (035) e (036), os enunciadores explicitam os benefícios pessoais com o comércio informal no Quarteirão do *Soul* (seleções lexicais: *comprei meu carro ali, vendendo bebida; paguei a escola dele toda; foi muito bom pra mim; ajuda bastante; e meu marido é aposentado e eu agora não posso trabalhar*). Como o negócio *embalou*, o implícito subentendido dos discursos é que o retorno financeiro da atividade é positivo. Como implícito pressuposto, o fato de não terem custos adicionais com impostos, visto que a atividade é informal, contribui para o lucro dos vendedores.

A oportunidade de realizar uma atividade financeira não foi visualizada apenas pelos atuais vendedores; Germano deixa explícita a possibilidade de ter realizado tal atividade e aponta que não foi possível realizá-la pelo fato de já atuar como o responsável pelo som e não conseguir conciliar as duas atividades (texto 037):

(037) **Dá vinte reais** [risos]. **Ajuda, né** [O Quarteirão do *Soul*]. **Eles ganham muito**, né, trocam de carro, tão de carro zero. **A gente tá na mesma...** Como eu não tinha como vender porque eu tava tocando, então eles começaram a vender. E **eu não podia falar nada**. **A rua é pública**, então vou falar “vai vender aqui não”? Quem tinha que olhar isso era a **Prefeitura**, na época, tinha que **proibir**. Mas eles não olharam, então aí eu deixei pra lá. Meu negócio mesmo é só tocar mesmo, trazer o som e levar. (Germano – Fundador QS)

Em seu discurso acerca do comércio informal no Quarteirão do *Soul*, Germano ironiza a contribuição dos vendedores (*Dá vinte reais. Ajuda, né*), e compara sua situação financeira com a dos colegas, em função das vendas (*Eles ganham muito; e A gente tá na mesma*). Germano expressa a resignação por não ter podido influenciar no impedimento das vendas (seleções lexicais: *eu não podia falar nada; e A rua é pública*), o que manifesta uma contradição: o enunciador manifestou o desejo de ter comandado atividades comerciais no Quarteirão do *Soul*, mas, devido à sua impossibilidade, cita as irregularidades da atividade dos companheiros. Em outras palavras, a menção à proibição da atividade informal pela Prefeitura só se aplicou aos atuais vendedores.

O Quarteirão do *Soul* existiu na Rua Goitacazes de 2004 até a mudança para a Rua Santa Catarina, em 2010. Aos sábados, o Movimento dividia o espaço com comerciantes e moradores do local, mas foi motivo de constantes reclamações, principalmente por parte dos moradores, devido à reverberação do som do evento.

(038) Era um movimento que nós, enquanto comerciantes e hoteleiros, **apoiávamos, desde que eles fosse ordeiro**, e o foi durante o tempo que existiu, **porém, ele cresceu muito e ficou desordenado**, ou seja, ele **passou a ocupar os direitos do transeunte**, do livre acesso ao local. Então esse, episódio, nós convivemos com eles, uns quatro a cinco anos, é, querendo, é, **harmonizar** e até equanimizar, né, equalizar a **convivência**. (...) Ele já tava tomando o contorno com a Rua São Paulo, já tava quase chegando no *Shopping*, entendeu. Tinha dias que as esquinas, é, elas **eram tomadas**, as duas esquinas, com a São Paulo com Goitacazes, eram tomadas e até a gente tinha receio de acidentes, né, como houve, houveram alguns acidentes, um carro desgovernado, como num sábado à tarde, um carro de valores, desceu e eles já num estavam aqui, então a gente tinha muito **receio com relação à segurança** de tudo, né, das pessoas, uma **confusão**. (João – Comerciante)

No texto (038), o comerciante manifesta explicitamente apoio ao Movimento, mas atribui a ele o desordenamento da rua por limitar o acesso dos transeuntes e explicita o *receio com relação à segurança*, temendo a existência de uma possível *confusão* em função do número de pessoas na rua. Isso porque a popularização do evento atraiu muitas pessoas, as ruas *eram tomadas* pelo público, o que acabou transformando a dinâmica de uma rua residencial em uma rua voltada para o lazer.

Não era, porém, apenas o fato de a Rua Goitacazes ficar cheia de gente aos sábados que incomodava a população local; o volume do som do evento também era motivo para desconforto. As constantes reclamações dos moradores resultaram na realização de reuniões envolvendo representantes do Movimento, dos moradores, do comércio e da Prefeitura (Regional Centro-Sul) no intuito de conciliar os interesses de todos. Ao fim das reuniões, o resultado foi o remanejamento do Quarteirão do *Soul* da Rua Goitacazes, por esse espaço se caracterizar como residencial, como será apresentado na subseção a seguir.

6.3 O remanejamento para a Rua Santa Catarina

(039) Aí o horário era de 14 às 20 horas. No momento, quando dava 18 horas no meu dia eu terminava o *soul*, o **meu som sempre era mais um pouquinho baixo**, num tinha volume alto pra num atormentar as pessoas, a vizinhança e **no dia do Arnaldo ele colocava o som no último volume e terminava às 9 horas** da noite. Então as pessoas não conseguia escutar novela, os hóspedes do hotel ficava xingando porque chegava de viagem e não tinha como dormir... Os síndicos dos prédios começou a fazer um **abaixo assinado**, no Ministério Público, contra o espaço, que **queria que saísse do Quarteirão do So... da, do espaço da Goitacazes. Se fosse**

Quarteirão do *Soul* poderia ficar. No caso o outro som, que é Movimento Black Soul, não podia ficar. Que aí eu sabia, o pessoal gosta de mim, gosta de mim até hoje. Então, aí eles deram um prazo de dois meses pra sair do espaço e mandaram procurar outro espaço. Aí eu, Germano, **sempre eu**, fui na Santa Catarina, olhei o espaço, gostei. (...) Aí conseguimos o espaço na Santa Catarina, começamos a tocar na Santa Catarina durante esse tempo até hoje tamo na Santa Catarina. (...) Porque quando a gente tava na Goitacazes tava bem. Aí como o **abaixo assinado** foi pra dentro da **Prefeitura, dos síndicos dos prédios em volta, do hotel, da escola**, então aí Prefeitura pegou, **não liberou mais o alvará** pra gente. E fez uma **proposta** que nós podia sair daqui [Rua Goitacazes] e arrumar **outro espaço onde não tivesse prédio**, aí onde que a [Rua] Santa Catarina não tem prédio residencial, lá só comercial, então dá pra fazer lá na [Rua] Santa Catarina. (Germano – Fundador QS)

No texto (039), Germano aponta a distinção entre a dosagem do som quando era tocado no Movimento Quarteirão do *Soul* e no Movimento *Black Soul*. Segundo ele, o som do DJ Arnado, do Movimento *Black Soul*, extrapolava os limites, enquanto seu som era sempre mais um pouquinho baixo. O implícito subentendido do discurso de Germano é que, caso o DJ Arnaldo cumprisse as determinações de volume e horário, O Movimento Quarteirão do *Soul* não teriam saído da Rua Goitacazes. O enunciador acredita de modo explícito que apenas o Movimento *Black Soul* causava problemas, pois, mesmo após as intervenções dos moradores e da Prefeitura, acreditou que *Se fosse Quarteirão do Soul poderia ficar. No caso o outro som, que é Movimento Black Soul, não podia ficar*. No entanto, ambos os movimentos foram remanejados. O implícito pressuposto é de que os demais habitantes da Rua Goitacazes, seja comerciante seja morador, não sabiam das distinções entre os dois movimentos, e a solução almejada seria a desterritorialização da rua por parte dos *blacks* aos sábados.

(040) Nós temos um, um problema uma época, que antes os eventos se realizavam na Goitacazes, no quarteirão ali entre São Paulo e Curitiba, e ali tem **hotel** e tem um **prédio residencial**. E a época, nessa época, eu não me lembro mais qual foi o período exato, é, as pessoas começaram, **os moradores se mobilizaram**, os representantes do hotel e, **pedindo que o evento deixasse de existir naquele local** que era, né. Aí na época e participei de **reuniões** com esses moradores, com representantes do hotel, dos comerciantes e disse a eles que nós, enquanto administração da Regional Centro Sul, iríamos tentar uma **forma de que o evento continuasse, mas em um outro, um outro espaço, um outro local**, né, e com isso, nós levantamos ali aquele espaço que é da Santa Catarina, entre Amazonas e Tupis e, em comum acordo com os próprios promotores de eventos, nós os convencemos de que seria a melhor opção que a gente transferisse o evento, já que no local em que eles estavam tava tendo reclamação dos moradores, no entorno. E, eu também entendi à época, que o local que tava propondo, né, nós estávamos propondo, que mudasse, era até melhor, que era mais plano, né, um local plano, não sei se você já foi lá, mas é **um local muito melhor que na Goitacazes**, né? Aí, eles, é, **entenderam** né, as ponderações, **concordaram** com a mudança e hoje, pelo que eu sei, eles **estão muito mais satisfeitos no local onde em que estão hoje do que o que eles estavam**. (Walter – Prefeitura)

(041) Participavam [das reuniões] **os líderes do movimento**, tá, os dois, no caso, um do Black [*Soul*] e outro do Quarteirão do *Soul*, representados, e até pessoas que

dançavam, bailarinos, **pessoas que participavam ativamente**; o **gestor da Centro Sul**; a **comunidade**; o Hipercentro, um **representante do hipercentro**, né, do CONCEP³⁹; um representante dos **comerciantes** ou um representante dos condomínios, que era, no caso, um, um dos **moradores**, né, o condômino de cada prédio participava, davam umas **vinte pessoas**; uma socióloga da Prefeitura, né, uma **assistente social**, digamos, uma pessoa inserida no contexto de população de rua, etc, enfim, é onde se colocava a opinião de cada um. (João – Comerciante)

O alto volume do som do Quarteirão do *Soul* e a lotação do espaço da Rua Goitacazes fizeram com que os moradores se mobilizassem, *pedindo que o evento deixasse de existir naquele local* (texto 040). Nesse contexto, reuniões foram agendadas para solucionar o conflito da multiterritorialidade na Rua Goitacazes, aos sábados. Dessas reuniões participavam representantes do Quarteirão do *Soul* e do *Black Soul*, tanto os *líderes*, quanto *pessoas que participavam ativamente* dos movimentos; um *gestor* representante da Prefeitura de Belo Horizonte – Regional *Centro Sul*; a *comunidade*, representada por *comerciantes* e moradores; um representante do hipercentro; e uma *assistente social*. Os representantes da Prefeitura interromperam a liberação do alvará para a realização do evento na Rua Goitacazes e sugeriram que ele pudesse ocorrer em outro local, desde que não compreendesse um espaço residencial.

A sugestão da Rua Santa Catarina foi aceita pelos participantes do evento, embora no texto (039) Germano atribua a responsabilidade pelo processo de mudança a ele (*sempre eu*), mesmo que o Movimento *Black Soul* também fosse remanejado. Desde 2010, então, os dois Movimentos acontecem na Rua Santa Catarina, aos sábados, no período de 14 às 22 horas, mantendo o revezamento que acontecia ainda na Rua Goitacazes. Na ótica do representante da Prefeitura Walter (texto 040), a mudança foi positiva, visto que a Rua Santa Catarina *é um local muito melhor que na Goitacazes* e, segundo ele, os participantes *estão muito mais satisfeitos no local onde em que estão hoje do que o que eles estavam*.

Essa percepção, entretanto, não condiz com a realidade. A estrutura necessária para a realização de um evento como o Quarteirão do *Soul* não existia na Rua Goitacazes, assim como também não existe na Rua Santa Catarina, apesar de o Movimento funcionar mediante alvará de autorização. Ademais, a relação sociossimbólica do Quarteirão do *Soul* com a Rua Goitacazes não constituiu fator determinante na decisão de remanejamento dos *blacks* daquele local, onde elementos políticos e econômicos se sobrepuseram aos fatores de ordem simbólica

³⁹ Conselho Comunitário de Segurança Pública. Disponível em: < <http://www.consep.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

e cultural. Os conflitos inerentes ao paradoxo da liberação de um evento que corre em um local inapropriado e outras questões relacionadas serão apresentados no capítulo seguinte.

7 A DINÂMICA TERRITORIAL DO QUARTEIRÃO DO SOUL

Como exposto no Capítulo 5, sobre a história do Quarteirão do *Soul*, o Movimento surgiu no ano de 2004, na Rua Goitacazes, onde ali existiu durante cinco anos. Em 2010, após uma série de manifestações organizadas por moradores contra o recorrente incômodo em relação ao volume do som dos *blacks* aos sábados, o Movimento foi pressionado pela Prefeitura para que deixasse de territorializar a rua. Entre várias reuniões de conciliação para encontrar uma decisão que beneficiasse a todos os envolvidos, a Prefeitura sugeriu aos membros do Quarteirão do *Soul* que procurassem novo local, com a exigência de que fosse um espaço não residencial. O local encontrado para a realização do Movimento passou a ser, assim, a Rua Santa Catarina, espaço onde o Movimento acontece até os dias de hoje. Neste capítulo, dividido em duas seções, apresentamos os depoimentos dos entrevistados acerca da dinâmica territorial que permeia o Movimento Quarteirão do *Soul*.

7.1 A (re)produção do espaço urbano e as multiterritorialidades

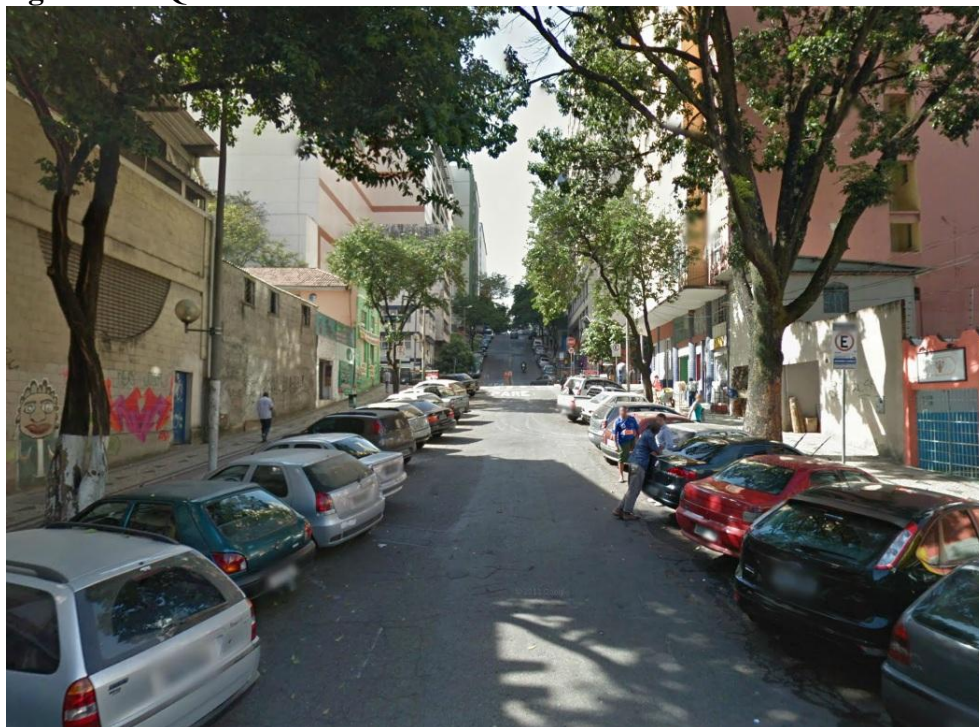
Esta seção está distribuída em duas subseções. Na primeira subseção, abordamos a relação dos *blacks* com as Ruas Goitacazes e Santa Catarina e as significações atribuídas por eles a cada espaço, bem como ao processo de mudança. Na segunda subseção, apresentamos os elementos relacionados o relacionamento dos participantes do Quarteirão do *Soul* com os atores sociais que representam outros territórios; moradores e comerciantes expõem sua opinião sobre a existência do Movimento e como é a convivência com os *blacks*.

7.1.1 Vivendo lugares

a) Rua Goitacazes

O espaço da Rua Goitacazes onde o Quarteirão do *Soul* iniciou suas apresentações está localizado no centro de Belo Horizonte, entre as ruas São Paulo e Curitiba (Figura 18). É um espaço ocupado por prédios residenciais e comerciais: um hotel, uma farmácia, uma papelaria, uma loja de tecidos, uma loja de artigos artesanais, um salão de beleza e bares. A rua é estreita, com uma discreta inclinação e, por não apresentar um alto fluxo de veículos, é utilizada principalmente como estacionamento, como ilustrado na Figura 19. Essa característica atraiu trabalhadores informais para atuarem como lavadores de carros, como o caso do próprio Germano, um dos membros fundadores do Quarteirão do *Soul*.

Figura 19 – Quarteirão da Rua Goitacazes entre as Ruas São Paulo e Curitiba



Fonte: Google Street View. Disponível em:

<http://maps.google.com.br/maps?rdu=http://www.hotelserrana.com.br/&rdj=google.nyc.c.j_9_bJUOybAcmU2QXLiID4CQ_2727412826_3&hl=pt-BR&gl=br&sig=hIa&lumarker=A&bih=699&biw=1280&um=1&ie=UTF-8&q=hotel+rua+goitacazes+bh&fb=1&gl=br&cid=0,0,4788284616129907532&sa=X&ei=BOfJUOuLENOIQHt1IBY&ved=0CAEQ5xg>. Acesso em 13 dez. 2012.

No fragmento discursivo (042), o comerciante evidencia a Rua Goitacazes como uma *rua diferenciada*, do ponto de vista econômico – principalmente em relação ao comercial cultural – em função de sua proximidade de espaços tradicionais de Belo Horizonte (*Minascentro*, *Shopping Cidade*, *Mercado Central* e *Sesc Paladium*), bem como pelo tipo de público que a frequenta, como jovens, trabalhadores e *turistas*. O fato de estarem próximos a esses espaços os torna *bem situados* no centro da cidade, o que atrai a presença de um público mais específico, cuja *finalidade* é o turismo de negócios, mas que também se estende para o *lazer cultural*. Com o baixo fluxo de carros, a movimentação da rua fica por conta dos próprios moradores, comerciantes e transeuntes.

No texto do comerciante, o implícito pressuposto é que o conjunto de elementos que tornam a Rua Goitacazes uma rua comercialmente positiva, com a presença desde turistas até empresários, tornava a existência de um movimento como o Quarteirão do *Soul* um paradoxo. Isto porque, embora constituísse uma opção de lazer para determinados turistas, havia outra parcela de público que não tolerava esse tipo de manifestação cultural, como será apresentado mais densamente na subseção 6.1.2. Dessa forma, não seria lucrativo para o comércio manter

um movimento que afastasse qualquer possibilidade de consumo, visto que, como apontado em Carlos (2009), a lógica de produção do espaço segue a racionalidade técnica imposta pelo capital industrial/financeiro, transformando o espaço urbano em mercadoria. Nesse sentido, para além do consumo de produtos, o consumo cultural da cidade também é um fator a ser analisado, pois espaços institucionais de circulação, como o Palácio das Artes, também estão próximos da Rua Goitacazes.

Esse conjunto de elementos que privilegia o consumo e a sustentação do capital é utilizado para legitimar as políticas institucionais de gestão urbana e, assim, determinar o “lugar adequado” para cada organização social inserida na cidade. O implícito pressuposto do texto (042) pode ser reforçado com a presença de outros grupos sociais que também estabeleciam territorialidades na Rua Goitacazes, antes da existência do Quarteirão do *Soul*: os camelôs e os andarilhos. Devido à incongruência de interesses econômicos, visto que tais grupos limitavam/ afastavam a circulação de pessoas no local, a exclusão, por meio do remanejamento, foi a medida adotada pela esfera pública.

(043) É um local que **melhorou muito**. Eu, quando vim pra cá, existia um, **a rua era tomada pelos camelôs**, né, não é negativo o que estou falando, **mas faltava planejamento**. Era desordenada, eram frutas misturadas com, sabe, as mais diversas mercadorias, então era uma rua **poluída visualmente**. Ela melhorou um pouco e tem algumas construções que merecem tratamento estético melhor, né. **A Prefeitura, ela até exige isso, um tratamento estético na urbanidade**, nas casas, né, pra ficarem com suas características peculiares, pra não perder o bucolismo ou o estilo de arquitetura, mas eles têm algumas né, nesse pedaço, principalmente, em uma esquina aqui, tá degradada, a casa é antiga, não é cuidada, não pintada, enfim, isso se torna feio visualmente, a rua. (...) **E** existiam os habitantes de rua, **moradores de rua**, que dormiam... Antes aqui não era esse colégio (...) era uma marquise que não tinha habitação, ou seja, eram lojas fechadas, então os moradores de rua eram hospedeiros, né, desses pedaços, isso em noventa e nove. Com o advento do Prefeito Célio de Castro e algumas ações do Hipercentro que uma associação que foi fundada aqui no centro pra cuidar do espaço público, né, e tornar urbanamente possível, né a convivência, da qual eu até fiz parte desse movimento, e fizemos uma frente para o então Prefeito, de estudos e de pesquisas, para que retirassem os camelôs, e foi muito, felizmente, o Prefeito, já falecido, Célio de Castro, nos recebeu, a comissão, na época, né, de estudos, e combateu, é vocês bem o sabem, em dois mil e quatro ou dois mil e três, ou dois mil e um, me falha a memória e o ano, de que **retirou** os camelôs e até houve camelódromos, né, como aquele próximo da Rodoviária, que era fábrica da Antarctica, **então**, foi uma coisa **benéfica pra cidade**, na época. (João – Comerciante).

No texto (043) fica explícito o discurso da beleza estética da cidade, cidade esta que “deve” permanecer bela para habitantes e visitantes. O enunciador relembra a época em que iniciou seu trabalho em um dos comércios da Rua Goitacazes, evidenciando um passado bastante distinto do presente, quando, antigamente, a presença de camelôs e de *moradores de rua* na

Rua Goitacazes tornava-a *poluída visualmente*. O implícito subentendido é que esses grupos sociais não agregavam valor à rua da mesma forma que os comerciantes e, portanto, não eram merecedores de ocupá-la, pois sua posterior retirada representou um benefício, não apenas para a rua, mas para a *cidade*.

O entrevistado fundamenta seu argumento ao citar a Prefeitura como órgão institucional competente para a elaboração de políticas de *planejamento* urbano, já que ela *exige* um *tratamento estético na urbanidade*, o que revela o espaço urbano enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado pelo Estado em favor de uma classe dominante (CARLOS, 2009). A interdiscursividade presente no texto aponta, assim, a contradição entre a cidade que, para tornar-se bela, necessita filtrar atores e práticas sociais que fazem parte dessa estética. Ao refletir a presença de determinados grupos na rua, o enunciador refrata as reais condições para a essa ocupação, distorcendo a realidade econômica sob o discurso da beleza da cidade.

Isso porque tal estética baseia-se não apenas na dicotomia feio/bonito, mas, principalmente, nas leis do consumo. A territorialidade de moradores e comerciantes da Rua Goitacazes era disputada com trabalhadores informais e andarilhos; constituindo uma rua de acesso a pontos turístico-comerciais em Belo Horizonte, a presença desses grupos sociais representava um empecilho aos interesses do grupo de comerciantes. Isto é, a ocupação de um espaço produtivo por grupos não-produtivos (do ponto de vista econômico) é estanque para o desenvolvimento do capital, e aqueles que não oferecem retorno econômico devem ser expurgados para outros locais.

Ademais, a institucionalização da estética cidadina reforça a ligação e a convergência de interesses entre os órgãos públicos de gestão urbana e o setor privado. Aqui prevalece o interdiscurso entre a estética e o direito à ocupação. A cidade que “precisa” ser bonita (uma vitrine exposta para o consumo) não comporta grupos e indivíduos que estejam fora desse padrão, sendo, portanto, expurgados para longe dos “olhos dos consumidores”. O comerciante reflete a existência de camelôs e moradores de rua no local, e refrata a retirada desses grupos sociais como algo benéfico para a cidade quando, na verdade, o benefício está restrito ao consumo, pois, para esses grupos – excluídos – o benefício foi parcial.

No texto (043), fica explícito o discurso da higienização urbana, que estabelece a limpeza da cidade por meio do “manejo humano” (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009, p. 1318). Em outras palavras, por meio de instrumentos, a gestão pública aloca cada grupo social em seu lugar “adequado”, sob o discurso da organização estética da cidade. Em Belo Horizonte, tais políticas são criteriosamente caracterizadas e aplicadas pelo Código de Posturas⁴⁰, um instrumento que propõe a organização da disposição espacial de pessoas e objetos no logradouro público central da cidade. A realocação dos camelôs na cidade de Belo Horizonte foi um fenômeno em toda a cidade, cujo início foi baseado nas premissas do Código de Posturas, gerido pela Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte.

(044) Ele [Código de Posturas] vem pra **regular a utilização do espaço público**, principalmente, né. Ele traz essa, o objetivo dele é esse, né. Ele regula a publicidade, ele regula eventos, ele regula... a utilização de uma forma geral. Então uma obra no espaço público é regulada pelo Código de Posturas. Isso tudo é pra trazer um **equilíbrio** pra utilização do espaço público. Que tem que haver, né. A gente pode pegar o exemplo dos *outdoors*, por exemplo, que estavam esparramados na cidade inteira, era uma poluição visual drástica, né. Quando veio essa última alteração do Código de Posturas, ele **restringiu** a possibilidade de uso da publicidade e a gente tem **uma cidade muito mais limpa, mais bonita, mais bela** pra população, né. Então ela vem regular esse uso do espaço público, basicamente é o que é o objetivo do Código de Posturas. (Letícia – Prefeitura)

Embora o discurso explícito da representante da Prefeitura seja sobre o *equilíbrio*, o Código de Posturas propõe uma linha de organização e estruturação visual da cidade que segue a lógica de adoção de padrões por meio da homogeneização de práticas, assim como a higienização da cidade. Esse equilíbrio, portanto, é parcelar, pois a regulação dos *usos do espaço público* é destinada apenas para uma parte da população, isto é, a parte não-produtiva da cidade. Disponibilizar *uma cidade muito mais limpa, mais bonita, mais bela pra população* constitui uma proposta estética que interessa apenas a determinados grupos sociais, grupos sociais estes que estão inseridos no contexto do consumo dos espaços e na utilização dos espaços para o consumo (CARLOS, 2009).

Essa regulação de condutas evidencia a centralização das instituições públicas de gestão em relação e esses grupos como forma de controle social (FOUCAULT, 1979) por meio da restrição e da regulação. O discurso explícito do Código de Posturas é que, ao delimitar os

⁴⁰ O Código de Posturas de Belo Horizonte pode ser encontrado no site da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em <portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regulacaourbana&tax=23290&lang=pt_BR&pg=5570&taxp=0&>. Acesso em 11 jan 2012.

direitos e deveres em relação ao uso do espaço público urbano, se conseguirá garantir qualidade de vida e harmonia na convivência dos cidadãos. Esse discurso, porém, nada mais é que um eufemismo para as práticas de gentrificação do espaço central da cidade (LEITE, 2007; PAOLI, 2007), como reforçado no texto (045), com o discurso sobre a revitalização dos espaços urbanos.

(045) (...) a **revitalização**, que era um movimento mundial dos centros, isso acontecia em todas as capitais, na época, né, acontecia em **Nova York**, acontecia em **Portugal**, enfim, em **vários países, porque não no Brasil, né?** Então nós tivemos em alguns, como Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, né, hoje a gente tem o **velho centro**... Se bem que aqui já existia o movimento de um centro, é, **naturalmente eleito** pelos habitantes de Belo Horizonte, que era **Savassi**, então nós teríamos um centro já em bastante ebulição na época, que era **nov**, um bairro novo, um bairro **chique, interessante**, e nós tínhamos já como centro, a Savassi, era interessante isso, e o centro aqui se **degradando cada vez mais**. Então houve um movimento a partir do, também, do Célio de Castro e do Fernando Pimentel, enfim, alguns Prefeitos, da **revitalização** do centro. [Os hoteleiros do centro] foram muito incidentes junto às autoridades pra que fizessem essa revitalização e tornasse **habitável** o centro **novamente**, né, que era uma coisa com **camelôs**, com a **incidência muito grande de furtos, trombadinhas**, enfim. Houve uma **melhora considerável**, criou-se os POVs, né, os Postos de Ostensivos de Vigilância da PM, que foram financiados, parte, né, uma **Parceria Público-Privada** com os comerciantes, que financiavam aquele POV. Então, isso ajudou muito. Partindo daí, começou-se a pensar na cultura, né, nas **coisas que realmente valorizem o centro** das capitais. Que geralmente a visão do que se tinha do centro era uma coisa muito degradada, né, onde havia um volume muito grande da população, passando **sem ordenamento**, enfim, agora nós já temos alguma coisa clara e planejada. (João – Comerciante)

No fragmento (045), o comerciante aponta a tendência dos estados brasileiros em seguir o modelo dos grandes centros urbanos mundiais que adotaram políticas de *revitalização*. Observa-se a interdiscursividade entre os percursos semânticos do velho centro e do centro novo. No velho centro, a cidade caminhava *sem ordenamento*, com a presença de *camelôs*, com *incidência muito grande de furtos* e a presença constante de *trombadinhas*. Já o centro novo é um centro *naturalmente eleito, chique e interessante*. Como o velho centro estava se *degradando cada vez mais*, os projetos de revitalização surgiram como um resgate às características primárias do velho centro; o objetivo era o de transformá-lo aos moldes do centro novo para que se tornasse *habitável novamente*. Por se tratar de um interesse conjunto entre as esferas pública e privada, a articulação de um planejamento urbano que privilegiasse a estética despoluída e harmônica do centro, bem como a vigilância e o controle incisivos sobre ele, desencadeou a concretização de uma *Parceria Público-Privada* que pusesse em prática tais planos.

Os espaços sociais, entretanto, ultrapassam questões instrumentais do espaço planejado, construído, como a organização de políticas de revitalização, pois, para além dos aspectos de gestão e de produção do espaço urbano, a cidade também é lugar de significações, de como diferentes grupos sociais reinterpretem essa produção. Isto é, a cidade é um espaço de representações (LEFEBVRE, 1991; 2008a; LEITE, 2007). Nesse sentido, a Rua Goitacazes ultrapassa a condição de espaço sujeito a intervenções urbanas em nível de gestão e se estabelece como lugar, propício ao enraizamento de práticas e memórias de grupos sociais que dela se apropriam (PESAVENTO, 2007).

A existência do Quarteirão do *Soul* nessa rua possibilitou a criação de um vínculo simbólico-identitário com o lugar até os dias de hoje, principalmente pelo fato de ali ter sido o local onde o movimento surgiu e se desenvolveu. Importante salientar que durante a coleta de dados, os membros fundadores do Movimento escolheram a Rua Goitacazes para a realização das entrevistas, o que reforça o grau de envolvimento dos participantes do Quarteirão do *Soul* com esta rua. Em seus depoimentos, o discurso do saudosismo em relação à rua e aos momentos ali vividos eram intensos, como versam nos fragmentos (046) e (047).

(046) Eu, você pode me dar **um sábado por mês eu ficaria satisfeito**. Pode cortar todos pra mim “você vai tocar um dia só”, “não tem problema!”. Meu **sonho** é fazer uma festa de **aniversário** aqui, do Quarteirão do *Soul*, com **som baixinho, ambiente**, reunir a galera pra **matar a saudade**, sabe. Ficou marcado. **Quarteirão do Soul Goitacazes ficou marcado na memória de todos os blacks de Belo Horizonte**. Tem *black* que dançava aqui e não dança na Santa Catarina. Sumiu, desapareceu, virou lenda, não sabe pra onde que tá, pra onde que foi. E alguns seguiram a gente. (Germano – Fundador QS)

(047) **Se o Quarteirão voltasse pra cá** [Rua Goitacazes] **eu adoraria**. Adoraria. Porque **era mais tranquilo**, muito bom. Eu sinto muita **saudade** daqui, viu. Na época que a gente saiu daqui pra ir pra lá... no início eu não queria não. Mas depois tentei acostumar lá [Rua Santa Catarina], fizemos amizade com o pessoal, todo mundo, os lojistas, aquele negócio todo lá. (Zeca – Fundador QS)

A nostalgia dos membros fundadores ao relembrar os momentos do Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes é discursivamente explícita, principalmente com a menção das expressões *saudade*, *matar a saudade* e *sonho*. De acordo com os depoimentos, é possível perceber que, mesmo após o remanejamento para a Rua Santa Catarina, os *blacks* ainda alimentavam a esperança de realizar o Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes, seja de modo aleatório, como na realização de um *aniversário* do movimento, ou de modo recorrente, com a possibilidade

de poderem utilizar o local novamente (um *sábado por mês eu ficaria satisfeito e se o Quarteirão voltasse pra cá eu adoraria*).

Os enunciadores tentam legitimar o desejo de retorno salientando que o espaço *era mais tranquilo* e que realizariam o evento com *o som baixinho, ambiente*. O implícito subentendido do discurso é o da esperança de que, um dia, o Quarteirão do *Soul* possa se realizar na Rua Goitacazes novamente, porém sem os impasses que existiram e que contribuíram para o fim do Movimento naquele local. Aqui, a memória atinge sua concretude mediante as referências saudosas do passado, mas evocada de maneira reflexiva e projetiva, criando as possibilidades de um futuro diferente.

A noção do espaço como mero instrumento de organização e alocação de pessoas, processos e recursos é reducionista, pois “[...] o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído” (NOGUEIRA, 2009, p.73). Nas práticas territoriais, por sua vez, os indivíduos ou grupo de indivíduos desenvolvem relações de poder em relação ao espaço ocupado, assim como vínculos identitários e simbólicos. O vocábulo *Quarteirão do Soul Goitacazes ficou marcado na memória de todos os blacks de Belo Horizonte*, evidencia que, no espaço, especificamente na Rua Goitacazes, os sujeitos construíram suas emoções e representações. Esse fato, entretanto, foi considerado como secundário durante as reuniões de conciliação que culminaram na mudança dos *blacks* da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina.

Apesar dos confrontos que desencadearam a mudança dos *blacks* de lugar, a convivência com os comerciantes ocorria de maneira positiva, principalmente por ser uma rua com grande concentração de bares – a presença de público durante o evento favorecia o comércio de bebidas. Já para o comerciante dos textos (048) e (049), a existência do Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes foi um grande paradoxo. Ao mesmo tempo que era benéfico, do ponto de vista turístico-comercial, para uma parcela de pessoas que estavam hospedadas na rua, havia também uma parcela de pessoas que se incomodava com a realização do evento.

(048) **Até colocamos tapetes** (...), fornecemos pra eles pra que forrassem a rua pra não ficar tão áspero, o piso, né, no asfalto. Fizemos de uma **forma de convivência, culturalmente falando**, e até criar um **produto turístico**, por que não, né? Porque todos os **movimentos culturais** do mundo nasceram em uma **esquina**. A própria Disney nasceu em um quintal americano, a própria Cancun, enfim (...). (João – Comerciante)

(049) Chegamos até a **hospedar pessoas convidadas por eles**, de forma **incentivada**, ou seja, concedendo uma **permuta**, uma **cortesia** pra **valorizar o Movimento, desde que fosse negociado os decibéis**, né. Então a gente tinha **interesse** no movimento, era um **atrativo** sim, era sim. Famílias de outros estados **filmavam, tiravam foto, até iam lá dançar, por incrível que pareça**, tá? Pessoas de bem, São Paulo, etc, moças, né, estudantes, enfim, gostavam. **Grande parte**, igual eu te falei, **aqueles que querem silêncio pra estudar não gostavam**. Mas era uma coisa **muito interessante, que mexia com as emoções das pessoas**, só que **faltava essa coisa de dosar o som**. E no Movimento não existe essa possibilidade de você ouvir o som baixo. Eles **até tinham períodos que colocavam muito baixo, mas as pessoas... morria**. A gente notava porque não, não tá... **aquela coisa tem que estremecer mesmo, aquele som tem que bater na alma**. É uma coisa que tem que mexer com a alma, então ele não pode ser baixo. Não pode, não existe. O tipo de som que é, discoteca, não existe de ser colocado baixo, né, não existe. Uma, uma música clássica, tudo bem, né, pode ser *background*, mas **a música deles é pra dançar**, é pra **agitar**, provocar o agito, então como é que você vai colocar baixo, não é? Então isso realmente foi uma coisa que entrou todas as negociações. Quando chegava no som, não tinha jeito. Eles até, é, por **cavalheirismo ou por acordo**, começavam som baixo, baixo, de uma forma audível e **tolerável**, mas quando chegava determinada hora, abria o grave. Aí eu ia lá, pedia pra baixar, eles baixavam. Passava dois, três minutos, aumentavam. Então, quer dizer, era uma coisa naturalmente... não casava, o Movimento com a sonoridade baixa, enfim. (João – Comerciante)

O comerciante destaca o suporte que seu estabelecimento oferecia ao Quarteirão do *Soul* (seleções lexicais: *até colocamos tapetes*; e *hospedar pessoas convidadas por eles*). O implícito subentendido do discurso é que tal suporte acontecia em função do interesse em dois aspectos principais.

O primeiro aspecto era o interesse no retorno econômico. O entrevistado via no Movimento a possibilidade de se tornar um produto turístico, o que constituiria uma opção de lazer aos hóspedes do hotel que gostavam do evento, *filmavam, tiravam foto, até iam lá dançar*; ao mesmo tempo, ao utilizar o léxico *por incrível que pareça*, o discurso revela a surpresa do enunciador ao relatar que esse tipo de comportamento acontecia. Nesse sentido, o fornecimento de tapetes acontecia não apenas como um auxílio para os dançarinos evitarem a dança no asfalto, mas como um incentivo, *uma forma de convivência, culturalmente falando*, pois os tapetes dariam um toque de requinte e embelezamento ao evento, o que favoreceria a atração do público. A metáfora do surgimento de centros turísticos em uma *esquina*, como a cidade de Cancun e o parque de diversões Disney, demonstra a ideia de que grandes espaços de lazer foram, anteriormente, projetos pequenos, supondo a possibilidade de o Movimento vir a crescer e se tornar, de fato, um grande *atrativo*. E por atrativo, entenda-se, também, a possibilidade de se tornar algo lucrativo.

O comerciante reconhece o evento como um movimento *cultural muito interessante, que mexia com as emoções das pessoas*, mas, incomodava outra parcela dos hóspedes (seleções lexicais: *grande parte; aqueles que querem silêncio pra estudar não gostavam; e faltava essa coisa de dosar o som*). O segundo aspecto, portanto, era o suporte ao movimento pelo interesse em negociar o volume do som do Movimento, quando os membros do evento baixavam o som em sinal de *cavalheirismo ou por acordo* (seleções lexicais: *permuta; cortesia; e valorizar o Movimento, desde que fosse negociado os decibéis*).

O enunciador revela, ainda, o paradoxo do controle sonoro em um evento cuja finalidade é a dança dos participantes (seleções lexicais: *até tinham períodos que colocavam muito baixo, mas as pessoas... morria; aquela coisa tem que estremecer mesmo, aquele som tem que bater na alma; a música deles é pra dançar; e agitar*). Essa percepção acerca da incongruência da manutenção de um volume de som baixo em um movimento que “ganha vida” a partir da música chama a atenção para a questão da estrutura do local, que não possuía as condições ideais para a realização desse tipo de evento. As discussões sobre tais questões serão detalhadas na subseção 6.2.1 acerca da (ausência de) estrutura funcional do Quarteirão do *Soul*.

b) O processo de mudança

A ação da Prefeitura de impor a mudança do Quarteirão do *Soul* da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina foi ao encontro dos objetivos da parcela de moradores da Rua Goitacazes que reivindicava o fim do Movimento nesta rua. Em contraposição, para os membros fundadores do Movimento, bem como para seus participantes, tal mudança não resultou em benefício, conforme apresentado nos fragmentos discursivos (050), (051), (052) e (053):

(050) Teve uma **preocupação** deles quando a gente propôs a mudança, pela questão de **ali** [Rua Goitacazes] **já ser um local histórico**, né, do movimento, **um local consolidado**, né, eles tinham **medo** que uma mudança pudesse **esvaziar** o evento, **mas** pelo que eu **percebi**, eu já compareci lá no evento, me **parece que até aumentou e tem aumentado constantemente o público**, é, porque é um evento muito interessante, né (...). Num **primeiro momento** eles ficaram meio **temerosos** por causa daquilo que eu falei, disse que ia ser uma **transição**, né, do evento naquele, naquele local e **eles temiam realmente mudar e o evento perder, né, em público, né, e tal**. Mas aí, é o que eu falo, eu sempre tive uma **relação muito transparente, muito próxima** a eles, né e aí eu ponderei com eles o seguinte: que lá na Goitacazes tava começando a criar uma situação de embate com os moradores e que isso não traria nenhuma contribuição pro movimento deles. Pelo contrário, né, **quando você tá em um evento que o pessoal que tá no entorno é contra o evento a tendência é só ir piorando a situação e acabar inviabilizando, né, o evento**. Foi

isso que eu falei pra eles. Eu acho que eu, eu consegui **convencê-los** porque na hora que eu levei pra eles discussão de que ali o evento estava se inviabilizando eu **já apresentei imediatamente uma alternativa de local** e, e eles **receberam com muito interesse o novo local**. **Viram que era um local melhor** e eu afirmo, na minha visão enquanto **gestor público**, o local que tá hoje é **muito melhor** do que o que estava sendo realizado anteriormente. (Walter – Prefeitura)

(051) Assim, **a gente sentiu**, a gente ficou com aquele **pesar** né, mas a **única coisa que foi boa foi porque não acabou**, né. O pensamento da gente era acabar né, o pessoal pensou que ia acabar tudo, mas a gente sentiu muito. **Lá** [Rua Goitacazes] **era melhor, apesar** que aqui [Rua Santa Catarina] é plano né e lá era tipo uma subida. Mas isso aí não alterava nada não, lá [Rua Goitacazes] era melhor. (Maria - Dançarina)

(052) Ó, **no começo**, no começo, bem dizer, **não gostei**, que **o forte era aqui** [Rua Goitacazes]. **Lá na Santa Catarina é bom, mas só tem que lá, o lugar não é igual aqui** [Rua Goitacazes] **antigamente**. **A gente acostumou muito aqui** no pedaço [Rua Goitacazes], **não é igual antigamente**. Eu acostumei mais foi aqui, então **a gente vai lá porque a Prefeitura mandou nós pra lá**. Mas a Prefeitura tá pra arrumar um **outro lugar** pra gente. Não sei, que eles tão com essa **mudança da cidade**, em algumas coisa, pra **Copa do Mundo**, algumas mudanças pra poder colocar essas linhas de ônibus nova aí, agora eu não como eles vão fazer. Mas **por enquanto** nós vamos ficando ali [Rua Santa Catarina] **porque não tem outro lugar pra gente ir**. (Gustavo – Fundador QS)

(053) Olha, da minha parte, pra mim **foi horrível**. Simplesmente, **aqui** [Rua Goitacazes] dava pra controlar as pessoas como **lá** [Rua Santa Catarina] não dá (...). (Zeca – Fundador QS)

No texto (050), o representante da Prefeitura deixa explícito o fato de haver, em um *primeiro momento*, uma *preocupação* dos participantes do Quarteirão do *Soul* em relação ao processo de mudança, principalmente, em relação ao vínculo dos participantes com a Rua Goitacazes pelo fato de este lugar *já ser um local histórico, um local consolidado*. Segundo ele, o temor pela mudança também existia em função da incerteza da presença de público no novo local (seleções lexicais: *medo; temerosos; e esvaziar*), embora tenha sugerido que isto não ocorreu (*parece que até aumentou; e tem aumentado constantemente o público*).

O entrevistado aponta que o fato de ter certa proximidade dos participantes do evento possibilitou o convencimento dos mesmos a buscar um novo local para o Movimento (seleções lexicais: *relação muito transparente, muito próxima; consegui convencê-los; e apresentei imediatamente uma alternativa de local*), ressaltando o fato de que *quando você tá em um evento que o pessoal que tá no entorno é contra o evento a tendência é só ir piorando a situação e acabar inviabilizando, né, o evento*. O implícito pressuposto do discurso é que, havendo o mesmo tipo de situação na Rua Santa Catarina, onde há um confronto direto com coabitantes, o Movimento teria que ser retirado do local mais uma vez.

Para o gestor público, a mudança representou uma melhora significativa para a realização do evento e, embora tenha havido uma resistência, *a priori*, os participantes do Movimento *receberam com muito interesse o novo local, viram que era um local melhor*. A percepção de que a Rua Santa Catarina é um lugar *muito melhor* do que a Rua Goitacazes, entretanto, é contrariada nos discursos (051), (052) e (053). Para os participantes do Quarteirão do *Soul*, a notícia do fim do Movimento da Rua Goitacazes foi recebida com tristeza e *pesar* (seleções lexicais: *a gente sentiu; não gostei, que o forte era aqui; e foi horrível*). Os textos revelam o interdiscurso entre a resignação em relação à mudança (*a gente vai lá porque a Prefeitura mandou nós pra lá*) e o alívio pelo Movimento não ter acabado (*a única coisa que foi boa foi porque não acabou*). Nesse sentido, por mais que a mudança tenha representado um fator negativo para os participantes do Quarteirão do *Soul*, mais negativo ainda seria não terem a autorização para existirem em lugar algum.

O vínculo dos *blacks* com a Rua Goitacazes pode ser visualizado nos léxicos *lá era melhor, o forte era aqui e a gente acostumou muito aqui*. Os enunciadores apresentam comparações entre as Ruas Goitacazes e Santa Catarina e ressaltam os contrapontos entre os lugares por meio dos vocábulos *mas e apesar* e dos advérbios de lugar *lá e aqui*. No texto (051), o enunciador faz menção ao passado, com tom de saudosismo e nostalgia ao comparar os lugares (*não é igual antigamente*), e ao futuro, ao temer a *mudança da cidade* pela Prefeitura com a chegada da *Copa do Mundo* e, com isso, terem que ir para *outro lugar* novamente. Em relação ao presente (*por enquanto*), o enunciador manifesta a incerteza quanto a um local fixo para as apresentações do Quarteirão do *Soul* de modo resignado *porque não tem outro lugar pra gente ir*. O implícito pressuposto do texto é que o lugar ao qual o enunciador gostaria de ir é a Rua Goitacazes, o que vai ao encontro dos discursos enunciados nos textos (046) e (047).

c) Rua Santa Catarina

As diferenças entre a Rua Goitacazes e a Rua Santa Catarina não são muito destoantes. Assim como a Rua Goitacazes, a Rua Santa Catarina se caracteriza pela presença marcante de espaços comerciais e não se configura como uma rua de trânsito intenso, pois é apenas a ligação entre duas vias: a Rua dos Tupis e a Avenida Amazonas. A Figura 20 ilustra o quarteirão da Rua Santa Catarina onde o Quarteirão do *Soul* se realiza e a Figura 21 ilustra a localização do Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes e na Rua Santa Catarina.

(054) É um **espaço de comércio**, espaço de comércio **familiar** durante a semana. **Todos** se conhecem, todos **colaboram um com o outro**, é um espaço de comércio. (Raimundo – Comerciante)

(055) Normal. Tem hoje, é, diante do **Código de Posturas que a Prefeitura tem imposto**, é, **retirou-se uma Feira que tinha na praça**. É um quarteirão praticamente de **movimento local**, né, **não tem trânsito contínuo**. Durante esses anos todos foi no ano passado [2011] que eles retiraram a Feira. Então durante esses **dezoito anos** que eu estou aqui, né, sempre existiu a Feira. É uma Feira fixa, de venda de *hortifruti*, né, tinha os outros estandes de biscoito, temperos, essas coisas. (Benedito – Comerciante)

(056) Porque **muita coisa mudou**, né, **em relação a esse Código**, inclusive fachada de loja, modelo de placa, tamanho, já não pode ser mais de acordo com o dono do estabelecimento, né, porque tem um **padrão** agora, a **forma** desse Código de Postura... **postura visual**. (Benedito – Comerciante).

Figura 20 – Quarteirão da Rua Santa Catarina entre Av. Amazonas e Rua dos Tupis



Fonte: Google Street View. Disponível em:

<<https://maps.google.com.br/maps?q=rua+santa+catarina+bh&ie=UTF-8&hq=&hnear=0xa69760720dd10b:0xa35bc4f4231a7fe,R.+Santa+Catarina+-+Belo+Horizonte+-+MG&gl=br&ei=8XdFUfPRMeXB4AOTpYCYDw&ved=0CDsQ8gEwAQ>>. Acesso em 13 dez. 2012.

(057) Teve uma **faixa** que eles colocaram “próximo sábado...”, é, eu não sei qual o período antes. Na minha mente é uma semana, “próximo sábado movimento *soul* neste quarteirão” e tal, tudo mais, tal coisa (...). Então acho que a faixa era só pra **identificar O Quarteirão, e não para preparar o povo que tá no quarteirão**, pra identificar o quarteirão pra eles mesmos, pras pessoas que gostam. A princípio [pensei] “o que que é isso aí?”. Ninguém sabia o que era, **alguns** sabiam que tinha na Goitacazes, aí falaram, tal, “**ah não**, pelo amor de Deus, aí não dá”. O quarteirão já **não tem trânsito. Comercialmente falando isso é menos favorável ao comércio**, que não tem um trânsito, ele é trânsito local. Já tem pouco movimento de veículos e naturalmente **não tem um ponto de ônibus** e tal. Agora você **fecha o quarteirão pra um movimento sem fins lucrativos nenhum?** (Benedito – Comerciante).

(058) **Pela música alta, chamou atenção**, desde o começo. Eu **já conhecia** que eles tocavam aqui na Goitacazes. Eu como sou frequentadora do shopping ali da frente, ali da Rua São Paulo, eu passava pela Goitacazes e via eles dançando, **achava até interessante**, que é muito interessante eles dançarem. Não sou nada contra eles dançarem, acho que até eles, dança muito bonita, o Michael Jackson, né, que chama, e dança muito bem, são assim respeitosos... o problema não é falta de respeito, é só o barulho. Eles **são maravilhosos, mas incomoda**. Eu achava até que, **como é que o pessoal ainda tolerava**, que eu pensava assim “Isso é muito **barulhento**, como é que o povo tolera?”. Passa pouco tempo, vem pra perto de mim e eu falei “Meu Deus do Céu! Aqui?”. E não foi eu que reclama, **o prédio inteiro reclama**, inteiro, principalmente quem mora desse lado aqui, que o prédio é de quina, né. Quem mora desse lado aqui... Até se você quiser eu te indico os outros moradores que mora aqui que reclama, já foram lá até, pedir pra baixar. Tem criança, tem velho, o prédio inteiro **tem muito velho**. Aqui é tudo nessa faixa de setenta e nove, tem gente que não levanta mais da cama aqui. Tem gente com balão de oxigênio, velho aqui no balão de oxigênio. Eu tô com setenta e nove anos, eu tô forte, eu tô firme. Mas tem velho aqui que já não levanta mais da cama. Setenta e nove, oitenta, oitenta e dois... tem gente até de oitenta e cinco anos, tem gente de tudo quanto é idade aqui. Mais é idoso aqui no prédio. (...) Todo mundo **assustou o primeiro dia**, até, quando esse pessoal começou a dançar aí. Foi aquele **zumzumzum aqui no prédio. Eu fui uma que fui lá**, né. **Primeiro dia eu fiquei louca**, desci igual uma louca, eu sou doída, cheguei perto do homem da caixa lá “Escuta aqui, **quem autorizou** os senhores vim dançar aqui?”, eu fiquei nervosa, sabe. Eles falaram “Ah, não, minha senhora”, ficou até... não me trataram mal não, sabe, foram muito educados comigo... (Aparecida - Moradora).

(059) Por uma **necessidade** de pegar ônibus naquela região, então todo sábado quando eu saía daqui [Rua Santa Catarina] estava acontecendo lá [Rua Goitacazes]. Saía daqui e passava por lá, era trajeto. Não, **não tinha uma opinião...** como não... assim, é interessante, né, é, igual eu já mencionei, **não é um movimento que me atrai**, particularmente, então **eu passava**, passava... (Benedito – Comerciante).

(060) É, eu pensei comigo que aquilo **ia atrapalhar**, né. **Mas depois** que eu vi o pessoal se divertindo, não mexe com a gente, **não incomoda** a gente em nada, eu falei “ah, ta bom”. É **até um divertimento na rua** porque você já... **segunda a segunda agarrado ali, de manhã até de noite**, aí você chega no sábado tem um negócio daquele na rua é um divertimento pra você. (Antônio – Comerciante).

(061) Não, não. Me parece que, **pelo que eu sei é tranquilo**, pelo que eu sei, né. **Não nos chegou nenhuma reclamação** lá, especificamente, da [Rua] Santa Catarina. (Walter – Prefeitura).

Pela proximidade das Ruas Goitacazes e Santa Catarina, *alguns* habitantes desta rua e redondezas tinham conhecimento da realização do Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes, mas o contato que tinham com o Movimento acontecia apenas em um momentos efêmeros, quando a Rua Goitacazes servia de via para destinos como o *shopping* ou um ponto de ônibus próximo. Por não se caracterizar como um evento que fazia parte de sua convivência, o comerciante Benedito e moradora Aparecida não tinham uma opinião formada sobre o Movimento (seleções lexicais: *necessidade; não tinha uma opinião; eu passava; e achava até interessante*), algo que só foi questionado com a experiência de conviver diretamente com o Movimento, a partir de sua chegada (*como é que o pessoal ainda tolerava*).

A chegada do Quarteirão do *Soul* na Rua Santa Catarina causou susto nos habitantes do local, *a priori*. Não houve uma preocupação por parte da administração pública em preparar o local para o recebimento do evento, nem a consulta prévia à opinião dos comerciantes que ali já estavam. O único sinal de que a dinâmica da rua seria alterada foi a exposição de uma *faixa* comunicando a apresentação do Movimento no local, porém sem oferecer nenhuma certeza aos comerciantes e moradores acerca da continuidade do evento. No texto (057), o comerciante explicita o alvo da faixa posta na rua, que visava a *identificar O Quarteirão, e não para preparar o povo que tá no quarteirão*. A receptividade do Quarteirão do *Soul* ocorreu de modo negativo, tanto por parte dos comerciantes, quanto dos moradores.

No texto (058), a moradora explicita a repercussão do evento em seu prédio (seleções lexicais: *pela música alta, chamou atenção; e zumzumzum aqui no prédio*) e afirma que foi até o local para verificar o que estava havendo (*eu fui uma que fui lá*). A questão do domínio do espaço pela população local fica explícita no léxico *quem autorizou*, na qual a enunciadora demonstra a posse pelo local e a insatisfação pela “invasão” de seu território. Para Benedito (texto 057), do ponto de vista comercial, a realização do Quarteirão do *Soul* na Rua Santa Catarina agravou as condições da rua para o comércio local, principalmente pelo fato de o Movimento não oferecer um retorno financeiro direto aos comerciantes (seleções lexicais: *não tem um ponto de ônibus; comercialmente falando isso é menos favorável ao comércio; e fecha o quarteirão pra um movimento sem fins lucrativos nenhum*).

Antônio (texto 060), entretanto, apesar de inicialmente pensar que o evento pudesse implicar consequências negativas para seu comércio, posteriormente veio a constatar que o objetivo do Movimento era o lazer. O comerciante ressalta que o evento constitui *até um divertimento na*

rua em função da formalidade e da exaustão da rotina de trabalho (*segunda a segunda agarrado ali, de manhã até de noite*). Já para o representante da Prefeitura (texto 061), a realização do Quarteirão do *Soul* na Rua Santa Catarina ocorre de modo pacífico, sem o embate territorial que havia na Rua Goitacazes (seleções lexicais: *pelo que eu sei é tranquilo; e não nos chegou nenhuma reclamação*), conforme já havia afirmado nos textos (040) e (050).

Como visto no item *a) Rua Goitacazes*, desta subseção, o vínculo dos participantes do Quarteirão do *Soul* com a Rua Goitacazes persiste mesmo após a mudança para a Rua Santa Catarina. Os *blacks* estabeleceram algumas diferenças entre as ruas nos fragmentos discursivos (062), (063), (064), (065) e (066), em que a maioria remete à Rua Goitacazes o lugar que simboliza mais fielmente o Quarteirão do *Soul*.

(062) **Lá** [Rua Santa Catarina] foi a **surpresa**. **Aqui** [Rua Goitacazes] foi a **despedida**. (Zeca – Fundador QS).

(063) **Aqui**, como assim, lá [Rua Santa Catarina] **não tem problema de vizinho, não tem problema de trânsito na rua, lá é reto**, lá a gente fecha a rua, tem alvará pra fechar a rua. Aqui [Rua Goitacazes] a gente tinha alvará pra fechar a rua, mas não fechava... Mas depois aí vai passando, vai **acostumando** com o ambiente, fazendo amizade com outras pessoas. Hoje eu acho um lugar muito bom. **Mas bem que eu gostaria que fosse aqui, oh**. (Zeca – Fundador QS).

(064) Ah, assim, fluiu muito, né, porque lá [Rua Goitacazes], não sei se foi o itinerário de pessoal era diferente. Porque o daqui, aqui [Rua Santa Catarina] não tem ninguém passando né, passarela de ninguém, e **lá era passarela pro shopping**. Então realmente o pessoal vinha, ia pro *shopping* ou tava vindo, né, descendo do *shopping*, **via aquele movimento, parava**. E aqui não, aqui é um quarteirão mais fechado, então é ali, muito difícil o pessoal descobrir, **só pelo barulho da música que o pessoal descobre que tem ali**. E mais o movimento do pessoal da rua né, porque ali é um itinerário mais apropriado pro pessoal que vive na rua, então ali é **o lugar deles**. Então, assim, modifica um pouquinho. Mas não atrapalha, mas modifica um pouco. (Maria - Dançarina).

(065) Pra mim, lá no **Shopping, lá na Goitacazes, era melhor** por causa do **nível** das pessoas igual eu to te falando, cê entendeu? Lá era melhor. Apesar que lá era uma ladeirinha, mas **lá era melhor** do que ali [Rua Santa Catarina] porque ali tem uma praça que tem umas **concentração de pessoas da rua, e a rua é livre**. Como é que você vai **tirar** aquelas pessoas dali, que entra no meio deles lá? Tem um de muleta que tá lá, chega um lá de cadeira de roda, tem os cara que fica na rua, que bebe pinga... e aí? Então assim, né. Eu acho que lá na Goitacazes era melhor, né. **Mas ali é o lugar que a Prefeitura deu, né. E tem o Mercado** que é próximo, então pra mim, tanto faz como tanto fez. **Quem faz o lugar é a gente**. (Miguel – Vendedor QS)

(066) Ah, não, **não mudou nada não**, não teve diferença não, **a mesma coisa que vende lá vende aqui também**, é a mesma coisa. (Lúcia – Vendedor QS)

No texto (063), o membro fundador aponta algumas vantagens na realização do Quarteirão do *Soul* na Rua Santa Catarina: *não tem problema de vizinho, não tem problema de trânsito na rua, lá é reto*. A realização do Quarteirão do *Soul* na Rua Santa Catarina aparece como uma condição imposta, na qual não houve alternativas para a realização do evento em outro local (*mas ali é o lugar que a Prefeitura deu, né*). Aparece, ainda, como um processo de adaptação, no qual as pessoas foram se *acostumando*, embora haja a manifestação do desejo de retornar à Rua Goitacazes (*mas bem que eu gostaria que fosse aqui, oh*). Embora haja a divergência entre os espaços e a preferência à Rua Goitacazes, a ideia de que *quem faz o lugar é a gente* implica a concepção de que lugares são meios onde se estabelecem experiências, significados e simbolismos humanos (MESQUITA, 1998; IPIRANGA, 2010).

A Rua Goitacazes se destaca em relação à Rua Santa Catarina pelo fato de ser um local onde há uma movimentação mais intensa de transeuntes, fato que favorecia uma presença mais constante de público durante o evento (seleções lexicais: *lá era passarela pro shopping; via aquele movimento, parava; tem o Mercado; e lá na Goitacazes era melhor*). No texto (065), entretanto, o vendedor Miguel apresenta a Rua Goitacazes como um local *melhor* que a Rua Santa Catarina em do *nível* das pessoas que habitam e/ou frequentam esta rua, visto que na Rua Santa Catarina existe uma *concentração de pessoas da rua*. O implícito subentendido do discurso é que a presença de moradores de rua durante a apresentação do Quarteirão do *Soul* não é algo positivo para o Movimento. Por ser vendedor, o implícito pressuposto de seu discurso é que a presença desses andarilhos durante o evento assusta o público e afasta as possibilidades de consumo. O que se revela é que questões econômicas e comerciais se sobrepõem à simbologia do lugar Rua Goitacazes para outros integrantes do Quarteirão do *Soul*. A vendedora Lúcia (texto 066) corrobora essa questão ao não atribuir diferenças entre as duas ruas e se ater apenas ao aspecto comercial (seleções lexicais: *não mudou nada não; e a mesma coisa que vende lá vende aqui também*).

7.1.2 A divisão do espaço e a convivência dos territórios

Como exposto no Capítulo 5, o Movimento Quarteirão do *Soul* sofreu uma fragmentação interna no ano de 2006, época em que o evento ainda se realizava na Rua Goitacazes. Isto se deu quando um de seus membros fundadores resolveu criar seu próprio movimento, o Movimento *Black Soul*. A ocorrência dessa separação implicou diretamente sobre a dinâmica territorial da Rua Goitacazes e implica, atualmente, sobre a dinâmica da Rua Santa Catarina.

Nesta rua, são constantes as reclamações de moradores em relação ao alto volume de som e à postergação do horário de funcionamento do evento e os integrantes do Quarteirão do *Soul* atribuem ao Movimento *Black Soul* o descumprimento dessas regras de convivência.

(067) E **havia até uma dicotomia entre eles**, onde fundaram dois movimentos: **um *Black Soul* e outro Movimento, é, é, *Quarteirão do Soul***. Com propriedade, desse local, logicamente falando, **eu não sei qual é a diferença**, honestamente eu não sei porque a batida e a música era a mesma, eram apenas pontos de vistas culturais entre eles, né, uns não sei. (João – Comerciante)

(068) **Tem dois movimentos**, que é *Black Soul* e o Quarteirão do *Soul*. O Quarteirão do *Soul*, que é a segunda e a terceira semana do mês, **ele é o mais tranquilo, mais organizado**, ele é um **som mais baixo**, ele é uma coisa mais, né, mais voltada prum evento, questão de qualidade. Agora o, o *Black Soul*, que é na primeira e na segunda semana do mês, ele já é **o mais conturbado. Muito alto, é... muito desorganizado**. (Raimundo – Comerciante)

(069) Lá eles **são dois** [duas pessoas] **que fazem**. Um final de semana é um, um final de semana é outro. Tem um que começa às quatro. Tem um que começa duas horas da tarde. Esse que começa **mais cedo** o volume dele é até mais **baixo** um pouquinho. Agora esse que começa às quatro ele já, ele já chega e **estala o som** dele, **o volume dele já é bem alto**, entendeu? Eu mesmo nunca cheguei a reclamar com ele não, mas **muita gente reclama**. Os vizinhos em volta, **os moradores. Já chegaram até a mim** [afirmando] que incomoda. (Antônio – Comerciante)

(070) Tem um, já me falaram, **eu nunca prestei atenção não (...)** mas já **me falaram** que um que vem e fica mais tarde, **até mais tarde e mais alto, mais assanhado, é mais barulho**. (Aparecida – Moradora)

(071) **Tá perigoso de ficar prejudicado**, o Quarteirão do *Soul*. Por **motivo** qual? **Outra equipe de som**. Pelo trabalho que ta fazendo lá, que não é igual não. **As pessoas vão ver que ta tudo errado**, acaba prejudicando a gente. Que **pro povo, os prédios, os moradores das regiões, não existe Quarteirão do *Soul* e Movimento *Black Soul*, existe um bando de gente dançando na rua. Não sabe identificar**. “Todos são iguais”, mas não são todos iguais. Chama-se equipe. São duas equipes que tão tocando lá. Acho que pra prejudicar tem que ver onde tá o erro. Então um errado, o outro também seja prejudicado. Se eu tiver trabalhando errado eu gosto que falem assim “Germano, você tá trabalhando errado”, eu vou **tentar consertar**. Agora já vi que **tem gente que trabalha errado, você vai falar, [ele] fala que não, que ta certo**. (Germano – Fundador QS)

(072) Olha, eu não tenho essa leitura, essa visão, assim, detalhada, né, do movimento. O que eu percebo é que **existe divergência entre eles**, existem divergências entre os grupos, mas eu tenho uma excelente relação com todos os dois grupos e sempre digo a eles que eu entendi que eles tinham que procurar tentar **superar** essas divergências porque **o cidadão que não tá no dia a dia**, mas que gosta, né, do *soul*, **ele não vê diferença**, né, de caras, né, no movimento, no evento, **pra ele tudo é o *soul***, né, então, assim... Mas eu, eu não consigo, eu não tenho conhecimento para lhe dizer, é, sobre diferenças entre os movimentos. Agora eu sei que eles tem divergências inclusive de relacionamento pessoal entre os líderes do, do movimento e o que eu procuro fazer aqui na Regional, o que eu procuro orientar minha equipe é **que em hipótese nenhuma tome partido** ou tome qualquer decisão, é, que ajude a otimizar essa divergência, né, porque a gente percebe assim que um

fica querendo que a Administração tome alguma medida pra punir o outro por causa dele, então eu não acho interessante. O papel nosso é de possibilitar, de incentivar, de **apoiar a realização dos eventos sem distinção** de outro. (Walter – Prefeitura)

Os comerciantes que têm um contato mais próximo com os organizadores do evento sabem que há a separação dos grupos e que são dois Movimentos que se revezam nas apresentações. Outros comerciantes e moradores, entretanto, não parecem conscientes disso, principalmente pelo fato de ambos os movimentos possuírem as mesmas características iniciais – tocam *soul music*, no mesmo local, com os mesmos vendedores informais e dançarinos.

Nos fragmentos (067), (068), (069) e (070), os comerciantes e o representante da Prefeitura explicitam o fato de saberem da distinção dos movimentos (seleções lexicais: *são dois que fazem; tem dois movimentos; havia uma dicotomia entre eles; e existe divergência entre eles*), embora não tenham conhecimento dos motivos por trás dessa separação (*eu não sei qual é a diferença*). Já no fragmento (070), a moradora expressa um conhecimento superficial dessa distinção, pois se baseia apenas no comentário de outras pessoas (seleções lexicais: *eu nunca prestei atenção não; e me falaram*).

A interdiscursividade dos fragmentos aponta divergências no funcionamento do Movimento *Quarteirão do Soul* e do Movimento *Black Soul*. Os entrevistados apontaram que o primeiro tem início *mais cedo, é o mais tranquilo, mais organizado*, que funciona com um volume de som *mais baixo*; já o segundo tem uma repercussão mais negativa frente aos comerciantes e moradores da região da Rua Santa Catarina, principalmente por funcionar com um volume de som alto, causando desconforto, conforme as seleções lexicais: *o mais conturbado; muito alto; muito desorganizado; o volume dele já é bem alto; muita gente reclama; os moradores; e até mais tarde e mais alto, mais assanhado, é mais barulho*.

Para o membro fundador do *Quarteirão do Soul* (texto 071) e para o representante da Prefeitura (texto 072), embora haja essa separação, para o público que não convive diretamente com o evento, como os moradores de outras ruas e mesmo os transeuntes e o público eventual do evento, não há a clareza de que o mesmo espaço abriga dois movimentos (seleções lexicais: *pro povo, os prédios, os moradores das regiões, não existe Quarteirão do Soul e Movimento Black Soul, existe um bando de gente dançando na rua. Não sabe identificar; e o cidadão que não tá no dia a dia, ele não vê diferença, pra ele tudo é o soul*).

O implícito subentendido do discurso de Germano é que o Quarteirão do *Soul* corre o risco de ficar prejudicado devido ao funcionamento conflituoso do Movimento *Black Soul*, pois, como grande parte do público não tem ciência desta distinção, acaba caracterizando como barulhento e desorganizado o evento como um todo (seleções lexicais: *tá perigoso de ficar prejudicado; motivo; outra equipe de som; e as pessoas vão ver que tá tudo errado*). Junto a isso, o fato de haver certa intransigência por parte do idealizador do Movimento *Black Soul* também contribui para a persistência dos conflitos e suas consequências (*tem gente que trabalha errado, você vai falar, fala que não, que tá certo*).

Apesar da existência de conflitos internos no funcionamento do *soul* como um todo na Rua Santa Catarina, o que acaba repercutindo em conflitos externos com os habitantes do local, as ações do órgão competente na Prefeitura ocorrem de maneira objetiva, sem priorizar nenhum dos movimentos, conforme seleções lexicais: *que em hipótese alguma tome partido; e apoiar a realização dos eventos sem distinção* (texto 072).

A avaliação de Gustavo (texto 073), entretanto, é individualista, na medida em que suas ações e busca por providências estão no sentido de manter a existência de “seu” movimento – O Movimento Quarteirão do *Soul* – mesmo que para isso a outra equipe tenha que ser punida ou extinta.

(073) É, porque... não, se eles recolher o Arnaldo... como se diz, nós não tem o motivo [para sair do local], porque **na Prefeitura eles sabem quem tá dando trabalho** pra Prefeitura, quem não tá. Tá arriscado **nós ficar** [sic] e **ele sair**, é isso que eles... que a Prefeitura sabe (...). Eles já foram, eles vieram **medir o som** da gente, eles já traz o negócio de medir, então aquilo ali tem que ser mantido, pra não passar da, da altura. (Gustavo – Fundador QS)

(074) Não, não [sobre a separação dos movimentos]. Qual que é a ideia? É que os dois movimentos tenham o **mesmo espaço**, né, que igual eu falei, hoje são dois sábados pra um e dois sábado pro outro. Porque se eu não me engano, na verdade, é, todos tem a mesma origem, né, todos os organizadores surgem lá do Quarteirão do *Soul*, então, depois que eles tiveram divergências e se separaram. E pra nós do poder público **não nos cabe entrar nessa disputa**, né, ter qualquer tipo de participação pra um lado ou pra o outro nessa disputa. **Nosso papel** aqui é licenciar os eventos e cuidar pra que eles sejam, **que eles aconteçam de alguma forma organizada**. É nosso papel. (Walter – Prefeitura)

No texto (073), Gustavo confirma o discurso de Germano (texto 071) sobre o risco de estarem prejudicados em função dos conflitos relacionados ao funcionamento do Movimento *Black Soul*. Entretanto, contrariando o posicionamento objetivo adotado pela gestão pública, o

enunciador acredita que, caso os problemas persistam, o Movimento Quarteirão do *Soul* terá prioridade sobre o Movimento *Black Soul* em relação a uma decisão de extinção do evento (*nós ficar e ele sair*). Ele justifica esse argumento no fato de que *na Prefeitura eles sabem que tá dando trabalho*, pois, durante as fiscalizações, há a medição do volume do som e a conferência dos decibéis permitidos para a região. Na ótica do representante da Prefeitura (texto 074), entretanto, não existe a possibilidade de que os movimentos venham a ocorrer em locais distintos, mesmo reconhecendo a existência de conflitos internos. Reiterando seu discurso no fragmento (072), ele afirma que não é papel da esfera pública tomar providências em relação aos conflitos existentes entre os movimentos, mas assegurar *que eles aconteçam de alguma forma organizada*.

As disputas territoriais não acontecem apenas entre os movimentos Quarteirão do *Soul* e *Black Soul*. A territorialização dos dois movimentos levanta uma série de opiniões distintas quanto à legitimidade para o uso do espaço da Rua Santa Catarina – se se caracteriza como um espaço de todos, um espaço do Quarteirão do *Soul* ou se um espaço dos comerciantes.

(075) Ah, eu acho que **é de nós todos**, né, porque pra eles é um, assim, pra eles é **uma vantagem, que o comércio deles melhora**, né. E pra nós porque a gente fica ali empolgada ali, uma ajuda também. (Maria – Dançarina)

(076) Olha o negócio é o seguinte. Eu acho que o espaço são de todos. Não, **a rua não pertence aos comerciantes, pertence a todos**. (Antônio – Comerciante)

(077) Então, quer dizer, **esse tipo de espaço público utilizado, ele tem que ser harmônico com direitos espalhado pra todos**, né, **sem prejudicar A, B, C ou D e até X**, onde todos **convivam urbanamente**, possivelmente, dentro de uma equanimidade. Só esse fato aí que era uma pedra que tive no sapato durante todos os sábados, mais ou menos uns cinco anos. Aí depois de uma incessante procura de solução, é, onde a gente recorreu aos órgãos públicos, mais especificamente à Prefeitura, o Ministério Público entrevi e conseguiu, né, impedir, e até houve uma negociação pra que utilizassem outro espaço, mas, não em função, não em função do que é a cultura, não, em função do efeito dessa reunião, desse encontro, né, cultural, onde **tolhia a liberdade das outras pessoas e queria a liberdade somente pra eles**, no sentido de expressar a arte e o sentimento, a cultura, enfim, o movimento deles. (João – Comerciante)

(078) Bom **o grupo que se apropria é o grupo que lidera** aquela área e ele tem todo o **direito de ocupar** aquele espaço. Não acho que... **obedecendo a legislação, não atrapalhando outros**, né, seguindo... acho que **é uma coisa fantástica, a cidade tá viva**. É importante isso. Imagina uma cidade vazia, né... **precisa**. Eu que sou arquiteta quero ver a cidade é viva, quero ver **é as pessoas na rua mesmo**. Você ter a oportunidade de ir pra um parque, para uma praça, **se apropriar daquele espaço**, ter a possibilidade de utilizá-lo, levar seus filhos, sua família. É obvio que no **limite** de não cometer crime, de não degradar, de não criar, é, obedecendo a lei do silêncio, né, não fazer confusão. Mas... apropriar do espaço público **faz parte da**

cidade, né. Eu acho que é, é a vida da cidade, **a cidade ta pulsando**, tem que acontecer. (Letícia – Prefeitura)

Nos fragmentos (075), (076), (077) e (078), os enunciadores apontam a rua como um espaço coletivo, onde o direito de uso deve ocorrer do mesmo modo para todos os atores que nele convivem, o que é apontado tanto no discurso de um participante do Quarteirão do *Soul*, (*é de nós todos*), quanto na percepção de comerciantes (*a rua não pertence aos comerciantes, pertence a todos; e esse tipo de espaço público utilizado, ele tem que ser harmônico com direitos espraiado pra todos*).

A justificativa apresentada pela dançarina Maria (texto 075) para a existência do Quarteirão do *Soul* na rua e a divisão do espaço com os comerciantes é que: ao mesmo tempo que os participantes do Movimento se beneficiam com a realização do evento, os comerciantes do local ficam em *vantagem, que o comércio deles melhora*. Entretanto, como destacado pelo comerciante do texto (077), a utilização do espaço público por um grupo deve ocorrer *sem prejudicar* o direito de uso de outros grupos, visto que a existência do Quarteirão do *Soul* *tolhia a liberdade das outras pessoas e queria a liberdade somente pra eles*.

O discurso da representante da Prefeitura (texto 078) está fundamentado no aspecto formal e legal quanto ao *direito de ocupar* um espaço. A enunciativa defende que *o grupo que se apropria é o grupo que lidera* a utilização do espaço, mas esse uso é sempre restritivo e possui um *limite*, pois deve seguir *obedecendo a legislação, não atrapalhando outros*, o que possibilita a convivência urbana de modo mais igualitário (texto 077). Letícia reitera que são os usos que os cidadãos fazem da cidade – também sob a forma de apropriações do espaço urbano – que constroem a dinâmica de seu cotidiano (seleções lexicais: *é uma coisa fantástica, a cidade tá viva; precisa; as pessoas na rua mesmo; faz parte da cidade; e a cidade tá pulsando*).

Na visão de outros participantes do Quarteirão do *Soul*, o sentido de pertencimento em relação à rua está segmentado, onde, embora ocupando o mesmo espaço, sua dominação está condicionada a certos períodos.

(079) Não, no horário **até duas horas é dos comerciantes, de duas horas pra frente é do Quarteirão do Soul**. A gente toma espaço nosso lá porque... aí a galera para pra ver, aí o movimento aumenta. De sete horas da manhã até duas horas da tarde comerciante que manda, eu nem lá passo. Mas depois que o Quarteirão

chegou, acabou. **Quem manda somos nós.** Tanto que nós respeitamos eles como eles respeitam a gente também. Nós temos **direito de fechar a rua** às dezesseis horas, então isso **prova** que **o espaço é nosso.** E **os comerciantes ganham nessa parte,** ganham nisso porque no momento que o Quarteirão do *Soul* entra, **eles já começam a ganhar dinheiro dobrado.** Vendem cerveja, tira-gosto, churrasco... (Germano – Fundador QS)

(080) Ali é o seguinte, **é do Quarteirão, mas o comerciante ali já vende até mais,** ali o comerciante já vende até mais porque tem Quarteirão, **fica cheio.** Como eles **costumavam fechar quatro horas,** cinco horas, eles **ficam até nove horas da noite,** né. Já tem um pessoal que já gosta de comprar uma coisa, paga mais, já é mais, é, negócio de... não tem roubo, né, o pessoal todo mundo já tá, fica na alerta, evita muita coisa, né. (Gustavo – Fundador QS)

(081) Ah, menina, assim, os botecos são deles, agora, **o espaço ali é cedido exatamente pra fazer o *Soul*.** (Lúcia – Vendedor QS)

O discurso dos membros do Quarteirão do *Soul* apresenta uma dicotomia para o uso e dominação do espaço pelos *blacks* e pelos comerciantes (*até duas horas é dos comerciantes, de duas horas pra frente é do Quarteirão do Soul*). O sentido de pertencimento do espaço pelos membros do Quarteirão do *Soul* fica explícito nos léxicos *quem manda somos, o espaço é nosso* e *o espaço ali é cedido exatamente pra fazer o soul* (textos 079 e 081), o que implica o aspecto da dominação territorial em uma linha de exclusão daqueles que não fazem parte do grupo dominante (este espaço é meu e não seu) (BROWN, 2005; HAESBAERT, 2005). O aspecto legal de realização do movimento, por meio da liberação do alvará de funcionamento e da autorização para interditar a rua com cones de trânsito (*direito de fechar a rua*), são elementos utilizados por Germano para justificar a posse do território e o direito de utilizá-lo. O implícito subentendido do discurso é de que o fato de o Movimento funcionar com o conhecimento e liberação da Prefeitura traduz a legitimidade para uso e dominação do espaço pelos *blacks*.

Novamente a questão do benefício econômico da existência do Quarteirão do *Soul* para os comerciantes é mencionada como fator que contribui e legitima a existência do evento (seleções lexicais: *os comerciantes ganham nessa parte; eles já começam a ganhar dinheiro dobrado; é do Quarteirão, mas o comerciante ali já vende até mais; fica cheio; costumavam fechar quatro horas, ficam até nove horas da noite*). Entre os comerciantes entrevistados, o posicionamento quanto ao benefício do Quarteirão do *Soul* para o comércio local não é unânime, ainda que grande parte concorde com o aumento do consumo nos dias em que ocorre o evento. Essa discordância, entretanto, existe em função de que nem todos os

estabelecimentos comerciais da rua disponibilizam a venda de bebidas e comidas, as espécies de produtos mais consumidos nessas ocasiões.

(082) Não, eu acho que é bom pra todo mundo ali. Igual, o Quarteirão funcionando ali, geralmente vai encher de pessoa, **os bares vão lotar**, entendeu? Muitas vezes, é, só costuma, tipo assim, a música tocar muito alta e de repente incomoda, que tem gente que não gosta. Que a gente, eu entendo isso aí. Igual **pros bares, pra quem ta vendendo, pra quem quer ganhar dinheiro ali é uma boa** porque vai ter mais pessoas, mais pessoas vão comprar, mais pessoas vai frequentar o lugar. Então pros comerciais, comerciantes ali é muito bom. **Quem não vende bebida** tem que dançar, tem que curtir o movimento, igual, gostar da música, né, passar a gostar da música. (Roberto – Dançarino)

(083) Ó o meu divisão de espaço com eles é **normal**, eu **não tenho confusão com eles** nem nada, ninguém tem confusão, mas tem, tem comerciante que quer ganhar demais, quer... Eles trazem umas latinhas de cerveja pra vender e tal, o pessoal do movimento, eles precisa de sobreviver, **sobrevivência** também. **Como é que eles vão manter o Quarteirão sendo que não vende uma latinha de cerveja**, não vende um negocinho lá? (Jorge – Comerciante)

(084) Não, os comerciantes ali me conhecem, inclusive eles até gostam muito de mim porque eles me veem uma pessoa muito trabalhadora. Já teve vezes da **fiscalização** ir ali e os comerciantes pegavam as minhas coisas e colocavam lá dentro da loja deles. **E era pra ser o contrário porque eu tava tomando concorrência deles**, de vender cerveja e eles colocava minha cerveja, minhas coisas lá dentro. Então eles gostam muito de mim ali. (Miguel – Vendedor QS)

(085) Eles não se incomodam com a gente não, eles já sabem. Eles também **ajudam**, ajuda no carreto, então **eles não ligam que a gente vende, não, não reclama**, não fala nada não. Lá eles **até cedem os banheiros**, sabe, pras pessoas que compram na mão da gente, é, usar os banheiros, então, não tem problema com eles não. (Lúcia – Vendedor QS)

(086) **Realmente o movimento melhora um pouquinho, venda de cerveja, venda de espagete, essas coisas assim.** Mas se fosse uma coisa mais organizada seria melhor pra todo mundo. (Raimundo – Comerciante)

(087) Não implica. É um Movimento que **atrai o público para ele, não atrai o público para o comércio, com exceção de bares que têm no local.** Aí quem vende a cerveja talvez vá ter uma opinião diferente. No meu caso, **no que eu trabalho, não implica em benefício**, mesmo porque o horário que eles começam eu já estou fechando o empreendimento (...). **Então eu acho que não é positivo para o comércio em modo geral.** Até aqueles, alguns que vendem a cerveja, que **teria** uma... falar assim “ah, tem **algum benefício pro comércio**”, se você olhar a grosso modo, assim, o cara tá só vendendo a cerveja, **mas depois que fecha e a porta dele vira banheiro, ele muda de opinião.** Que **o lucro dele vai pra água que ele gasta.** Não é nem lógico, né. Hoje em dia você limitando gastar água por causa disso, não é nem lógico em nada. (Benedito – Comerciante)

(088) Tem pessoas idosas, o meu comércio, por exemplo, eu trabalho muito com a decoração familiar, de dentro de casa, então as pessoas do centro da cidade conhecem a loja. **Eles não passam no Movimento.** “ah, mas por que, preconceito e tal?” aí eu “ah, N motivos”, né? Se tem um **aglomerado** muito grande pessoas, onde

ele não é **delimitado** é, por cordão de contenção nem nada, as pessoas **invadem** as calçadas. **Se** você pegar um **camelô** e colocar ele em frente a minha loja eu vou chamar a Prefeitura. Porque **hoje não pode mais**. Mas por que não pode? Ah porque **a Prefeitura viu que era impeditivo, as pessoas não podiam andar na calçada, atrapalhava o trânsito, atrapalhava o comércio porque eles pegavam o cliente antes**. Então, dentre esse monte de motivos, o transeunte não pode passar. Aí tem o Sacolão que fica aberto, a padaria fica até mais tarde. Eu particularmente, só depois, né. Eu fecho quando tá começando, né. Agora nas datas comemorativas, por exemplo, as pessoas estão andando na rua para fazer compra, ela vê um movimento daquele **ela corta volta**, literalmente. Porque **tem pessoas que dão medo** [em referência aos mendigos/moradores de rua], dão medo. Você vê, a pessoa é **antissocial pelo que tá vestindo, pelo porte, pela, é, característica**, né? Aí a pessoa tem medo, ela tem medo, ela corta. (Benedito – Comerciante)

(089) **O Quarteirão poderia ser fechado** e os comerciantes daquele local... porque atrapalha eles, que pra eles, aquilo ali não é interessante pra eles. Inclusive a mulher vai no salão ali, um daqueles cara lá mexe com a mulher, né, “Ó gostosa”, isso **as pessoas afastam**, né. Então **pros comerciantes o black ali é desvantagem**, que é na rua e tal. Por isso que saiu da Goitacazes, né. Tinha um prédio residencial e um hotel que começou a reclamar. Mais ou menos é isso. (Miguel – Vendedor QS)

Nos fragmentos (082) e (086), os entrevistados explicitam o discurso do benefício do Quarteirão do *Soul* para o comércio, mais especificamente para os comerciantes que vendem bebidas e comidas (seleções lexicais: *os bares vão lotar; pros bares, pra quem tá vendendo, pra quem quer ganhar dinheiro ali é uma boa; realmente o movimento melhora um pouquinho, venda de cerveja, venda de espaguete, essas coisas assim; e atrai o público para ele, não atrai o público para o comércio, com exceção dos bares que têm no local*). No texto (083), o comerciante explicita o fato de a divisão do espaço com os *blacks* não trazer nenhum malefício a seu comércio e que não há conflitos relacionais nesse processo de convivência (seleções lexicais: *normal; e não tenho confusão com eles*), além de questionar o autofuncionamento do Movimento (*como é que eles vão manter o Quarteirão sendo que não vende uma latinha de cerveja*). Em seu discurso, Jorge manifesta o apoio à venda de bebidas pelos participantes do Quarteirão do *Soul* como um mecanismo de manutenção do evento, visto que sua ocorrência em um espaço aberto não implica a cobrança de ingressos para a participação do público.

Nos textos (084) e (085), os vendedores do Quarteirão do *Soul* comentam sobre o apoio dos comerciantes da Rua Santa Catarina, não apenas ao Movimento em si, mas também ao seu comércio informal específico (seleções lexicais: *ajudam; eles não ligam que a gente vende, não, não reclama; até cedem os banheiros*). O interdiscurso entre a venda dos comerciantes formais *versus* os informais aparece quando o vendedor Miguel (texto 084) reconhece o risco que sua atividade oferece ao consumo dos comerciantes locais, mas afirma que existe a ajuda

por parte deles, mesmo em situações onde ocorre *fiscalização*, momento em que poderiam denunciar a venda informal na rua (*e era pra ser o contrário porque eu tava tomando concorrência deles*).

No caso de *quem não vende* bebida ou comida, como o caso do comerciante Benedito (textos 087 e 088), a existência do Quarteirão do *Soul* não gera benefícios econômicos (seleções lexicais: *no que eu trabalho, não implica em benefício; então eu acho que não é positivo para o comércio em modo geral; e pros comerciantes o black ali é desvantagem*). No texto (087) Benedito estende os malefícios do Movimento, inclusive, aos próprios comerciantes que vendem bebidas, ao inferir que, pela falta de estrutura durante o evento, os participantes do Movimento urinam nos limites da rua, em espaços como a fachada das lojas. Nesse caso o benefício com o lucro pela venda de bebidas seria indiferente, visto que este comerciante gastaria com a limpeza de sua loja após o evento (seleções lexicais: *teria algum benefício pro comércio; mas depois que fecha e a porta dele vira banheiro, ele muda de opinião; e o lucro dele vai pra água que ele gasta*). Há, portanto, um conflito entre a liberação do funcionamento do Quarteirão do *Soul*, mas em um local sem a devida estrutura de acomodação do público. A exigência de zelo com relação à higiene e limpeza da rua fica, dessa forma, limitada.

O discurso da desvantagem comercial em função da multiterritorialidade fica explícito no fragmento (088), quando Benedito argumenta sobre a presença do Quarteirão do *Soul*, de comerciantes informais e de moradores de rua no mesmo espaço em que seu estabelecimento está. Na ótica do comerciante, a movimentação do Quarteirão do *Soul* e a presença de moradores de rua no Movimento são aspectos que fazem com que o transeunte e o cliente busquem caminhos e comércios alternativos (seleções lexicais: *eles não passam no movimento e ela corta volta*). O confronto territorial fica explícito nos léxicos *delimitado* e *invadem*, onde há um claro posicionamento do comerciante em relação aos limites dos territórios na Rua Santa Catarina. A existência de um *aglomerado* de pessoas na rua ou a presença de *camelôs* constituiria uma invasão no território dos comerciantes.

O implícito subentendido do discurso é que o domínio sobre o local está embasado no discurso do consumo e, nesse sentido, territórios com propriedades econômicas se sobrepõem aos territórios que fogem a essa característica. Esse argumento ganha reforço quando o comerciante sugere que o território do comércio tem o apoio da esfera pública, utilizando a

Prefeitura como órgão responsável pela organização e controle espacial da rua (*hoje não pode mais; a Prefeitura viu que era impeditivo, as pessoas não podiam andar na calçada, atrapalhava o trânsito, atrapalhava o comércio porque eles pegavam o cliente antes*), ficando explícito o caráter de higienização do espaço urbano (PECHMAN, 2002; LEITE, 2007).

No confronto de opiniões sobre a divisão do espaço da Rua Santa Catarina, ainda há aqueles que acreditam que este espaço pertence aos comerciantes por terem sido os primeiros a habitar o local ou mesmo porque possuem propriedades legais mais congruentes do que o Quarteirão do *Soul*, como o pagamento de taxas para sua manutenção no local. É sobre o que versam nos discursos dos textos (090), (091), (092) e (093).

(090) Não, não tem [propriedade sobre o local]. **O pessoal do Quarteirão acha que tem**, eles chega e põe **cone na rua**, né, eles já acha que **como o espaço é cedido** eles não consegue... **intercalar**. Igual, por exemplo, coloca o **som no meio da rua**, entendeu? Às vezes tem **cliente** que parou o carro ali, **não tem onde passar**, não sai do lugar, entendeu? Porque ou fecha a rua de vez ou não fecha. Não pode ter esse **meio termo**. **A rua fica aberta com o som no meio da rua**. Então, não funciona. (Raimundo – Comerciante)

(091) Eu, eu, na minha parte, **o espaço é de quem já tá, os comerciantes, os moradores de rua que mora lá**. Aí nós é como se fosse, tivesse **invadido o espaço deles**. Então a gente, eu, tem que respeitar o ambiente na hora que a gente vai, com tudo, as prioridades de **quem já era dono do pedaço**. Eu falo com Germano, lá o espaço não é nosso, o espaço é aí desse pessoal que mora na... é dos comerciantes que **estavam aí primeiro**. (Zeca – Fundador QS)

(092) Ó, o negócio é o seguinte... **o território pertence aos comerciantes, que o Quarteirão ali é só sábado**. E depois que dá seis horas, que os lugar fecha, aí não atrapalha em nada, né, depois das seis horas, né, não atrapalha em nada os comerciantes. O espaço em si pertence mais aos comerciantes, não é do Quarteirão não. O Quarteirão é uma vez na semana. E outra coisa, **os comerciantes pagam imposto** caro, né. Tem uma loja ali, aluguel, tudo e tal. (Miguel – Vendedor QS)

(093) Por exemplo, ali na Rua Santa Catarina tem os comerciantes que são do local. O que eu mais acho que aquilo ali atrapalha ali é porque chega no sábado a tarde, **muita gente ainda tá fazendo sacola cheia ali**, que tem que parar com o carro. E aí ele **tem que passar com o carro ali**, [com] **aquelas pessoas dançando**. Tem gente que já bebeu uma, vai lá, bate no capô do cara. E... o cara vai estacionar o carro lá, nós tamo tendo um evento aqui. (Miguel – Vendedor QS)

Nos textos (091) e (092), os enunciadores são, respectivamente, um membro fundador e um vendedor do Quarteirão do *Soul*, que acreditam que o espaço da Rua Santa Catarina pertence aos comerciantes e, inclusive, aos moradores de rua que habitam o local, em função de três motivos principais: pelo fato de já habitarem o local antes da chegada do Movimento; pelo fato de o Quarteirão do *Soul* ser um evento menos frequente, pois ocorre apenas uma vez na

semana; e pelo fato de que, para terem direito ao usufruto legal do espaço, os comerciantes pagam taxas públicas para sua manutenção no local (seleções lexicais: *o espaço é de quem já ta, os comerciantes, os moradores de rua que mora lá; quem já era dono do pedaço; estavam aí primeiro; o território pertence aos comerciantes, que o Quarteirão ali é só sábado; e os comerciantes pagam imposto*).

No fragmento (090), o comerciante Raimundo versa sobre o falso pertencimento da Rua Santa Catarina aos membros do Quarteirão do *Soul*. O fato de o espaço ser cedido legalmente para a realização do evento e de que eles recebem autorização para isolar a rua com cones de trânsito não torna o Movimento mais legítimo quanto ao uso do espaço do que os atores sociais que ali já territorializavam (*o pessoal do Quarteirão do Soul acha que tem*). Desse modo, há um interdiscurso entre a disputa do território *versus* a convivência territorial. O léxico *cone na rua* implica restrições e limites quanto aos usos do local e, assim, sugere uma sobreposição dos espaços, o espaço do Quarteirão do *Soul* sobre o espaço dos demais. No entanto, ao mencionar o léxico *intercalar*, o enunciador revela que há (ou deveria haver) uma divisão espacial em vez dessa sobreposição.

O implícito subentendido é que os participantes do Movimento não reconhecem os coabitantes daquele espaço e que ele funciona atendendo apenas as suas necessidades. Essa indiferença é reforçada também quando surge o discurso do consumo. O equipamento de som e os dançarinos ficam dispersos em toda a extensão do logradouro público da Rua Santa Catarina, o que impossibilita a passagem de veículos e de clientes que frequentam o local (seleções lexicais: *som no meio da rua; cliente; não tem onde passar; muita gente ainda tá fazendo sacola cheia ali; e tem que passar com o carro ali, aquelas pessoas dançando*). Essa incongruência de interesse, onde um grupo se beneficia com a rua fechada e outro grupo com a rua livre, demonstra o conflito do convívio no espaço urbano por estes dois grupos, além da falta de planejamento do espaço público urbano por partes dos órgãos de gestão.

Nos textos (094), (095) e (096), o comerciante Benedito afirma que, pelo fato de o espaço ser público, as decisões dos órgãos de gestão do espaço público urbano deveriam considerar a opinião dos atores envolvidos em cada lugar e manifesta a insatisfação com a territorialização da Rua Santa Catarina pelo Quarteirão do *Soul* em função dessa incongruência da coexistência desses dois lugares em um mesmo espaço.

(094) Não, ele é **publico**. E é porque ele é público é que eu acho que ta errado. Porque como que você libera um alvará para um movimento de rua, né, **sem consultar o público**? Com qual, é, é, autoridade você faz isso? Sendo que **o público paga os impostos, o movimento não**, o movimento é livre de impostos. (Benedito – Comerciante)

(095) E **eu não acho**, pelo que a gente vê, ouve e tal, **que é um movimento social, é um movimento tribal**. É de um grupo ali e tal, tudo mais. Não é social. Social é quando você aborda, né, o contexto da sociedade local. **Não aborda a sociedade local**. Muito pelo contrário. Tinha que ter feito, pra liberar um movimento desse, quer dizer... fecha um estabelecimento, que tenha a devida acústica, que tenha todas as coisas relacionadas com a segurança necessária... faz lá! (...). **É público, mas convenhamos, não é de um público só**. Então eu não acho certo. (Benedito – Comerciante)

(096) Então acho que existe, sim, um **benefício cultural**, eu acho que existe um benefício cultural. Agora você não pode **impor** um benefício cultural, você não pode impor uma ideia em uma sociedade. Existe todo um processo, né. A Prefeitura vai liberar um alvará? Tudo bem, nós ela temos que **preparar** o quarteirão pra isso. Nós temos que **ouvir** os... fazer isso aí [esta entrevista] antes. Por que fazer depois? Claro, você tá fazendo um estudo e beleza, mas **a Prefeitura não fez**. Quando a Prefeitura vai fazer o recapeamento de uma rua ela prepara “recapeamento e tal, marcado pra tal data”. Por que, porque quem passa ali todo dia tem que ficar sabendo, né. Não foi feito. Aí você fica assim, poxa, nós não, **nós não valemos nada além daquilo que a gente paga**, né. **Se você parar de pagar, aí eles vêm**. Se você não pagar os impostos, você tem quem fiscalize. Então aí você passa a querer **que as coisas sejam assim com o todo porque é justo**, é justo assim e é bom assim. Temos que pagar os impostos, a máquina tem que funcionar, né? Agora **e o Movimento, como é que é, ele só suja?** “Ah tem um benefício cultural e tal”, agora pra mim nenhum, nenhum. Pra eles tem, pra mim não tem nenhum. Aqui não é uma área, nem por leigo, como eu sou leigo em administração pública, aqui **não é uma área própria pra esse tipo de movimento**, não é. (Benedito – Comerciante)

O enunciador reconhece o *benefício cultural* do Quarteirão do *Soul*, mas aponta que o local no qual o Movimento acontece não tem a devida estrutura que lhe suporte. No momento da transição da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina, não houve uma preocupação dos órgãos públicos em *preparar* o local para o recebimento do Movimento, no sentido de avisar os comerciantes acerca do grupo ou consultar sua opinião. Ao contrário, a opinião dos comerciantes foi ignorada o que tornou a medida impositiva (seleções lexicais: *sem consultar o público; impor; e a Prefeitura não fez*). O comerciante explicita que a opinião da categoria está baseada em questões fiscais, inferindo que o diálogo existente entre o setor público e o setor privado se dá em função do pagamento de impostos (seleções lexicais: *nós não valemos nada além daquilo que a gente paga; se você parar de pagar, aí eles vêm*).

O implícito subentendido do discurso é que o fato de efetuarem contribuições ao setor público seria uma espécie de moeda, cuja contrapartida seriam negociações que beneficiassem a categoria. A analogia entre o Quarteirão do *Soul* e os estabelecimentos comerciais surge na

forma da contribuição fiscal, onde o entrevistado questiona a isenção de cobranças de taxas públicas do Movimento que utiliza o mesmo espaço (seleções lexicais: *o público paga os impostos, o Movimento não; que as coisas sejam assim com o todo porque é justo; e e o Movimento, como é que é, ele só suja?*).

O enunciador atribui ao Quarteirão do *Soul* a característica de dominação da área que territorializa e exprime sua insatisfação com o fato. O paradoxo em seu discurso está presente quando afirma que, pelo fato de ser público, o espaço não deveria se enquadrar nas exigências de apenas um dos grupos que o habitam. No entanto, sob a justificativa de que o local *não é uma área apropriada para esse tipo de movimento*, o comerciante remete ao local a função comercial, apenas, considerando as demais territorializações, ainda que com um benefício cultural, um empecilho para a dinâmica comercial (seleções lexicais: *eu não acho que é um movimento social, é um movimento tribal; não aborda a sociedade local; e é público, mas convenhamos, não é de um público só*).

Diante de tais depoimentos, o que percebemos é que, na Rua Santa Catarina, existe um confronto territorial entre comerciantes e membros do Quarteirão do *Soul* relacionado ao domínio nos usos do local, pois, como todo espaço público ocupado por diversos atores, a existência do conflito é algo inerente a essa relação multiterritorial (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2005; JAYME; NEVES, 2010). A legitimidade quanto ao sentido de pertencimento do local é justificada em mecanismos legais, como o alvará de funcionamento e a licença para funcionamento por parte do Quarteirão do *Soul*, e o pagamento de impostos e demais taxas públicas por parte dos comerciantes.

7.2 A problemática urbana: o campo cego

Nesta seção, também dividida em duas subseções, apresentamos as características de funcionamento do Quarteirão do *Soul*, evidenciando os elementos que marcam a dinâmica Movimento, bem como os elementos simbólicos que o constituem. Na primeira subseção, mostramos a estrutura funcional do Quarteirão do *Soul* – as características de sua realização, seus custos de manutenção, as características do local onde funciona e o acompanhamento institucional do movimento a partir de fiscalizações. Na segunda subseção, caracterizamos a rua como *locus* de construção de identidades e representações, as significações atribuídas

pelos *blacks* aos movimentos de rua de uma maneira geral e sua relação com a rua como instrumento para a manifestação sociocultural e simbólica coletiva.

7.2.1 A ordem funcional

a) Estrutura

Na seção 6.1, analisamos a relação dos membros do Quarteirão do *Soul* com os representantes dos estabelecimentos comerciais e moradores das Ruas Goitacazes e Santa Catarina. Apesar do caráter de espontaneidade no surgimento do Quarteirão do *Soul* como um movimento de rua, sua realização nesses espaços resultou (e ainda resulta) em conflitos pelo uso do território, onde cada uma das partes elenca motivos que justificam sua territorialização como mais legítima que a outra. A incongruência na coexistência desses *dois lugares em um mesmo lugar* reside, principalmente, no fato de que espaços para o lazer e diversão necessitam de uma estrutura distinta de espaços comerciais, pois envolvem características e objetivos diferentes. No caso dos lugares de lazer, a questão do suporte torna-se algo fundamental, visto que existe a presença de determinada quantidade de público.

No caso do Movimento Quarteirão do *Soul*, por ser um movimento que não visa ao lucro, sua manutenção depende da contribuição dos membros integrantes e do público que participa. Apesar de ocorrer em um espaço público e, portanto, demandar o acompanhamento direto da esfera pública, o suporte dado ao Movimento ocorre de maneira limitada, pois a Prefeitura libera o funcionamento do evento, mas não oferece a estrutura necessária. O remanejamento do Quarteirão do *Soul* ocorreu para um local com características semelhantes às da Rua Goitacazes e, assim como nesta rua, vem arrastando alguns dos mesmos problemas que existem desde sua fundação. No fragmento discursivo (097), o comerciante aponta alguns dos entraves com a realização do evento ainda na época em que ocorria na Rua Goitacazes:

(097) Não, era totalmente, a segurança era, era uma coisa natural porque **não havia nenhuma baderna**, digamos assim, mas a parte higiênica, né, faziam necessidades na rua. Claro, não vou aqui dizer que eram todos, né, mas uma minoria, **a parte de banheiros não tinha**, enfim, é, garrafas se quebravam no meio da rua, copos de vidro na mão, dançando, enfim, não era bom, não era uma coisa planejada, **não tinha barracas, não tinha uma infraestrutura de acomodação**, de, de conforto, né, a gente, eles isolavam o centro da rua pra dançarinos, né, muito bonita, a coreografia e tudo, mas não tinham espaço adequado. De um lado tinha carro, do outro também, era um, sabe, é, conviviam com aquela coisa, né, **o carro invadia o espaço deles**, não é, e o, até o flanelinha, um dos flanelinhas, cuidadores de carro, né, que não gosto dessa, lavador de carro, ele, ele era um dos diretores do

Movimento (...). Então a rua não tem, não tinha estrutura pra isso. **Era adequado uma praça a céu aberto, né, sem muita vizinhança, assim de residências**, no caso aqui, tem três prédios com pessoas morando, no caso o Hotel, né, morando, é flutuante, mas mora pessoas todo dia, e os dois prédios, um na esquina e o outro do lado do Hotel, que é o Belo Horizonte, não sei, não lembro, e tem um outro condomínio, chamado Belo Horizonte, que pegava esse **barulho**, até a rua de trás, também, na, na Rua São Paulo, alguns prédios também reclamavam do barulho, porque ele ecoava, os decibéis eram muito altos. (João – Comerciante)

Como bastante evidenciado em fragmentos anteriores, a existência do Quarteirão do *Soul* em um espaço comercial e residencial também foi um empecilho, uma vez que o volume do som do Movimento – que, aparentemente, não seria incômodo para quem estivesse em um espaço de lazer – era incômodo para as pessoas que habitavam aquele local (seleções lexicais: *era adequado uma praça a céu aberto, né, sem muita vizinhança, assim de residências; e barulho*). Entretanto, além dos conflitos referentes a essa multiterritorialidade, problemas estruturais também faziam parte do cotidiano do Quarteirão do *Soul*.

O comerciante João relata que, apesar da ausência de confusões, a existência de outros fatores relacionados à realização do Quarteirão do *Soul* no espaço da Rua Goitacazes o tornava um evento conflituoso por não contar com um suporte que pudesse acomodar a presença do público, isto é, a ausência da infraestrutura necessária para seu funcionamento de modo organizado, como a disponibilização de banheiros, o isolamento e o controle da área pela BHTRANS⁴¹ e a disponibilização de barracas licenciadas para o comércio de bebidas e comidas na área (seleções lexicais: *não havia nenhuma baderna; a parte de banheiros não tinha; não tinham barracas, não tinha uma infraestrutura de acomodação; e o carro invadia o espaço deles*).

A ausência dessa estrutura é reforçada pelos próprios participantes do Movimento, conforme os depoimentos de Germano e Zeca:

(098) Não, **estrutura não oferecem não, eles oferecem o alvará e o espaço**. Agora estrutura... porque a gente precisa de uma estrutura, **precisa de um espaço fechado, onde não passe carro, onde você tenha um palanque que você colocar o som lá em cima**, a galera ficar lá em baixo curtindo, você mandando mensagens bonitas pra eles, sabe. Eles deviam apoiar mais a gente nisso, nessa parte, que eu acho que deveria tá tendo. Não é só o alvará que vai ajudar o Quarteirão do *Soul*. **A gente precisa de equipamento**, a gente precisa de uma agulha, precisa duma *pickup*, a gente precisa, estraga um negócio aqui, estoura um autofalante a gente não tem como [pagar], a gente tem que lavar os carros na rua. **Então eu tenho que lavar dois, quatro carros pra poder pagar um autofalante pra arrumar**. Então o orçamento da minha casa acaba caindo, então a gente não ganha nada com isso,

⁴¹ Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte.

nada, zero. Então eu acho que **deveria ter um apoio mais da Prefeitura**. (...) Eu acho que deveria de ter uma... deveria ter sim, pra **ajudar** a gente. A própria **Secretaria de Cultura**, né. Eles deviam olhar pro nosso lado “Perai, esse pessoal trabalha sério, leva a paz pra rua”. **Oito anos** nunca deu uma briga, no meio da rua, no público. Fala pra mim quando que aconteceu isso na vida? (Germano – Fundador QS)

(099) Isso aí [o fornecimento da energia], a Prefeitura, o pessoal lá da [Administração Regional] Centro Sul, lá de eventos lá, conseguiu pra nós na Cemig, **zero oitocentos**, um **ponto de luz** lá pra nós. Simplesmente no dia nosso, a gente pega, tem uma chave, eles vão lá com um dia de antecedência, vai lá, coloca a chave pra nós lá, aí, acabou o evento, eles vão lá, tira a chave, entrega lá o rapaz que guarda pra nós. Agora, **agora, que primeiro era na base do...** (Zeca – Fundador QS)

Nos textos (098) e (099), os fundadores do Quarteirão do *Soul* afirmam que o único suporte oferecido pela Prefeitura de Belo Horizonte para o evento, além do fornecimento do alvará de funcionamento, é a liberação (*zero oitocentos*) de um *ponto de luz* na Rua Santa Catarina, o que não é suficiente para a realização de um evento que acontece em um ambiente público (*estrutura não oferecem não, eles oferecem o alvará e o espaço*). A partir do léxico *agora, que primeiro era na base do...* Zeca (texto 099), explicita que a liberação da energia para o Movimento é recente e deixa como implícito subentendido que, no início, ela era captada de modo ilegal.

Entre as dificuldades apontadas por Germano está o fato de o Quarteirão do *Soul* não receber nenhum tipo de incentivo financeiro ou mesmo a doação de equipamentos para sua manutenção, o que implica a utilização de métodos alternativos para a continuação do evento. Os membros do Movimento levantam recursos próprios para o pagamento das despesas, o que, no caso do enunciador, significa subtrair parte de sua renda familiar para destinar aos custos do Quarteirão do *Soul*, conforme as seleções lexicais: *a gente precisa de equipamento; e então eu tenho que lavar dois, quatro carros pra poder pagar um autofalante pra arrumar*.

Germano ainda apresenta o tempo de existência do Movimento como justificativa para a necessidade de um olhar significativo para o Quarteirão do *Soul* por parte da esfera pública. Em função disso, ele acredita que a Prefeitura deveria ser mais presente no Movimento por meio de um apoio estrutural. Órgãos como a Secretaria de Cultura, que são responsáveis por incentivar e prover esse tipo de manifestação, estão omissos em relação ao apoio logístico que o evento necessita (seleções lexicais: *deveria ter um apoio mais da Prefeitura; Secretaria de Cultura; e oito anos*).

As dificuldades, entretanto, não se reduzem à falta de suporte financeiro; assim como na Rua Goitacazes, na Rua Santa Catarina não há a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de um movimento social. Nos fragmentos (100), (101) e (102), membros do Quarteirão do *Soul* elencam as dificuldades em relação ao local, como o trânsito de veículos e a falta de uma estrutura de acomodação do público.

(100) Não, no começo, isso foi só no começo, no começo eles [BHTRANS] ficavam meio assim, não podia fechar a rua, mas aí, a gente conversou com eles. A gente precisava de **segurança** pra poder... **não podia ficar passando carro, moto**, de repente **machucar uma pessoa** lá, tem criança que vai lá, então **não podia deixar aberto**. (Gustavo – Fundador QS)

(101) Eu **espero que mude de lugar**. Ou, se não, **a Prefeitura fecha aquele espaço ali e faça uma coisa melhor pro Quarteirão, naquele pedaço ali**. (099) Acho que daqui a pouco tempo não vai passar mais carro. Eles vão passar uma linha de ônibus ali, **não sei o que vai acontecer**. Eu espero que o Quarteirão tenha um **espaço melhor**, coisa boa pra nós, pros dançarinos também, né, porque os dançarinos merece, **um espaço bom**. Então espero que ano que vem, bastante coisa muda porque **o espaço lá tá muito pequeno**, o espaço nosso tá pequeno, nós tamo precisando de ter um barzinho, de ter **um bar pra gente trabalhar**, não tem, vender cerveja, vender refrigerante, vender a água, nós não temos ainda, tudo isso que eu falo, nós precisamos de um espaço pra trabalhar, **pra manter o Quarteirão** em alguma coisa a mais adiante, pôr o Quarteirão mais pra frente. (Gustavo – Fundador QS)

(102) O lugar é bom. Só deveria ter mais... tipo um órgão público igual a BHTRANS fechar mesmo, **controlar o trânsito**. Que a Prefeitura dá a licença, mas não fecha o trânsito, os carro vêm e passa, atrapalha. **Não tem policiamento**. O negócio é bom. **Podia dar licença** pra nós colocar uma **barraca, tudo certinho**, com comida, com tropeiro, churrasco, **um negócio legalizado**, mais bonitinho e tudo. Podia ser assim. (...) Mas poderia ser mais organizado nesse aspecto de **fechar a rua**, que a gente faria as barraquinha tudo direitinho, a Prefeitura obrigava nós a comprar uma barraquinha, com uns aventalzinho igual eu uso, tudo bacana, um atendimento melhor... agora eu **não sei se os comerciantes iam gostar**, né. (Miguel – Vendedor QS)

Os argumentos dos enunciadores sugerem que as fiscalizações e o acompanhamento policial do local é precário. Atualmente, o Quarteirão do *Soul* conseguiu a autorização da BHTRANS para o isolamento da área durante a realização do evento (Figura 22), mas, pelo fato de a rua ter estabelecimentos comerciais, esse isolamento é parcial e os membros do Movimento ainda necessitam fazer a assistência e o controle da passagem de veículos. A solicitação dos cones de isolamento se deu pelo temor de que o trânsito de veículos viesse, não somente a atrapalhar a grande concentração de pessoas dançando, mas também que pudesse causar algum tipo de acidente (seleções lexicais: *segurança; não podia ficar passando carro, moto; machucar uma pessoa; não podia deixar aberto; e controlar o trânsito*).

O implícito subtendido da ideia de *fechar a rua* não se restringe apenas ao controle do trânsito, mas também à questão da delimitação de um território *apenas* do Quarteirão do *Soul*, seja no local atual, seja em um lugar específico (seleções lexicais: *eu espero que mude de lugar; a Prefeitura fecha aquele espaço ali e faça uma coisa melhor pro Quarteirão; o espaço lá tá muito pequeno; um espaço melhor; e um espaço bom*).

Figura 22 – Cones de trânsito utilizados durante a realização do Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2012. Fotografia da autora.

A falta de estrutura do Quarteirão do *Soul* também interfere no comércio informal do Movimento. Atualmente, os vendedores trabalham sem qualquer tipo de padronização, utilizando isopores e caixas de madeira para guardar a mercadoria (Figura 16), além de funcionarem sem licenciamento (seleções lexicais: *podia dar licença; barraca, tudo certinho; e um bar pra gente trabalhar*). Como implícito pressuposto, a legalização dos vendedores informais organizaria esteticamente e sanitariamente o comércio. Para uma parcela dos comerciantes locais, entretanto, nem o comércio formal nem o informal lhes seria benéfico. Por um lado, o fato de os vendedores do Quarteirão do *Soul* não terem custos fiscais torna maior o seu lucro com a venda no local, o que deixa os comerciantes formais em desvantagem. Por outro, a organização do local e a legalização dos vendedores implicaria maiores conflitos com os comerciantes locais por oferecer uma concorrência direta (*não sei se os comerciantes iam gostar*).

A mudança do Quarteirão do *Soul* para um espaço com infraestrutura ainda abrange outras questões. O Quarteirão do *Soul* se realiza em toda a extensão da Rua Santa Catarina, entre a Avenida Amazonas e a Rua dos Tupis (Figura 20) e, por ser uma via estruturada para a passagem de veículos, é um espaço totalmente a céu aberto. Isso significa que, em épocas de chuva, tanto os dançarinos, quanto o equipamento dos DJs do Quarteirão do *Soul* ficam expostos. A Figura 23 ilustra o improviso de um toldo para a proteção dos dançarinos em períodos de chuva. Na figura ainda é possível notar, à esquerda, a proteção das caixas de som, cobertas por uma lona preta.

Figura 23 – Proteção utilizada em dias de chuva



Fonte: dados da pesquisa, 2011. Fotografia da autora.

(103) Isso que eu queria até falar, que a Prefeitura arrumasse um local pra **tempo de chuva**, tipo assim, pessoal ta correndo, igual, Quarteirão do *Soul* rola ali, tempo de chuva rola normalmente. **Debaixo de chuva**, a gente tá dançando debaixo de chuva porque nós gostamos de dançar. E a Prefeitura... tinha que ter um espaço público dentro do centro, entendeu, pra eventos, pra pessoa, tipo assim, mostrar trabalho que ela tem que fazer e **não precisar ficar correndo pra lá e pra cá tampando o som**. O som rola merma coisa. Dança debaixo de chuva a mesma coisa. Nós **tampamos com lona, com plástico** (o equipamento). (Roberto – Dançarino)

(104) Não, a intenção nossa, é, **se for um clube é melhor**, se tiver um clube pra nós é melhor, porque... se tiver um clube pra nós é melhor no seguinte, porque, é igual o **tempo de chuva**, não tem jeito. Quantas vezes nós passamos com a chuva, enxurrada passando e **o pessoal não tá nem aí**. Mas não pode, **a pessoa adocece**, pega uma doença aí, pega chuva, então não tem. No clube você pode ficar tranquilo

lá dentro. Isso que eu acho **o ruim da rua é esse**. Época de chuva agora é a época mais perigosa que tem. (Gustavo – Fundador QS)

Nos textos (103) e (104), os membros do Quarteirão do *Soul* explicitam as dificuldades e os aspectos negativos do local onde o Movimento ocorre em função de ser um espaço a céu aberto. O Movimento se realiza mesmo em *tempo de chuva*, oferecendo risco à saúde dos participantes e demandando um cuidado maior com a proteção do equipamento de som que, nesses casos, é coberto com lonas. Em relação aos equipamentos eletrônicos, que funcionam a partir da conexão com um ponto de energia, a exposição da fiação à chuva poderia causar acidentes (seleções lexicais: *debaixo de chuva; não precisar ficar correndo pra lá e pra cá tampando som; tampamos com lona, com plástico; a pessoa adoecer; e o ruim da rua é esse*). Embora o Quarteirão do *Soul* funcione nestas condições, a partir do léxico *o pessoal não tá nem aí* Gustavo explicita a indiferença dos participantes do evento em relação às chuvas, tamanha a identificação com o Movimento e a oportunidade de lazer (implícito pressuposto).

Além da falta de suporte por parte da esfera pública em relação à necessidade de estrutura física do Quarteirão do *Soul*, esta ausência também se faz presente em relação a questões assistenciais, como o policiamento e a limpeza do local. Nos fragmentos (105), (106), (107) e (108), os enunciadores falam sobre o monitoramento policial do evento.

(105) Eu acho que **não existe segurança nenhuma. Nunca vi** um policiamento aqui, no horário que eu estou aqui, né, eu já fiquei aqui **até cinco horas da tarde**, é o horário mais tarde que eu já fiquei, seis horas da tarde, o horário que eu já fiquei aqui em função das datas comemorativas e eu não vi policiamento suficiente, não me lembro de ter visto **um policial fardado** com propósito de estar fazendo a segurança, mesmo que um movimento desse padrão um policial não ia resolver de nada. Precisaria ter **pelo meeenos⁴² uma meia dúzia de policiais**, né, a pé **ou a cavalaria**, né, estar disposta pra isso, não sei quem que seria e tal, mas não acho que existe policiamento não. (Benedito – Comerciante)

(106) A única coisa que eu acho que tá precisando um pouquinho lá é ter um policiamento desde a hora que começa, você entendeu? **Desde a hora que começa até a hora de fechar** que eu acho que isso aí não tá tendo. **Sempre aparece um lá e vai embora, não fica lá constantemente dando a atenção**. É o que tá precisando, um pouco mais de segurança. Mas, além disso aí, tá tranquilo. Consomem muita bebida porque tem **bastante bebida alcoólica** lá. Mas, com relação a **confusão, briga, isso aí por enquanto não teve ainda não**, entendeu? Mas é uma **segurança pra gente** que tá lá no comércio e **segurança pra quem também tá realizando o evento**, você entendeu? Então eu acho que é nesse aspecto aí que precisava. De ter um policiamento sempre. (Antônio – Comerciante)

⁴² Pronunciado de forma enfática.

(107) **Toda hora**, tá o tempo todo lá. Tem uns que você... **tá no seu meio ali, você não sabe que é polícia**, mas são policiamento que tão lá. **Fiscal também, disfarçado** tão no meio também pra ver, né, se vende só aquilo ali mesmo ou se não tem outras coisas, né, no meio. Mas, no resto, tudo normal. (Lúcia – Vendedora QS)

(108) **Veza em quando aparece**, mas tem **policial à paisana**, né, que eles vão lá, dão uma olhada. **Tem muitos que dançam lá**, que é, qualquer coisinha é só chamar eles também. Então aí não dá problema. Aí acaba o som, desmonta, alguns ajudam guardar. **Eles sempre aparecem**, eles aparece, vai lá dá uma olhada. Eles gostam, aí ficam olhando, tal, ficam uns vinte minutos, depois vão embora, continua o trabalho deles. (Gustavo – Fundador QS)

A presença de policiamento durante a realização do *Quartirão do Soul* é percebida como insatisfatória pelos comerciantes dos textos (105) e (106). Enquanto Benedito afirma que *não existe segurança nenhuma* no local, além de nunca ter visto um *policial fardado* cobrindo o Movimento, Antônio afirma que o policiamento existe, mas *não fica lá constantemente dando atenção*, sugerindo que deveria estar presente no Movimento em toda a sua duração (*desde a hora que começa até a hora de fechar*).

Benedito reforça que, mesmo diante do intenso consumo de bebidas alcoólicas, até o presente não houve incidências de brigas ou confusões no local, mas que a presença de um policiamento proporcionaria maior segurança, não apenas para o Movimento em si, como também para os comerciantes em geral (seleções lexicais: *confusão, briga, isso aí por enquanto não teve ainda não; segurança pra gente; e e segurança pra quem também tá realizando o evento*). Para uma cobertura eficaz do evento, Benedito sugere, por meio de uma hipérbole, que deveria existir *pelo meeenos uma meia dúzia de policiais ou a cavalaria*. O subentendido implícito neste discurso é que o Movimento, por ser de caráter popular, oferece um grande risco à área e que, portanto, necessitaria de uma vigilância constante para prevenir a ocorrência de problemas.

A questão da segurança também levanta divergência de opiniões entre os próprios participantes do *Quartirão do Soul*. Para o vendedor Miguel (texto 102), a ausência de policiamento é flagrante (*não tem policiamento*). Para a vendedora Lúcia (texto 107) e o fundador Gustavo (texto 108), a presença do policiamento varia entre ocasional e frequente, ainda que de forma discreta (seleções lexicais: *toda hora; veza em quando aparece; eles sempre aparecem; tá no seu meio ali, você não sabe que é polícia; e policial à paisana*).

Já em relação à higiene e à limpeza do espaço onde ocorre o Quarteirão do *Soul*, a opinião é linear no que tange à ausência de uma assistência mais incisiva por parte dos órgãos públicos.

(109) Esse negócio de limpeza aqui, quando era **aqui** [Rua Goitacazes], **a gente fazia**. Nós, **acabava o evento** aqui a gente pegava, varria a rua, juntava o lixo em sacos plásticos. Mas **lá** [Rua Santa Catarina] não. Lá, **lá no início** eu varro, na hora que vai começar o Quarteirão, junto tudo, aquela sujeira daquele pessoal lá. **A Prefeitura vai lá de noite, lava a rua**. Aí de manhã cedo, como lá é ponto de carga de sacolão, aquele negócio tudo, cai muita coisa no chão ainda. Aí que eu faço, eu pego a vassoura, junto, varro tudo lá, ponho no cantinho lá, que aí depois a Prefeitura vai lá, varre a rua de novo. (Zeca – Fundador QS)

(110) Eu acho que deveria somente, igual assim, pra poder a gente tá vindo, se pudesse mesmo só **lavar a rua**, porque quando chega ali, você vê, eles ficam, os **mendigos** ficam muito ao redor, então **eles fazem muito xixi na rua**. E aí o pessoal vai, dança, muitas daquelas pessoas que dançam, **colocam a mão no chão**, entendeu, essas coisas assim. Aí, às vezes, eles chegam lá, “me dá uma água, me dá uma cerveja”, é tanto que carrego é até uns **guardanapos**, porque pras pessoas, que tem uns que não esperam você pegar, já chega e pega, **põe a mão lá pra pegar a mercadoria**, aí, eu dou pra poder ficar limpando, né, pra poder ajudar também prevenir um pouco, **ao menos a limpeza da boca da lata. Nós não trabalhamos com garrafa** porque a gente sabe que é perigoso, porque tem muita gente, e é assim, tomou ali, sendo latinha, **tem uma pessoa que cata as latas**, aí, fica uma coisa mais segura também. (Lúcia – Vendedora QS)

(111) A higiene local, que é uma coisa que a gente vem questionando entre si várias vezes, né. Porque, por exemplo, você **não tem uma limpeza pública eficaz** pra poder ter um movimento desses. A limpeza pública tinha que vir, como o movimento é sábado e ele se estende durante um período da tarde até a entrada da noite, não sei exatamente até que horário eles têm alvará pra funcionar, eles teriam que vir no **domingo** e fazer **uma limpeza urbana diferente do cotidiano, não só varrer e colher o lixo**. Porque uma parte do lixo **sólido** tá aí na segunda-feira. Agora e a outra parte, **líquida**? Né, não se limpa, não se joga uma água com eficácia. Pelo menos eu gasto todo dia de manhã cedo pra lavar a porta, independente de segunda-feira que é o meu dia comercial depois do Movimento. Todos os dias eu tenho que lavar a porta, mas **na segunda-feira...** é imprescindível. Na segunda-feira é uma coisa mais incômoda, desgastante, você tem que chegar mais cedo pra você dar conta de limpar e tá com a loja aberta no horário. Então eu acho que deveria ter um, **uma aproximação maior de quem é o organizador e quem liberou a causa a analisar essas situações**. (Benedito - Comerciante)

(112) Pra mim, a única coisa que avacalha lá é a **falta de banheiro químico**. (Zeca – Fundador QS)

(113) **Não tem banheiro**, tem que ter um pipi, né, fazer o pipi, aquele pipi móvel, tem que ter. Fazer um projeto pra poder todo sábado ter um, **pra mulher**, pra homem, **isso aí é importante. Por isso que é bom ter um lugar, um espaço**. Que a Prefeitura, ter um contato com a Prefeitura pra eles mandar os sábados, é, **pro pessoal não ficar entrando nos botecos**, botecos dos banheiros sujo. **Nunca mandaram. Fizemos um pedido** uma vez aqui pra o aniversário do Quarteirão e eles não mandaram. E aí tem gente que chega a **primeira vez** no Quarteirão, “Ô onde é que fica o banheiro seus aqui?”, “Por enquanto não tem banheiro não, você vai ali, ou você vai aqui, um banheiro ali”, é **difícil**. Então nós temos que arrumar um negócio pra nós se **organizar mais**. Que isso aí, tudo isso, os pipi móvel, tudo é pago. (Gustavo – Fundador QS)

(114) O conflito que eu falo é assim é o som alto, é o salão, que é próximo, é o estacionamento, a pessoa vai fazer sacola cheia, e **um banheiro, que não tem**. Tanto que tem um bar lá que cobra pra pessoa fazer xixi. Ele cobra, a pessoa vai lá e ele cobra pra você usar o banheiro dele. Então **a Prefeitura podia colocar um banheiro químico, já que ela dá a licença**, né. Banheiro químico, uma coisa assim... Mas os conflitos mais é esse, do local. (Miguel – Vendedor QS)

(115) **Tem de usar o barzinho**, os bares, barzinho ao redor. E é meio difícil, né. Tem hora que é difícil porque pra gente, **principalmente mulher**, né, fica meio difícil. Eles cedem porque a gente tá ali né, no movimento, por isso que **eles cedem, mas é ruim**, né, **porque a gente não pode exigir, né, a limpeza**, principalmente, a gente não pode exigir deles. Então fica esquisito pra gente que é mulher né, porque homem não, né, **homem qualquer lugar tá bom**, mas a gente mulher... às vezes você segura até não aguentar por causa do, do local né, a higiene do bar. (Maria - Dançarina)

No texto (109), o enunciador comenta sobre a limpeza do espaço onde o Quarteirão do *Soul* acontece e estabelece divergências da limpeza quando ainda existia na Rua Goitacazes e atualmente, na Rua Santa Catarina, por meio dos advérbios de lugar *aqui* e *lá*. Segundo ele, na Rua Goitacazes, a higienização do local era realizada pelos próprios participantes do Movimento. Já na Rua Santa Catarina, antes de iniciar o evento eles realizam uma limpeza superficial, ficando a cargo da Prefeitura, sob a execução da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), uma higienização mais rigorosa do local após o evento (seleções lexicais: *a gente fazia; no início; e a Prefeitura vai lá de noite, lava a rua*).

No texto (110), a vendedora Lúcia complementa seu discurso no texto (107), afirmando que a higienização da Rua Santa Catarina é insatisfatória em função de ali ser um local habitual de *mendigos*, que, por vezes, utilizam a própria rua para fazer suas necessidades fisiológicas (*eles fazem muito xixi na rua*). Esse fato oferece certo tipo de risco à saúde dos participantes do Movimento, que, ao dançarem, entram em contato direto com o chão e, depois, com as latas de bebidas que consomem. A enunciadora tenta amenizar a situação, com o oferecimento de *guardanapos* para os consumidores, mas sugere que o órgão responsável deveria realizar uma limpeza mais rigorosa no local, como *lavar a rua* (seleções lexicais: *colocam a mão no chão; põe a mão lá pra pegar a mercadoria; e ao menos a limpeza da boca da lata*).

Ela ainda comenta sobre a não comercialização de bebidas em garrafas, para evitar acidentes; em vez disso, utilizam bebidas em lata. A falta de um espaço para destinar o lixo gerado durante a realização do Movimento também é um elemento destacado. Esse fato atrai a presença de catadores de lata durante os eventos, dando uma continuação à cadeia de trabalhos informais no espaço (*tem uma pessoa que cata as latas*).

O comerciante Benedito (texto 111) complementa os discursos dos textos (109) e (110) ao afirmar que no local *não tem uma limpeza pública eficaz*. Entretanto, a sujeira líquida e sólida do espaço é atribuída apenas ao Quarteirão do *Soul*, desconsiderando o fato de ali também haver moradores de rua. Ele também sugere que a limpeza do local, após a realização do Movimento, deveria ser mais intensa, envolvendo a lavagem do espaço (*uma limpeza urbana diferente do cotidiano, não só varrer e colher o lixo*), já que na segunda-feira esse tipo de limpeza é realizada por ele próprio. Dessa forma, acrescenta a necessidade de haver *uma aproximação maior de quem é o organizador e quem liberou a causa a analisar essas situações*.

Junto a essas questões, o Quarteirão do *Soul* ainda enfrenta a ausência de banheiros químicos durante sua realização, o que impõe aos participantes a busca de alternativas, como a utilização dos banheiros dos bares do local (seleções lexicais: *falta banheiro químico; não tem banheiro; um banheiro, que não tem; e pro pessoal não ficar usando os botecos; e tem de usar o barzinho*). Esse tipo de situação torna-se um fator negativo para o Quarteirão do *Soul*, principalmente para o público que participa *a primeira vez*. Para o público feminino essa situação é um incômodo ainda maior que, por utilizar banheiros de espaços privados, têm que aceitar as condições de limpeza do local sem exigência alguma (seleções lexicais: *pra mulher; principalmente mulher; homem qualquer lugar tá bom; eles cedem, mas é ruim; e porque a gente não pode exigir, né, a limpeza*). Apesar da solicitação de banheiros químicos pelos organizadores do evento, a Prefeitura nunca liberou o envio desse suporte (seleções lexicais: *fizemos o pedido; é difícil; organizar mais; e a Prefeitura podia colocar um banheiro químico já que ela dá a licença*).

Todo esse conjunto de fatores caracteriza o lugar onde o Quarteirão do *Soul* se realiza como um espaço precário, onde não há infraestrutura que possa acomodar tanto seus participantes, quanto o público que aparece para prestigiá-lo, *por isso que [seria] bom ter um lugar, um espaço*. A construção de um espaço específico, de forma que possa receber o Movimento de uma forma mais organizada, seria um modo não apenas de oferecer uma opção de lazer, mas também de valorizar a proposta do evento, incentivando sua perpetuação. No entanto, a carência de estrutura física e financeira impõe limites para a realização do evento. Apesar de realizarem o evento há nove anos, os *blacks* não recebem qualquer tipo de ajuda de custo de instituições públicas ou privadas, sobrevivendo apenas dos esforços dos próprios participantes e seu público.

(116) Seria bom viu, seria bom porque, igual, por exemplo, na matéria do som. **O pessoal gasta, né, com os equipamentos** porque na rua não aguenta, né. Pode **chover**, pode dar sol que a gente tá ali, então os aparelhos vai indo e não aguenta. Então a gente tenta ajudar os menino, mas não é o suficiente né, porque negócio de som é caro né, e os menino não consegue. Tem vez que a gente tem que fazer uma reuniãoozinha e participar. Então eu assim uma ajuda nessa parte, carroto, né, pra levar, guardar. Os menino **arrumaram aqui no centro mesmo lugar pra guardar**, mas e o **carreto** pra levar? **Tem que pagar**, né. A gente tenta, né, com o **pessoal que ficam ao redor da gente dá uma ajuda** né, mas ajuda, né, não ajuda aquele **suficiente** que poderia ter uma **outra rendinha** boa, principalmente pro pessoal do som. (Maria – Dançarina)

(117) O equipamento é, somos **nós**. Eu que sempre, eu que compro, **a maioria é eu que compro, o equipamento**. Eu vou, eu olho o carro de uma pessoa, aí ele tem uma loja. O que é que eu faço com ele? **Eu olho o carro pra ele mensal, ele me passa um aparelho**. Aí “eu preciso de um amplificador, Fulano”. Então cê pega, no final do mês a gente abate, aí ele deixa de me pagar, já é menos uma quantia pra mim levar pra minha casa. Que não tem custo nenhum financeiro, não me pagam pra eu tocar na rua. Então eu vivo é disso. **O Quarteirão do Soul ta sobrevivendo do meu trabalho. Dobrado**. Tocando e trabalhando pra comprar os negócio. (Germano – Fundador QS)

(118) **Antes eu levava o som pra minha casa**, que eu não tinha onde guardar. E pegava um **taxi**, meu irmão levava, passava o **chapéu** e ainda faltava devendo ainda. Aí ficava acumulando dinheiro, ficava devendo. Aí depois nós conseguimos arrumar esse espaço aqui. Eu que sugeri, perguntei se dava pra eu guardar o som lá. E eles “podem guardar”. Mais perto, mais prático. Lá em casa não cabe o som que tem aí dentro. Então não tem como eu levar pra minha casa se não o carroto ficaria em duzentos reais. Aqui é mais fácil, aqui dá pra levar até não carrinho. **Cedido o espaço**, zero oitocentos. **Mas, pra me ceder esse espaço, eu faço serviço**. Eu arrumo um passeio, arrumo um cano que estoura, arrumo caixa d’água, ajudo a olhar as crianças, que é uma escola infantil. Tenho carinho com todo mundo, todo mundo me respeita, sabe que eu sou um cara trabalhador, um cara legal, então eles me cedem o espaço pra mim guardar o som. (Germano – Fundador QS)

(119) **Antigamente era tudo do bolso da gente**. Aí foi, aí **já passamos a pedir o pessoal no centro**, mixaria, é só pra ajudar, porque nós trazia tudo na mão. Eu tinha um carrinho meu aí, nós fazia tudo na mão, de lá de baixo aqui. Aí **começou a ficar pesado demais**, aí falei “Ô Germano, então agora vamo dá um jeito de **pedir uma ajuda pro pessoal** aí, que não tem jeito não”. Aí nós acabava era quase meia noite, uma hora da manhã, meia noite e meia, uma hora da manhã, nós dava mais de cinco viagem, era brabo demais. Aí, agora graças a Deus, tá melhorando um pouquinho, **quem sabe um dia** o Quarteirão não chega a **ganhar um veículo** pra poder trazer o som pra cá. (Gustavo – Fundador QS)

(120) A gente pega uma **Kombi** e a gente paga **cinquenta reais, todo sábado. Esse dinheiro vem do chapéu**. A gente passa o chapéu pra poder **arrecadar** o transporte. Chega a dar isso, entendeu. Entre os participantes. Todo mundo se oferece pra pôr um real, dois reais. Vai pondo o chapéu, a gente arrecada e vai, paga o cara da Kombi, ele vem e busca. **Agora no dia que não der nada a gente tem que enfiar a mão no bolso e pagar**. (Germano – Fundador QS)

Um dos custos com a realização do Quarteirão do *Soul* diz respeito à aquisição, manutenção e transporte do equipamento de som, atividades que são realizadas pelos próprios membros do Movimento. Em função disso, é necessário que eles subtraíam parte de sua renda familiar para

destinar ao Quarteirão do *Soul* (seleções lexicais: *o pessoal gasta, né, com os equipamentos; nós; a maioria é eu que compro, o equipamento; carro; e tem que pagar*). Em certos casos, há uma troca de favores, onde uma das partes cede um equipamento em troca de um serviço de um dos membros. O próprio local onde os *blacks* guardam o equipamento de som atualmente é um local cedido, na Rua Goitacazes (seleções lexicais: *eu olho o carro mensal pra ele, ele me passa um aparelho; o Quarteirão do Soul tá sobrevivendo do meu trabalho; dobrado; cedido o espaço; mas pra me ceder esse espaço eu falo serviço*). As Figuras 24 e 25 ilustram a mesa de som improvisada para a realização do Quarteirão do *Soul* e a estrutura que sustenta as caixas de som.

Figura 24 – Estrutura da mesa de som do Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2011. Fotografia da autora.

Figura 25 – Caixas de som do Quarteirão do *Soul*



Fonte: dados da pesquisa, 2013. Fotografia da autora.

Antes de conseguirem o espaço, o equipamento era levado para a casa de um dos membros, o que implicava um custo mais elevado no transporte. Entretanto, mesmo tendo conseguido um espaço próximo ao local onde realizam o Quarteirão do *Soul*, ainda necessitam fretar uma *Kombi* para carregar o equipamento, no valor atual de *cinquenta reais, todo sábado*. A existência desses custos levou os membros do Movimento a pedirem a colaboração do público que participa, o que ajudou a democratizar a responsabilidade financeira de manutenção do evento. Isso porque, caso existisse a cobrança de ingresso no evento, esse recurso poderia ser utilizado para a manutenção do evento, mas, como não há, parte-se do princípio da necessidade de existência de uma colaboração espontânea (implícito pressuposto).

No fim do evento, os *blacks* passam o simbólico *chapéu*, artefato passado entre os dançarinos e o público que assiste para a coleta de doações livres (seleções lexicais: *antes eu levava o som pra minha casa; taxi; antigamente era tudo do bolso da gente; já passamos a pedir o pessoal no centro; começou a ficar pesado demais; pedir uma ajuda pro pessoal; esse dinheiro vem do chapéu; arrecadar; e agora no dia que não der nada a gente tem que enfiar a mão no bolso e pagar*). Apesar do esforço coletivo para manter o evento, entre os membros

integrantes existe a esperança de que um suporte externo possa aparecer para auxiliar com as despesas do Quarteirão do *Soul* (seleções lexicais: *quem sabe um dia; e ganhar um veículo*).

Além dos custos com o equipamento, existem os custos com o vestuário dos dançarinos, que mandam confeccionar roupas e calçados especialmente para dançar *soul*.

(121) Tem. Não, igual **sapato, roupa**, entendeu? Igual, eu procuro fazer várias cor de tonalidades de terno, eu tenho vários ternos, várias cor, tem vários sapatos, várias cores que eu mando fazer também, entendeu? **Do meu bolso**, porque eu gosto. Eu gosto, gosto de tá sempre diferente, eu curto, curto terno é que aparece, é o que destaca. Igual tem terno rosa, tenho azul, tem amarelo, tem todas as cores. (Roberto – Dançarino)

(122) É, eu acho que... que o pessoal, eu acho que tinha que **o pessoal tem hora que acha ruim o espaço**. Eles tão certo que tem espaço, não, não dá pra eles, pros dançarino, **eles gastam muito**, compram sapato novo, sapato caro, trezentos, quatrocentos reais um sapato. Então, dependendo do lugar eles acha ruim. Se for um lugar com piso liso tá bom. Tem lugar que não tem jeito de dançar, “Eu vou pôr meu sapato novo aqui? Eu vou na festa dançar lá e não estrago meu sapato porque lá é taqueado, taqueado e encerado, meu sapato custou quatrocentos contos”. Pior é que é, quatrocentos real um sapato, quatrocentos e cinquenta. **E tem gente que toda semana vai lá, mas não dança**. Por quê? Porque vai lá, quer dançar, mas, quer ir de sapato novo, aí não... o espaço é... o espaço eles não tem, gente. Aí que é que faz, nós leva um tapete, dois tapete e põe lá, uai. Aí a gente vê, quem quiser dançar de tapete dança, só que aquele tapete dá uma disputa danada. **O tapete** que nós tinha, nós... **vai acabando**, rasgando, tá velho, e nós não tem onde arrumar tapete, o que tem a gente leva. (Gustavo – Fundador QS)

O custo com sapatos e roupas também é individual, ficando a cargo dos próprios dançarinos a elaboração de seu vestuário. Por ser um evento que busca reviver um estilo visual dos anos 1970, a utilização de roupas características da época contribui para a autenticidade da proposta do evento. Por outro lado, por se tratar de um figurino que não é mais comercializado, os dançarinos precisam mandar confeccionar as próprias roupas. Mais uma vez a questão do espaço é levantada em questão, dessa vez para demonstrar que não existe uma estrutura adequada para os dançarinos, como um palanque com o piso adequado. Pelo fato de a rua ser asfaltada, os *blacks* colocam tapetes para improvisar um local para os dançarinos mas, com o tempo, os tapetes também vão se desgastando.

No texto (122), o enunciador afirma que essa situação limita os dançarinos, que chegam a não dançar no local para não estragarem os sapatos novos (seleções lexicais: *o pessoal tem hora que acha ruim o espaço; eles gastam muito; e tem gente que toda semana vai lá, mas não dança*). A Figura 26 ilustra os sapatos bicolores utilizados pelos *blacks* e o espaço onde dançam: o astalto.

Figura 26 – Sapatos bicolores e a dança no asfalto.



Fonte: dados da pesquisa, 2011. Fotografia da autora.

Apesar da necessidade de estrutura para a manutenção do Movimento, a organização do evento é uma responsabilidade dos organizadores, como confirma Walter, representante do setor da Prefeitura no texto (123). Enquanto a esfera pública encontra-se omissa no suporte à manutenção do evento, por outro lado, os *blacks* contam com a ajuda até mesmo de alguns comerciantes, como no caso de Jorge (texto 124).

(123) É, esse *brake* aí, essa cultura aí dessa dança aí de rua aí **precisa de ajuda**, né, ajuda com os político, pra ajudar o pessoal, é, **fazer o movimento mais legal** e tal porque o pessoal é sem, é sem estabelecimento, é sem, é sem poder de, pra carregar os instrumentos, pra, pra investir, pra investir, pra investir na, na dança aí, não tem poder executivo. É, são pessoas que gostam da dança e gosta a cultura, que é, a Prefeitura e o Governo do Estado, Federal, devia fazer e não faz. Então as pessoas une, une eu como comerciante, **ajudo no carroto**, ajudo em tudo, une pra ver a felicidade das pessoa, que sente felicidade. Não tem confusão, não tem nada, o que precisa é isso e eles não fazem. Ajudo, eu dou, assim, ajudinha pequena duns vinte reais pra ajudar a pagar o carroto, entendeu, porque eu gosto de ver a dança e desde quando eles veio pra cá eu já aderiu esse movimento, então eu continuo aderindo a mesma coisa. Não tenho nada contra eles, não prejudica ninguém, o pessoal tá aqui é pra divertir, **é o que a Prefeitura, o Governo Estadual, Federal, tem que fazer e não faz. Cultura** pra Minas Gerais. (Jorge – Comerciante)

(124) **A estrutura é tudo por conta deles**, né. Eles têm até uma **reivindicação** de que Prefeitura possa, é, **disponibilizar banheiros químicos**, mas hoje, é, **a Prefeitura, ela ainda não tem dado nenhuma estrutura**, apoio, mais... termos de

estrutura pra esses eventos. É uma reivindicação deles que nós vamos tá reencaminhando aí pra Secretária da Regional pra gente, né, mas hoje não tem não, a estrutura fica por conta deles. A limpeza acaba fazendo, a limpeza é feita pela, a limpeza pela SLU, né, e o policiamento, normalmente, **eles que teriam que acionar o policiamento**, eles tem que comunicar e pedir o apoio policial. (Walter – Prefeitura)

Enquanto no texto (123) o comerciante da Rua Santa Catarina manifesta apoio ao movimento (*ajudo no carro*), no texto (124), o representante da prefeitura reitera que a organização e estruturação do evento é de inteira reponsabilidade dos organizadores (seleções lexicais: *a estrutura é tudo por conta deles; a Prefeitura, ela não tem dado nenhuma estrutura; e eles que teriam que acionar o policiamento*). O comerciante afirma que deveria ser papel das instituições públicas o oferecimento de subsídio para a realização de movimentos culturais, já que, na sua percepção, este fato não está sendo realizado (seleções lexicais: *é o que a Prefeitura, o Governo Estadual, Federal, tem que fazer e não faz; e cultura*). Como implícito pressuposto, inferimos que eventos que são de grande porte ou que oferecem um retorno como produto cultural são mais passíveis de apoio estrutural e financeiro por parte de órgãos públicos e privados, e que o Quarteirão do *Soul*, por ser um Movimento bastante popular, não atrairia esses incentivos comparado a outros Movimentos culturais.

Esse argumento vai ao encontro da noção de cultura defendida por Canclini (1983), relacionada aos modos de organização da vida da população, onde há um processo de reinterpretação da cultura dominante pelo povo. Daí a necessidade de se discutirem políticas culturais voltadas para o popular. A forma cultural expressa no Quarteirão do *Soul* está mais relacionada à manifestação e afirmação da identidade dos sujeitos com o *soul*, onde os seus organizadores não estão interessados em vender o evento como um espetáculo. O fato de não possuírem um espaço institucional para reiterar os seus valores reforça o fato de que “[...] seus praticantes estão inseridos na condição de dominados da pratica mercantil de que a dominação cultural alardeia” (BOLOGNESI, 1996, p. 85).

b) Licenciamentos e fiscalizações

Como exposto no capítulo 5, o Quarteirão do *Soul* teve início como um encontro de amigos e foi se expandindo até ocorrer frequentemente, todos os sábados, à tarde, na Rua Goitacazes. Em função dessa espontaneidade inicial, o Movimento foi acontecendo sem a solicitação de autorização para funcionar, o que só foi necessário após três anos de existência.

(125) Aqui na Goitacazes, **no começo não teve não**, mas **nós procuramos**, aí eles vieram aqui pra poder falar sobre isso. Aí teve que ir lá, conversar com o chefe da, da fiscalização. (Gustavo – Fundador QS)

(126) Não, o alvará veio **depois de três anos** de Quarteirão do *Soul*, aí nós conseguimos o alvará aqui, pra tocar aqui. Antes eu tocava... nós começamos assim, sem alvará, **vamos fazer até ver no que dá**. (Germano – Fundador QS)

(127) É, é, na verdade, a questão do evento, ela é regulamentada em Belo Horizonte pelo Código de Posturas e pela uma legislação específica, é, né, que trata de eventos. Então, **qualquer** evento a ser realizado no logradouro público ele tem que ser **previamente licenciado** pelos promotores e para esse licenciamento ele tem que cumprir uma **série de exigências** que vão variar de acordo com o porte do evento, né. Pra você ter uma ideia, se você vai ter um evento igual alguns que acontece na Praça da Estação, onde tem montagem de palco, você tem previsão de grande presença de público, aí, você tem que aprovar projeto junto ao Corpo de Bombeiros e essa aprovação, por exemplo, junto ao Corpo de Bombeiros, é condição pra licenciar junto à Regional. Mas já esses eventos que a gente chama de pequeno porte, é **mais desburocratizado** o licenciamento. Agora, quando você fala da **política** da Prefeitura né, é, além né, da Regional, você tem a **Belotur**⁴³ também que é promotora de eventos, né, **Fundação Municipal de Cultura**, né. Na minha visão, você **não tem ainda uma política muito clara, muito definida de incentivo a esses eventos**, né. Aqui na Centro Sul⁴⁴ eu posso lhe falar que **nós apoiamos esses eventos, né, de soul**, desde, desde o início, desde que eles nos procuraram, né, pra licenciar esses eventos. Então, é, a gente tem, né, apoiado, dentro do possível, esses eventos, mas eu, **eu não consigo** assim, é, **perceber que há uma política de fomentos, né, desses eventos**. Na verdade, **a iniciativa**, na minha leitura, **partiu muito deles**, né, são eles que criaram né, esse espaço e tal, começaram com eventos bem, **bem pequenos, bem locais**, com grupo de pessoas e esses eventos foram **crescendo** tomando proporções que **chegou um momento em que a Prefeitura teve** que fazer uma **mediação** pra regularizá-los, pra, é, orientá-los quantos às normas né, de realização de eventos no, no logradouro público. (Walter – Prefeitura)

(128) Olha só, aqui na Centro Sul, a fiscalização ela trabalha de **domingo a domingo, manhã, tarde e noite**, então, assim, não tem, normalmente não tem uma fiscalização específica pro Quarteirão de *Soul*, né. A equipe da fiscalização ela tá rodando a cidade e tal, **às vezes ela vai lá pra dar uma conferida**, se tá, se o evento tá correndo de acordo, se não tem uma irregularidade, mas não tem uma ação específica pro Quarteirão de *Soul*, mesmo porque, é, nós temos outras prioridades. **E se o evento**, que eu lhe digo, né, que **não tem ocorrência policial, que não tem briga, não tem...** pra que que a gente, né, a gente nem, **nem é prioridade**, graças a Deus, né. Nem precisa de priorizar um tipo de, de evento desse com a fiscalização porque ele não é, **não é um problema**. (Walter – Prefeitura)

Nos textos (125), (126) e (127), os enunciadores afirmam que no início dos encontros não havia a liberação do alvará de funcionamento para o Quarteirão do *Soul* e que somente *depois de três anos* houve a *mediação* da Prefeitura na regularização do Movimento, em uma iniciativa dos próprios organizadores (*nós procuramos*). A espontaneidade do movimento é explicitada nos textos (126) e (127), por meio dos léxicos *vamos fazer até ver no que dá* e *a*

⁴³ Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

⁴⁴ Regional Centro Sul.

iniciativa partiu muito deles. Acerca dos procedimentos para a legalização de eventos no logradouro público, o representante da Prefeitura (texto 127) afirma que qualquer espécie de evento que ocorra nesse espaço deve ser *previamente licenciado*, respondendo a uma *série de exigências* para sua realização.

O enunciador diferencia os eventos em portes (grande e pequeno), enquadrando o Quarteirão do *Soul* como um evento de pequeno porte e, para o qual, os critérios para liberação de alvará de funcionamento têm uma rigidez menor que os eventos de grande porte, sendo, portanto, um procedimento *mais desburocratizado*. O implícito subentendido do discurso é que eventos *bem pequenos, bem locais* têm menor visibilidade perante os órgãos públicos de fomento, o que dificulta sua regularização e acompanhamento, e que, portanto, apenas o fato de o Quarteirão do *Soul* ter crescido e atraído uma quantidade considerável de público teria possibilitado a intervenção da Prefeitura. Dessa forma, no léxico *chegou um momento em que a Prefeitura teve* subentende-se que tal intervenção somente aconteceu em função do crescimento do Movimento, que passou a aglomerar muitas pessoas.

O interdiscurso do texto (127), acerca das políticas de incentivo a eventos que têm a rua como instrumento de manifestação, põe em contraposição órgãos municipais e estaduais. O representante da Regional *Centro Sul* explicita o apoio à realização de movimentos de rua – em específico os eventos de *soul* – mas aponta que outros órgãos que também atuam diretamente com essas questões, como a *Belotur* e a *Fundação Municipal de Cultura*, não incentivam/apoiam esses movimentos, principalmente por não existir uma regulamentação quanto às políticas de incentivo e fomento na realização de eventos culturais (seleções lexicais: *não tem uma política muito clara, muito definida de incentivo a esses eventos; e eu não consigo perceber que há uma política de fomentos, né, desses eventos*).

De modo semelhante, o acompanhamento a esses eventos ocorre de modo rasteiro, embora a fiscalização, de modo geral, tenha um funcionamento contínuo todas as semanas. No texto (128) o representante da Prefeitura afirma que, especificamente no caso do Quarteirão do *Soul*, a fiscalização é ocasional, limitada apenas à busca de irregularidades (*às vezes ela vai lá pra dar uma conferida*). O enunciador justifica essa fiscalização ao Movimento em função de ser um evento tranquilo e que, portanto, não demanda uma atenção frequente (que não tem ocorrência policial, *que não tem briga, não tem...; nem é prioridade; e não é um problema*).

No entanto, esse tipo de medida se restringe apenas a aspectos técnicos e não identifica a real situação da convivência dos diversos atores sociais que dividem o espaço da Rua Santa Catarina, como evidenciado nos discursos na subseção 6.1.2 – *A convivência dos territórios e a divisão dos espaços*. Em outros termos, o monitoramento realizado pela Prefeitura é superficial, deixando de lado as questões estruturais necessárias para a realização do evento, além de deixar em segundo plano a opinião dos comerciantes do local e os conflitos inerentes a essa coexistência.

A questão do licenciamento e fiscalização também é um assunto pertinente aos vendedores informais que atuam no Quarteirão do *Soul*. Da mesma forma que os membros organizadores do Movimento, os vendedores informais também foram em busca de um registro legal para a atividade, embora ele não tenha sido alcançado.

(129) Porque tem uma pessoa que eu não sei se ele faz parte do movimento em si, se ele é uma pessoa da organização do movimento, mas ele **todo sábado** ele vem, com uma Kombi ou com uma motoca com uma geladeira gigante de isopor, né, que também não é permitido andar com aquilo dentro duma motoca, em cima, e tal, vem e **vende a cerveja**. Será que ele tem **licença** pra vender a cerveja? O alvará para o movimento *soul* tem, agora pra vender alguma coisa tem? A gente não sabe, também não vou questioná-lo, né. **Eu não sou da Prefeitura**. [risos]. (Benedito – Comerciante)

(130) **A gente já foi atrás** sim, mas eles falaram que **esse tipo de venda** nosso **não é permitido**. Então eles **aceitam mais ou menos** assim porque a gente **ajuda**, igual tô te falando, **no carroto**, pra levar e buscar o som. (Lúcia – Vendedora QS)

(131) Então o que a Fiscalização falou com a gente: “Ó, é só vocês dois, é só você não deixar pessoas, um tanto de gente, aglomerar aqui, que **se aglomerar a gente vem e tira todo mundo**”. Então **eles facilitam**. Tem hora que chega uma pessoa lá eu converso numa boa, né. “Ó, não sou dono da rua... não posso, a gente ajuda no som. Se aglomerar de muita gente a Fiscalização vem aqui e tira todo mundo e tal”, aí a pessoa vai e sai. (Miguel – Vendedor QS)

(132) **Já tentaram** [acabar com a atividade de venda informal no Quarteirão do *Soul*], várias vezes, mas deixaram pra lá. Eles falaram “Ó, então tudo bem, enquanto for só você e o Miguel, vocês vão ficar”. Dessa forma. (Lúcia – Vendedora QS)

(133) Eles, eu acho que **eles têm o direito de vender** também porque todo mundo tem direito de sobreviver e de aproveitar e de curtir aqueles momentos de **cultura**, de dança que **precisa ser feito**, os políticos ajudar os pobres, pensar mais em Deus e ajudar as pessoas que precisa também, **não é só arrecadar e nem multar** microempresário, igual eu **fui multado** em dois mil e oitocentos reais uma cadeira porque o contador mandou o alvará errado. A obrigação da fiscal é chegar e falar “ó, eu vou te dar você uma **advertência** pra você mandar o contador resolver o problema”, me multou e a conta gerou seis mil e oitocentos reais porque eu não paguei, recorri, e tô pagando até hoje. Isso é uma diferença, descapitalizando uma empresa pequena com esse dinheiro, que é um dinheiro que eu podia fazer mais um

investimento dentro da minha empresa e eu não posso fazer o investimento por causa do quê? Por causa da Prefeitura e por causa dos fiscais. (Jorge – Comerciante)

(134) Aí é um trabalho de Fiscalização também, né, que aí a cidade inteira ela tá regulada pela mesma legislação. A forma como isso acontece aí é um controle de Fiscalização das Regionais, né. A Fiscalização, ela tem passado por **um processo de melhoria**, né. Principalmente com o objetivo de **educação**. **Porque não é** [pra ser] **uma fiscalização punitiva, é uma fiscalização de orientação**. Esse é o foco hoje, da fiscalização, é esse. Agora, é claro que a cidade, o território da cidade é enorme e a fiscalização tem suas **falhas**, e ela trabalha muito mais por **denúncia**, hoje do que, realmente, por... como é que chama, vistorias em todo o território, né. Mas é um problema que a gente tá também tá tentando solucionar, a gente trabalha pra solucionar, pra que seja, **toda a cidade esteja adequada à legislação**, né. (Letícia – Prefeitura)

O comerciante Benedito (texto 129) afirma ter conhecimento da existência da comercialização de bebidas alcoólicas no Quarteirão do *Soul*. Ao indagar sobre a *licença* dos vendedores para realizar a atividade de modo legal, o comerciante infere que é dever da Prefeitura tomar conhecimento dessas questões, sugerindo que deveria haver um controle mais intenso (seleções lexicais: *todo sábado; vende a cerveja; licença; eu não sou da Prefeitura*). Os vendedores do Quarteirão do *Soul* afirmam que buscaram a Prefeitura para legalizar a venda aos sábados (*a gente foi atrás*), o que resultou na tentativa de extinção da atividade (*já tentaram*), sob o argumento de que *esse tipo de venda não é permitido*. Dessa forma, a licença foi negada e a venda foi liberada apenas de modo tácito, sob a condição de que apenas os vendedores já existentes poderiam atuar no local.

Para o comerciante Jorge (texto 133), os vendedores também *têm o direito de vender* no local. Ele sugere que a Prefeitura deveria atuar mais no incentivo a eventos culturais do que no exercício de atividades técnicas e formais (seleções lexicais: *cultura; precisa ser feito; e não é só arrecadar e nem multar*). Jorge ainda explicita a experiência com a Fiscalização da Prefeitura em seu estabelecimento, onde, segundo sua visão, foi multado de maneira arbitrária. Em sua opinião, a aplicação de uma multa para o problema que se apresentava foi uma medida abusiva, já que uma advertência seria o esperado para a ocasião (seleções lexicais: *fui multado; advertência*).

No texto (134), a representante da Prefeitura comenta sobre essa questão, reconhecendo as *falhas* da política de fiscalização na cidade de Belo Horizonte, mas aponta que ela se encontra em uma fase de mudança (*um processo de melhoria*). Atualmente, as fiscalizações ocorrem em um caráter punitivo, deixando em segundo plano métodos educativos de orientação, além

de operarem baseadas mais em denúncias que em rotas habituais de visitação (seleções lexicais: *educação; porque não é uma fiscalização punitiva, é uma fiscalização de orientação; e denúncia*).

Apesar do planejamento quanto à mudança de métodos em relação à abordagem dos fiscais, a aplicação das conformidades legais deve seguir como base das fiscalizações, no intuito de que *toda a cidade esteja adequada à legislação*. Segundo o vendedor Miguel (texto 131), a Prefeitura foi enfática ao afirmar que a entrada de novos vendedores informais na Rua Santa Catarina resultaria na extinção da atividade (seleções lexicais: *aceitam mais ou menos; ajuda no carro; eles facilitam; e se aglomerar a gente vem e tira todo mundo*), a qual os vendedores argumentam:

(135) **A gente não deixa.** (Miguel – Vendedor QS)

(136) Aí já **não pode** porque a Prefeitura já falou com a gente: “Nós não liberamos **nem pra vocês** venderem, **mas** já que vocês estão aí desde quando começou, então a gente **alivia** isso aí. Agora se surgir outras pessoas e insistir com a venda, aí tem que acabar tanto vocês como eles”. **A gente não deixa entrar.** (Lúcia – Vendedora QS)

O temor em perder o “direito” de venderem na Rua Santa Catarina durante a realização do Quarteirão do *Soul* faz com que os vendedores informais limitem os usos do espaço para a venda, impedindo que outros vendedores atuem no local aos sábados à tarde (seleções lexicais: *a gente não deixa; e a gente não deixa entrar*). Assim, o argumento dos vendedores mostra que eles estão à mercê das negociações impostas pela Prefeitura, já que a atividade não é legalizada formalmente. Da mesma forma, como implícito pressuposto no discurso, a Prefeitura ofereceu uma permuta aos vendedores como uma forma de amenizar a situação geral do Quarteirão do *Soul*, em vez de oferecer a estrutura que o Movimento demanda (seleções lexicais: *nem pra vocês; e mas*). O exercício de atividades informais em Belo Horizonte é atualmente regularizado pelo Código de Posturas, que restringe bastante a atuação desse grupo organizacional na cidade.

(137) Ó, o problema é o seguinte: eu, o que é que eu penso, né, por que que eu nunca fui? O lance é o seguinte... a Prefeitura aqui de BH passou por um processo que eles tiraram todos os ambulante da rua e fizeram aqueles *shoppings* populares. **Então eles não vão dar licença pra nós vender aquilo ali.** Que tinha que passar uma série de coisas de vigilância sanitária... nós não mexemos com comida, só bebida, né. Creio eu que a Prefeitura não vai dar licença pra nós não, mas eles deixam a gente trabalhar ali, **sem pagar nada. Também se fosse regularizar também eles iam querer alguma coisa, né?** A gente vai levando. Vamos ver até onde que vai. Lá tem oito anos, né. (Miguel – Vendedor QS)

(138) Camelô, hoje, é qualquer um que tiver vendendo no logradouro público **sem licença**. Quem tem licença pra usar o logradouro público? Pipoqueiro tem licença, engraxate tem licença, banca de jornal e revista têm licença, é, só isso, é, o, o deficiente é permitido vender no logradouro público, só. O resto, qualquer comércio, no logradouro público, é **proibido** e é **passível de apreensão** e **multa**. (Walter – Prefeitura)

(139) Camelô a gente tem há mais tempo a mudança, né, não foi tão recente igual a questão de publicidade. O camelô, na verdade, foi um processo de, também, de trazer essas pessoas que estavam na informalidade, trazer elas, dar **oportunidade** delas **se formalizarem**, né. E aí você tem, **não é só** um processo político da prefeitura de Belo Horizonte, mas que a gente percebe isso **até** no Governo Federal. Que a gente, foi criado há três anos atrás, mais ou menos, dois, três anos atrás o Microempreendedor Individual. Então possibilita a formalização desse empreendedor, **que na verdade o camelô é um empreendedor**, né. É um trabalhador que tá ali querendo exercer sua profissão, seu, sua empresa, digamos assim, né. Mesmo que através do, é uma barraquinha, mas **é uma barraquinha-empresa dele**. Então a gente trabalha pra criar essa formalização e aí, a partir da formalização você... você **gera mais oportunidade** pra pessoa, né. **Ele não tá mais à margem da sociedade**, mas ele está inserido nessa sociedade. Então são vários programas que a gente vem trazendo pra realmente agregar valor a esse trabalho, né. (Letícia – Prefeitura)

(140) Eles já eram licenciados, né. Pipoqueiro, engraxate, eles já são licenciados, eles sempre foram. O Código de Posturas ele apenas trata assim de **onde vai estar essa ocupação**, né. Não é assim, não é nem restringir, né, tirar o trabalho da pessoa, né, o pipoqueiro ele existe, vai continuar existindo... mas é, na verdade, aonde ele vai está localizado, né pra, por exemplo, **não obstruir um passeio**, que o passeio é muito estreito, porque aí tem que pensar que é tudo uma análise sistêmica da cidade. Você tem pensar que tem transeuntes ali passando, eles precisam do espaço do passeio pra passar. Então se o passeio é muito estreito, o pipoqueiro precisa ser realocado pra **um local mais adequado**. Mais adequado **pro trabalho dele, mas adequado também pro funcionamento da cidade**, né. Isso que é importante, também. Na verdade, o poder público, ele tem que pensar na cidade inteira no, no, pra todo mundo. **A cidade é de todos**, não é só do pipoqueiro, não é só do engraxate. Então assim, não é atrapalhar o serviço do pipoqueiro, mas é dá o, mas é também permitir que ele trabalhe e permitir que as pessoas usem a área pública da forma que precisa, né. (Letícia – Prefeitura)

O próprio vendedor do Quarteirão do *Soul* (texto 137) reconhece a existência de uma política urbana voltada para a organização espacial e a limitação da atividade informal na cidade, citando a retirada dos camelôs do centro da cidade e sua realocação para espaços específicos, conhecidos como *shoppings* populares. Fazendo uma associação aos camelôs, por realizar o mesmo tipo de atividade, o enunciador constata sobre a não liberação do alvará de funcionamento para a comercialização dos vendedores informais na Rua Santa Catarina (*então eles não vão dar licença pra nós vender aquilo ali*) e acrescenta que, caso houvesse a legalização da atividade, esta estaria sujeita ao pagamento de taxas de permanência (seleções lexicais: *sem pagar nada; também se fosse regularizar também eles iam querer alguma coisa, né*).

Apesar da grande repercussão da questão dos camelôs na cidade de Belo Horizonte, o que percebemos é que dentro da própria Prefeitura, ao abordar seus microambientes isolados, há incompatibilidades sobre a concepção e aplicação da atividade informal na cidade. Segundo o representante da Prefeitura enunciador do fragmento (138), a atividade do camelô é definida como a atividade que faz uso do espaço público urbano para comercializar produtos e/ou serviços *sem licença*, atividade esta que se encontra proibida na cidade de Belo Horizonte e que, se constatada, está sujeita a *apreensão* e cobrança de *multa*. No texto (139), entretanto, a definição do camelô não está atrelada à questão da realização de atividades sem legalização, mas, ao contrário, é uma *oportunidade* para os vendedores *se formalizarem*. Estendendo a política de regularização da atividade informal ao nível nacional, a enunciadora justifica a ação como uma medida benéfica para a sociedade brasileira, de modo geral (seleções lexicais: *não é só; até*).

Como estratégia discursiva de persuasão ideológica, no texto (139), a representante da Prefeitura compara o camelô a um empreendedor e a barraca onde estabelece seu comércio a uma espécie de empresa (seleções lexicais: *que na verdade o camelô é um empreendedor; e é uma barraquinha-empresa dele*). Dessa forma, iguala os trabalhadores informais aos trabalhadores formais, pois, ao ser formalizado, o vendedor ambulante *não tá mais à margem da sociedade*. No entanto, o licenciamento da atividade informal na cidade de Belo Horizonte se trata de um cadastramento e uma autorização para atuação em determinada área da cidade (*onde vai estar essa ocupação*).

Longe de possuírem os mesmo direitos legais que os trabalhadores formais, os camelôs continuam à margem da sociedade na medida em que não usufruem dos mesmos benefícios de que um trabalhador formal usufrui, como, por exemplo, o direito a férias e licenças. A questão da organização estético-espacial proposta pelo Código de Posturas fica explícita nos léxicos *não obstruir um passeio, um local mais adequado e pro trabalho dele, mas adequado também pro funcionamento da cidade* (texto 140), deixando claro que há uma predeterminação dos locais “corretos” para o funcionamento de cada célula organizacional na cidade. Apesar de afirmar que *a cidade é de todos*, o discurso da enunciadora distorce a realidade, já que os usos nessa cidade não são iguais para todos.

A omissão dos órgãos de gestão pública não acontece apenas no âmbito do suporte estrutural. Embora haja um discurso de valorização de movimentos culturais por parte desses órgãos,

este reconhecimento acontece de modo mais legítimo em relação a determinados tipos culturais, a exemplo das culturas comercializadas e midiáticas, como a música e o teatro. No caso de eventos de cunho popular, no sentido de que surge de modo espontâneo e sem nenhuma pretensão ao comércio cultural (BOLOGNESI, 1996; CHARTIER, 1995; CUCHE, 1999), o apoio institucional ainda é falho, quando não, omissivo. Dessa forma, a divulgação do Quarteirão do *Soul* em um *website* institucional da Prefeitura de Belo Horizonte aponta uma realidade que não condiz com o cotidiano do Movimento.

7.2.2 A ordem simbólica

a) Movimentos de rua e o debate sobre a cultura

Na cidade de Belo Horizonte, a ocorrência de manifestações culturais como os movimentos de rua é um fenômeno que foge à catalogação, principalmente em função da efemeridade e do anonimato de alguns deles, pois, nas palavras de Lemos (1994, p. 42), “[...] Belo Horizonte hoje são muitas e em seus diversos espaços estão circunscritas a expressão de sua dinâmica cultural e sua memória”. Nesse sentido, o aprofundamento sobre a existência de manifestações é realizado a partir da memória dos sujeitos, como no caso de Gustavo, membro fundador do Quarteirão do *Soul*. Comum em sua época de juventude, o fundador fala sobre os clubes de gafieira como uma opção de lazer à época, destacando a ausência desses espaços privados nos dias atuais como um dos motivos para a apropriação do espaço público urbano como espaço de lazer e diversão.

(141) Ah, Belo Horizonte é a cidade grande, que, **não existe clube mais**. Os clubes que **a gente ía** hoje tudo, **tá tudo fechado**. Hoje em dia virou loja, virou escritório. É um lugar que não tem jeito... até antigamente tinha os **bailes de gafieira, não tem mais** porque não tem clube. Então o negócio é na rua. Pra você ir no baile aqui, se você catar um baile aí de, de clube, você tem que ir **longe**, lá no Venda Nova, e é longe. **Então por isso que hoje em dia tá fazendo na rua**. Quadra hoje em dia é difícil. Pra você encontrar quadra pra fazer um baile, você tem que ir lá no, no Nova Cintra, que é um lugar longe pra danar. Então não tem clube, então o pessoal não pode ficar parado mais. Eles **acostumaram** dançar na rua, acostumou a dançar, então agora tem que ter frequência. (Gustavo – Fundador QS)

No fragmento (141), Gustavo relata a escassez atual de festas em relação às de que costumava participar em Belo Horizonte na década de 1970, como os bailes *soul* e os *bailes de gafieira*, apontando que os poucos clubes que organizam os bailes estão localizados em bairros periféricos, demandando um deslocamento maior da população. A escassez dos clubes e a

dificuldade de acesso tornou a rua uma opção de lazer mais viável para o público, que acabou se acostumando com a nova rotina.

Acerca da efervescência de movimentos de rua na cidade de Belo Horizonte, o comerciante João (texto 142) comenta que, em tempos passados, havia uma tendência maior no uso do espaço urbano para manifestações culturais e de lazer, lamentando a escassez desses eventos nos dias atuais, bem como a falta de espaços voltados para a cultura.

(142) Eu, eu **vejo com bons olhos** [movimentos de rua] e **até sinto muita saudades**, muita saudades, porque eu fui gerente de um hotel. Durante onze anos e convivi com a Praça Sete, é, na **década de setenta**, setenta e sete, **até noventa**, né, mais ou menos. É, e a **Praça Sete**, tinha alguns **movimentos interessantes** e uma coisa que me marcava muito é que tinha um poeta chamado Maranhão e ele fazia **poesias na praça**, é, era como se fosse um **Sarau, que não tem em Belo Horizonte**, né, a gente **procura** aqui, a gente vai, eu já frequentei algumas lá em Macacos, né, Sebastião do Paraíso, Sarau Cultural, com poesias, com músicas, isso é uma coisa que não tem em Belo Horizonte. Eu até brincava com os amigos, quando vinha de fora pra, porque São Paulo, culturalmente, tem essa essência, né, apesar de que, Belo Horizonte, **exporta** pra lá, cultura, inclusive, com muitos talentos, muitos poetas, enfim. Belo Horizonte ou Minas Gerais é um produtor natural, né, quer dizer, pra o mundo, né só pra, pra cá. Só que nós **não conseguimos enxergar entre nós mesmos, a gente nem sabe onde tá acontecendo as coisas**. Então, por exemplo, sarau cultural, eu, eu imaginava, quando inaugurou esse Sesc Paladium, **eu imaginava** assim, que tivesse uma coisa como a Galeria Alasca no Rio, um *shopping* cultural onde você tivesse quase vinte e quatro horas de eventos, pra **atender a todos os gostos**, então, sei lá, lançamento de livros, como cinemas, teatros durante o dia todo, com a noite, enfim, todos acontecimentos, como se fosse um *shopping*, cheio de lojas, equipamentos, sei lá, tudo que é cultura em uma coisa só. Só que **é muito difícil você ter lucro com a cultura**, né, e ter um empresário que queira investir na cultura, né, que construa um *shopping* cultural e faça uma coisa como o que existe em outros países, né, exclusivamente cultural. Aí vêm os **apoios**, as leis, *Rouanet*, mais outras coisas. Então, a, a, a Praça Sete, ela tinha essa, essa **característica**, nesses anos que eu tô mencionando pra você. Alguns **poetas**, alguns **escritores se reuniam**, não era só **protestos**, eram muito poucos os protestos. Tiveram, tinham protestos, muitos, inclusive. Mas a parte cultural da Praça Sete que eu tenho saudade era de várias formas, além dessas manifestações de poetas, enfim, tinha, também, após os clássicos do, do **futebol**, tinha a manchete, um Jornal fresquinho, hoje tem internet, não existe mais, chamava “O Debate”, até de um amigo já falecido, Osvaldo Nobre, e, e esse Debate saía logo após o jogo, ele conseguia editar. Então a gente reunia na Praça Sete pra ver as coisas que saía no jornal, no jogo, e tal. Então essa coisa de **saudosismo** ainda carrego muito. Isso a cultura nos, nos traz, né. Eu acho muito interessante essas **coisas de rua**, desde que sejam organizadas e que **convivam urbanamente com a população**, ou seja, aqueles que não gostam, ou por razões, “n” razões, que é muito difícil você encontrar uma pessoa, é, que não gosta de cultura, né, de qualquer, de **qualquer grau de instrução**, dentro da sua, de **seu mundo**, todos gostam, né. Então esses saraus culturais, essas coisas, no Santa Teresa tem alguma coisa com seresta, enfim, essas coisas temáticas, sabe, é, naquela Praça JK⁴⁵, é, no próprio Palácio das Artes... No Parque Municipal, que teve a Noite Branca, é, que foi mal planejado, enfim, eles não esperavam essa, né, o tanto de pessoas, mas foi uma iniciativa, com certeza né, você vê, o **Festival Internacional do Teatro**, né, que, que teve, o **Festival de**

⁴⁵ Praça Juscelino Kubitschek, localizada no bairro Mangabeiras, região centro-sul de Belo Horizonte.

Dança, enfim, são várias **manifestações culturais**. Porque **o povo não vive só de pão**, né, não, não vive só de pão, como diziam os antigos. (João – Comerciante)

O comerciante rememora com saudosismo o cenário da Praça Sete de Setembro, no centro de Belo Horizonte, no período entre as décadas de 1970 e 1990, um cenário de encontro para usos dos mais diversos. A realização de saraus de poesia, prática comum àquela época, atualmente se vê esquecida pelos habitantes da cidade que ainda buscam essa manifestação cultural como opção de lazer (seleções lexicais: *poetas, escritores se reuniam; poesias na praça; procura; e sarau, que não tem em Belo Horizonte*). A existência de outras manifestações, como protestos, encontros para a discussão de jogos de futebol também faziam parte da carta de eventos que tomavam os espaços públicos como *locus* para manifestações. Nos dias atuais, o lazer em espaços públicos de Belo Horizonte acontece em espaços como a Praça Juscelino Kubitschek, o Palácio das Artes, o Parque Municipal, o Sesc Paladium e a própria Praça Sete. Como eventos com um calendário fixo na cidade, O Festival Internacional de Teatro (FIT) e O Festival de Dança são citados pelo enunciador.

Em uma clara comparação do cenário cultural de Belo Horizonte ao de São Paulo, o enunciador ressalta que a cultura ainda é um elemento subaproveitado em Belo Horizonte, apesar de inferir que existe a exportação de produtos culturais desta cidade para outras, o que reforça o caráter da cultura como um produto de consumo (CANCLINI, 1995; BOLOGNESI, 1996; SARAIVA, 2009). Isto ocorre, tanto em relação ao incentivo à criação de produtos culturais que *possam atender a todos os gostos*, quanto à má divulgação de eventos (*não conseguimos enxergar entre nós mesmos, a gente nem sabe onde tá acontecendo as coisas*).

Ao explicitar que *é muito difícil você ter lucro com a cultura*, o implícito subentendido do discurso é que a escassez de eventos culturais se dá em função de não haver esse retorno, ou ainda, quando existem, de estarem direcionados à parcela da população que tem recursos financeiros para usufruir desses produtos culturais. O subentendido é reforçado com o uso dos léxicos *qualquer grau de instrução e seu mundo*, onde o enunciador sugere a existência de uma hierarquização da cultura em vez de uma cultura homogênea; isto significa que a própria definição e o usufruto de cultura sejam encarados de modo distinto, dependendo do contexto socioeconômico de cada tipo de público.

Visto com *bons olhos* por João, as *coisas de rua* e outros eventos em espaços destinados à valorização cultural são considerados como *manifestações culturais, movimentos interessantes*, o que sugere que manifestações autônomas e fora do universo do consumo possam ser consideradas cultura. Ao mesmo tempo, ressalta a importância de um suporte estrutural para que aconteçam de modo organizado e que não ponham em choque os interesses dos diversos atores sociais envolvidos na divisão do espaço público (*convivam urbanamente com a população*). A importância desses eventos fica explícita na alusão à política romana de Pão e Circo (*o povo não vive só de pão*), a qual oferecia comida e lazer ao povo no propósito de distorcer a realidade de insatisfação popular da sociedade romana antiga, por volta do ano 100 d.C.

Ao mesmo tempo, ao utilizar a palavra *povo*, o implícito subentendido do discurso de João é que a cultura que utiliza a rua como instrumento de expressão é uma cultura popular, que surge de grupos sociais de classes mais baixas. O implícito pressuposto dessa afirmação sugere que o desenvolvimento de uma sociedade não se dá apenas em função da estruturação de políticas de habitação e assistencialismo, mas que o oferecimento de opções de lazer para os cidadãos também é fundamental. Ainda no fragmento (142) o comerciante cita a Lei Rouanet, a Lei Federal de Incentivo à Cultura, um instrumento de apoio a eventos de natureza cultural, colocando a esfera pública em uma posição importante para o fomento desses eventos.

A existência do Quarteirão do *Soul* enquanto manifestação cultural levanta uma série de opiniões acerca dos benefícios desse tipo de manifestação, ainda mais por sua realização ocorrer em um espaço habitado por outros grupos sociais. Entre os debates estabelecidos em torno do evento, um que se destacou durante as entrevistas foi o reconhecimento do Movimento como um evento cultural.

(143) Esse aí do *soul* também é uma questão de cultura mesmo, **história**, né, **resgate** de uma **cultura**, de uma **história**, resgate de pessoas, de **amizade**, né, que se deram lá nos anos setenta, né, que vai, vai ver, um pouco do *soul* é um pessoal é, de uma idade mais assim, média, né, que é um pessoal de quarenta pra cima, né, de cinquenta, né, cinquenta anos, o pessoal que frequenta. É lógico que tem pessoas, pessoas jovens, né, mas o núcleo mesmo, principal, são **pessoas de média idade**, né. (João - Comerciante)

(144) (...) O pessoal vem **divertir** e **resgatar a cultura**, que precisa de ser resgatada, entendeu, resgatar a cultura, que **eles** [a Prefeitura] **deviam fazer e não fazem**, entendeu. (Jorge – Comerciante)

(145) Eu acho bom porque **isso é cultura**, isso é cultura. **Precisava ter mais movimentos** dentro de Belo Horizonte pras pessoas distrair, dançar, entendeu, isso sem ter confusão igual não tem confusão nesse *soul*, entendeu. Não tem confusão, não tem nada. Pras pessoas distrair, evitar problema e tudo. O que não tem dentro de Minas Gerais nós precisamos ter. **Cultura, que não tem**. Isso, isso, esse *soul* é uma cultura. (Jorge – Comerciante)

(146) Então teve o FAN⁴⁶, nós participamos do FAN, fomos bem no FAN, perto do Mercado Central... Mercado Central é uma potência em Minas Gerais. Participamos da festa o ano passado, sete de setembro, que é o **aniversário do Mercado Central**, vai ter aniversário esse ano de novo, ligaram pra gente de novo, ainda vai ligar pra convidar a gente pra participar de novo, tenho certeza, mas **tudo é zero oitocentos**. E aquelas **bandas** que o Mercado Central, às vezes, leva, será que eles **recebem?** **Lógico**. Então **a gente não é considerado uma arte pra eles, só um ponto de apoio, só pra poder segurar a onda do pessoal**. As vezes a banda, tem o intervalo, então o que que eles vão botar no **intervalo**? Nada. Então é onde que entra a gente pra poder fazer a alegria da pessoa. Então a música, o pessoal começa a dançar, aí onde a gente entra, mas, ao contrário, se não fosse por isso, a gente não seria convidado nunca. (Germano – Fundador QS)

Nos fragmentos (143), (144), (145) e (146), os enunciadores caracterizam o Quarteirão do *Soul* como um movimento cultural, voltado para o lazer e a diversão, onde os participantes recordam a época de sua juventude nos bailes de *soul music* na cidade de Belo Horizonte (seleções lexicais: *cultura; história; resgate; amizade; divertir; isso é cultura; resgatar a cultura; pessoas de média idade*). Nos textos (144) e (145), o comerciante aponta a escassez de eventos culturais com essas características, sugerindo que a esfera pública deveria incentivar a criação de outros movimentos (seleções lexicais: *deviam fazer e não fazem; e precisava ter mais movimentos*).

Ao citar o léxico *cultura, que não tem*, o implícito pressuposto é que a realização de eventos culturais de cunho popular ainda é ignorada na cidade. No texto (146), o fundador do Quarteirão do *Soul* comenta que o Movimento chegou a se apresentar no Festival de Arte Negra de Belo Horizonte e no Mercado Central, durante a comemoração de seu aniversário. Entretanto, apesar dos convites externos, Germano sugere que o Quarteirão do *Soul* participa nesses eventos como atração secundária, no *intervalo*, enquanto as atrações principais não se apresentam e, junto a isso, lamenta que essas apresentações não sejam remuneradas (seleções lexicais: *bandas; recebem; lógico; a gente não é considerado uma arte pra eles, só um ponto de apoio, só pra poder segurar a onda do pessoal; e tudo é zero oitocentos*).

⁴⁶ Festival de Arte Negra de Belo Horizonte.

Embora o Quarteirão do *Soul* seja considerado uma manifestação cultural para alguns, para o comerciante do texto (147), no entanto, a questão cultural é tratada de uma maneira distinta.

(147) Igual eu te falei no início, **não é uma coisa da nossa cultura, né, da minha cultura**, não é um movimento assim que cresce exatamente em nada pra mim, nem cultural.. “ah, mas”, alguma pessoa pega e fala assim “ah você é muito radical, você tá fechando a porta”. Eu falo não, é um movimento afro, entende? **É um movimento afro**. Eu não tive influências afro na minha infância, na minha mocidade e tal, tudo mais, tal coisa. Os ritmos são interessantes, mas de se ouvir e tal, agora participar é diferente. **As pessoas que participam, elas têm um outro nível cultural**, não relacionado “ah você é preconceituoso contra o *soul* ou contra o negro?”. De forma alguma, nada a ver com isso. Mas **eles se depõem por si próprios**, pelas suas atitudes. Se depõem pelo que fazem ou pelo que deixam de fazer. Eu não acho que é uma questão que pode ser abordada assim dessa forma. (Benedito – Comerciante)

No fragmento, o comerciante explicita que o Quarteirão do *Soul* é um movimento relacionado às características da cultura africana e que, por não ter tido contato com os princípios dessa cultura em sua juventude, ele não se identifica com o Movimento. O fragmento *é um movimento afro*, entretanto deixa como implícito subentendido o discurso do racismo, onde a justificativa de tal discurso se reflete na classificação de níveis culturais.

Ao explicitar léxicos como *nossa cultura*, *minha cultura* e *as pessoas que participam, elas têm um outro nível cultural*, o enunciador classifica tipos de cultura, afirmando não se enquadrar no universo cultural do qual o Quarteirão do *Soul* faz parte. Há, portanto, um interdiscurso entre níveis culturais: cultura de elite e cultura popular (MACDONALD, 1964; MORIN, 1980; CANCLINI, 1983; BAKHTIN, 1987; CHARTIER, 1995; BOLOGNESI, 1996; CUCHE, 1999), em que o enunciador caracteriza a cultura afro como uma subcultura ou uma cultura inferior e a cultura dominante como uma cultura superior, da qual o enunciador faz parte. O implícito subentendido do discurso de Benedito é que a cultura popular não tem a mesma valorização que a cultura de elite (*eles se depõem por si próprios*).

No fragmento (148) o representante da Prefeitura revela sua opinião acerca dos movimentos de rua e também tece comentários acerca da classificação da cultura em relação ao seu público, como exposto no discurso de Benedito (fragmento 147). O discurso da cultura popular e da cultura de elite também fica claro nos depoimentos de membros do Quarteirão do *Soul* (textos 149 e 150).

(148) Olha, eu vejo com muito interesse, é, porque eu penso que a, **a cultura, ela não pode ser uma cultura só de elite, né, só para a elite**. E a gente vai ver, né, a questão da **cultura oficial** aí, dos **espaços oficiais**, eles acabam sendo **excludentes**,

na minha avaliação, por causa de **preços**, né, de, de ingressos, e acho que esses **movimentos de rua** eles têm um papel fundamental que é **democratizar** a questão da cultura porque **a rua é de todos**, é **espaço de todos**, né. Então eu acho que você organiza movimentos como esse do *soul*, o Duelo⁴⁷, você tá **possibilitando acesso a cultura** a muitas pessoas que, de repente, não tem **condição de ter acesso aos espaços privados**, né, até pela questão de custos de ingressos, né. Então eu acho que **tem que ser incentivado**, essas iniciativas e uma coisa que, que eu acho que Belo Horizonte tem um programa serio, [é] que **nós não temos espaços pra essas manifestações**, né. Na medida em que, que esses movimentos, eles vão crescendo, o próprio, o próprio *soul*, né, se ele for crescendo muito onde que vai, que a gente vai, onde que vai acontecer esses eventos? Que tem crescido, né, então, eu acho que são fundamentais, são **movimentos inclusivos**, democráticos e que possibilitam uma distração de **vários setores da sociedade**, que, no meu entendimento, estavam excluídos desse, desse espaço da cultura, né. Então eu acho que a Prefeitura tem que ter uma política de cada vez mais incentivar esses movimentos, mas esses sentimentos tem que ser concretos, têm que ser com **medidas concretas**, no meu entendimento. É, é **criando espaços**, é, é **dando a estrutura necessária pra eles**, pra eles, pra que eles se realizem, incentivando a criação de novos movimentos, mas, quando eu digo incentivando, não é, não, é, não é pelo controle, mas é, é mostrar pra quem quer fazer esse tipo de evento que tem um canal aberto, tem um espaço aberto, que a Prefeitura apoia esse tipo de evento. (Walter – Prefeitura)

(149) Eu acho que em vários lugares que seria bom. **Mangabeiras, Parque Municipal, Pampulha...** tem muito espaço, tem muito lugar bom, lugar pra dançar. (Roberto – Dançarino)

(150) É uma boa. Com certeza é uma boa. É cultura, né. Eu acho que é a cultura, né, utilizar o espaço pra reunir. **Como ali é um lugar pobre, é ótimo, porque se fosse não lugar mais rico as pessoas não aceitava aquilo lá não. Na Pampulha, no Mangabeiras, não aceitava** isso lá não. Você entende isso que eu tô falando? Um lugar mais sofisticado, uma residência... tsc tsc⁴⁸. Eles não queriam aquilo ali não, eles ia até no Ministério Público. (Miguel – Vendedor QS)

Em uma estratégia interdiscursiva a partir do léxico *a cultura, ela não pode ser uma cultura só para a elite*, o representante da Prefeitura (texto 148) classifica a cultura em campos dicotômicos – a cultura elitista e a cultura não elitista – ao mesmo tempo em que afirma que há uma predominância da cultura de/para a elite sobre a cultura não elitista. Essa cultura de elite, por ser a *cultura oficial*, impõe uma lógica de funcionamento na qual os grupos sociais que não fazem parte dela acabam tendo que se adaptar ou buscar formas alternativas de manifestar. O caráter de exclusão da cultura oficial segue, portanto, o caráter de exclusão vigente na própria sociedade – uma sociedade de classes. A cultura oficial está alicerçada, assim, no uso dos espaços mediante um valor, o que restringe o acesso a esses espaços a quem pode pagar.

⁴⁷ Referência ao Movimento de rua Duelo de MC's, que também ocorre na cidade de Belo Horizonte.

⁴⁸ O entrevistado fez uso desta onomatopeia para expressar que, em lugares mais sofisticados, não há possibilidades de realização do Quarteirão do *Soul*.

Nessa circunstância, a rua, como espaço aberto e espaço de todos, apresenta-se como uma alternativa para a realização de manifestações populares, democratizando a cultura (seleções lexicais: *movimentos de rua; democratizar; a rua é de todos, espaço de todos; condição de ter acesso aos espaços privados; e movimentos inclusivos*). A utilização da rua como espaço para manifestações de lazer como o Quarteirão do *Soul* também ocorre em função de não haver espaços destinados para essa categoria de evento, o que demanda certo tipo de estrutura para que ocorra do modo ideal. Dessa forma, como função da esfera pública para diminuir a segregação espacial, os órgãos competentes deveriam incentivar mais a criação e realização desses eventos (seleções lexicais: *nós não temos espaços pra essas manifestações; dando a estrutura necessária pra eles; medidas concretas; criando espaços*).

No texto (149), o enunciador aponta alguns lugares onde o Quarteirão do *Soul* poderia vir a acontecer, como no Bairro *Mangabeiras*, no *Parque Municipal* ou na região da *Pampulha*. O enunciador do texto (150), entretanto, não compartilha da mesma opinião, apontando as regiões da *Pampulha* e do *Mangabeiras* como lugares elitizados e, em função disso, não haveria possibilidade de realização do Movimento nesses espaços (seleções lexicais: *se fosse não lugar mais rico as pessoas não aceitava aquilo lá não; e na Pampulha, no Mangabeiras, não aceitava não*). Em uma estratégia discursiva de reflexão/refração, o vendedor destaca que o Quarteirão do *Soul* acontece em uma região não elitizada (reflexão), mas naturaliza a situação ao atribuir benefícios ao fato de o espaço não ser estruturado (*como ali é um lugar pobre, é ótimo*), o que destaca a estratégia discursiva de refração. Há, portanto, o sentimento de resignação com o espaço em que “podem” se manifestar na cidade.

Ainda sobre a existência de movimentos de rua na cidade de Belo Horizonte, os enunciadores dos fragmentos (151) e (152) explicitam suas opiniões.

(151) É um **conflito** que vai sempre existir entre as pessoas, mas é uma coisa que, também tem que analisar **a demanda da população da cidade**, né. A população ela tem que ser ouvida, né. E aí o **poder público**, é, a participação popular vale muito na hora que a gente, a gente escuta e percebe quais são essas latências da população, que “O que que ela quer, né?”. Ela quer, na hora que a gente vai discutir em uma Conferência de Política Urbana, a população quer que haja algumas **ocupações** na área pública... que **traz vida, revitaliza** aquela área... então isso tudo tem que ser analisado, faz parte de um **plano urbano da cidade**, né. Então não é excluir, não é também trazer todo mundo pra rua, mas você tem que ter um **equilíbrio**, né, ter uma **regulação** aí, mas é uma coisa, é... boa pra cidade, que traz vida pra cidade, traz, é, características mesmo da cidade, né, é a característica da cidade. Tem cidade que tem muita coisa na, é... a população pede, e aí a gente também tem que saber escutar o que a população tá querendo. Que **a cidade é do povo**, né. Não é de uma pessoa, é do povo. Não é uma pessoa que vai resolver. Então a participação popular nesse

ponto é muito importante, saber se é de interesse da comunidade que aquilo ali aconteça, né. (Letícia – Prefeitura)

(152) Eu acho que se tiver mais [movimentos de rua] vai **atrapalhar**. Porque, o que acontece, essas equipes, que são poucas equipes que tem em Belo Horizonte, se todo mundo respeitasse poderia encher de equipe. **Na década de setenta** tinha vários bailes em Belo Horizonte. Tinha dez bailes no mesmo dia e todos os bailes enchiam. Tinha público pra todo mundo. E **respeito**, todo mundo respeitava um ao outro. **Hoje não**. Hoje as pessoas querem furar seu olho, quer usar seu nome, pessoa quer que te respeita, entendeu? Então isso que eu falo pra você. **Infelizmente não pode ter** mais do que isso. Que começou com Quarteirão do *Soul*, hoje já tem quatro equipes, e tem mais uma lá pro lado de Venda Nova. Ta pintando mais uma e tem mais uns dez querendo fazer igual. **Haja alvará pra todo mundo**. Isso quando chegar na **Prefeitura** ela fala assim “peraí, começou com um agora tem cinquenta, **vamos acabar** com esse negócio”, aí acaba com tudo, aí ninguém tem mais nada. Aí ninguém, não tem mais *soul* no centro, aí acaba. **Se a Prefeitura quiser acabar**, eles acabam, **igualzinho eles acabaram com os camelôs**, igualzinho acabaram com... camelôs, eles acabam com tudo, funk, eles acabam. Se quiser acabar não tem jeito de voltar pra cá não. Se tá aí na rua, se tão aceitando a gente é porque nós estamos fazendo um trabalho legal. A hora que eles cismarem que tá avacalhado eles acabam. Aí se juntar mais vinte equipe aí é que vai, aí vai afundar é tudo. (Germano – Fundador QS)

No texto (151), a representante da Prefeitura, fazendo uso da prosopopeia *traz vida*, afirma que as apropriações de espaços públicos dinamizam o cotidiano da cidade, mas que também são sinônimos de conflitos, visto que envolvem a convivência entre vários atores (seleções lexicais: *conflito*; e *revitaliza*). O enunciador destaca que é papel do *poder público*, por meio de um *plano urbano da cidade*, o incentivo desse tipo de manifestação, pois é uma *demandada da população da cidade*. Em seu argumento é possível perceber o antagonismo na ideia de que o apoio aos movimentos é limitado e acontece de modo restrito, o que revela uma estratégia discursiva de interdiscurso. Apesar de explicitar que *a cidade é do povo*, sugerindo que ela deveria ser administrada em direção às suas necessidades, o enunciador aponta que essas políticas devem acontecer de modo regulado, sob o controle vigilante da esfera pública. (seleções lexicais: *equilíbrio*; e *regulação*).

Para o fundador Germano (texto 152), por outro lado, a existência de movimentos de rua já se encontra saturada, citando, especificamente, o caso dos eventos relacionados ao *soul* em Belo Horizonte. Em seu discurso, a criação de novos movimentos *soul* não aconteceria sem a existência de conflitos porque, atualmente, não há um respeito mútuo entre os grupos promotores, fato que não ocorria nos bailes de épocas passadas (seleções lexicais: *na década de setenta*; *hoje*; *respeito*; *infelizmente não pode ter*; e *atrapalhar*). Esse temor fica explícito quando o enunciador sugere que o surgimento de novos grupos poderia acarretar a extinção dos movimentos pela Prefeitura (seleções lexicais: *haja alvará pra todo mundo*; e *vamos*

acabar), fazendo uma alusão à extinção da atuação dos camelôs no centro da cidade (seleções lexicais: *se a Prefeitura quiser acabar; e igualzinho eles acabaram com os camelôs*). Esse temor está fundamentado no forte vínculo identitário dos *blacks*, não apenas com o movimento Quarteirão do *Soul* em si, mas também com sua existência na rua, no espaço público.

b) Quarteirão do *Soul*: a relação com a rua e as representações do Movimento

A luta dos *blacks* pela manutenção do Quarteirão do *Soul* não está restrita à existência do Movimento, mas, entre outras questões, está atrelada ao fato de que existe uma ligação simbólica e identitária dos participantes com a rua, principalmente pelo fato de considerarem este espaço ideal para a realização do evento, como exposto nos fragmentos (153), (154), (155) e (156).

(153) Porque **a rua é arte, é o povo**. O povo tem que ver o trabalho que a gente faz. Se você me pegar, me colocar o Quarteirão do *Soul* em quatro paredes, **fechado**, trancado, e colocar cinquenta pessoas lá dentro dançando, **ninguém vai ver a arte**. Então **a arte tem que ser mostrada**, ela tem que ser **na rua, pro povo...** no momento que a pessoa está dançando ela está sorrindo, ela tá alegre. Ela esquece todos os problemas da vida dela, depressão, sei lá, esquece que brigou com a esposa, esquece que faltou rango na casa dele. Naquele momento ali ele tá focado só na música, ele tá procurando se divertir, se distrair. (Germano – Fundador QS)

(154) Olha, pra mim, começou na rua. É um **ponto de encontro** que onde você passa, é **como se fosse a rua do lazer**. Você passa não tal lugar assim e tem aquela aglomeração ali, você para, vai ver, quando você menos espera você tá dançando. **Na rua você vê todo mundo** também. **Rico, pobre, mendigo...** é um ponto de encontro pra todas as, pra todos os gostos. (Zeca – Fundador QS)

(155) E **na rua nunca teve esse negócio**, nunca. De rua assim nunca teve. Aí, como se diz, a gente procurou um local pra fazer e não encontrava. Um **lugar fechado** a gente não encontrava, aí nós resolvemos fazer na rua. (Gustavo – Fundador QS)

(156) Ah é porque eu acho, igual, os meninos **já tentaram fazer em lugar fechado, não conseguiram**. Porque a rua, é... **chama mais atenção**, o pessoal revive, né, a época que o pessoal que parou, que tinha parado, aí o pessoal vê na rua. Eles estão **passando, de repente vê, então revive** né **aqueles momentos que eles pensaram que tinha acabado**, então na rua incentiva mais do que lugar fechado. (Maria - Dançarina)

Para Germano (texto 153), *a rua é arte, é povo*, é o espaço onde as pessoas podem externar livremente suas emoções, suas aptidões, seus dons. Na rua eles conseguem chamar a atenção dos transeuntes que vão passando na Rua Santa Catarina, transformando em inusitado o fato de uma festa estar acontecendo a céu aberto, conforme as seleções lexicais: *a arte tem que ser*

mostrada; chama mais atenção; fechado; e ninguém vai ver a arte. Isso porque a rua é *um ponto de encontro*, um lugar para onde convergem pessoas de todas as classes, de diversos outros lugares, facilitando a divulgação do Movimento (*na rua você vê todo mundo; rico, pobre, mendigo*). Como subentendido, o discurso deixa implícito que a arte não existe apenas em galerias ou salões fechados, pois acaba restringindo o acesso das pessoas. Ao ocorrer *na rua, pro povo*, a arte assume um status de democratização, expandindo qualquer tipo de fronteira.

Ao se estabelecer a rua como um espaço para *lazer* (texto 154), esta deixa sua característica de passagem (entrelugar) e se transforma em lugar, passível de estabelecer conexões identitárias, relacionais e históricas (AUGÉ, 2007). Dessa forma, o fato de o Quarteirão do *Soul* ocorrer na rua possibilita que não apenas seus participantes revivam a década de 1970, mas o próprio transeunte, que está *passando, de repente vê, então revive aqueles momentos que eles pensaram que tinha acabado* (texto 156).

Apesar da tentativa de realizar o evento em locais fechados (*um lugar fechado a gente não encontrava; já tentaram fazer em lugar fechado, não conseguiram*), a criação do Movimento na rua tornou o evento inovador (*na rua nunca teve esse negócio*). Para os membros do Quarteirão do *Soul* nos fragmentos (157), (158) e (159), entretanto, a realização do Movimento na rua acontece por outros motivos, como a falta de recursos dos seus participantes em custear o evento em um espaço fechado semanalmente.

(157) Porque **as pessoas não têm dinheiro** pra ficar pagando, pra ficar pagando um lugar pra ir todo sábado. **É muita gente pobre ali**, que gosta do som, mas vai ali não toma uma água, até a água leva de casa. Então **ali pegou porque é na rua**. Se eles faz um negócio daquele **em um lugar e cobra dez reais não lotava** igual lota não. (Miguel – Vendedor QS)

(158) Ah, comparece, com o tempo, isso é falta costume, tudo é costume. Aí **com o tempo ia acostumando entrar no clube, pagar** dois reais, três reais, tudo vai acostumando aos pouco, porque não tem o clube ainda, e a gente, e a gente pra procurar um clube tem que ser no bairro central, e o **clube no centro não tem**, não tem clube. Então o que acontece, **tem que ser uma coisa central**. (Gustavo – Fundador QS)

(159) É **porque não tem lugar**, né, pra poder levar esse pessoal todo pra poder dançar, então, o pessoal preferiu que deixasse um lugar aberto que serve pra todos. E aquelas pessoas também que não... “Ah, eu não vou entrar porque eu não posso pagar, e tal”, então, aquilo já é **livre**, entra e sai quem quiser. É uma coisa livre, **pra todos, pobre, rico**, que tem muito pobre, rico. A gente que pode chega lá na e ensina a dançar os passinhos, tem o Roberto, ele que é o conhecido agora como

professor dos passinhos, entendeu? Antigamente tinha na *Flash*⁴⁹. **Por causa** desse negocio, **da rua**, o movimento, **a Flash agora caiu bastante**, nossa, mas caiu muito mesmo, porque o pessoa dança o tempo todo na rua, aí depois fala “Ah, não, não vou na *Flash* não que nós já dançamos, não preciso de dançar mais”, tão cansados. Mas eu ainda continuo assim, porque surgiu esse negocio da dança, nós, começamos lá e agora arrastou o povo pra rua, então eu acho que não deveria, sabe, o pessoal **abandonar** a *Flash* também não. (Lúcia – Vendedora QS)

As pessoas não tem dinheiro, é muita gente pobre ali, ali pegou porque é na rua, em um lugar e cobra dez reais não lotava e por causa da rua a Flash agora caiu bastante são léxicos que atribuem a realização do Quarteirão do *Soul* na rua em função da falta de recursos financeiros para o custeio de um evento em um local privado, embora no texto (158) o enunciador levante a questão do costume (*com o tempo ia acostumando entrar no clube, pagar*). A falta de um espaço específico também é um motivo alegado pelos enunciadores para a realização do evento na rua (*porque não tem lugar; clube no centro não tem*). Como implícito pressuposto, afirmamos que a indefinição de um valor para a participação no evento sobrecarrega a manutenção do evento a seus organizadores, como exposto em discursos sobre a manutenção do Quarteirão do *Soul* na subseção 6.2.1 – *A ordem funcional*.

Como destacado pelo enunciador do texto (158), um dos elementos principais para a realização do Quarteirão do *Soul* na rua está ligado ao aspecto da centralidade (*tem que ser uma coisa central*), que também é reforçado pelo enunciador do texto (160):

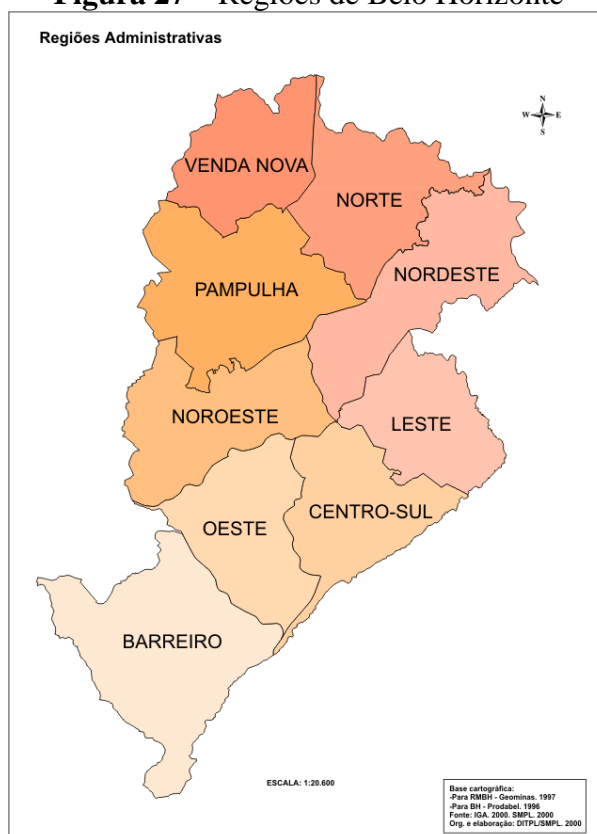
(160) (...) Esse movimento, ele **veio e não era pra pessoas daqui**, a não ser um **lavador de carro** que participou do Movimento porque, tipo assim, ele era o dono do pedaço, ou seja, ele estacionava os carros, né. Então esse rapaz que vinha aqui, ele usava muito estacionamento da rua e aí, ele ficou amigo desse lavador de carro, enfim, e **trazia as pessoas** dos bairros, **Venda Nova**, dos mais diversos bairros pra **se reunirem** aqui no quarteirão e fundaram o Quarteirão. (João – Comerciante)

O comerciante destaca que o público que participa do Quarteirão do *Soul* não é um público local, mas um público que se desloca para o centro em função do Movimento, conforme as seleções lexicais: *veio; não era pra pessoas daqui; trazia as pessoas; se reunirem*. A questão da centralidade é um aspecto importante por beneficiar o acesso a participantes de todas as regiões de Belo Horizonte. A citação do bairro *Venda Nova*, localizado na Região de Venda Nova, em Belo Horizonte, atribui ao evento um caráter popular, visto que a região tem um perfil socioeconômico relativamente baixo, cujos assalariados ganham uma média de três

⁴⁹ Boate *Flash Dance*.

salários mínimos mensais⁵⁰. A Figura 27 ilustra o mapa das regiões de Belo Horizonte, destacando a localização da região de Venda Nova e sua distância em relação à região central da cidade.

Figura 27 – Regiões de Belo Horizonte



Fonte: Mapas de Bairros e Regiões de BH. Disponível em <<http://img266.imageshack.us/img266/5509/fpbhestainfomde1d0f7.gif>>. Acesso em 12 jan 2013.

Para os participantes do Quarteirão do *Soul*, o Movimento tem representações diversas, mas todas relacionadas com o bem-estar dos envolvidos ao participarem do evento.

(161) Uma **luz** minha que estava apagada. Que é o *soul* que... fiquei um tempo parado e esqueci que existia *soul* na minha vida. De repente, surgiu o Quarteirão do *Soul* aí acendeu aquela luz assim, minha **felicidade**, Quarteirão do *Soul*. Primeiro é minha família, primeiro Deus, minha família, Quarteirão do *Soul*. Quarteirão do *Soul* pra mim... **eu luto por ele**. (Germano – Fundador QS)

(162) Olha, pra mim, como diz, não é válvula de escape, é um... **terapia de fim de semana** aquele **prazer** de descer ao sábado, curtir música boa, rever amigos, até os inimigos também você encontra no pedaço. É reencontrar os amigos. (Zeca – Fundador QS)

⁵⁰ Dados da Regional Venda Nova. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regionalvendanova&tax=10042&lang=pt_BR&pg=5486&taxp=0&>>. Acesso em 12 jan 2013.

(163) **Alegria**, entendeu? O Quarteirão do *Soul* pra mim hoje é tudo de bom, entendeu, porque **é dança, é alegria, felicidade, é ginástica**. Pra mim hoje O Quarteirão do *Soul* é tudo de bom. (Roberto – Dançarino)

(164) Ah, uma vida, uma vida, **saúde**, porque é saúde. Ó, eu tenho um pequeno problema na perna, é como se eu não tivesse nada, sabe. Eu chego aqui eu me solto, nossa, eu esqueço de tudo, eu me revelo. Então pra mim é saúde, é uma coisa muito boa mesmo. (Maria – Dançarina)

(165) Olha aqui, eu vou te falar uma coisa, pra mim é bom demais. Se você perguntar pra outras pessoa vai ser a mesma coisa. **A gente trabalha em casa ou fora a semana todinha, menina, a cabeça fica a mil**. Chega em casa tem filho, tem marido também, não é fácil. **Quando você tá aqui, a gente relaxa, você acredita?** Você **relaxa**, você se sente, ah, não sei, mais à vontade. Você chega em casa, não sei se é porque você mexe, você dança, aí, você tá até mais ali aliviada daquilo, que você saiu de sua casa... por exemplo, que sou casada, tenho trinta anos de casada, todo casal tem um problema. Às vezes, eu saio lá de casa assim com algum probleminha, quando eu chego aqui ele dança, eu danço, conversa com um, com o outro. Quando a gente volta pra casa acabou aquilo, a gente nem lembra mais, sabe, que... a gente lembra, mas não toca mais naquilo, e continua como tava antes. É muito bom isso aí. Não só pra mim, como pra outros. (Lúcia – Vendedora QS)

Luz, felicidade, terapia de fim de semana, prazer, alegria, dança, ginástica, saúde e relaxa são os léxicos que indicam as representações do Quarteirão do *Soul* para os participantes do Movimento. A descontração dos momentos de lazer, o alívio do estresse familiar e profissional, e o benefício para a saúde são os percursos semânticos nos quais os discursos estão construídos. Os discursos tornam explícita a intensa ligação dos sujeitos com o Quarteirão do *Soul*. O implícito subentendido é que o Quarteirão do *Soul* está enraizado na rotina dessas famílias, que aguardam o fim da semana de trabalho para dançarem no Movimento no sábado à tarde.

Outros atores que estão envolvidos com o Quarteirão do *Soul*, como o representante da Prefeitura (fragmento 166) e o comerciante João (fragmentos 167 e 168), também apresentam representações do Movimento.

(166) Na minha leitura é o seguinte: um evento que **reúne** centenas de pessoas, são **famílias**, né, pessoas que, é, que acompanham esses movimentos desde, né, o início dos **anos setenta**, né, que, é quando esse movimento começa, né, aqui, assim, mais forte no Brasil, né, principalmente, é, com a questão do **James Brown**, que é o grande ícone, né, desse movimento, então, é, tem muita gente que vem daquela época, e, quiseram, né, na minha leitura, foi **resgatar** um, um movimento que tinha espaço, né, na cultura de Belo Horizonte e que, e que **estava meio apagado**, né. Então eles conseguiram resgatar esse, esse movimento e que eu observo, né, na, na própria Santa Catarina, que o evento com esse tanto de pessoas você não tem ocorrência policial, não tem nenhum tipo de briga, de atrito, né, então, é muito, é muito interessante isso porque hoje, **quando você pensa no movimento de rua há todo um discurso**, né, **de alguns setores, de que, que isso vai virar, pode virar bagunça**, pode ter confusão, pode ter algum tipo de atrito, mas lá é interessante

como que, que consegue fazer um evento com centenas de pessoas sem que haja ocorrências, é, ocorrências, né, de crimes, de brigas, né. (...) E eles têm, o que eu acho mais interessante, eles tem alegria, né em estar ali, sabe, é, que **eu percebo**, eles tem **alegria** em estar naquele espaço. É uma coisa, é, que tá na, na **alma**, né, na **cultura**, é, no **prazer** deles, né, eles gostam daquele, daquele **momento**, né, é quase que uma parte da, da vida deles, né, e tudo isso possibilita, no meu entendimento, o apoio, né, da sociedade, que eles apoio, né, da sociedade pra, pra esses eventos, né. (Walter – Prefeitura)

(167) Olha, os prós, é, já, desde o início eu te falei, a cultura, as, as manifestações da sociedade, são interessantes. Eu acho que isso, é, aquela história do circo e o pão, né, eu acho que isso favorece muito. As pessoas ficam **realizadas**, felizes, né, por **extravasarem as suas emoções** etc. e tal, tanto através da cultura, da música, enfim, desses movimentos. E os contras, é, é, você, essa, essa, essa coisa que **alguém tem que ceder pra que o movimento**, é, aconteça dentro deste contexto. Ou seja, se eles precisarem de um espaço e esse espaço, a maioria usar, ele, ele, essa maioria teria que ceder para que eles usassem e **a maioria ficaria sem direito a transitar**, a não ouvir a música, enfim. Aqui não, eu não enxergo como se gostar ou não da música, não é isso. É em função da peculiaridade da rua e das pessoas que habitam a rua serem de mais idade, enfim, que moram e vivem aqui, é, esse é o contra, tá? É, com relação ao som, ao **barulho**, só, tá? E apesar de ser em um sábado a tarde **as pessoas se sentem incomodadas**, se sentem incomodadas. Mas esse seria, o contra seria isso, só. (João – Comerciante)

(168) E, tem até uma frase interessante, que teve um hóspede de São Paulo que chegou com a família em um **carro ostentoso**, né, não lembro a marca, mas era um carro muito grande, aí parou na frente do hotel “O que que é isso aqui?”. “Não, isso é um **movimento cultural**, em homenagem ao James Brown”, ele tinha recém falecido, né. “Ô, você não tem **vergonha** disso em uma **cidade como a sua** não?”. Isso ele, paulista, falando. “Como assim? Isso é bonito, essa coisa”. Ele usou a seguinte expressão: “Isso é uma **imundice** no centro da cidade. **Não pode existir isso**, falta de respeito com a gente, não sei o que”, entendeu? Isso me acendeu uma luz, aí eu fiquei “Pôxa...”. Aí eu fiquei impotente de explicá-lo. Eu queria dizer pra ele que aquilo era um movimento cultural, que era pra conviver com aquilo, era interessante, o mundo inteiro, é, eu até usei a *Disney*, as coisas, quintal, os Estados Unidos fazem um movimento qualquer depois vira **moda**, mas ele foi **intransigente**, arrancou o carro e foi embora. Voltou de ré, inclusive, não quis nem passar. Então, o tipo de, sabe, de coisa assim que você é, **era a céu aberto, mas com paredes**, né, prédios dum lado e do outro, e com pessoas vivendo nos prédios, o que complica mais ainda, né. (João – Comerciante)

Nos textos (166), (167) e (168), os enunciadores apontam algumas considerações que vão ao encontro das representações apontadas pelos membros do Quarteirão do *Soul*, como *alegria*, *prazer*, *realizadas*, *extravasarem as suas emoções*, *moda* e *movimento cultural*. Outros léxicos, como *resgatar*, *reúne*, *famílias*, *anos setenta*, *James Brown*, *cultura*, *estava meio apagado*, *alma* e *momento* são explicitados pelo representante da Prefeitura (texto 161) que atribuem representações positivas ao Quarteirão do *Soul*.

Por outro lado, alguns léxicos são mencionados, sugerindo que a existência do Quarteirão do *Soul* é conflituosa, como *alguém tem que ceder pra que o movimento*, *barulho*, *as pessoas se sentem incomodadas*, *a maioria ficaria sem direito a transitar*, *vergonha*, *imundice*, *não pode*

existir isso e intransigente. No texto (168), onde o comerciante João versa sobre o caso de um turista que passava pela rua e se mostrou contra o Movimento, a expressão era *a céu aberto, mas com paredes* explicita claramente as dificuldades às quais o Quarteirão do *Soul* está exposto, principalmente, por ser realizado em um espaço onde há a presença de outros grupos sociais. Essa expressão denota, ainda, as dificuldades e a intolerância que o Movimento enfrenta cotidianamente, na relação com outros públicos.

Diante dessa mistura de opiniões a favor e contra o Quarteirão do *Soul*, assim como os benefícios culturais e as dificuldades estruturais relacionados, a abordagem sobre o futuro do Movimento envolve, mais que outras questões, o desejo de que ele possa acontecer ainda por bastante tempo.

(169) **Deus sabe**. Só Deus pra falar isso porque... **não sei**, porque a **Copa do Mundo** tá vindo aí e eu não sei o que vai acontecer com a gente. Ou se vai tirar da rua ou se vai manter a gente na rua pra mostrar pro público que vem de fora. Às vezes, vou até fazer uma aula de inglês pra eu aprender um pouco pra eu poder me comunicar com o povo. Mas eu não entendo porque eu não sei o que eles vão querer fazer porque, pelo menos, nós estamos trazendo a paz, nós estamos trazendo a arte pra rua. No mundo inteiro não existe isso que a gente faz. Então agora eu quero ver o que a Prefeitura vai fazer na hora que tiver chegando a Copa do Mundo que vem esses gringo pra cá, **será que eles vão deixar a gente na rua?** Vamos esperar né. **Banidos da rua**. Eu acho que sim porque não sei as leis, **cada dia muda a lei** né, cada dia é uma lei diferente. Se tiver uma lei que nós não somos proibidos de ter tocado, eu ia achar uma maravilha. Se tiver uma lei que vai ser excluído, aí vou ficar triste. Aí eles vão ter que ver com os dançarinos, **com o povo**, né. Eu só levo a mensagem, o povo é que dança. (Germano – Fundador QS)

(170) Eu **rezo que continue**, continue por muito e **muito tempo**, enquanto eu viver tem que... pelo menos pra mim, enquanto eu tiver viva aí, tem que continuar. (Maria – Dançarina)

(171) É bom demais, menina, olha, sabe porque aqui nós não temos nada, então, **esse movimento da rua não pode nem pensar...** assim, quando fala em acabar, o pessoal já quer, sabe, reunir pra fazer, juntar, essa turma que você tá vendo ali, pra fazer um abaixo assinado pra não acabar, porque eles já falaram que vão acabar, mas a pessoa insiste pra não deixar eles... Porque ali também tem ajudado muito, ó, igual as escola, é, a gente vai a apresentação, também já fomos várias vezes nessas faculdades, entendeu? Então isso aí, a gente vê que **não é uma coisa só pra nós**, pras pessoas que chegam ali também. (Lúcia – Vendedora QS)

(172) Olha, eu acho que **uma hora aquilo ali vai acabar, por causa deles mesmos**. De não ser unido, de briguinha um com o outro, de muito disse me disse, de muita bobeira. Tem gente que ama aquilo ali mesmo. Não é o meu caso, que eu sou de uma faixa etária de idade abaixo da que eles tão ali. (Miguel – Vendedor QS)

(173) Acho. Isso é relativo, isso é verdade [o movimento acabar]. Porque, vamos supor, se um tiver **brigando com outro**, um tiver derrubando o outro, vamos supor que um quer pegar o espaço do outro, mas **no futuro o movimento acaba**. (...) Se

for o caso de acabar aqui, nós vamos começar **outro movimento** na região do Barreiro, Cidade Industrial. Aí vamos fazer um outro movimento lá, vou caçar a Prefeitura lá, vou caçar um espaço, vou fazer o movimento lá. Então ele pode parar aqui, mas ele vai pra **outro lugar**. (Roberto – Dançarino)

(174) Então é, é uma coisa boa, ninguém, nossa, **se acabar aquilo ali, nossa! Não só porque eu vendo lá é porque é bom mesmo**. (Lúcia – Vendedora QS)

Os discursos da incerteza (*Deus sabe; não sei; será que eles vão deixar a gente na rua?*) e da esperança (*rezo que continue; muito tempo; se acabar aquilo ali, nossa!*; e *esse movimento da rua não pode nem pensar...*) dividem espaço com o discurso da finitude (*uma hora aquilo ali vai acabar; no futuro o movimento acaba*).

A *Copa do Mundo* aparece como um dos motivos para a inquietude do fundador Germano (texto 169), principalmente em função das reestruturações urbanas que ocorrerão até a realização do evento, o que pode ocasionar a realocação ou mesmo a extinção do Quarteirão do *Soul* (*cada dia muda a lei*). A expressão *banidos da rua* deixa como implícito subentendido que os participantes do Quarteirão do *Soul* poderiam ficar sem o direito de utilizar a rua como um espaço de manifestação e afirmação de sua identidade com a cultura *soul*. O implícito pressuposto do discurso é que, a partir da reorganização do espaço urbano, o enunciador considera, de modo resignado, a possibilidade de que o Movimento sofra novos manejos ou mesmo venha a acabar.

O conflito interno foi apontado nos textos (172) e (173) como um motivo relevante que possa vir a ocasionar a extinção deste movimento (*por causa deles mesmos; brigando com outro*), ainda que exista resistência para sua continuidade, pois a identidade com o evento em si sugere que haverá modos alternativos de continuar com a atividade (*brigando com outro movimento; outro lugar*). No texto (174), a vendedora Lúcia torna explícito que não é o fato de o Quarteirão do *Soul* ser um espaço em que desenvolve uma atividade econômica que desperta o desejo de que ele se perpetue, mas sua afinidade com o Movimento como um todo (*Não só porque eu vendo lá é porque é bom mesmo*).

Os argumentos sobre as representações do Quarteirão do *Soul* reforçam a teoria de que o espaço urbano é construído social e historicamente pelos atores sociais a partir de suas emoções e representações, pois a cidade é um meio que favorece a interação e a sociabilidade motivados pelas emoções de seus habitantes (NOGUEIRA, 2009; SODRÉ, 2008). Na conclusão deste capítulo de análises, retomamos aqui os argumentos de Leite (2007) e de

Lefebvre (1991; 2008a) para ressaltar a concepção da produção social do espaço urbano como uma construção simbólica, o que implica diferentes formas de apropriação e sentidos de pertencimento e diferentes representações.

A cidade flui, assim, para além do espaço planejado, produzido e construído (representação do espaço), chegando até a forma como os diferentes grupos sociais representam essa produção, isto é, o espaço percebido, vivido (espaço da representação). Nesse sentido, a territorialidade do Quarteirão do *Soul* altera o planejamento da Rua Santa Catarina, produzida para atender a finalidades comerciais. Essa prática constitui um contra-uso do espaço produzido, a partir da resignificação da dinâmica territorial local.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre os temas da territorialidade e da cidade ainda são incipientes nos Estudos Organizacionais, o que demanda um olhar mais atento dos pesquisadores da área. Isto porque: 1) estudar a territorialidade nas organizações implica estudar elementos que envolvem relações de poder e aspectos identitários e simbólicos, temas fortemente associados à organização; e 2) porque a cidade como ambiente organizacional oferece amplas possibilidades para o estudo e desenvolvimento de instrumentos que ampliem sua gestão, além da análise e compreensão de artefatos de ordem simbólica manifestados por seu povo.

O estudo de tais temas de maneira isolada já rendeu importantes trabalhos nesta área, com destaque para os desenvolvidos por pesquisadores do Núcleo de Estudos Organizacionais (NEOS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dessa forma, o estudo da territorialidade e da cidade de maneira integrada se torna um desafio, e a abertura para o desenvolvimento de pesquisas desse porte possibilitaria propostas mais ousadas no sentido de avançar, tanto no trabalho do referido núcleo, quanto no trabalho que outras áreas acadêmicas vêm desenvolvendo.

O objeto escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi o Movimento Quarteirão do *Soul*, localizado na cidade de Belo Horizonte. A partir de um encontro casual, um grupo de sete amigos teve a ideia de criar um movimento que resgatasse a cultura *black* dos bailes de *soul music* que costumavam frequentar nos anos 1970. O evento, que surgiu espontaneamente na Rua Goitacazes, em 2004, passou por um processo de mudança e, atualmente, se realiza na Rua Santa Catarina, também no centro da cidade. O remanejamento do movimento ocorreu devido a conflitos com os moradores do local, visto que a Rua Goitacazes a qual eles territorializavam se caracteriza como uma área residencial, causando certa incompatibilidade quanto aos distintos interesses nos usos do espaço.

O Quarteirão do *Soul* é um movimento formado por pessoas com uma média de idade entre 50 e 70 anos, considerado de caráter popular, pois muitos de seus integrantes têm um nível socioeconômico entre baixo e médio e trabalham em empregos informais ou em cargos técnico-operacionais em empregos formais. A estética do movimento chama a atenção de quem passa pelo evento, pois, não apenas o som de uma música característica de uma época passada, o estilo visual daquela época também é resgatado e incorporado pelos participantes,

o que reforça a proposta do Quarteirão do *Soul*. A presença de público é diversificada, indiferente ao nível econômico ou etnia dos sujeitos. Nesses nove anos de existência, o Quarteirão do *Soul* já participou de vários eventos: festas, apresentações em universidades, programas de rádio e TV. Entretanto, apesar do tempo de existência e de realização em pleno centro da cidade, muitas pessoas que moram em Belo Horizonte não têm conhecimento de que o Movimento exista, pois sua divulgação é bem local, já que surgiu como um reencontro de amigos. Geralmente é o próprio público que, ao tomar conhecimento do evento, o divulga a outras pessoas.

O interesse em estudar o Quarteirão do *Soul* partiu logo após o primeiro contato com o Movimento, na Rua Santa Catarina, em face da flagrante falta de estrutura que envolvia a realização do evento. A presença de um público que apreciava o apreciava, mas que não tinha como se abrigar da chuva ou frequentar um banheiro, foram elementos que destacaram a incongruência da existência de um evento de resgate cultural naquele lugar, despertando o interesse de uma investigação densa acerca do contexto que envolvia todo o Movimento. Nesse sentido, delineamos a pesquisa com o objetivo de abordar a história de criação e desenvolvimento do Movimento, a opinião dos participantes sobre tais questões estruturais e, ainda, o posicionamento de representantes da esfera pública sobre a situação.

A partir desse contexto, o questionamento que deu origem a esta pesquisa foi: *de que forma se caracteriza, em termos físicos e simbólicos, a dinâmica territorial do Movimento Quarteirão do Soul na cidade de Belo Horizonte?* Para auxiliar no desdobramento desse questionamento, os objetivos traçados buscaram: a) identificar a história do movimento Quarteirão do *Soul*; b) identificar as características funcionais e os elementos simbólicos intrínsecos do movimento; c) identificar a percepção de comerciantes que convivem (ou conviveram) com o Quarteirão do *Soul* acerca da dinâmica territorial do Quarteirão do *Soul*; e d) a percepção de gestores públicos acerca da dinâmica territorial do Quarteirão do *Soul*. A concepção de dinâmica territorial aqui adotada diz respeito ao “[...] conjunto de eventos interconectados e estabelecidos, onde as suas interações refletem a estrutura da realidade” (ANJOS, 2012, p. 5).

Em função do foco no Quarteirão do *Soul*, a técnica de pesquisa utilizada foi o estudo de caso. Por se tratar de um estudo que priorizou os sujeitos, bem como as representações e significações de suas práticas territoriais, optamos por desenvolver uma estratégia de pesquisa de natureza qualitativa para atender de modo mais denso os objetivos propostos. A partir das

análises resultados dos dados coletados, nos lançamos à tentativa de responder, parcialmente, à problemática proposta inicialmente nesta pesquisa. Parcialmente porque entendemos que as pesquisas não se esgotam em si mesmas, pois constituem, sempre, pontos de partida para o aprofundamento de novos estudos.

Com respeito às características físicas, isto é, à análise estrutural da realização do Quarteirão do *Soul*, observamos a clara incongruência da multiterritorialidade de grupos sociais na Rua Santa Catarina, em função de terem interesses bastante distintos. Para os comerciantes, o ideal era que a Rua Santa Catarina, mesmo aos sábados à tarde, funcionasse na mesma dinâmica dos demais dias, pois, como argumentado por alguns comerciantes, o caráter popular do Movimento afastava as possibilidades de trânsito nesta rua, afastando, conseqüentemente, o consumo. Para os participantes do Quarteirão do *Soul*, por seu turno, o início do evento simbolizava o fim da rua como espaço de comércio para se transformar em espaço de lazer, o que denota uma clara manifestação territorial por parte deste grupo.

Percebemos, assim, que o Quarteirão do *Soul* é, ao mesmo tempo, público e particularizado. Público porque é um movimento aberto que, apesar de inicialmente criado para a diversão de seus integrantes, tornou-se um atrativo também para outros públicos na cidade de Belo Horizonte. Mesmo sendo um movimento com um perfil homogêneo – negros de baixa classe social – este fato não restringe a participação de indivíduos com outros perfis. Além disso, o fato de a Rua ser pública concede direitos iguais a todos os indivíduos que ali queiram estar.

Por outro lado, o Quarteirão do *Soul* torna-se algo particularizado quando limita a Rua Santa Catarina, aos sábados à tarde, aos usos do próprio movimento. A territorialidade fica evidente quando esse grupo de indivíduos defende seu espaço-tempo criado e ocupado, impedindo que outros grupos se apropriem da Rua Santa Catarina aos sábados à tarde (como outros vendedores informais que também queiram atuar no Movimento). O espaço de todos fica restrito aos desejos e usos de uma pequena parcela de indivíduos, que impõem um novo sentido ao que, a princípio, seria público. Assim, a territorialidade dos participantes do Quarteirão do *Soul* transforma a dinâmica da Rua Santa Catarina, que apresenta outras territorialidades na presença de outros grupos sociais.

Nesse confronto, a esfera pública, que deveria atuar como mediadora, atua de maneira paradoxal e parcelar em relação à realização do Quarteirão do *Soul*. Isto porque, embora

legítima o movimento, concedendo o alvará para seu funcionamento, nega o subsídio estrutural necessário para que o Movimento ocorra e desconsidera a incongruência da convivência de dois espaços distintos em um mesmo espaço (o espaço comercial e o espaço cultural). Entre as necessidades estruturais do Quarteirão do *Soul*, os que mais se destacam são: a ausência de um espaço coberto, destinado ao equipamento de som e ao público; a ausência de um palanque para os dançarinos e um espaço para os espectadores; a ausência de banheiros químicos para homens e mulheres; e a assistência contínua ao Movimento, como fiscalizações e policiamento.

Como implicações desta dinâmica física, destacamos que as manifestações culturais que surgem de modo espontâneo e cotidiano na cidade deveriam abrir margem para o planejamento de políticas urbanas que reconheçam e fomentem tais manifestações sociais. Durante o remanejamento do Quarteirão do *Soul* da Rua Goitacazes, o ideal era que os *blacks* fossem alojados em um espaço com características estruturais distintas das características da Rua Santa Catarina, isto é, um espaço específico e com os elementos necessários para a acomodação, tanto dos participantes, quanto do público do Movimento. A mudança para a Rua Santa Catarina, entretanto, levou consigo alguns dos mesmos problemas estruturais e relacionais que já existiam na Rua Goitacazes. Mesmo não sendo uma área residencial, a divisão da rua com os comerciantes que fazem parte do local gera conflitos, principalmente pela divergência de objetivos.

O Quarteirão do *Soul* não possui, assim, um território próprio, encontra-se em uma espécie de limbo. Entre os *blacks* há o medo e a incerteza quanto à permanência do Movimento na Rua Santa Catarina, visto que já foram realocados uma vez e não sabem o que poderá acontecer no futuro, dada a reincidência de conflitos em função da divisão de espaço. A realocação do Quarteirão do *Soul* de uma área próxima a centros turístico-comerciais tradicionais na cidade de Belo Horizonte para um espaço sem essa característica demonstra que a ação da Prefeitura foi ao encontro dos interesses do grupo comercial, sendo politicamente pensada para afastar qualquer empecilho dos “olhos do consumo”. Esta questão se reforça quando lembramos que outros grupos sociais já existiam na Rua Santa Catarina antes da chegada do Quarteirão do *Soul* e também foram remanejados: os moradores de rua e os camelôs da feira de hortifrutigranjeiros.

Associamos essa prática à noção de que a distribuição espacial no urbano se expressa de uma forma segregativa e diferenciada, pois é o processo de reprodução do capital que determina as ocupações do espaço por seus segmentos sociais, tendo como base a propriedade privada (CARLOS, 1994). O caráter de segregação da sociedade se mostra presente também no âmbito cultural (LECHNER, 2004), o que nos leva a problematizar sobre a negligência ou mesmo ausência de espaços voltados para as camadas populares e suas manifestações culturais (já que para a alta cultura, amplamente comercializada, há uma assistência constante e enfática).

Embora vivamos em uma democracia, em que se busca a todo instante a igualdade de direitos entre os homens, o caráter segregatório e classista característico da sociedade capitalista limita tais ações. Na cidade, esta questão está perceptível, tanto na distribuição dos espaços urbanos, quanto na criação e usos de artefatos culturais. O que percebemos é que há uma lógica de funcionamento da cidade relacionada ao público que a habita, onde os espaços habitados e frequentados por grupos sociais de níveis econômicos mais elevados são mais estruturados e esteticamente organizados, enquanto espaços habitados e frequentados pela população de menor renda carece de suporte estrutural (desde questões básicas de habitação até questões de sociabilidade – falta de saneamento básico, fornecimento de água, esgotos e energia, áreas para lazer, etc.).

Em relação à dimensão simbólica, notamos que o Quarteirão do *Soul* surgiu e existe até hoje pelo resgate da época de juventude do grupo que o compõe. O Quarteirão do *Soul* destaca-se, assim, pela ressignificação de tempo e de espaço, onde o viver a cidade, a partir de uma memória coletiva (HALBAWCHS, 2006), altera a dinâmica de um local para que seus participantes reafirmem sua identidade com a cultura *soul*. A relação dos *blacks* com a rua foi algo marcante na pesquisa, já que, a todo momento, durante as entrevistas, havia uma comparação direta entre as Ruas Goitacazes e Santa Catarina, além da expressão de sentimentos como saudosismo e resignação pelo fato de o Movimento ter sido remanejado da Rua Goitacazes. Na busca da consolidação de um [novo] território, o alvará de funcionamento é tido como um instrumento de legitimação, que afirma o sentido de pertencimento dos *blacks* em relação à Rua Santa Catarina.

A questão cultural tratada no âmbito do consumo resulta um olhar diferente para manifestações artísticas de cunho popular na medida em que atividades espontâneas e sem o

objetivo de retorno econômico não são incentivadas, divulgadas e amparadas da mesma forma que formas culturais voltadas para o consumo. Durante os depoimentos, a ausência de um cenário cultural mais diversificado foi sentida também por um comerciante e um representante da Prefeitura. Tal fato coloca o debate fora do ambiente de quem convive com o Quarteirão do *Soul*, isto é, reflete o ponto de vista de quem está em outro universo, oferecendo um olhar mais imparcial à situação. A elaboração de articulações temáticas para a reflexão crítica da relação entre cultura e espaço urbano não se dá, entretanto, de modo simples, pois “[...] trata-se, portanto, de refletir/experimentar as derivas urbanas do corpo contemporâneo em torno das novas formas de urbanidade, inclusive aquelas capazes de negar a própria cidade” e, nesse sentido, as práticas e formas artísticas e culturais podem ser encaradas enquanto ferramentas de microresistência urbana. (BRITTO; JACQUES, 2009, p. 346).

A ideia de que *a cidade é de todos* se torna uma ilusão quando, na verdade, há um cerceamento nos usos do espaço público por diferentes grupos sociais, além da imposição de uma ordem a qual a sociedade e as organizações devem seguir. Desse modo, há um jeito *correto* de organizar a urbe sem que se questione a manutenção de uma estrutura social e econômica já estabelecida. A adoção do Código de Posturas pela esfera pública de Belo Horizonte como mecanismo de planejamento, organização e controle da cidade reforça tal idéia, visto que determina a forma como os grupos sociais devem ocupar e preservar a estética da cidade [concebida para e pela lógica do consumo]. A existência do Quarteirão do *Soul* pode ser encarada, assim, como um mecanismo de resistência à imposição dessa ordem institucional, social e funcional da cidade, escapando à lógica de consumo e de segregação de espaços e práticas no urbano.

Além desse aspecto, a existência de divergências na postura do *Black Soul* e do Quarteirão do *Soul* levanta a questão da tensão resistência/resignação dos movimentos *soul* no contexto urbano. Isso porque, por um lado, os representantes do *Black Soul*, ao praticarem ações que vão de encontro ao estabelecimento das normas do evento, como a utilização do volume do som muito alto ou a postergação do horário de funcionamento, impõem sua própria maneira de fazer uso do espaço urbano. Essa postura implica a subversão da ordem imposta, configurando um cenário de resistência. Por outro lado, o Quarteirão do *Soul* é um movimento mais tranquilo e nos leva a questionar até que ponto seus representantes agem com espontaneidade ou com resignação, já que sua postura foi controlada pelos órgãos de gestão. Esse controle fica explícito, principalmente, porque existe o medo de que eles sejam

remanejados novamente ou até mesmo o medo de que percam a autorização para funcionarem. Dessa forma, eles se submetem às normas impostas como um mecanismo de defesa e manutenção do Movimento.

Ao longo dos depoimentos pudemos observar, ainda, a existência de outras tensões, que se contrastaram no decorrer de toda a narrativa. Exemplos dessas tensões são a rua e o clube; a cultura popular e a cultura de consumo; a Rua Goitacazes e a Rua Santa Catarina; a cultura popular e a cultura de elite; uso e contra-uso. Essas polaridades refletem a complexidade da dinâmica territorial do Quarteirão do *Soul*, evidenciando os impasses tanto em seu percurso histórico-social, com as implicações sobre as mudanças de espaço, quando em suas possibilidades de atuação. Ademais, a ocorrência desses contrastes só reforça o fato de que a própria cidade é fonte de tensões.

Os temas cidade e territorialidade são tradicionalmente estudados em ciências como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e a Arquitetura (especificamente o Urbanismo). Na busca de ampliar o leque de pontos de análise sobre os temas, nesta pesquisa, trouxemos a cabo a proposta de integração e legitimação da Administração como campo científico na análise dos estudos sobre cidades e suas construções territoriais.

Em um resgate histórico, a prática da gestão das cidades tem longa data, já existia antes de Cristo, a exemplo da Roma Antiga e de cidades da Grécia Antiga. A produção de conhecimento sobre o tema como objeto específico da Administração, entretanto, é, ainda, recente. Neste campo, em específico os Estudos Organizacionais, as pesquisas sobre cidades aconteceram, desde o início, apenas a partir em uma perspectiva hegemônica, com o desenvolvimento de teorias e práticas que otimizassem e instrumentalizassem a administração urbana. A partir da década de 1980, o surgimento de estudos que tiveram como ponto de partida as percepções e representações dos sujeitos nas cidades, bem como as práticas sociais que aconteciam no cotidiano citadino, ofereceram um novo olhar, mais amplo, para a concepção das cidades.

Nesse sentido, a agenda de pesquisas sobre cidades e suas práticas territoriais em uma perspectiva analítica interpretacionista e/ou crítica viria no sentido de dar continuidade a esses estudos, ainda incipientes. No caso deste trabalho, como sugestão à complementação desta agenda, sugerimos o delineamento de pesquisas que questionem: os modos de organização e

controle dos espaços urbanos pelos órgãos de gestão; a distribuição segregativa dos espaços sociais e as formas como os distintos grupos ocupam o espaço urbano; e a ausência de políticas culturais de cunho popular em detrimento da valorização de expressões culturais de caráter econômico, por exemplo.

Importante ressaltar que, mesmo não constituindo objetivos de estudo neste trabalho, durante a pesquisa, existiram depoimentos relacionados a questões como racismo e relações de gênero, presentes no Quarteirão do *Soul*. Tais questões reforçam a amplitude de teorias de análise do Movimento, intensificando a agenda de pesquisas sobre movimentos territoriais urbanos e suas implicações.

Como conclusão, apresentamos a letra da música *Say it loud, i'm black and i'm proud*, de James Brown, o grande ícone dos *blacks* do Quarteirão do *Soul*. O discurso politizado da resistência, embora voltado para a questão racial expressa no orgulho de ser negro, pode ser aplicado no contexto deste trabalho: a resistência do território do Quarteirão do *Soul* frente aos muros (in)visíveis nas ruas das cidades...

Say it loud, i'm black and i'm proud

James Brown

Agora, procuramos uma chance de fazer as coisas para nós mesmos
Estamos cansados de bater a cabeça contra a parede
E trabalhando para qualquer um
Somos pessoas, somos como os pássaros e as abelhas
Preferimos morrer em nossos pés
Que viver de joelhos
Diga alto, sou negro e tenho orgulho

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M. C. E.; BRITO, M. C. O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul./dez. 2004.
- ANJOS, R. S. A. Brasília – 50 anos de dinâmica territorial urbana. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, Brasília, v.3, n.1, p.1-24, 2012.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2007.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BAKHTIN, M. Formas de tempo e de cronotopo no romance (Ensaio de poética histórica). In: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAUDRILLARD, J. **El sistema de los objetos**. México: Siglo XXI, 1969.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: FORTUNA, C. (Org.). **Cidade, Cultura e Globalização**: Ensaio de Sociologia. Oeiras: Celta, 1997.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 2. ed. Petrópolis: Dinalivro, 2004.
- BEZERRA, A. C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7-18, jan./jun. 2008.
- BLUMER, H. **Symbolic Interactionism**: Perspective and Method. Berkeley: University of California Press, 1986.
- BOJE, D. M.; OSWICK, C.; FORD, J. Language and organization: the doing of discourse, **Academy of Management Review**, New York, v. 29, n. 4, p. 571–577, 2004.
- BOLOGNESI, M. F. A mercadoria cultural. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 19, p. 75-86, 1996.
- BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1988.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Ashgate Publishing, 1994.
- BRITO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 2, p. 337-350, mai/ago. 2009.

BROWN, G. **Territoriality in organizations**: theory and measurement. 2005. 176 f. Thesis. (Doctorate of Philosophy). Faculty of Graduate Studies. University of British Columbia. 2005.

CANCLINI, N. G. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 2, jul. 1983.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CANCLINI, N. G. El consumo cultural: una propuesta teórica. In: SUNKEL, G. (Org.). **Consumo cultural en América Latina**. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p.40-53, 2002.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, A. F. A. A “ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, p. 289-306, 2009.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2006.

CARRIERI, A. P.; MURTA, I. B. D.; MENDONÇA, M. C. N.; MARANHÃO, C. M. S. A.; SILVA, A. R. L. Os espaços simbólicos e a construção de estratégias no Shopping Popular Oiapoque. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2008.

CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1315-1342, nov./dez. 2009.

CARRIERI, A. P. Cultura no contexto dos estudos organizacionais: breve estado da arte. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 4, n. 1, p. 38-58, jan./jun. 2002.

CARVALHO, S. N. Estatuto da cidade. Aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p.130-135, 2001.

CARVALHO, M. Cidade global. Anotações críticas sobre um conceito. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 70-82, 2000.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.179-192, 1995.

CORNELSEN, E. L. Análise do discurso no âmbito dos estudos organizacionais: uma abordagem teórica. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Orgs.). **Análise do Discurso em Estudos Organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MOR, R. L. M. (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PHB, 1994.

CUCHE, D. A. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994.

DUARTE, F. Rastros de um rio urbano – cidade comunicada, cidade percebida. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 2., p.105-122, jul./dez. 2006.

EISENHARDT, L. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review**, New York, v. 14, n. 4, p. 532-550, Oct. 1989.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante chalé da praça XV em porto alegre: espaços e tempos sendo revelados. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 6-37, jan./fev. 2010.

FARIA, A. A. M. Discurso e leitura, semântica e argumentação em *Germinal*. In: MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, D. (Orgs.). **Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAD/Carol Borges, 1998.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIORIN, J. L. Semântica e análise do discurso. In: MARI, H.; PIRES, S.; CRUZ, A. R.; MACHADO, I. L. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades, ressonâncias. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Orgs.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (Org.) **Gestão contemporânea, cidades e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v. 2. São Paulo: Atlas, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28 reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GABRIEL, Y. The unmanaged organization: stories, fantasies and subjectivity: a critique. **Organization Studies**, London, v. 12, n. 2, p. 251-273, 1991.
- GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 20-26, jan./jun. 2004.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOMES, P. C. C. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 249-266, 2005.
- GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M. J.; HATMORES, W. (Ed.) **The dictionary of human geography**. 5. ed. Singapore: Wiley-Blackwell, 2009.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6674-6792.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S.; WHANNEL, P. **The popular arts**. London: Hutchinson, 1964.
- HASSARD, J. Multiple Paradigms and organizational analysis: a case study. **Organization Studies**, London, v. 12, n. 2, p. 275-299, apr. 1991.
- HEIDRICH, A. L. Territorialidade humana: memória, representação e consciência. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.14, v. 2, p. 01-07, 2007.
- HOGGART, R. **The uses of literacy**. New York: Oxford University, 1958.
- IPIRANGA A, S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev., 2010.
- JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Cauru: EDUSC, 2001.
- LECHNER, N. Os desafios políticos das mudanças culturais sob a democracia. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 68, mar 2004.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1992.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n 49, p. 115-172 jun./2002

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

LE MOS, C. B. Construção simbólica dos espaços da cidade. In: MONTE-MOR, R. L. M. (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PHB, 1994.

LEVINE, L. W. Highbrow/Lowbrow: the emergence of cultural hierarchy in America. Cambridge: Harvard University Press, 1988 *apud* CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.179-192, 1995.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MACDONALD, D. In: ROSEMBERG, B.; WHITE, D. (Ed.).M. **Mass culture**: the popular arts in America. London: Collier Macmillan, 1964.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. Analysing self-constituting discourses. **Discourse Studies**, v. 1, n. 2, p. 175-200, May 1999.

MARQUES, Y. L.; MONTE-MOR, R. L. M. Metropolização, meio ambiente e qualidade de vida. In: MONTE-MOR, R. L. M. (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PHB, 1994.

MARQUES, E. C; BICHR, R. M. Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 9-29, jun. 2001.

MARTINS, S. Prefácio. In: LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MESQUITA, Z. Espaço, território e lugar: estas palavras ciganas. **Educação, Subjetividade & Poder**, Porto Alegre, v. 5, p. 64-75, jul. 1998.

MILAGRES, L.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. A produção do espaço cotidiano de uso público. **V!RUS**, São Carlos, n. 4, p. 1-15, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 22 fev 2010.

MIRANDA, D. S. Reflexões sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 105-110, 2000.

MISOCZKY, M. C.; CERQUEIRA, P. R.; CAMARA, G. D.; COTO, G. C. De território de consumo a território de luta pela livre orientação sexual: os conflitos em torno do Centro Comercial Nova Olaria (Porto Alegre). In: ENCONTRO DA ANPAD, 25., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

MONTE-MOR, R. L. M. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MOR, R. L. M. (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PHB, 1994.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

NETO, N. T. Punk e hip hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n.1, p. 121-154, 2009.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2º semestre, 1996.

NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 69-86, jan./abr. 2009.

ORTIZ, R. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, 1986.

PARKER, M.; MCHUGH, G. Five texts in search of an author: A response to John Hassard's "multiple paradigms and organizational analysis". **Organization Studies**, London, v. 12, n. 3, p. 451-456, July, 1991.

PAOLI, M. C. Prefácio. In: LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

PAULA, A. P. P.; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. (Orgs.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

PAULA, A. P. P. **Repensando os estudos organizacionais**: o círculo das matrizes epistemológicas e a abordagem freudo-frankfurtiana, Minas Gerais, 2012. 244f. Tese (Professor Titular) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, M. C.; BRITO, M. J. A análise do discurso como prática e processo de produção de sentidos: proposta teórico-metodológica. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jul. 2007.

PIMENTEL, T. D. **A espacialidade na construção da identidade**. 2008. 258 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pesquisas e Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

POPPER, K. **A lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

POPPER, K. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. C. R. **Identidade e resistência no urbano**: o Quarteirão do *Soul* em Belo Horizonte. 2008. 193 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RIBEIRO, F. Favelas cariocas: a cidade e os morros. **Aventuras na história**. São Paulo, ago. 2007. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/favelas-cariocas-cidade-morros-435499.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

RIBEIRO, L.C.; CARDOSO, A. C. Plano diretor e gestão democrática da cidade. In: Seminário Plano Diretor Municipal, 23 a 25 de ago. São Paulo, FAU-USP, 1989 *apud* CARVALHO, S. N. Estatuto da cidade. Aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p.130-135, 2001.

RODRIGUES, G. B. Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento *hip-hop*. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n.9, p. 93-120, 2009.

RONCAYOLO, M. *Las ville et sés territoires*. Paris: Gallimard, 1990 *apud* MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 172 f. Tese

(Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2006.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Dinâmica simbólica nas organizações. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. Estudos organizacionais e análise do discurso: aproximações possíveis. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Org.). **Análise do Discurso em Estudos Organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Simbolismo e dinâmica simbólica nas organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPAD, 2008.

SAWAYA, A. L. Políticas públicas: pontos de método e experiências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 131-147, 2006.

SCHAFF, A. **História e verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHWERTNER, S. F. Análise das condições de produção de cidade dos homens: articulações entre educação e comunicação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 47-61, jan./abr. 2007.

SEGOVIA, O.; OVIEDO, E. Espacios públicos en la ciudad y el barrio. In: SEGOVIA, O.; DASCAL, G. (Eds.). **Espacio público, participación y ciudadanía**. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2002.

SERPA, A. Cultura de massa versus cultura popular na cidade do espetáculo e da “retradicionalização”. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 79-96, jan./dez. 2007.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

SODRÉ, R. F. **Tintas nos muros: um estudo sobre a produção de grafite no Rio de Janeiro**. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-

Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOJA, E. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London: Verso, 1989.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução à crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. M. P.; FARIA, A. A. M. A projeção da identidade organizacional: um estudo da identidade de uma ferrovia privatizada. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

SPINK, P. O lugar do lugar na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, Edição Especial, p. 11-34, 2001.

STEPHENSON, J. People and place. **Planning Theory & Practice**, Abington, v. 11, n. 1, p. 9-21, Mar. 2010.

SCHWERTNER, S. F. Análise das condições de produção de cidade dos homens: articulações entre Educação e Comunicação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, p. 47-61, jan./abr. 2007.

TEIXEIRA, C. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

THOMPSON, E. P. **The making of the english working class**. New York: Vintage, 1963.

VAN DIJK, T. A. The study of discourse. In: VAN DIJK, T. A. **Discourse as structure and process**. v. 1. London: Sage, 1997a.

VAN DIJK, T. A. Discourse as interaction in society. In: VAN DIJK, T. A. **Discourse as social interaction**. v. 2. London: Sage, 1997b.

VERGARA, S. V.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista no anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

VERGARA, S. V.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 103-119, abr./jun. 2005.

VILAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

WILLIAMS, R. **Culture and society**. New York: Harper and Row, 1958.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS MEMBROS FUNDADORES QUARTEIRÃO DO *SOUL*

Dados Demográficos

- Nome.
- Idade.
- Sexo.
- Estado Civil.
- Etnia.
- Filhos (se tem, quantos, idade).
- Habitação (onde mora, casa própria ou alugada).
- Transporte (qual meio de transporte utiliza/utilizou para chegar ao local).
- Escolaridade.
- Ocupação (se trabalha - qual profissão, há quanto tempo, renda; se não trabalha – por que, há quanto tempo, renda).
- Lazer (tipos, o que faz no tempo livre, os principais lugares que costuma frequentar).

Sobre o Quarteirão do *Soul*

- Como surgiu a relação com a *soul music*.
- O que a família pensa sobre o QS, se apoiam, se participam do movimento.
- História do Quarteirão do *Soul* (surgimento, marcos iniciais, membros, personagens importantes).
- Finalidade (motivos da criação do movimento, por que acontece na Rua Santa Catarina).
- Mudança Goitacazes – Rua Santa Catarina (diferenças entre os dois lugares).
- Domingo na praça sete (início, quando acontece).
- Atuação da Prefeitura (se oferece a estrutura necessária – banheiros, limpeza, segurança).
- Alvará de funcionamento (desde quando passou a existir, o sábado e o domingo, se por possuírem alvará sentem que o lugar é do QS, se agora é um alvará para cada movimento QS e BS, se os movimentos têm atribuições diferentes).
- Normas.
- Custos (se pagam alguma taxa, de onde usam energia).
- Equipamento (se é próprio ou alugado, como transportam, custos).
- Incentivos (se recebem patrocínio, divulgação).
- Repercussão (entrevistas, programas de TV, rádio, jornais, pesquisas).
- O QS é para quem? Qual o público?
- Fatos marcantes.
- Representação (os significados do QS).
- Se frequenta a Rua Santa Catarina em outros dias da semana (caracterizar).
- Por que o QS acontece na Rua? Por que aos sábados a tarde?
- O que pensa sobre os movimentos de Rua.
- Outros movimentos (se participa de outros movimentos “de rua”, quais, por que).
- Importância desses movimentos/ Importância do QS.

- Como veem a divisão do espaço da Rua Santa Catarina com comerciantes/moradores (relacionamento com os comerciantes, com os moradores, com a Prefeitura, com os membros, com outros grupos).
- Dificuldades e conflitos (se há e quais, se há indivíduos, grupos ou instituições contra o movimento).
- Se pudessem escolher um lugar para a realização do QS, onde seria?
- Futuro.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS MEMBROS VENDEDORES QUARTEIRÃO DO *SOUL*

Dados Demográficos

- Nome.
- Idade.
- Sexo.
- Estado Civil.
- Etnia.
- Escolaridade.
- Ocupação (se trabalha, em que, onde, há quanto tempo)

Sobre o Quarteirão do *Soul*

- Tempo de negócio (há quanto tempo comercializa no local, como surgiu a ideia de comercializar).
- Motivos para vender no Quarteirão do *Soul* (lucro, diversão).
- Mudança (prós e contras, diferenças entre os lugares).
- Atuação da Prefeitura.
- Diferenças entre os dois lugares. (Goitacazes – Rua Santa Catarina).
- Se frequenta a Rua Santa Catarina nos outros dias.
- Códigos internos (regras).
- Custos.
- Como visualizam a divisão do espaço da Rua Santa Catarina.
- Comportamento em relação à chegada de outros vendedores informais.
- O que pensa sobre os movimentos de rua.
- Outros movimentos (se participa de outros movimentos de rua, quais, por que).
- Importância desses movimentos/do QS.
- O domingo na praça 7.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS DANÇARINOS DO QUARTEIRÃO DO *SOUL*

Dados Demográficos

- Nome.
- Idade.
- Sexo.
- Estado Civil.
- Etnia.
- Escolaridade.
- Ocupação (se trabalha, em que, onde, há quanto tempo)

Sobre o Quarteirão do *Soul*

- Como surgiu a relação com a *soul music*.
- O que a família pensa sobre o QS, se apoiam, se participam do movimento.
- Mudança Goitacazes – Rua Santa Catarina (diferenças entre os dois lugares).
- Atuação da Prefeitura (se oferecem a estrutura necessária – banheiros, limpeza, segurança).
- O QS é para quem? Qual o público?
- Fatos marcantes.
- Representação (os significados do QS).
- Se frequenta a Rua Santa Catarina em outros dias da semana (caracterizar).
- Por que o QS acontece na Rua? Por que aos sábados a tarde?
- O que pensa sobre os movimentos de Rua.
- Outros movimentos (se participa de outros movimentos de rua, quais, por que).
- Importância desses movimentos/ Importância do QS.
- Como veem a divisão do espaço da Rua Santa Catarina com comerciantes/moradores (relacionamento com os comerciantes, com os moradores, com a prefeitura, com os membros, com outros grupos).
- Dificuldades e Conflitos (se há e quais, se há indivíduos, grupos ou instituições contra o movimento).
- Se pudessem escolher um lugar para a realização do QS, onde seria?
- Futuro.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS COMERCIANTES (RUAS SANTA CATARINA E GOITACAZES)

Dados Gerais

- Nome do estabelecimento.
- Tempo de atuação na região.
- Horário de funcionamento/dias da semana.
- Tempo de prestação de serviço do entrevistado.

Sobre a Rua Santa Catarina e o Quarteirão do *Soul*

- A dinâmica da Rua (movimentação, quem frequenta, utilidades, função).
- Fatos importantes que acontecem/aconteceram no lugar.
- O que pensa sobre os movimentos de rua/ se já participou de algum.
- Sobre o Quarteirão do *Soul* (o que pensa sobre, se já participou assistindo ou dançando, sobre o sábado em que não há).
- O que pensa da mudança (como a Rua ficou após a mudança).
- A estrutura do Movimento (como é a rua antes e depois do movimento, se a prefeitura oferece estrutura – segurança, fiscalização, higiene, limpeza).
- Como veem a divisão do espaço da Rua com os manifestantes do QS/ a quem pertence o território da Rua.
- Relacionamento (como se dá o relacionamento do estabelecimento com os manifestantes, de que forma o QS interfere na dinâmica do comércio/ do estabelecimento).
- Conflitos.
- Prós e contras do QS.

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS MORADORES DA RUA SANTA CATARINA

Sobre a Rua Santa Catarina e o Quarteirão do *Soul*

- A dinâmica da Rua Santa Catarina (movimentação, quem frequenta, utilidades, função).
- Fatos importantes que acontecem/aconteceram no lugar.
- O que pensa sobre os movimentos de rua/ se já participou de algum.
- Sobre o Quarteirão do *Soul* (o que pensa sobre, se já participou assistindo ou dançando, sobre o sábado em que não há).
- O que pensa da mudança (como a Rua ficou após a mudança).
- Estrutura (como é a rua antes e depois do movimento, se a prefeitura oferece estrutura – segurança, fiscalização, higiene, limpeza).
- Como veem a divisão do espaço da Rua Santa Catarina com os manifestantes do QS/ a quem pertence o território da Rua.
- Relacionamento (como se dá o relacionamento do estabelecimento com os manifestantes, de que forma o QS interfere na dinâmica do comércio/ do estabelecimento).
- Conflitos.
- Prós e contras do QS.

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS GESTORES PÚBLICOS

Aspectos Gerais

- Gestão Urbana (como ocorre, quais as estratégias, normas).
- Movimentos Territoriais Urbanos/ Movimentos de Rua (qual a percepção, como administram).
- Mudanças (Camelôs da Rua pra o Oiapoque).
- Organização de moradores/comerciantes.
- Divulgação e legitimação na mídia (por que uns são divulgados e outros omissos).
- Bloqueio de vias públicas.
- Sobre o Quarteirão do *Soul* (relacionamento, se acompanham, estrutura oferecida)
- Conflitos

APÊNDICE G – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DIRETA

- A disposição espacial do local (extensão da rua, localização, componentes).
- Levantamento e descrição dos estabelecimentos comerciais presentes.
- A movimentação da rua no dia do Quarteirão do *Soul* e nos demais dias.
- Os aspectos estruturais de suporte ao Quarteirão do *Soul* (estrutura de palco, espaço para dança, espaço para o público, espaço para o equipamento de som, fornecimento de energia, banheiros químicos, coleta de lixo, assistência policial).
- Características do Quarteirão do *Soul* durante sua apresentação.
- Características do público que frequenta o Quarteirão do *Soul*.
- A movimentação comercial durante a realização do Quarteirão do *Soul*.
- A movimentação de veículos.
- A movimentação de transeuntes durante a realização do Quarteirão do *Soul*.
- O volume do som do Quarteirão do *Soul*.
- A duração do Quarteirão do *Soul* (a montagem e desmontagem do equipamento).
- A movimentação após o término do Quarteirão do *Soul*.